



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVII – Nº 193 – QUARTA-FEIRA, 28 DE NOVEMBRO DE 2012 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1ª VICE-PRESIDENTE
Anibal Diniz- (PT-AC)^(8,9)
2º VICE-PRESIDENTE
Waldemir Moka - (PMDB-MS)^(3,4)
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)²

3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)^(1,5,6,7)
2º - João Durval - (P DT-BA)
3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 25</p> <p>Líder Renan Calheiros - PMDB</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jucá (40) Sérgio Souza (20) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia (12)</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24</p> <p>Líder Walter Pinheiro - PT (22,26) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49) Lídice da Mata (29,39) Inácio Arruda Eduardo Lopes (37,45)</p> <p>Líder do PT - 12 Walter Pinheiro (22,26) Vice-Líderes do PT Wellington Dias (28) Lindbergh Farias (23) Ana Rita (25) Anibal Diniz (24)</p> <p>Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55) Vice-Líder do PDT Pedro Taques (21)</p> <p>Líder do PSB - 4 Lídice da Mata (29,39) Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares (30)</p> <p>Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda</p> <p>Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15</p> <p>Líder Jayme Campos - DEM (27) Vice-Líderes Cyro Miranda (34) Flexa Ribeiro (7,32) Lúcia Vânia (33) Mário Couto (31) Paulo Bauer (5,35)</p> <p>Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (6) Paulo Bauer (5,35) Flexa Ribeiro (7,32)</p> <p>Líder do DEM - 5 José Agripino (2,10,14,43,46) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (27)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 14</p> <p>Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Blairo Maggi (19,51) Alfredo Nascimento (41) João Vicente Claudino Eduardo Amorim (17,47,48)</p> <p>Líder do PTB - 6 Gim Argello Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti</p> <p>Líder do PR - 6 Blairo Maggi (19,51) Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento (41) Vicentinho Alves (42,54)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48)</p> <p>Líder do PPL - 1 João Costa</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Eduardo Braga - PMDB (38) Vice-Líderes Gim Argello (56) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,39) Jorge Viana Vital do Rêgo</p>	<p>PSD - 2</p> <p>Líder Marco Antônio Costa - PSD (53) Vice-Líder Sérgio Petecão</p> <p>PSOL - 1</p> <p>Líder Randolfe Rodrigues - PSOL (18)</p>

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
<p>Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 219ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 27 DE NOVEMBRO DE 2012 ...	64129	
1.1 – ABERTURA	64129	
1.2 – EXPEDIENTE	64130	
1.2.1 – Comunicação da Presidência		
Convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se amanhã, às 12 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à deliberação de Projetos de Lei do Congresso Nacional.....	64131	
1.2.2 – Leitura de requerimentos		
Nº 1.008, de 2012, de autoria do Senador Roberto Requião, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 5 a 7 de dezembro próximo.	64131	
Nº 1.009, de 2012, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, em aditamento ao Requerimento nº 904, de 2012, solicitando a prorrogação da licença para desempenho de missão parlamentar até 27 do corrente.....	64132	
Nº 1.010, de 2012, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando voto de aplauso aos Srs. Djavan Valentim da Paixão e Renata Lopes de Holanda.	64132	
Nº 1.011, de 2012, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Emir Hermes Bernerguy.....	64132	
Nº 1.012, de 2012, de autoria do Senador Casildo Maldaner, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 425, de 2011. Deferido	64133	
Nº 1.013, de 2012, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2012, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 208, de 2012.	64133	
Nº 1.014, de 2012, de autoria do Senador José Pimentel, solicitando tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 358, de 2004-Complementar; 373, de 2007-Complementar; e 389, de 2008-Complementar.	64133	
1.2.3 – Aviso do Ministro de Estado de Minas e Energia		
Nº 206/2012, solicitando dilatação do prazo para prestar informações em resposta ao Reque-		
ramento nº 705, de 2012, de iniciativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.	64133	
1.2.4 – Ofício do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República		
Nº 127/2012, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 760, de 2012, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.....	64133	
1.2.5 – Discursos do Expediente		
SENADOR PAULO BAUER – Preocupação com denúncias de irregularidades na Administração Pública.....	64133	
SENADOR MÁRIO COUTO – Comentários acerca da corrupção no Brasil; e outro assunto. ...	64135	
SENADOR PAULO PAIM – Considerações sobre os resultados finais do VIII Congresso de Canais Comunitários, realizado em Brasília; e outros assuntos...	64136	
SENADOR CASILDO MALDANER – Relato de viagem oficial realizada recentemente por S. Ex ^a à República Popular da China.	64147	
SENADOR ALVARO DIAS – Inconformismo com o esforço de moralização empreendido pelo Governo, que seria, na verdade, uma tentativa de iludir a opinião pública brasileira.....	64148	
SENADOR CYRO MIRANDA – Críticas ao governo da Presidente Dilma Rousseff.	64150	
SENADOR VALDIR RAUPP – Preocupação com os sérios problemas existentes no sistema político-eleitoral brasileiro e observações sobre a necessidade da reforma política.....	64152	
1.2.6 – Leitura de requerimento		
Nº 1.015, de 2012, de autoria do Senador Inácio Arruda, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Sérgio Miranda.	64154	
1.2.7 – Suspensão da sessão às 15 horas e 34 minutos e reabertura às 15 horas e 40 minutos.....	64155	
1.2.8 – Leitura de requerimento		
Nº 1.016, de 2012, de iniciativa da Comissão Temporária destinada a examinar a Reforma do Código de Defesa do Consumidor, solicitando prorrogação do seu prazo de duração.....	64155	

1.2.9 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR CÁSSIO CUNHA LIMA – Considerações acerca da estiagem que está ocorrendo no Nordeste brasileiro..... 64156

SENADOR CIDADINHO SANTOS – Comentários sobre os projetos que regulamentam a profissão de taxista. 64158

SENADOR RICARDO FERRAÇO – Avaliação do novo marco regulatório do petróleo. 64160

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Registro da federalização da Companhia de Energia de Roraima; e outro assunto..... 64163

SENADOR HUMBERTO COSTA – Observações sobre a possível sanção ao projeto de lei que trata da distribuição dos *royalties* do petróleo..... 64164

1.2.10 – Leitura de requerimento

Nº 1.017, de 2012, de autoria do Senador Walter Pinheiro e outros Senadores, solicitando urgência para apreciação do Ofício “S” nº 5, de 2012. 64166

1.3 – ORDEM DO DIA**1.3.1 – Questões de ordem**

Suscitada pelo Senador Pedro Taques, contraditada pelo Senador Humberto Costa e respondida pela Presidência. 64167

Suscitada pelo Senador Alvaro Dias e respondida pela Presidência. 64168

1.3.2 – Fala da Presidência (Senador José Sarney)

Prejudicialidade do Requerimento nº 1.017, de 2012, de autoria do Senador Walter Pinheiro e outros Senadores. 64171

1.3.3 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária..... 64173**1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA****1.4.1 – Discursos**

SENADOR EDUARDO LOPES, como Líder – Reflexão sobre os desafios que os prefeitos enfrentarão nos seus municípios em 2013..... 64177

1.4.2 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 1.008, de 2012, de autoria do Senador Roberto Requião. **Aprovado.** 64179

1.4.3 – Discursos (continuação)

SENADOR EDUARDO SUPPLY – Reflexão sobre o Dia Nacional de Combate à Violência contra a Mulher, destacando a importância da Lei Maria da Penha; e outro assunto. 64179

1.4.4 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 1.009, de 2012, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Aprovado.** ... 64183

1.4.5 – Discursos (continuação)

SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Considerações sobre a concessão da Autopista Litoral Sul, entre o Paraná e Santa Catarina. 64183

SENADOR CÍCERO LUCENA, como Líder – Preocupação com a seca no Nordeste brasileiro.. 64186

1.4.6 – Apreciação de matérias

Requerimento nº 1.016, de 2012, de iniciativa da Comissão Temporária destinada a examinar a Reforma do Código de Defesa do Consumidor. **Aprovado.**..... 64189

Requerimento nº 1.005, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senadores. **Aprovado.** 64189

1.4.7 – Discursos (continuação)

SENADOR VITAL DO RÊGO – Alerta para os efeitos da seca na região Nordeste. 64189

SENADOR INÁCIO ARRUDA, como Líder – Homenagem ao ex-Deputado Sérgio Miranda de Matos Brito..... 64192

SENADOR WELLINGTON DIAS – Análise da questão da divisão dos *royalties* do pré-sal..... 64195

SENADOR SÉRGIO SOUZA – Registro da realização da 18ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas..... 64198

1.4.8 – Comunicação

Da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, de substituição e de indicação de membros em diversas comissões (**Ofícios nºs 186 a 191/2012**). *Designação do Senador Cidinho Santos, como suplente, para compor a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 582, de 2012. Designação do Senador Cidinho Santos, como titular, e do Senador Alfredo Nascimento, como suplente, para comporem as Comissões Mistas destinadas a proferir parecer sobre as Medidas Provisórias nºs 585, 586 e 587, de 2012. Designação do Senador Cidinho Santos, como titular, para compor as Comissões Mistas destinadas a proferir parecer sobre as Medidas Provisórias nºs 578 e 589, de 2012.*..... 64200

1.4.9 – Discursos (continuação)

SENADOR EDUARDO AMORIM – Cumprimentos à OAB do Estado de Sergipe..... 64202

SENADOR WALTER PINHEIRO, como Líder – Comentários acerca da regulamentação do Fundo de Participação dos Estados; e outros assuntos... 64202

1.4.10 – Ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nºs 711 e 712/2012, comunicando, respectivamente, o envio à sanção do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2006; e do Projeto de Lei da Câmara nº 220, de 2009, com emenda oferecida pelo Senado Federal..... 64206

1.4.11 – Leitura de requerimentos

Nº 1.018, de 2012, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Sérgio Miranda de Matos Brito. 64206

Nº 1.019, de 2012, de autoria dos Senadores Acir Gurgacz e Pedro Taques, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Sérgio Miranda de Matos Brito. 64207

Nº 1.020, de 2012, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações ao Tribunal de Contas da União. 64207

1.4.12 – Leitura de Propostas de Emenda à Constituição

Nº 59, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Taques, que *altera a alínea “a”, inciso I do art. 105 da Constituição Federal, para estabelecer a competência do Superior Tribunal de Justiça para o julgamento dos Governadores dos Estados e do Distrito Federal, independentemente de autorização das Assembleias Legislativas ou da Câmara Distrital do Distrito Federal.* 64208

Nº 60, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Taques, que *revoga o inc. VI e altera o § 2º, ambos do art. 55 da Constituição Federal de 1988, para extinguir a necessidade de deliberação da Casa respectiva sobre a perda de mandato de Deputado ou Senador que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.* 64212

1.4.13 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR CLÉSIO ANDRADE – Divulgação de folheto, elaborado por S. Ex^a, que expõe os direitos reservados aos usuários dos transportes aéreos. ... 64219

SENADORA ANGELA PORTELA – Considerações sobre o transcurso, em 25 do corrente, do Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher. 64226

SENADOR RENAN CALHEIROS – Homenagem à jovem alagoana Layane Rayelly Silva Marinho, vencedora do Quinto Concurso de Redação promovido pelo Senado Federal. 64228

1.4.14 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 64228

1.5 – ENCERRAMENTO..... 64230

2 – ATA (Republicação)

2.1 – Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 578, de 2012

Ata da 2ª Reunião, realizada em 21 de novembro de 2012..... 64231

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 27.11.2012...... 64248

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

Por Unidade da Federação 64249

Bancadas dos Partidos 64250

Por ordem alfabética 64251

5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL..... 64252

6 – LIDERANÇAS 64253

7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO..... 64256

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 64258

9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos 64269

CAS – Comissão de Assuntos Sociais 64274

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania 64280

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte 64285

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle..... 64290

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa 64300

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional 64306

CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura . 64314

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo..... 64321

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária 64327

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática 64331

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993) 64333

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)..... 64334

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995) 64336

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005) 64336

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001) 64337

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)..... 64339

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010). 64341

Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010) 64343

Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15, de 2012)..... 64345

CONGRESSO NACIONAL

11 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006) .. 64347

CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008).. 64352

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2, de 2007) 64354

CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999) 64355

Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito.	64356	Conselho de Comunicação Social (Lei nº	
Comissões Mistas Especiais	64361	8.389, de 1991)	64364
12 – CONSELHOS E ÓRGÃO			
Conselho da Ordem do Congresso Nacional		Representação Brasileira no Parlamento do	
(Decreto Legislativo nº 70, de 1972)	64363	Mercosul (Resolução nº 1, de 2011)	64365

Ata da 219ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 27 de novembro de 2012

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, Cícero Lucena, Casildo Maldaner,
Cássio Cunha Lima, Inácio Arruda, Sérgio Souza e Paulo Paim*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 2 minutos e
encerra-se às 20 horas e 50 minutos)*

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

54ª Legislatura 2ª Sessão Legislativa Ordinária

219ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 27/11/12 07:00 até 27/11/12 20:53

Partido	UF	Nome	Pres
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X
PT	ES	ANA RITA	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X
PR	SP	ANTONIO CARLOS RODRIGUES	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X
PR	MT	CIDINHO SANTOS	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X
PT	MS	DELÍCIO DO AMARAL	X
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	X
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X
PTB	DF	GIM	X
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X
PP	RO	IVO CASSOL	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X
PPL	TO	JOÃO COSTA	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X

PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X
PT	AC	JORGE VIANA	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X
PR	ES	MAGNO MALTA	X
PSD	TO	MARCO ANTÔNIO COSTA	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X
PSDB	SC	PAULO BAUER	X
PV	RN	PAULO DAVIM	X
PT	RS	PAULO PAIM	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	X
PMDB	PR	SÉRGIO SOUZA	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X
DEM	GO	WILDER MORAIS	X
PDT	MG	ZEZE PERRELLA	X

Operador: NILSON SILVA DE ALMEIDA

Emissão: 27/11/12 20:

Compareceram: 70 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Havendo número regimental, declaramos, então, o início dos trabalhos desta tarde, a sessão do Senado Federal.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, o Senador Mário Couto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Estou inscrito, Sr. Presidente, como orador inscrito. Devo ser o segundo ou terceiro.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – O Senador Paulo Paim consta inscrito normalmente em terceiro lugar.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu falo depois, acho que o primeiro a falar pela inscrição, não tem outro inscrito aqui presente...

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem de inscrição, nós temos aqui o Senador Acir Gurgacz, o Senador Paulo Bauer, em terceiro, Senador Paulo Paim.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – O Senador Acir Gurgacz não está e o Senador Paulo Bauer está presente. Então, quero falar para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – V. Ex^a está inscrito para uma comunicação inadiável. E eu também estava chegando para fazer uma comunicação inadiável e gostaria de me inscrever.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Uma observação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Pois não, Senador Mário Couto.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Pois não, Senador Paulo Bauer, pela ordem.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Cumprimentando V. Ex^a, eu apenas quero me colocar aqui à disposição para, havendo desejo da Mesa e do Senador Mário Couto, fazer a troca com ele para que ele fale antes de mim.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pronto, eu falo pelo Senador e ele fala depois para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Não. O primeiro inscrito de hoje à tarde está o Senador Acir Gurgacz; em segundo lugar inscrito, ele não estando presente, pela ordem encontra-se inscrito o Senador Paulo Bauer.

Então, seria Paulo Bauer, Mário Couto e Paulo Paim, não chegando Acir Gurgacz agora.

Portanto, com a palavra o eminente Senador Paulo Bauer, como segundo inscrito na falta do primeiro, e, em seguida, o Senador Mário Couto, o Senador Paulo Paim, como inscrito. E, como comunicação, fico depois do Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/ PMDB – SC) – Antes, porém, a Presidência comunica às Senhoras e aos Senhores Parlamentares que está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional, a

realizar-se na próxima quarta-feira, dia 28 de novembro do corrente, às doze horas e trinta minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à deliberação de Projetos de Lei do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/ PMDB – SC) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.008, DE 2012

Nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro licença dos trabalhos da Casa, no período **de 05 a 07 de dezembro**, com o fim de representar o Senado, como Presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, no Seminário “**Os Portugueses no Brasil e na América do Sul – Novos Desafios**”, a realizar-se no Rio de Janeiro, no dia 06 de dezembro de 2012.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 2012.


Senador **ROBERTO REQUIÃO**
PMDB/PR

OF. P/074/2012

Brasília, 21 de novembro de 2012.

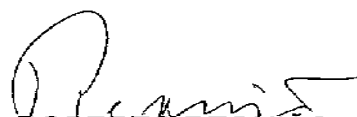
Ao cumprimentá-lo cordialmente, informo a Vossa Excelência que participarei, como Presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, do Seminário **Os Portugueses no Brasil e na América do Sul – Novos Desafios**, na Mesa-redonda: *Integração portuguesa na América do Sul*, que será realizado no **dia 6 de dezembro de 2012**, na cidade do Rio de Janeiro.

Informo que o seminário em apreço será realizado pelo CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, em colaboração com a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, e tem como objetivo estabelecer um espaço de reflexão sobre a emigração portuguesa para a América do Sul do período colonial até o presente.

Assim, solicito a Vossa Excelência que autorize e determine as providências necessárias ao meu deslocamento, entre os dias **05 e 07 de dezembro de 2012**, bem como a liberação de passagens aéreas, cobrindo os trechos Brasília/ Rio de Janeiro/Brasília, conforme tabela abaixo, e diárias para cobertura de despesas com hospedagem e alimentação na cidade do Rio de Janeiro, onde acontecerá o referido encontro.

Na oportunidade, renovo-lhe votos de estima e consideração.

Atenciosamente,


Senador **ROBERTO REQUIÃO**
Presidente

**REQUERIMENTO
Nº 1.009, DE 2012**

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno e em aditamento ao Requerimento nº 904, de 2012, aprovado na Sessão Plenária de 8-11-2012, que seja estendida até o dia 27-11-2012, inclusive, a autorização para participar da Missão Parlamentar à República Popular da China, considerando que, por razões alheias à minha vontade, estarei desembarcando em Brasília-DF somente na noite do dia 27 de novembro próximo.

Requeiro, adicionalmente, que seja também justificada minha ausência aos trabalhos no dia 27-11-2012 e nos termos do art. 39, I do Regimento Interno, comunico que nessa data estarei ausente do País.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2012. – Senador **Aloysio Nunes Ferreira**.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão votados oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

**REQUERIMENTO
Nº 1.010, DE 2012**

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplausos aos estudantes paraenses Djavan Valentim da Paixão e Renata Lopes de Holanda.

Requeiro ainda que este voto seja encaminhado aos homenageados.

Justificação

Os estudantes Djavan Valentim da Paixão e Renata Lopes de Holanda, do curso de Agronomia, da Universidade Federal Rural (UFRA) de Parauapebas, foram os grandes vencedores nacionais do Desafio Sebrae 2012. Eles são da equipe Amazon Fruits e disputaram a final durante três dias em Salvador, na Bahia. A equipe paraense obteve uma pontuação acumulada de 87,76 pontos – mais de dois pontos à frente da segunda colocada, que obteve 85,37 pontos.

Eles disputaram a final com mais sete equipes de vários estados brasileiros e vão ganhar uma viagem internacional para um centro de referência em empreendedorismo, além de bolsa integral de estudos em curso de pós-graduação na Fundação Getúlio Vargas – FGV. O prêmio é inédito para estudantes paraenses.

O Desafio Sebrae estimula o espírito empreendedor entre universitários de todo o país e neste ano está em sua 13ª edição. O estado ficou em 4º lugar no número de inscrições e ganhou o direito de levar

duas equipes para a semifinal nacional. No Brasil, foram 153.027 estudantes inscritos desafiados a administrar uma fábrica de polpas, sucos e frutas tropicais.

O empreendedorismo deve ser estimulado no País, sobretudo entre os mais jovens e que estão no período de formação acadêmica. Certamente, a conquista estimula outros jovens a seguir o mesmo caminho, além de valorizar a educação paraense e as boas práticas entre os estudantes.

Sala das Sessões, de 2012. – Senador **Flexa Ribeiro**.

**REQUERIMENTO
Nº 1.011, DE 2012**

Requeiro, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado nos anais do Senado Voto de Pesar pelo falecimento do professor e poeta paraense, Emir Hermes Bemerguy.

Requeiro, ainda:

a) Inserção em ata de Voto de Profundo Pesar pelo falecimento;

b) Apresentação de Condolências à família;

c) Encaminhamento do Voto ao Presidente da Academia de Letras e Artes de Santarém.

Justificação

Faleceu na manhã do dia 13 de novembro de 2012, aos 79 anos, o nosso querido poeta Emir Hermes.

Nascido no vale do Tapajós, em Fordlândia/PA, Começou a estudar em Belterra (PA) e prosseguiu os estudos no Colégio Dom Amando (Santarém) e no Colégio Nazaré (Belém).

Graduou-se em Odontologia (1956) e exerceu a profissão por 30 anos. Durante 25 anos exerceu o magistério nos Colégios Santa Clara e Dom Amando, ministrando aulas de Física, Química, Biologia, Higiene, Ciências Naturais, Puericultura, Francês e Português; e também foi professor de Estudos dos Problemas Brasileiros nas Faculdades Integradas do Tapajós (FIT), em Santarém.

Seresteiro, tocador de violão, apreciador da boa música e compositor, manteve por vários anos o programa “Poemas e Canções”, na Rádio Rural de Santarém. Dedicou-se ainda à literatura, como escritor e poeta. Escreveu inúmeras crônicas, contos, romances e possui mais de vinte livros de prosas e poesias (cerca de 700 poemas). Livros como “Aquarela Mocaronga” (1984), coletânea de poemas sobre a magia, as lendas, a natureza e aspectos humanos da vida santarena; “Diário de um Convertido” (2000); “Momentos Poéticos” (2007) e “Santarenices – Coisas de Santarém” (2010), estes últimos editados pelo Instituto Cultural Boanerges Sena e apoio da Prefeitura Municipal de Santarém, dentre tantos outros.

Em 1993, recebeu o “Troféu Felisbello Sussuarana”, prêmio máximo da literatura santarena, concedido pela Associação de Poetas e Escritores do Oeste do Pará. Por muitos anos coordenou a comissão organizadora da Revista do Programa da Festa de N. S. da Conceição, onde escreveu numerosos artigos. Foi ainda membro da Academia de Letras e Artes de Santarém, na Cadeira nº 38.

Emir deixa mulher, seis filhos e nove netos. Peço o apoio dos meus Pares para a provação deste Voto.

Sala das Sessões, – Senador **Flexa Ribeiro**.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.012, DE 2012

Requeiro nos termos do Art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 425, de 2011, de minha autoria, *que determina medidas para esclarecer os consumidores acerca dos tributos que incidem sobre mercadorias e serviços, em conformidade com o disposto no §5º do art. 150 da Constituição Federal*.

Justificação

A proposição, que ora solicito a retirada de tramitação, tem sua ementa e conteúdo similar à do Projeto de Lei do Senado 76, de 2012, de minha autoria em conjunto com os senadores João Capiberibe, Randolfe Rodrigues e Ângela Portela. Considerando que o PLS 76, de 2012, foi apreciado na Comissão de Assuntos Econômicos e encontra-se em análise terminativa na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, a providência se justifica e é recomendável.

Sala das Sessões – Senador **Casildo Maldaner**.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – A Presidência defere o requerimento que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.013, DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais, o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2012, que “Altera o art. 5º da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para limitar a jornada de trabalho dos empre-

gados rurais, a quarenta horas semanais, e dá outras providências.”, para que passe a tramitar de forma autônoma em relação ao Projeto de Lei do Senado nº 208, de 2012.

Sala das Sessões, – Senador **Antonio Carlos Valadares**, PSB/SE.

(À Mesa, para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.014, DE 2012

Requeiro, na forma do disposto no *caput* do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado (PLS) Complementares nº 358, de 2004; PLS nº 373, de 2007; e PLS nº 389, de 2008, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, de novembro de 2012. – Senador **José Pimentel**.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – O Senado Federal recebeu o **Aviso nº 206, de 22 de novembro de 2012**, do Ministro de Estado de Minas e Energia, por meio do qual solicita dilatação do prazo para envio da resposta ao **Requerimento nº 705, de 2012**, de informações, de iniciativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Cópia do Aviso foi encaminhada à Comissão requerente.

O Requerimento ficará na Secretaria-Geral da Mesa aguardando as informações solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – O Senado Federal recebeu o **Ofício nº 127, de 22 de novembro de 2012**, do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, em resposta ao **Requerimento nº 760, de 2012**, de informações, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Com a palavra V. Exª, Senador Paulo Bauer, por 10 minutos, regimentalmente.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, nobres colegas, Senadores e Senadoras, é com muito prazer que ocupo a tribuna desta Casa, já no momento em que iniciamos os trabalhos de hoje, e a Ordem do Dia certamente também terá deliberações importantes que haveremos de tomar, e, na oportunidade em que me dirijo a V. Ex^{as} e a todos que, através dos mecanismos de comunicação do Senado, acompanham esta sessão e o seu trabalho, quero iniciar, Sr. Presidente, naturalmente, mencionando que a imprensa nacional dá notícias ao Brasil inteiro de mais uma série de fatos ocorridos no âmbito do Poder Executivo, que deixa estarecida a opinião pública do nosso País. Os fatos recentemente denunciados pela Polícia Federal, com relação a tráfico de influência, à venda de informações confidenciais, à quebra de sigilos, deixa o nosso País e a nossa sociedade bastante preocupados e também, por que não dizer, deixa os brasileiros, até certo ponto, estarecidos. Estamos vendo, há muito tempo, uma série de fatos serem noticiados, envolvendo agentes da Administração Pública, pessoas que alcançam posições governamentais, exercendo cargos de confiança, e isso, obviamente, traz à opinião pública, à sociedade brasileira, um questionamento incontestável: por que tantos agentes públicos, por que tantos detentores de cargos públicos, na Administração Federal, se envolvem em atos ilegais? São identificados, acusados e, na maioria das vezes, demitidos.

É claro, sabemos, Senador Mário Couto, que vai haver um processo, vai haver uma análise técnica de todos os fatos que a Polícia Federal identifica, através dos mecanismos investigatórios que tem ao seu dispor, mas a primeira providência está correta: afastar aqueles que têm contra si alguma acusação. Até que se prove o contrário, essas pessoas, evidentemente, não podem ocupar cargos e exercer funções de responsabilidade pública. Agora, pior é verificarmos que órgãos como agências reguladoras, como Advocacia-Geral da União, como o próprio Gabinete da Presidência da República estão presentes nesses escândalos, nessas denúncias. E, quando a gente vê órgãos dessa importância, dessa relevância serem mencionados, ficamos muito preocupados porque sabemos que é exatamente nesses locais que se executam as grandes decisões que deveriam favorecer o País; acima de tudo, o País.

Eu fico me perguntando por que tanta gente, ao assumir cargos como o de ministro ou de dirigente de estatal, cargo comissionado de segundo ou terceiro escalão na Administração Pública coloca a mão sobre a Bíblia e faz juramento; juramento de que vai cumprir a Constituição. Anunciam uma série de atitudes que vão orientar a sua conduta, o seu trabalho.

Nós mesmos fazemos aqui no Senado sabatina para conferir se o diplomata está em condições de assumir a chefia de uma Embaixada; fazemos sabatina para diretor do Banco Central; fazemos sabatina para titular de agência reguladora.

É evidente que pode acontecer algum desvio, porque, depois da sabatina, vem a outra verdade, vem o outro momento no qual aquele que foi indicado vai se encontrar. E, sempre se diz, alguém pode não ter cometido nenhum pecado ao longo da vida, mas pode ser um pecador daqui a pouco.

Evidentemente, as sabatinas que o Senado realiza pelo menos permitem que a gente conheça melhor e mais profundamente a vida pregressa da pessoa.

Agora, para os cargos que não têm sabatina no Senado, evidentemente vale a avaliação política e os critérios que o próprio Governo e a chefia do Poder Executivo, seja ele Federal, estadual ou municipal, estabelece para a identificação.

Agora, vemos, de repente, que quem está em um determinado cargo já foi uma vez secretário, assessor ou qualquer coisa de alguém que está sendo punido pelo Superior Tribunal Federal com mais de 20 anos de cadeia.

Quer dizer, o bandido, que evidentemente tinha alguém ao seu redor, acaba vendo, ele próprio, uma sentença contra si e a pessoa que o assessorou ser promovida a outro cargo. A coisa não fecha!

Quer dizer, o critério de escolha de nomes por parte da chefia do Poder Executivo, por parte da coordenação política e administrativa do Governo não está boa, não obedece a critérios de zelo, a critérios de cuidado. Nós aqui, no Senado – é preciso dizer, Presidente Casildo Maldaner –, precisamos, inclusive, aprimorar. As sabatinas que são feitas aqui de autoridades precisam entrar num detalhamento maior.

Eu penso que, numa reformulação de Regimento, que já se discute nesta Casa, nós deveríamos estabelecer, por exemplo, que determinadas questões que são colocadas nas sabatinas deveriam ser colocadas, inclusive, num momento de reunião sigilosa, para que nós, Senadores, exercêssemos na plenitude a nossa responsabilidade sem nenhum constrangimento, podendo questionar pessoas a respeito de assuntos que dizem respeito à sua vida privada, à sua vida pessoal. Por que não?

Nós, políticos, nós, Senadores, temos a nossa vida pessoal invadida, investigada, aberta em todos os momentos. A vida da nossa família, o nosso patrimônio, tudo é posto publicamente.

E, quando a gente faz uma sabatina de alguma autoridade aqui, a gente fala muito mais dos conhecimentos que ele tem para exercer aquela função e

muito menos das questões que estão relacionadas à sua conduta pessoal, à sua vida pessoal ao longo de todos os anos em que atuou e exerceu funções, volto a dizer, inclusive de assessoramento daqueles que foram condenados politicamente e agora estão sendo condenados na Justiça Federal por atos de ilegalidade e por atos que merecem e precisam ser punidos exemplarmente.

Então, nós precisamos avançar. E talvez a gente precise, inclusive, estender essa sabatina para mais além, alcançando outro tipo de autoridade e não apenas aqueles dirigentes de Banco Central, da área da diplomacia ou das agências reguladoras ou do DNIT, como já é o caso, que é a única autarquia que tem esse procedimento por parte do Senado. Nós deveríamos fazê-lo, sim, porque, se o Executivo não faz, se o Executivo se subordina às intenções e aos interesses partidários e políticos, nós temos que, sim, em nome dos Estados do Brasil, em nome da nossa função de guardião da democracia e guardião das instituições, fazer com que o Senado ocupe e execute esse papel, suplementarmente, para ajudar o País a não ter esses sustos, esses sobressaltos com essas notícias.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Mário Couto.

O Sr. Mário Couto (Bloco/PSDB – PA) – Parabéns pelo pronunciamento. Vou tentar ser breve. V. Ex^a traz um tema de suma importância para este Senado Federal na tarde de hoje, chamando a atenção da Pátria. Senador, eu vou só lembrar aqui um caso que nós tivemos dentro do Senado. O Sr. Pagot, do DNIT, aquele senhor, que, depois de tanto tempo eu falar, falar, chamar atenção, quando foi sabatinado neste Senado, quando foi sabatinado, eu chamei a atenção para o fato de que esse cidadão já tinha levado R\$500 mil dos cofres do Senado Federal. Eu chamei a atenção para isso na sabatina, meu caro Senador. Sabe o que aconteceu?

(Soa a campanha.)

O Sr. Mário Couto (Bloco/PSDB – PA) – O Governo votou a favor desse senhor e esse senhor, depois, fez o desvio de bilhões de reais lá no DNIT. É isso que acontece. Nós, oposição, colocamos a nossa posição, mas somos derrotados.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Obrigado, Senador Mário Couto.

Peço ao Sr. Presidente mais um minuto para dizer a V. Ex^{as} que, efetivamente, é necessário cumprimentar a Polícia Federal pelo seu trabalho, é necessário até reconhecer que a Presidente da República toma a providência adequada ao exonerar aqueles...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – ...que são citados pela Polícia Federal por envolvimento em

atos irregulares, mas isso não é suficiente. Nós precisamos avançar na nossa função e no nosso papel constitucional de proteger as instituições e de, acima de tudo, valorizar a ação do Governo, a ação política dos grandes brasileiros que querem um País honesto, um País progredindo, um País de gente que valorize as ações de servidores públicos, de detentores de cargos públicos que se pautem e se conduzam pela ética e pela eficiência.

Cito, Presidente, só para dar conhecimento à Casa, que na tarde de ontem estive em São Paulo, exatamente na sede do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos daquele Estado, para cumprimentar e aplaudir a ação daquela instituição...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – ...pela publicação de um livro que tem o título de *Arrecadação Fiscal no Brasil 2005 a 2011*, um livro que foi elaborado pelos professores Eduardo Bueno da Fonseca Perillo, Renaldo Antônio Gonçalves e Maria Cristina Sanches Amorim e que fala exatamente da questão tributária no Brasil.

Eu estive lá como autor de algumas medidas aqui, de proposta de emenda à Constituição e projeto de lei, que visam exatamente a reorganizar, reduzir a carga tributária e organizar a questão da arrecadação fiscal no País. Fizemos lá um grande debate, com a participação de muita gente e, sem dúvida nenhuma, a convicção de todos é a mesma: precisamos fazer uma reforma fiscal e tributária no País no menor prazo. Isso será positivo para o País, para o Governo e para os brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Parabéns a V. Ex^a, Senador Paulo Bauer. Inclusive, a proposta de V. Ex^a está repercutindo enormemente no Brasil, por baixar, principalmente, impostos em relação aos medicamentos.

Na sequência, como comunicação inadiável, temos aqui inscrito o Senador Mário Couto.

Com a palavra, para uma comunicação inadiável, pelo Regimento Interno, por cinco minutos.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, há vários dias, Presidente, que é minha intenção apresentar um projeto – um projeto de lei –, e, por vários motivos, não tive a oportunidade.

Tiro a tarde de hoje para, primeiro, anunciar a V. Ex^a que vamos retomar – e eu espero o apoio de V. Ex^a –, vamos retomar, Senador Paulo Paim – tenho certeza de que, na quarta-feira à tarde, vamos ter a

adesão de vários Senadores –, encampar novamente a luta pró-aposentados neste País. Precisamos disso. Precisamos recomeçar. Precisamos mostrar ao Governo Federal que os aposentados do Brasil não aguentam mais a vida que levam hoje.

Amanhã falarei mais sobre este assunto, mas quero dedicar a tarde de hoje para falar um pouco da corrupção que se generalizou neste País.

Minha Nossa Senhora de Nazaré, padroeira dos paraenses, eu que te adoro tanto, querida virgem, até quando nós vamos escutar, neste País, notícias de roubalheira generalizada?

Nem terminou o mensalão. Quantos Ministros foram demitidos? Agora a corrupção vai para dentro do Governo, vai para os gabinetes do Governo Federal.

Deus do céu, Presidente! Presidente, este País não vai a lugar nenhum, Presidente, com a corrupção generalizada! Esse dinheiro que está sendo lesado dos cofres públicos é dinheiro da Saúde, Presidente! É dinheiro da Educação, Presidente! É dinheiro das estradas, dos portos, dos aeroportos! Tudo isso por fazer, e a corrupção no Brasil se instituiu de uma vez por todas. A corrupção no Brasil se generalizou, Presidente. Ela não tem fim, Presidente. Ela não tem fim.

Eu quero aqui, na tarde de hoje, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Presidente – e peço a ajuda de V. Ex^{as} –, dizer que nós temos que deixar algo que marque a história deste País, com a atitude e a decência do Supremo Tribunal Federal. Nós temos que deixar para os nossos filhos e netos a história desse mensalão. Tem que ficar marcado no Brasil o conceito e a moralidade do Supremo Tribunal Federal, para que, mais tarde, aqueles brasileirinhos que nascem hoje possam perceber a coragem, o amor e a dedicação de cada um dos Ministros.

Por isso, Sr. Presidente, trago um projeto de lei que institui o dia 12 de novembro de 2012 como o Dia do Mensalão, marco de combate à corrupção neste País.

Precisamos marcar, Presidente! Precisamos marcar, grifar esse dia, para que, nesse dia, todos os brasileiros possam pensar no que aconteceu neste País, possam pensar na atitude do Supremo Tribunal Federal. E que sirva de exemplo para todos os brasileiros que nascem neste País.

(*Soa a campanha.*)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB - PA) – Já vou sair, Presidente.

Certamente, a presente iniciativa é uma forma de guardar na memória da sociedade brasileira o dia em que a mais alta Corte de Justiça do País contemplou o maior anseio popular, de ver penalizado, execrado do cenário político brasileiro aquele representante que, de forma covarde, de forma cínica, de forma desca-

rada, usurpou as suas competências ao desviar verba pública por meio da prática de atos de corrupção, formação de quadrilha, lavagem de dinheiro (*Fora do microfone.*), de peculato, entre outros ilícitos que só atingiram as pessoas mais carentes. Sim, diretamente, as pessoas mais carentes deste País, por justamente dependerem, para a sua sobrevivência, única e exclusivamente de recursos. São serviços como a Saúde, o Transporte e a Educação.

(*Fora do microfone.*) Em decorrência, neste País, deste ato, outros setores deixaram de receber esse recurso e, por conseguinte, não realizaram melhorias, nem ampliaram, da forma como deviam, o atendimento, em razão do que muitos tiveram sua vida ceifada à porta de hospital, por falta de assistência e de remédio.

Ao descer desta tribuna, Sr. Presidente, falo à Nação brasileira, falo à minha Pátria, de coração ferido: a corrupção neste Brasil está chegando a quase R\$100 bilhões, Srs. brasileiros e brasileiras!

Como pode, Brasil?

Como podem viver os aposentados, por exemplo, os aposentados brasileiros, que passam fome (*Fora do microfone.*), que não têm remédio, que não têm assistência de absolutamente nada?

E hoje, pelas notícias dos jornais, estão roubando dentro dos gabinetes da Presidência da República! Dentro dos gabinetes, Presidente! Estão roubando dentro dos gabinetes! Não é só o mensalão, Presidente! É a sem-vergonhice geral neste País.

“Roubem! Podem roubar! Abriram as portas!”

Será que o Dirceu tira um ano de cadeia, Presidente? Será, Presidente? Tira nada. Tira nada. Eu duvido! Eu aposto! Aposto meu mandato, se for necessário, se o Dirceu vai passar mais de um ano na cadeia. (*Fora do microfone.*) E ainda vai dizer o seguinte, Presidente, ainda vai escrever um livro assim: “Os meus dias na cadeia”. E vai vender muito livro. E vai ganhar muito dinheiro.

Esse é o nosso País, Presidente.

Muito obrigado.

(*Soa a campanha.*)

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Na sequência dos inscritos, passamos a palavra agora ao eminente Senador Paulo Paim.

V. Ex^a, pelo Regimento Interno, tem direito a dez minutos.

Com a palavra o eminente gaúcho Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Casildo Maldaner, quero na verdade...

(*Soa a campanha.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Tenho que ir até a Comissão de Orçamento, às 14h30 eu tenho uma audiência pública para discutir a questão dos povos indígenas, às 14h45 tenho outra audiência com os movimentos sociais para criar uma frente nacional em defesa das questões relacionadas...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Veja, V. Ex^a, não querendo atrapalhá-lo, porque é um homem ocupado. Começa às segundas-feiras de manhã, e os aposentados do Brasil inteiro...

Eu estava até pensando: eu sou o próximo a falar para uma comunicação inadiável. Cheguei esta madrugada de uma missão à China com outros colegas, e gostaria de fazer o registro...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pode fazer.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – ...com V. Ex^a para presidir a sessão. Não sei se vai poder, porque já está com audiências fora, então nós vamos buscar outros colegas. Mas V. Ex^a sempre é carinhoso com isso, e preside, mas buscarei outros colegas para isso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Nem que V. Ex^a fale da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Ah, que isso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quando chegue um outro... Eu já fiz isso diversas vezes. Quando não há outros Parlamentares em plenário, eu falo da Presidência, esperando que os colegas...

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Obrigado pelo conselho.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E uma missão internacional como a sua, à China, é mais do que legítimo que, no exercício da Presidência, V. Ex^a dê o relato, pelo tempo que for necessário, para a sessão não cair e os Senadores chegarem ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Obrigado a V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mas, Sr. Presidente, eu quero fazer dois registros. Primeiro, falando dos resultados finais do 8º Congresso de Canais Comunitários, realizado em Brasília. Eles tomaram uma série de posições, deixaram aqui um plano de mobilização para que os canais comunitários de TV e de rádio tenham o devido apoio, principalmente dos órgãos de Governo, e, com isso, possam ampliar esse importante veículo que são as TVs e rádios comunitárias para o atendimento democrático do conjunto da população deste País.

Eles chegaram aqui com muitos pontos: definição de uma política nacional para as TVs comunitárias junto ao Ministério das Comunicações; fortalecimento

definitivo de um fundo nacional de apoio e desenvolvimento às TVs comunitárias; apontaram também a aquisição de equipamentos de transmissão e de produção, visando adquirir a implantação de TV digital e a extinção do sinal analógico; apontaram também o encaminhamento aos governos federal, estadual e municipal destinado a termos um montante público institucional para fortalecer os canais comunitários, percentual de um montante público; a apresentação de projetos de lei no Legislativo para garantir o avanço das TVs comunitárias; a cobrança ao Governo Federal da regulamentação da vinculação da publicidade comercial também nos canais comunitários; a cobrança ao Ministério das Comunicações da publicação da regulamentação do Canal da Cidadania, que vai permitir a presença das TVs comunitárias num modelo digital.

Enfim, são aqui em torno de cinquenta propostas, e eu peço a V. Ex^a que as considere para que fiquem registradas nos Anais da Casa.

Também, Sr. Presidente, eu gostaria que ficasse registrado, nos Anais da Casa, o resultado do Encontro Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho, que foi realizado em Salvador, do dia 18 ao dia 23 de novembro.

Os auditores-fiscais do trabalho, reunidos em Salvador, durante o 30º Encontro Nacional da categoria, buscaram respostas para uma pergunta que inquieta e envergonha [a todos], está aqui no documento: Por que a proteção ao trabalhador está em risco?

Painéis, palestras, mesas redondas, depoimentos de juristas, de intelectuais, de parlamentares e dos próprios auditores-fiscais levaram a conclusões e a muitos porquês, que nós, auditores-fiscais do trabalho, queremos compartilhar com toda a sociedade, porque nossa atividade é essencialmente voltada à defesa do trabalhador.

[E dizem eles.] Prova do nosso compromisso é o Movimento Ação Integrada, uma parceria do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho – Sinait, com a Organização Internacional do Trabalho – OIT, para a qualificação profissional, com o objetivo de incluir os egressos de condições análogas à escravidão no mercado de trabalho.

Somos [sujeitos] da luta pela defesa do trabalhador e é o nosso dever denunciar as mazelas que assolam o nosso País no que diz respeito à proteção daqueles que contribuem para o desenvolvimento da Nação.

[Aí eles vão falando, Sr. Presidente, e citam] porque os princípios fundamentais da Constituição Federal, de cidadania, dignidade da

peessoa humana e os valores sociais do trabalho estão sendo desrespeitados por meio da precarização das condições de trabalho. Porque o absurdo número de acidentes do trabalho – apenas em 2011 foram mais de 700 mil notificações, que [infelizmente, fruto disso], resultaram na invalidez de 14 mil trabalhadores e 2.800 mortos. É uma irresponsabilidade que vem sendo sistematicamente ignorada e que eleva sobremaneira o custo Brasil. Esses dados referem-se apenas aos trabalhadores formais. Estudos apontam que o número de mortes por acidentes de trabalho chegam [Sr. Presidente, é assustador], a 20 mil por ano [seja bem-vindo, Senador], atingindo, inclusive, crianças e adolescentes. Porque a ameaça de flexibilização da legislação referente à terceirização é um desrespeito ao trabalhador, que está vendo segmentos [cada vez mais avançarem nesse sentido] em detrimento do povo brasileiro. A terceirização se tornou um dano social, porque enfraquece o trabalhador, à medida que impede a efetivação de direitos, [como se fossem os terceirizados trabalhadores] de segunda categoria.

Eu resumo, Sr. Presidente, os dados dos acidentes. De cada 10 mortes por acidente de trabalho, 8 são de terceirizados. Isso preocupa há muito. Dizem eles também.

Por que a falta de auditores-fiscais ameaça os trabalhadores? Somos apenas 2.900 para dar proteção a mais de 90 milhões de trabalhadores e trabalhadoras e ao invés de [aumentar] o número de auditores, [estamos diminuindo, cada vez mais, aumenta o número de empresas, aumenta o número de trabalhadores e diminui o número de fiscais e aumenta vergonhosamente o número de mortes e de acidentes no trabalho].

Sr. Presidente, eu peço que V. Ex^a considere na íntegra a Carta de Salvador, que é assinada pelo Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho, no 30º Encontro Nacional da categoria.

E por fim, Sr. Presidente, quero ainda dizer que hoje são 27 de novembro, é o Dia Nacional do Técnico de Segurança do Trabalho, tem a ver com os temas de que tratei aqui antes.

Hoje, 27 de novembro, é o Dia Nacional do Técnico de Segurança do Trabalho.

A profissão de Técnico de Segurança do Trabalho (Lei nº 7410/85) foi regulamentada através do Decreto

Presidencial nº 92.530, de 09 de abril de 1986, assinado pelo então Presidente da República, José Sarney.

Trata-se de uma categoria profissional diferenciada, que possui o seu registro profissional após sua formação, obrigatoriamente, junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, para o seu pleno exercício profissional.

São, portanto, trabalhadores que atuam na linha de frente na luta pela promoção e execução da proteção ao trabalho e que caminham em busca de objetivos que assegurem condições mais dignas de segurança e saúde para os trabalhadores.

Trata-se de uma categoria profissional diferenciada de grande importância para o País.

No entanto esses profissionais já desempenhavam suas funções muito antes dessa data, uma vez que os prevencionistas, como são chamados, sempre se preocuparam com o bem-estar do trabalhador e lutaram sempre por melhores condições de trabalho e, naturalmente, contra os acidentes no trabalho.

Além de atuarem na prevenção de acidentes de trabalho, os Técnicos em Segurança do Trabalho, única categoria reconhecida por lei entre as outras que integram o Serviço Especializado em Segurança e Saúde no Trabalho (SESMT), zelam pela integridade física e mental do trabalhador.

Desta forma, auxiliam o empregador, a fim de criar um ambiente laboral adequado às normas de Segurança e Saúde no Trabalho, mais conhecidas como Normas Regulamentadoras e outras regulamentações, sendo responsáveis por estabelecer a obrigatoriedade de serviços e programas relacionados à saúde e segurança no trabalho.

Sr. Presidente, não dá para ler todo o documento porque é amplo, mas eu aproveito este momento para dizer que também fui Técnico de Segurança do Trabalho. Por isso, tenho uma atuação muito voltada para essa área dos acidentes, doenças no trabalho e questiono tanto...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ... a falta de Técnico de Segurança do Trabalho, a falta de fiscais no trabalho e, por isso, neste momento, que é um dia de aniversário dessa categoria, eu fiz questão de vir à tribuna para fazer o registro.

Termino dizendo, Sr. Presidente, que o Conselho Federal dos Técnicos de Segurança do Trabalho – Confetest, tem conquistado muitos avanços para a categoria, mas a sua independência é fundamental para a melhoria da sua atuação profissional, vindo dessa forma a colaborar muito mais com o Brasil e com o trabalhador do nosso País na divulgação de práticas preventivas e principalmente colaborando, de

uma forma mais segura, na redução dos acidentes de trabalho e das doenças ocupacionais.

Termino dizendo que peço, respeitosamente, que este pronunciamento...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ... fique nos Anais da Casa, como forma de cumprimento (*Fora do microfone.*) aos Técnicos de Segurança do Trabalho pela passagem do seu dia, 27 de novembro.

Vida longa aos Técnicos de Segurança do Trabalho!

Peço a V. Ex^a que considere, na íntegra, os três pronunciamentos, Sr. Presidente Cássio Cunha Lima. Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico) –

Registro sobre o Dia Nacional do Técnico de Segurança do Trabalho – 27 de novembro.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, 27 de novembro, é o Dia Nacional do Técnico de Segurança do Trabalho. Mas, afinal, quem são esses profissionais?

A profissão de Técnico de Segurança do Trabalho (Lei N° 7410/85) foi regulamentada através do Decreto Presidencial N° 92.530 de 09 de abril de 1986, assinado pelo então presidente da República, José Sarney.

Trata-se de uma categoria profissional diferenciada, que possui o seu registro profissional após sua formação, obrigatoriamente, junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, para o seu pleno exercício profissional.

São, portanto, trabalhadores que atuam na linha de frente na luta pela promoção e execução da proteção ao trabalho e, que caminham em busca de objetivos, que assegurem condições mais dignas de segurança e saúde para os trabalhadores.

Trata-se de uma categoria profissional diferenciada de grande importância para o nosso país e, para a sociedade brasileira.

No entanto, esses profissionais já desempenhavam suas funções muito antes dessa data, uma vez que os prevenicionistas, como são chamados, sempre se preocuparam com o bem-estar no dos trabalhadores e com a melhoria das condições do ambiente e meio de trabalho.

Além de atuarem na prevenção de acidentes de trabalho, o Técnico em Segurança do Trabalho que é a única categoria reconhecida por lei entre as outras, que integram o Serviço Especializado em Segurança e Saúde no Trabalho (SESMT) - zelam pela integridade física e mental do trabalhador.

Desta forma, auxiliam o empregador, a fim de criar um ambiente laboral adequado às normas de Segurança e Saúde no Trabalho, mais conhecidas como Normas Regulamentadoras e outras regulamentações, sendo responsáveis por estabelecer a obrigatoriedade de serviços e programas relacionados à saúde e segurança no ambiente de trabalho.

Entre as atividades desenvolvidas pelo técnico em Segurança do Trabalho está o dever de informar e sugerir ao empregador, por meio de parecer técnico e outros meios, quanto aos riscos sobre os trabalhadores, orientando-os quanto às medidas para eliminá-los.

Para isto, eles precisam analisar os processos de trabalho e identificar os fatores de riscos de acidentes e doenças do trabalho.

Também cabe ao técnico elaborar e executar medidas e recomendações de segurança e, programas de prevenção com a participação dos trabalhadores, avaliando e auditando os resultados destas ações, promovem a capacitação do trabalhador, através de cursos, palestras e outros recursos técnico-pedagógicos, orientando também os trabalhadores terceirizados quanto à Segurança e Saúde no Trabalho.

Estudam as condições de segurança dos locais de trabalho, das instalações e das máquinas e equipamentos, identificando seus pontos de risco, recomendando a implantação de dispositivos de segurança e outras proteções; planeja e desenvolve a implantação de técnicas relativas a gerenciamento e controle de riscos, vistoria, avalia e indica medidas de controle sobre o grau de exposição a agentes agressivos de riscos físicos, químicos e biológicos.

Também analisam riscos, acidentes e falhas, investigando causas e propondo medidas preventivas e corretivas, entre outras competências.

A sua Classificação Brasileira de Ocupações – CBO é de n° 3.516, onde prevê essas e outras atuações e funções no exercício da profissão, que foi publicado pelo Ministério do Trabalho e Emprego e, disponível no site deste Ministério, sendo construído anteriormente em três etapas: descrição, avaliação e co-avaliação, com a participação da FEA/USP, MTE, SEMTEC/MEC, Fundacentro, Representação Patronal e dos Trabalhadores e, principalmente pela categoria, através de inúmeros diretores da Federação Nacional dos Técnicos de Segurança do Trabalho – FENATEST e por outros colaboradores, diretores dos Sindicatos Estaduais afiliados à Federação.

Para lembrar a importância deste profissional são realizadas diversas atividades pelo país em alusão a esta data.

Há a necessidade de diversas iniciativas para reduzir os acidentes e melhorar as condições de trabalho no Brasil.

A sociedade organizada deve fazer a sua parte e o governo de forma interministerial, deve propor medidas para aperfeiçoar as condições de trabalho, através de implantações de políticas públicas eficazes na área da segurança e saúde no trabalho.

E no caso das empresas, devem tratar a prevenção como parte integrante de suas atividades e de seus negócios, onde através de sistema de gestão, contemple a busca de ambientes seguros de trabalho, conforme determinou o 13º Congresso Mundial sobre Segurança e Saúde no Trabalho, promovido pela Organização Internacional do Trabalho -OIT, realizado no mês de julho deste ano em Seul - Coreia do Sul.

Uma dessas necessidades também é de poder contar com o apoio e iniciativa da Presidente Dilma Rousseff e, do Ministro do Trabalho Brizola Neto, para presentear esta importante categoria, que têm como seu objetivo maior, a regulamentação do Conselho Federal dos Técnicos de Segurança do Trabalho – CONFETEST, que além de almejar o objetivo da categoria, poderá colaborar com o Estado de uma forma positiva, na redução dos acidentes no trabalho no país, vindo colaborar e muito, com a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho e no Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho, ambos sancionados recentemente pela Presidenta da República.

O processo do anteprojeto de lei de iniciativa do governo (nº 46010.001767/2003-99) e a Exposição de Motivos (nº 16 de 08.12.2004), que já foi enviado pelo Ministério do Trabalho e Emprego para a Casa Civil da Presidência da República, ao Ministério do Planejamento e para a Advocacia Geral da República.

Atualmente esse anteprojeto de iniciativa do governo, se encontra no Gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego.

O país precisa investir mais em prevenção e gastar menos com acidentes de trabalho, pois a prevenção é o principal instrumento para a redução dos enormes índices de acidentes e de doenças ocupacionais que temos no Brasil e, esses profissionais são de suma importância nesta atual conjuntura.

Parabéns para todos os Técnicos de Segurança do Trabalho pela sua data comemorativa, que trabalham em defesa da segurança e saúde de todos os trabalhadores, indiscriminadamente, que acreditam e apostam em dias melhores, novas conquistas, lutando contra o preconceito e atitudes antiéticas e, principalmente pela conquista definitiva de seu Conselho Próprio, que é o Conselho Federal dos Técnicos de Segurança do Trabalho -CONFETEST; conquistando assim, definitivamente, a sua independência, melhoria em sua atuação profissional, vindo dessa forma colaborar com o Brasil e com o povo trabalhador brasileiro, na divulgação de práticas preventivas e, principalmente, colaborando de uma forma mais segura, na redução dos acidentes no trabalho e, das doenças ocupacionais.

Sr. Presidente, peço, respeitosamente, que este pronunciamento entre nos anais desta Casa como forma de parabenizar os Técnicos de Segurança do Trabalho pela passagem do seu dia - 27 de novembro.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Resultado do Oitavo Congresso de Canais Comunitários realizado ontem em Brasília

Plano de Metas da nova direção da ABCCOM Gestão 21/12/2012 a 20/12/2016

1 – Definição de uma Política Nacional para as TVs Comunitárias pelo Ministério das Comunicações.

2 – Criação de um Fundo Nacional de Apoio e Desenvolvimento das TVs Comunitárias:

2.1 – Com recursos para aquisição de sede própria.

2.2 – Com recursos para aquisição de equipamentos de transmissão e de produção visando adequar à implantação da TV digital e a extinção do sinal analógico em 2015/2016.

2.3 – Com recursos para a produção, pagamento de salários e demais despesas.

3 – Solicitação aos governos federal, estaduais e municipais destinação de percentual do montante publicitário institucional para os canais comunitários.

3.1 – Apresentação de projetos de lei nos legislativos para garantir percentagem do bolo publicitário de cada ente da federação para as mídias comunitárias, seguindo modelo do PL nº 1152/2012, em tramitação na Câmara Legislativa do DF, de autoria do deputado distrital Cristiano Araújo (vide site www.abccom.tv).

4 – Cobrar do Governo Federal a regulamentação da veiculação de publicidade comercial nos canais comunitários.

- 5 – Cobrar do Ministério das Comunicações publicação da regulamentação do Canal da Cidadania que permitirá a presença das TVs Comunitárias no modelo digital.
- 6 – Agilizar a ocupação do canal comunitário nacional, via satélite, conforme definição da Lei 12.485/2011.
- 7 – Transformação das TVs Comunitárias em Pontos/Pontões de Cultura.
- 8 – Transformação das TVs Comunitárias em Escolas de Mídia Comunitária.
- 9 - Transformação das TVs Comunitárias em Agentes Culturais para terem acesso aos recursos dos FACs – Fundos de Apoio à Cultura dos Estados.
- 10 – Atuar por investimento da Secretaria de Economia Criativa do Ministério da Cultura nas TVs Comunitárias.
- 11 – Atuar por investimento da Secretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho nas TVs Comunitárias.
- 12 – Apoio a iniciativa da Abccom de se tornar parceira do programa PALCO - Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento do IPTV.BR, uma iniciativa de 8 universidades brasileiras, CGI.BR, RNP, Proderj, EBC, ACERP, ITU-T e W3C Brasil, além de outras instituições internacionais.
- 13 – Atuar pela aprovação de projeto de lei que altera a composição do Conselho Nacional de Comunicação do Congresso Nacional para incluir a ABCCOM.
- 14 – Atuar pelo acesso ao acervo de filmes e vídeos da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, da Fundação Palmares e dos produtores negros.

15 – Efetivar convênio com a Programadora Brasil - programa da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura que visa ampliar o acesso às produções recentes e aos filmes representativos da nossa cinematografia e que estão fora do circuito de exibição.

16 – Renovar o convênio de parceria, capacitação e co-produção com a TV Brasil/EBC. Afinal, a lei de criação da EBC responsabiliza a empresa pela construção e desenvolvimento do sistema público de televisão no país.

17 – Atuar em prol da criação do Instituto de Pesquisa em Comunicação Pública, aprovado no segundo Fórum Nacional de TVs Públicas.

18 – Continuar atuando junto ao STF – Supremo Tribunal Federal pela aprovação da ADIN – Ação Direta de Inconstitucionalidade da ABCCOM, impetrada contra a Lei 12.485 de 2011, cujo parágrafo quinto do artigo 32 fere direitos e discrimina as TVs Comunitárias. O parecer do ex-ministro Ayres Brito é favorável à nossa ação. Na ação, a Abccom pede a revogação do parágrafo, cuja íntegra é a seguinte: *“Os canais previstos nos incisos II a XI deste artigo não terão caráter privado, sendo vedadas a veiculação remunerada de anúncios e outras práticas que configurem comercialização de seus intervalos, assim como a transmissão de publicidade comercial, ressalvados os casos de patrocínio de programas, eventos e projetos veiculados sob a forma de apoio cultural”*.

19 – Atuar pela realização do III Fórum Nacional de TVs Públicas para discutir as reivindicações e o fortalecimento da comunicação pública do país e das emissoras vinculadas a

ABCCOM, ABTU – Associação Brasileira de TVs Universitárias, ASTRAL – Associação Brasileira de Rádios e TVs Legislativas e ABEPEC – Associação Brasileira de Emissoras Públicas Educativas e Culturais.

20 – Atuação mais ativa da ABCCOM na FRENTECOM – Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito a Comunicação com Participação Popular.

21– Reivindicar o cumprimento das decisões da 1ª Confecom – Conferência Nacional de Comunicação.

22 – Reivindicar a convocação da 2ª Confecom.

23. Atuar em defesa de emendas parlamentares estaduais e municipais, aos respectivos orçamentos, para a produção de conteúdo cultural e renovação do parque tecnológico para as TVs Comunitárias, em parceria com as Secretarias de Cultura.

--

Paulo Miranda

Primeiro Vice-Presidente da ABCCOM

Face: AbccomTV

Site: www.abccom.tv

Telefone: [61.99827705](tel:61.99827705)

ENAFIT - Encontro Nacional de Auditores Fiscais do Trabalho

CARTA DE SALVADOR

Os Auditores-Fiscais do Trabalho reunidos em Salvador durante o 30º Encontro Nacional da Categoria, buscaram respostas para uma pergunta que inquieta e envergonha: *Por que a proteção ao trabalhador está em risco?*

Paineis, palestras, mesas redondas, depoimentos de juristas, intelectuais, parlamentares e dos próprios Auditores-Fiscais levaram a conclusões e muitos porquês, que nós, Auditores-Fiscais do Trabalho, queremos compartilhar com toda a sociedade, porque nossa atividade é essencialmente voltada à defesa do trabalhador.

Prova do nosso compromisso é o Movimento Ação Integrada, uma parceria do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho – Sinait com a Organização Internacional do Trabalho - OIT, para a qualificação profissional com objetivo de incluir os egressos de condições análogas à escravidão no mercado de trabalho.

Somos protagonistas da luta pela defesa do trabalhador e é nosso dever denunciar as mazelas que assolam o nosso país no que diz respeito à proteção daqueles que contribuem para o desenvolvimento da nação

Por que a proteção ao trabalhador brasileiro está em risco?

Porque os princípios fundamentais da Constituição Federal, de cidadania, dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho estão sendo desrespeitados, por meio da precarização das condições de trabalho.

Porque o absurdo número de acidentes do trabalho – apenas em 2011 foram mais de 700 mil notificados, que resultaram na invalidez de 14 mil trabalhadores e 2.800 mortes – é uma irresponsabilidade que vem sendo sistematicamente ignorada e que eleva sobremaneira o custo Brasil. Estes dados referem-se apenas aos trabalhadores formais. Estudos apontam que o número de mortes por acidentes de trabalho chegam a 20 mil por ano, atingindo inclusive, crianças e adolescentes.

Porque a ameaça de flexibilização da legislação referente à terceirização é um desrespeito ao trabalhador, que está vendo segmentos retrógrados da sociedade defenderem o capital, em detrimento do povo brasileiro. A terceirização se tornou um dano social, porque enfraquece o trabalhador, na medida em que impede a efetivação de direitos, admitindo cidadãos de segunda categoria.

Porque a falta de investimento em educação cria brasileiros que não conhecem seus direitos e se submetem ao trabalho degradante como única forma de sobrevivência. Enquanto isso parte do empresariado contribui para a existência de trabalho escravo e trabalho infantil, chagas que nós sempre iremos repudiar e combater.

Porque a falta de Auditores-Fiscais ameaça os trabalhadores. Somos apenas 2.900 para dar proteção a mais de 90 milhões de trabalhadores e ao invés de ampliar o número de Auditores, o governo realiza concursos públicos que sequer repõem o número de aposentados. Consideramos essa postura um descaso com o trabalhador e com a nossa categoria que sempre teve a coragem de fazer o enfrentamento nos mais longínquos rincões de um território extenso, de difícil acesso.

Porque deliberadamente o governo federal sucateia as estruturas do Ministério do Trabalho e Emprego e enfraquece a capacidade de atuação da Auditoria-Fiscal por meio da diminuição dos valores do orçamento destinado à manutenção das ações de fiscalização.

Porque os Auditores-Fiscais sofrem pressões de todas as formas, inclusive sob as mãos da violência, cujo exemplo mais marcante foi a execução dos colegas Eratóstenes, Nelson, João Batista e do motorista Aílton, no cumprimento do seu dever legal. O episódio ficou conhecido como Chacina de Unai e depois de quase nove anos a Justiça ainda não puniu os assassinos.

A Categoria leva ao conhecimento da sociedade todos esses fatores que impedem a proteção do trabalhador, porque acredita que só é desenvolvido o país que defende aqueles que contribuem para ampliar suas riquezas. Somos a interface do governo com a sociedade e no que depender de nós, esta história de descaso vai mudar, porque como disse Jorge Amado, "... *Eu o tentarei (...), pois o importante é tentar, mesmo o impossível!*".

Salvador, 23 de novembro de 2012.

Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho – Sinait
30º Encontro Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho - Enafit

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Casildo Maldaner, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cássio Cunha Lima.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Senador Paim, nos termos regimentais, a solicitação de V. Ex^a será acolhida.

Quero aproveitar para cumprimentar V. Ex^a por toda uma trajetória de trabalho em defesa, de forma coerente, de forma dedicada, ética e leal, dos trabalhadores do Brasil, dos aposentados.

E ao ocupar a tribuna com seu pronunciamento, nesta oportunidade, somo-me a ele para que possamos também felicitar todos aqueles que celebram a sua data neste instante.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Cássio Cunha Lima, permita que eu diga a V. Ex^a, pelo respeito que tenho a sua história, começamos na Constituinte juntos, que sobre dois projetos de V. Ex^a nos quais eu tinha dúvida, e tinha uma análise contrária, achei sábia a decisão de V. Ex^a.

V. Ex^a entrou com requerimento para que façamos duas audiências públicas para debater o tema. Eu assinei junto o seu pedido. Sei que sua intenção é das melhores, por isso faremos as audiências públicas com a participação da sociedade civil. Sua ideia entendo que tem lógica, mas temos só que ajustar ao conjunto do movimento social.

Meus cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Perfeito.

Faremos o debate no momento oportuno. Felicito V. Ex^a mais uma vez pelo seu pronunciamento.

Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner para que possa fazer uso do tempo regimental, saudando a presença de S. Ex^a na tribuna desta Casa.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Obrigado a V. Ex^a, Senador Cássio Cunha Lima, que preside esta sessão.

Uso estes poucos minutos que me confere o Regimento, Sr. Presidente e caros colegas, para fazer um registro e um breve relato da viagem de que tive a honra de participar, uma missão oficial à China, de onde regressamos nesta madrugada. Foi uma missão chefiada pelo eminente Senador Flexa Ribeiro, com os colegas que participaram da comitiva: Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Agripino Maia, Cícero Lucena, Vanessa Grazziotin e Aloysio Nunes Ferreira.

Nós estivemos na China, no Parlamento chinês inclusive, com a nossa representação de oito colegas dos 81 Senadores – praticamente 10% do Senado Federal se fez representar. O Senador Flexa Ribeiro,

coordenador desse grupo Brasil-China, aproveitou para fazer o convite para que viessem ao Brasil, participar de uma comemoração que o Senado vai prestar, que o Brasil vai prestar, no próximo dia 10 de dezembro, quando os Correios brasileiros vão lançar um selo em homenagem aos 200 anos de imigração chinesa no Brasil. Será um momento muito importante.

Já houve uma missão da China aqui no Brasil há questão de uns dois meses e nós fomos devolver essa visita, pois o entendimento que se realiza entre o Brasil e a China é muito importante.

O grupo composto pelos oito Senadores, conforme declinei, além de visitar a Assembleia Popular Nacional da China, em um debate que lá tivemos com eles, e assembleias estaduais e municipais, esteve em entidades voltadas ao comércio e às relações exteriores daquele País.

O fato é sabido. O gigante chinês, que, ao longo dos últimos anos, provoca uma verdadeira revolução econômica, com profunda alteração dos eixos tradicionais do mercado internacional, preserva relações comerciais extremamente relevantes para o Brasil. Trata-se de nosso maior comprador, respondendo sozinho por mais de 17% de nossas exportações em 2011, um valor estimado em US\$44,3 bilhões. É ainda o segundo país de quem mais importamos produtos, com uma participação de 14,5% do total importado.

Essa proeminência econômica, contudo, não diz respeito unicamente ao Brasil. Globalmente, a China, com seu um bilhão e 340 milhões de habitantes e um PIB de US\$7,4 trilhões, é o segundo maior comprador mundial e o maior exportador.

Uma das várias razões desse crescimento pode ser comprovada em qualquer visita ao País: o forte investimento em infraestrutura, dotando-a de capacidade de suportar e garantir condições para o seu crescimento.

Tivemos a ocasião de conhecer, por exemplo, a Companhia Nacional de Rede Elétrica da China, a maior empresa de transmissão e distribuição de energia elétrica do mundo. Outros exemplos estão no imenso porto em Xangai, que movimentam mais de 30 milhões de containeres por ano, além da eficiente rede ferroviária, contando inclusive com um trem-bala que percorre longas distâncias com velocidade superior a 300 quilômetros por hora. Tivemos, inclusive, a ocasião de ir de Pequim a Xangai, um trajeto de 1.200 quilômetros, num trem desses. É um espetáculo viajar com um trem desses, numa velocidade de 300 quilômetros por hora. Eles são avançados nesse campo.

São, sem dúvida, para finalizar, Sr. Presidente, lições que temos que aplicar cada vez mais. A aproximação e o aprofundamento de nossas relações com a China deve se intensificar. Para tanto, temos também

de pensar em soluções logísticas. Cito o exemplo catarinense, Estado com perfil exportador que deve buscar novas saídas para alcançar o Oriente. Nossa região do oeste catarinense, por exemplo, que está no centro geográfico do Mercosul, pode mandar seus produtos via Chile, alcançando uma vital ligação com o Oceano Pacífico. Para tanto, precisamos, obviamente, criar uma efetiva linha férrea integradora que conecte nossas regiões produtoras e leve nossos produtos pelo Atlântico e também, por que não, pelo Pacífico.

A China nos traz, finalizando, outras tantas lições na educação, cultura, disciplina e história, igualmente ricas e valiosas. Deixo, contudo, ao Senador Flexa Ribeiro, nosso coordenador dessa viagem, que por certo fará os relatos mais aprofundados dessa missão de que nós tivemos a honra de participar com os demais sete colegas que há pouco declinei.

Deixo, portanto, este registro nesse momento, Sr. Presidente, entendendo que vale a pena o Brasil participar desse caminho e dessa parceria com esse grande país.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a pela compreensão no cumprimento do tempo regimental.

Próximo orador inscrito.

Concedo a palavra, com muita alegria, ao Líder do PSDB, ao meu Líder, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Cássio Cunha Lima, a alegria é minha ao vê-lo presidir esta sessão, Senador Ataídes, que nos visita e brevemente estará retornando a este Senado, Senador Cyro Miranda, que, logo a seguir, se pronunciará, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, mais uma vez se visualiza uma estratégia de marketing adotada pelo Governo que tem por objetivo, mais do que preservar a Presidente da República, transferir à opinião pública do País a ideia de que há um esforço descomunal para se fazer uma faxina na Administração Federal. É o que se pretende impor à opinião pública brasileira através da mistificação, da manipulação dos fatos e das informações, sobretudo da estratégia que se adota para selecionar eventuais alvos que possam ser atingidos nessa fase de denúncia e de investigação e poupar aqueles que querem preservar a qualquer preço.

Hoje isso ficou claro, pela manhã, quando, na Comissão de Educação, tivemos a oportunidade de submeter um requerimento que pretendia convocar para se pronunciar no Senado o consultor jurídico do Ministério da Educação envolvido nesse esquema de

fraudes que a Polícia Federal desvenda agora, colocando na cadeia alguns dos seus artífices.

A justificativa é que devemos ouvir o Ministro.

Ora, nós sabemos o que dirá o Ministro. Dirá que o Governo já adotou as providências, já constituiu uma comissão de inquérito e que nada além disso poderá afirmar. Não revelará fatos. E aqueles que estão diretamente envolvidos, inclusive alcançados por interceptações de ligações telefônicas, com gravações decorrentes dessas interceptações, essas pessoas não podem ser ouvidas no Senado Federal. São protegidas. São blindadas.

Foi assim também logo depois, na Comissão de Fiscalização e Controle, quando requerimentos foram sobrestados. Não rejeitados, mas sobrestados.

Amanhã teremos o prosseguimento dessa tentativa de aprovar requerimentos como, por exemplo, aquele que convoca a Sr^a Rosemary, que é Chefe de Gabinete do Escritório da Presidência da República em São Paulo, já sob suspeição desde a CPI dos Cartões Corporativos, em 2008, quando tentamos convocá-la para depor sobre gastos excessivos, fracionamento de despesas para evitar licitações e aquisições não adequadas para o exercício da função do Escritório de Representação da Presidência da República em São Paulo. E mais, com endereço residencial forjado, constando no cartão corporativo da Sr^a Rosemary o endereço residencial da sede da Sociedade Rural do Norte do Paraná, na cidade de Londrina. Um fato curioso. Por que o endereço residencial da Sr^a Rosemary, Chefe de Gabinete do Escritório da Presidência da República em São Paulo, deveria ser em Londrina, no Paraná? Não sei nem mesmo se conhece a minha cidade.

Aliás, essa senhora visitou 23 países na comitiva oficial do Presidente Lula e agendou inúmeras reuniões com empresários para o comparecimento do Presidente Lula, sempre revelando muita proximidade com o Chefe de Estado, sempre revelando muita intimidade com o Governo do País, sobretudo com a Presidência da República. Manteve-se no cargo, e a Presidente Dilma foi obrigada, agora, a exonerar essa funcionária de confiança do Governo petista, ela que assessorou o Ministro José Dirceu durante cerca de 10 ou 12 anos e a quem recorreu no momento em que foi convocada pela Polícia Federal.

O que nós queremos registrar é o nosso inconformismo com essa postura insincera de quem tenta passar a ideia de que há no Governo um esforço de moralização. As atitudes se contrapõem a essa manifestação, porque não é, evidentemente, plausível admitir que se convoque o Ministro, mas que não se convoque o servidor público envolvido diretamente no esquema de corrupção. No caso do Ministério da Educação, as

gravações demonstram que a relação de promiscuidade se deu com a obtenção de senhas, para facilitar informações, a fim de que licitações fossem dirigidas, naquela pasta de grande importância para o País que é Ministério da Educação.

No outro setor da Administração Pública, a Anac, as agências reguladoras, tivemos aqui um episódio importante, com a rejeição, por duas vezes, da indicação do Sr. Vieira. Na terceira vez, teve o seu nome aprovado. Ora, por que essa insistência? Por que esta imposição? Seria ele insubstituível? Seria ele alguém indispensável para a atividade, a ponto de promover esse desgaste político com a insistência na aprovação do seu nome? Agora, se sabe por que.

Ele tinha uma defensora poderosa, a Sr^a Rosimeire, ela foi responsável pela sua indicação. Nesse esquema de aparelhamento do Estado, de loteamento dos cargos, de inversão de prioridade, quando se confere ao partido político, quando se prestigia a agremiação partidária, como contrapartida ao apoio que oferece ao Governo. Esta área é essencial agora ser investigada, Senador Cássio Cunha Lima, porque, há pouco tempo, nas privatizações dos aeroportos, levantou-se a suspeita de que as empresas vencedoras não eram as mais credenciadas, e foram vencedoras. Empresas mais credenciadas foram preteridas.

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Essa suspeição se levantou à época. Agora, é preciso investigar para confirmar se houve contaminação do processo de privatizações com a presença dessa quadrilha na estrutura da administração federal, fraudando licitações, beneficiando desonestos.

O Senado deveria reagir de forma mais veemente. A bancada governista não deveria convalidar procedimentos desta natureza. Deveria, isto sim, avalizar a convocação de todos os que se envolveram nesse processo.

Nós confiamos na Polícia Federal, confiamos no Ministério Público. Aplaudimos a Polícia Federal como instituição independente e o Ministério Público. Mas o dever desta Casa é propor transparência aos fatos, é colocar o mal à luz para que ele possa ser conhecido pela sociedade brasileira e condenado por todos nós.

Portanto, Sr. Presidente, vou repetir o que já disse inúmeras vezes: esses escândalos são fabricados pelo sistema promíscuo, que estabelece uma relação desonesta do Poder Executivo com o Legislativo, com os partidos políticos, políticos de um modo geral e agentes privados. É o sistema do balcão de negócios, onde moram os chupins da República.

Sim, nós temos que combater esse sistema. Os políticos de bem – e eles existem – devem assumir essa

missão, a missão – a meu ver essencial – de destruir esse sistema de promiscuidade que é sustentado no Brasil, especialmente há dez anos. Não que tenha se iniciado nesses dez anos, mas que se consolidou, que se afirmou, que se ampliou e que foi transplantado para alguns Estados e Municípios do País. Esse é o sistema fábrica de escândalos, que não se esgotarão enquanto o sistema estiver presente, estiver sustentado pela maioria política que, lastimavelmente, não tem ouvidos para ouvir o clamor da sociedade brasileira, já que esse sistema perverso é uma tragédia para o País, já que esse sistema permissivo depreda as finanças públicas e fragiliza a capacidade de investimento do Estado brasileiro nas várias unidades federativas. Esse sistema deve ser destruído.

Eu vou repetir. Eu serei repetitivo. Repetirei incansavelmente. Certamente muitos se cansarão de ouvir, mas, enquanto esse sistema estiver presente na atividade pública brasileira, terá o nosso combate. Nós iremos até o fim do nosso mandato no combate a esse sistema.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Senador Alvaro, não posso deixar de felicitá-lo pela oportunidade do seu pronunciamento, até porque tenho plena convicção de que o Senado da República, que tem o papel institucional de fiscalizar as atividades do Poder Executivo, não pode deixar de cumprir as suas obrigações neste instante grave da vida do País. Compreendo que há um movimento entre oposição e Governo que é legítimo na República. Contudo, a instituição Senado da República, Senado Federal não pode ficar alheio ao seu papel constitucional de apurar, fiscalizar, com o devido rigor, os fatos que estão sendo publicizados pela imprensa brasileira nas últimas horas.

Cumprimento V. Ex^a pela clareza e pelo espírito público do seu pronunciamento.

Concedo, com alegria – por que não –, a palavra ao Senador Cyro Miranda, pelo tempo regimental de 10 minutos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a, com a devida vênua do orador, me permitisse fazer um breve comunicado, em rápidas palavras. É possível, com a concordância do nosso orador inscrito pela liderança?

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Com a concordância do orador e com a boa vontade da Presidência, escuto V. Ex^a.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT. Sem revisão do orador) – Com a boa vontade de V. Ex^{as}, com certeza, não haveria dificuldade nenhuma.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a cidade de Cuiabá abriga, desde o último domingo, um evento considerado pela imprensa como “a maior edição de todos os tempos das Olimpíadas Escolares, categoria 15 a 17 anos”.

As competições, que começaram ontem, em seis locais diferentes da capital mato-grossense, se estendem até o dia 8 de dezembro, reunindo mais de quatro mil jovens atletas.

As medalhas serão disputadas em 13 modalidades, que incluem atletismo, basquete, ciclismo, futsal, ginástica rítmica, handebol, judô, natação, taekwondo, tênis de mesa, vôlei, vôlei de praia e xadrez.

Esta importante competição conta com representantes de 26 Estados do Brasil, mais o Distrito Federal, meu companheiro e amigo Cyro Miranda, além de uma delegação da cidade anfitriã e do Reino Unido, convidado internacional que nos privilegia com 20 atletas que participarão de três modalidades.

Segundo os organizadores, dentre medalhistas olímpicos e pan-americanos, o evento conta com a presença de Alison Cerutti, do vôlei de praia, medalha de prata nos Jogos Olímpicos de Londres 2012, da boxeadora Adriana Araújo, bronze em Londres 2012, do lutador de taekwondo Diogo Silva, ouro nos Jogos Pan-americanos Rio 2007, bronze em Santo Domingo 2003 e representante brasileiro nos Jogos Olímpicos de Atenas 2004 e Londres 2012, da ginasta Angélica Kwieczynski, que conquistou quatro medalhas nos Jogos Pan-americanos Guadalajara 2011, do mesa-tenista Hugo Hoyama, que soma dez medalhas de ouro em Jogos Pan-americanos e participante das últimas seis edições dos Jogos Olímpicos, da pentatleta Yane Marques, bronze em Londres 2012, da canoísta Ana Sáttila, caçula da equipe brasileira em Londres 2012, e da judoca Sarah Menezes, tricampeã das Olimpíadas Escolares, bicampeã mundial júnior e medalhista de ouro nos Jogos Olímpicos Londres 2012, além de outros ídolos do esporte nacional como Arthur Zanetti, da ginástica artística, Vanderlei Cordeiro, do atletismo, Erika Souza, do basquete, Luciano Pagliarini, do ciclismo, Lucila Viana da Silva e Maik Ferreira dos Santos, do handebol, Tatiana Lemos, da natação, e Anderson Rodrigues, do vôlei ... As Olimpíadas Escolares receberão observadores internacionais de comitês olímpicos e entidades esportivas de 14 países.

A integração social do jovem brasileiro por meio do esporte e a eficácia dessas iniciativas se vêm demonstrando altamente relevantes a cada experiência que acumulamos.

Fica aqui, portanto, registrado nosso orgulho e as nossas mais efusivas congratulações aos organizadores e participantes das Olimpíadas Escolares de Cuiabá.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, meu caro amigo Cyro Miranda e Sr. Presidente, Governador e Senador Cássio Cunha.

Muito obrigado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Parabéns, Senador Jayme Campos, por todas essas conquistas.

Sr. Presidente Cássio Cunha Lima, a quem eu agradeço a gentileza, Sr^{as} e Srs. Senadores, TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado, o julgamento do mensalão, com diversas lideranças do PT condenadas, parecia ser o encerramento de 2012. Mas lá vem mais corrupção! Não há como a Presidente Dilma negar esse escândalo envolvendo a Chefe de Gabinete da Presidência da República em São Paulo e mais um capítulo da herança maldita que o Presidente Lula lhe deixou.

É mais um capítulo de uma sequência de escândalos e de corrupção e tráfico de influência que explicam, em grande parte, por que o Governo da Presidente Dilma ainda não consegue fazer as obras de que o Brasil precisa.

A Ministra do Planejamento, Miriam Belchior, ao fazer o balanço do PAC, não teve dúvidas: disse que o atraso em obras é regra do jogo.

Antes foi a vez do Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, que chamou as carceragens brasileiras de medievais e disse que preferia morrer a cumprir uma pena longa em certos presídios, onde as pessoas são amontoadas. Tem razão.

O sistema funciona assim: todas as vezes em que as obras monitoradas atrasam, o Governo reajusta o prazo delas nos balanços, alongando a previsão do encerramento. Quando altera o prazo, o Governo também muda a classificação, colocando-as, muitas vezes, como adequadas. Por outras palavras, o Governo vai tocando as obras sem muita preocupação com metas, resultados e gestão. A obra está atrasada? Não há problema: reajusta-se o prazo e pronto.

Caso emblemático das mudanças é o trem bala. Os balanços do PAC 1 apontam que a licitação seria concluída em 2010. A concorrência não tem sequer edital. A previsão é que seja publicado em breve, mas o Governo mantém o sinal de adequado na obra.

O mesmo ocorre com as refinarias da Petrobras em Pernambuco e no Rio. Ambas estavam com previsão para conclusão em 2010, mas a refinaria do Nordeste tem 64% de execução, e a do Rio, 41%. O pior é que esses números nem podem ser considerados confiáveis.

No caso da Ferrovia Norte-Sul, o trecho entre Uruaçu e Anápolis aparecia, no balanço do PAC ante-

rior, com 99% da conclusão. No atual balanço, aparece com menos de 85%.

Sr. Presidente, as perguntas que não querem calar são óbvias, mas extremamente reveladoras e preocupantes. Em 10 anos, o Governo do PT não dava para mudar esse quadro? Em uma década, não dava para melhorar a gestão administrativa pública brasileira? Mas a refinaria no Nordeste tem 64% de execução, e a do Rio, 41%. O pior é que esses números também não são confiáveis. Em 10 anos, não dava para melhorar as condições dos presídios do Brasil? Em uma década, não dava para termos educação pública de qualidade? Em 10 anos, Senador Alvaro Dias, não dava para dotar o Brasil de infraestrutura adequada em portos, aeroportos, ferrovias e rodovias?

E a corrupção? Ah, essa sim, em 10 anos, deu para levar todos os anos, todos os dias. Essa não acaba nunca!

A verdade é que nem o governo do Presidente Lula fez as reformas necessárias para a construção de um Brasil moderno e contemporâneo, nem o Governo da Presidente Dilma tem mostrado força e vigor para agir nesse sentido.

Ao contrário de Fernando Henrique Cardoso, que estabeleceu as prioridades para fazer o Brasil andar e se desenvolver, o Presidente Lula ficou acomodado na bonança do ciclo de crescimento econômico que marcou boa parte de seu governo.

Nota-se que, mesmo assim, o Brasil, com toda a propaganda política e de *marketing* do governo anterior, sempre cresceu menos que os demais membros do BRIC e abaixo da média mundial.

O governo do Presidente Lula fez bem menos do que podia pelo Brasil, e a Presidente Dilma não tem como lavar as mãos e explicar tudo como herança maldita, tal qual fazia o seu antecessor.

Ela esteve à frente dos projetos estratégicos do governo Lula. É considerada a mãe do PAC. Grande parte dos problemas que o Brasil está enfrentando é herança de Dilma para Dilma. E a herança de Lula somada à herança de Dilma para Dilma cria um desafio extremo para o Brasil.

Se considerarmos que já vamos para o final do segundo ano do atual Governo, o que se revela é uma imagem bem diferente daquela montada pelos marqueteiros.

A Presidente Dilma não nos parece uma boa gestora. E isso não é apenas uma questão retórica ou discurso gratuito de oposição. Ela demite quem se envolve em corrupção, diriam seus seguidores. Isso é o mínimo que se pode fazer. E, mesmo assim, a Presidente só toma medidas dessa natureza quando a imprensa ou a Polícia Federal denunciam. Caso contrário, Sr. Pre-

sidente, os desmandos continuam, e o loteamento da máquina pública vai servindo a interesses estranhos aos da coletividade.

O Brasil tem problemas graves em setores estratégicos, e o atual Governo, assim como o anterior, não se mostra forte o suficiente para enfrentá-los.

A situação está fugindo do controle, e as autoridades já admitem publicamente a falta de gerenciamento de pontos estratégicos, como demonstrou a declaração do Ministro da Justiça e da Ministra do Planejamento.

As recentes declarações da Presidente da Petrobras reforçam a ineficiência administrativa do atual Governo. Graça Foster não teve como negar os prejuízos imensos da empresa e precisou admitir que as metas da gestão anterior eram faraônicas e sem qualquer viabilidade.

Enquanto sonhávamos como os *royalties* do pré-sal, fomos enganados, Sr^{as} e Srs. Senadores, com uma fanfarronice de metas furadas da Petrobras.

A Dr^a Graça Foster tem agora a árdua tarefa de colocar os pés no chão e refazer todo o trabalho da gestão anterior. Já se cogita até mesmo a possibilidade de faltar combustível até o fim do ano.

E a Vale, Sr^{as} e Srs. Senadores? Trocaram o Presidente, que sempre fez uma gestão de qualidade, e agora a empresa teve queda expressiva no valor de mercado. Era só o que faltava!

Não bastam os apagões um atrás do outro?! Parece até que estamos sob o regime de racionamento forçado de energia. Foram cinco apagões em uma semana, Senador Alvaro! Quando não apaga a Capital Federal, apagam dois Estados ali ou a Região Nordeste toda. Nem a Esplanada dos Ministérios está a salvo.

Esse quadro é particularmente constrangedor para o Partido dos Trabalhadores, que tanto criticou os apagões no governo Fernando Henrique. Mas o Presidente Fernando Henrique construiu termoelétricas e procurou interligar o sistema de transmissão de energia no País.

E o Governo do PT? O que fez o Presidente Lula e o que tem feito a Presidente Dilma para evitar que o Brasil fique às escuras? E olhem que a fama da Presidente vem da alardeada competência à frente do Ministério de Minas e Energia, origem do prestígio para se tornar a candidata à sucessão do Presidente Lula.

Mas não é só, Sr^{as} e Srs. Senadores. O Banco do Brasil já estava na boca do povo em razão das muretas em torno do mensalão, o que denotou inequívoco uso dessa valorosa instituição para fins políticos e partidários.

Nos aeroportos, há seguidos desrespeitos aos usuários. É *check-in* manual, voo cancelado, atrasos, e por aí vai.

Nem mesmo quando venceu o mito da privatização, o Governo da Presidente Dilma mostrou competência. Muito pelo contrário, fez uma bagunça com as regras dos leilões e afugentou as administradoras de grandes aeroportos ao querer empurrar goela abaixo dos empresários a Infraero como sócia e gestora.

A privatização dos portos, anunciada desde setembro, não passou de intenções. Agora, a Presidente resolveu apelar aos espanhóis para ver se encontra alguém para participar do leilão do trem-bala, seguiu as vezes adiado.

Sr. Presidente, o balanço de 10 anos do Governo do PT não é nada animador. Fez-se muito pouco para modernizar o Brasil e vencer os gargalos da competitividade e da infraestrutura.

Concedo, com muito prazer, a palavra ao nosso Líder, Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco/PSDB – PR) – Senador Cyro Miranda, os meus cumprimentos pelo brilhante discurso, um estudo cirúrgico que apresenta um diagnóstico completo...

(Soa a campanha.)

O Sr. Alvaro Dias (Bloco/PSDB – PR) – ...da realidade de um Governo, que é a consagração da incompetência administrativa. É o retrato, é a fotografia que V. Ex^a apresenta hoje dessa tribuna. Os gargalos estão aí: gargalos de logística – aeroportos, rodovias, portos –; a saúde é caos; educação em queda visível de qualidade; o PIB no fundo do poço. Nós verificamos – e os números estatísticos oficiais comprovam – que o Brasil é hoje, neste ano, o penúltimo colocado, na América Latina, em crescimento. Mas esta...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O Sr. Alvaro Dias (Bloco/PSDB – PR) – ...sempre foi a sua posição de rotina nos últimos anos (*Fora do microfone.*), uma situação que vai se tornando crônica em matéria de crescimento econômico. E V. Ex^a disse por quê: desperdício de oportunidades. Na era Lula, desperdiçaram-se oportunidades com os benefícios da bonança econômica internacional. E agora, como V. Ex^a bem coloca, Dilma não pode dizer que é vítima de uma herança maldita. Portanto, prezado Cyro Miranda, nosso Senador de Goiás, o Brasil precisa acordar. Este Governo precisa ser sacudido. O sistema da administração federal é a causa de tantos escândalos que se repetem sucessivamente. Mas não há mudanças, não há reformas. O Governo não deu um passo, um passo à frente do plano...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O Sr. Alvaro Dias (Bloco/PSDB – PR) – Eu vou concluir. Nenhuma reforma prometida, nenhuma re-

forma no governo Lula, nenhuma reforma no Governo Dilma. Aliás, no governo Lula, uma reforma às avessas da Previdência Social, agora contestada judicialmente, porque – comprovou-se – a reforma da Previdência foi aprovada com a compra de votos de Parlamentares. Parabéns a V. Ex^a, as minhas homenagens pelo discurso oportuno, fazendo o balanço desses 10 anos de incompetência administrativa.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Alvaro.

Termino, Sr. Presidente, dizendo: Presidente Dilma, reaja, saia dessas amarras, governe. Os brasileiros esperam por isso, os brasileiros precisam disso. Diga, Presidente Dilma, a que veio.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Antes de conceder a palavra ao Senador Valdir Raupp, próximo orador inscrito, eu gostaria de não apenas saudar, neste instante, o pronunciamento de V. Ex^a, sempre muito lúcido, sensato, equilibrado, manifestando preocupação com o Brasil e com os brasileiros, mas igualmente aproveitar essa saudação para, de forma muito especial, chamando para um sentimento telúrico, cumprimentar a presença, aqui na tribuna de honra do Senado da República, de dois grandes e extraordinários brasileiros, que são, para nossa honra, também conterrâneos paraibanos: Antonio Barros e Cecéu, ele de Queimadas, ela da nossa querida Campina Grande, acompanhada de Mayra, também outro talento da música brasileira.

Apenas para que possamos fazer a associação, este casal de paraibanos é o autor de sucessos como “Bate Coração”, “Óia Eu Aqui de Novo”, “Sou o Estopim”, gravando com nomes da música brasileira como Luiz Gonzaga, Jackson do Pandeiro, Marinês, Dominginhos.

A música popular brasileira sempre esteve muitíssimo bem representada por esse casal de paraibanos, e o destino me permite, da tribuna do Senado Federal, em nome de todos os pares e desta Casa, saudar e aplaudir a presença de Antonio Barros e Cecéu na nossa Casa.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Cássio Cunha; Sr^{as} e Srs. Senadores, não há dúvida de que existem problemas sérios no sistema político-eleitoral brasileiro – e isso é reconhecido tanto pela imprensa quanto pelos atores da política, representantes do povo e dirigentes partidários. O que não se consegue chegar ao consenso é quais são exatamente esses problemas, suas con-

sequências e as medidas pertinentes para aperfeiçoar as regras eleitorais.

Pelo que se pode observar da história recente do País, os problemas do sistema tornaram-se mais notórios após o início da vigência da Constituição de 1988, devido, em parte, ao aumento significativo do universo de votantes.

Como consequência, desde a segunda metade da década de 90, a reforma política está na agenda do Congresso Nacional. Entretanto, impasses sucessivos têm feito com que pouco avanço tenha sido obtido desde então. O que é lamentável, Sr. Presidente, pois o assunto é de extrema importância para o funcionamento democrático do Brasil. Acredita-se, inclusive, que, sem uma reforma profunda, os avanços democráticos logrados na vigência da Carta de 1988 podem se ver sob a ameaça das disfuncionalidades do sistema político-eleitoral.

São mais de 15 anos desde que a reforma político-eleitoral se encontra na agenda do Congresso Nacional. Na Legislatura de 1995/1999, foram criadas comissões especiais, na Câmara e no Senado, para apreciar a matéria. A Comissão da Câmara não concluiu seus trabalhos. A Comissão do Senado apresentou, após inúmeros debates, oito propostas de emenda à Constituição e três projetos de lei do Senado. Com o final da Legislatura, em 31 de janeiro de 1999, todas essas proposições foram arquivadas.

Na Legislatura subsequente, de 1999/2003, buscou-se uma estratégia diferente. Uma vez que a mudança em bloco revelara-se difícil, foi escolhido o caminho gradual, uma reforma “fatiada”, implementada por meio de alterações na lei, de modo a evitar o quórum qualificado que a mudança na Constituição exige. Entretanto, pouco êxito teve essa e outras tentativas subsequentes.

Em 2011, foram criadas, mais uma vez, comissões especiais sobre o tema na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. A Comissão do Senado Federal, dividida entre partidários da lista fechada e do chamado “distritão”, não logrou deliberar sobre mudança da regra eleitoral. Na Comissão da Câmara, prevaleceu uma fórmula eleitoral mista, que combina elementos da lista fechada e do voto majoritário.

Sr. Presidente, o fato é que, apesar das dificuldades inerentes às alterações no sistema político-eleitoral brasileiro, não devemos perder a oportunidade de debater e deliberar sobre uma reforma política que busque reduzir ou mesmo eliminar alguns dos problemas do atual modelo.

Recentemente, fui o relator na CCJ, do Senado Federal, da Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 2011, de autoria do Presidente José Sarney.

Essa PEC tem como fulcro a restrição das coligações eleitorais às eleições proporcionais, ficando apenas as coligações majoritárias, impedindo as coligações proporcionais. Na prática, acabará com os partidos de apenas um candidato, que se encostam em uma coligação para se fortalecer.

O que vemos aí, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são alianças de 19 partidos, de 20 partidos e até de 22 partidos. Como é que um prefeito, um governador ou até mesmo o Presidente da República, que tem hoje 18 partidos com bancadas na base do Governo, sem nenhuma... Não quero aqui menosprezar os pequenos partidos, sem nenhum demérito aos pequenos partidos, mas nós precisamos urgentemente mudar o nosso sistema eleitoral.

O que se observa, Sr. Presidente, é que as coligações eleitorais nas eleições proporcionais, em geral, constituem uniões passageiras, estabelecidas apenas durante o período eleitoral por mera conveniência, sem qualquer afinidade de programa ou ideologia entre os partidos coligados – o que, obviamente, enfraquece o sistema representativo em nosso País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, além da PEC 40/2011, que já foi aprovada por duas vezes – foi aprovada na CCJ, veio ao Plenário, foi feito aqui um requerimento para que voltasse à CCJ, foi aprovada novamente –, e, para minha surpresa, Sr^{as} e Srs. Senadores, partidos pequenos como o PSOL, o PDT, que é um partido de grande envergadura, mas é um partido que não tem uma grande bancada, votaram favoravelmente ao fim das coligações proporcionais. Então, nós aprovamos, já por duas vezes, na CCJ do Senado. E deve ser votada em breve aqui no plenário do Senado, indo para a Câmara dos Deputados. Seria, quem sabe, o início da reforma político-eleitoral aqui no Congresso Nacional.

Como falava, além da PEC 40/2011, existem inúmeras proposições legislativas, tanto aqui no Senado quanto na Câmara, que versam, entre outros temas, sobre: sistema eleitoral, perda de mandato por desfiliação partidária sem justa causa, cálculo de tempo de propaganda no rádio e na televisão, cláusula de desempenho, fidelidade partidária, coligações eleitorais, financiamento público de campanhas eleitorais, reeleição e duração do mandato dos chefes do Poder Executivo, unificação das datas das eleições, suplência de Senadores e domicílio eleitoral.

Todos esses assuntos estão no cerne da vida democrática de nosso País e, por isso mesmo, carecem de nossa atenção. O povo brasileiro deseja que sejam feitas reformas adequadas no modelo político eleitoral ora em vigor e, por isso, é necessário que

discutamos e votemos todas essas proposições aqui no Congresso Nacional.

Sr. Presidente, ontem mesmo eu fiz um pronunciamento sobre a reforma tributária. É sobre essas duas matérias que eu acho o Senado Federal e a Câmara dos Deputados têm que se debruçar, se não neste ano – porque não dá mais tempo, temos que votar o orçamento, está chegando o final do ano –, no início do próximo ano. Ao retornarmos ao trabalho em 2013, precisamos urgentemente nos debruçar sobre estas duas matérias, sobre estes dois temas: reforma tributária e reforma político-eleitoral.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Nobre Senador Valdir Raupp, o pronunciamento de V. Ex^a, com certeza, vai ao encontro de uma aspiração de toda a sociedade brasileira. Não há mais como retardar reformas que são absolutamente inadiáveis e essenciais para que possamos transformar o nosso País numa nação competitiva globalmente, moderna. Daí por que quero felicitar V. Ex^a pela oportunidade, pela lucidez, pelo brilhantismo do pronunciamento, para que nós possamos chamar à responsabilidade a sociedade e sobretudo o Senado da República, para as obrigações que temos até o final deste e para os desafios que estão por vir em 2013.

Cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Há um requerimento sobre a mesa, que passo à leitura:

Requeiro, nos termos regimentais, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do ex-Deputado Federal Sérgio Miranda.

Justificativa.

É com grande pesar que registramos o falecimento do ex-Deputado Federal Sérgio Miranda. Sérgio Miranda foi professor, Deputado Federal, por Minas Gerais, por quatro mandatos, de 1993 a 2006; também atuou como vereador em Belo Horizonte, de 1988 a 1992; por 43 anos, militou no Partido Comunista do Brasil (PCdoB); e, em setembro de 2005, filiou-se ao PDT.

Como Deputado Federal, atuou na CPI que investigou fraudes no INSS e na investigação dos assassinatos de fiscais do Ministério do Trabalho. O parlamentar era especialista em orçamento e empenhava todo o seu conhecimento para fortalecer os direitos sociais e a previdência.

A marca de sua presença no Congresso era o zelo com que ele se aprofundava nos assuntos que analisava, aprofundando-se nas questões,

e punha-se a examinar os detalhes dos projetos em votação. Quando debatia algum projeto, impressionava pela convicção com que defendia seu ponto de vista.

Sérgio era admirado e respeitado no Parlamento, onde esteve, em quase todo o seu tempo, na Bancada do PCdoB.

A morte de Sérgio é uma perda para os combatentes do Brasil. Todos nós, comunistas ou não, sentiremos sua falta e honraremos a sua memória. Senador Inácio Arruda, autor do requerimento.

Eu quero me somar, neste instante, à palavra transcrita no requerimento do Senador Inácio Arruda em relação ao Deputado Federal Sérgio Miranda, com quem tive a honra de conviver na Câmara dos Deputados, exatamente na Legislatura do período de 1994 a 1998. Lá estive e pude testemunhar, como Deputado Federal que fui, a lisura, a brasilidade, a ética, a correção moral de Sérgio Miranda ao longo de toda a sua trajetória como homem público. Indiscutivelmente, um grande brasileiro, um homem que honrou o Congresso com as melhores tradições do nosso País e que merece, naturalmente, todas as nossas homenagens neste instante.

É o seguinte o Requerimento, na íntegra:

REQUERIMENTO

Nº 1.015, DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do ex-Deputado Federal Sérgio Miranda.

Justificação

É com grande pesar que registramos o falecimento do ex-Deputado Federal, Sérgio Miranda.

Sérgio Miranda foi professor, deputado federal por Minas Gerais por quatro mandatos de 1993 a 2006. Também atuou como vereador em Belo Horizonte, de 1988 a 1992. Por 43 anos, militou no Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e em setembro de 2005, filiou-se ao PDT.

Como deputado federal, atuou na CPI que investigou fraudes do INSS e na investigação dos assassinatos de fiscais do Ministério do Trabalho. O parlamentar era especialista em orçamento e empenhava todo o seu conhecimento para fortalecer os direitos sociais e a Previdência.

A marca de sua presença no Congresso era o zelo com que ele se aprofundava nos assuntos que analisava, aprofundava-se nas questões, e punha-se a examinar os detalhes dos projetos em votação. Quando debatia algum projeto impressionava pela convicção com que defendia seu ponto de vista. Sérgio era admirado

e respeitado no Parlamento, onde esteve, em quase todo seu tempo, na bancada do PCdoB.

A morte de Sérgio é uma perda para os combatentes do Brasil. Todos nós, comunistas ou não, sentiremos sua falta. E honraremos sua memória.

Sala das sessões, 2012. – Senador **Inácio Arruda**.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Dessa forma, o requerimento será encaminhado como previsto no Regimento.

Na forma regimental, suspendo a sessão para que nós possamos acionar as campanhas da Casa

e convidar todos os Senadores presentes para que compareçam ao Plenário.

(A sessão é suspensa às 15 horas e 34 minutos e é reaberta às 15 horas e 40 minutos sob a Presidência do Sr. Casildo Maldaner.)

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Reaberta a sessão.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.016, DE 2012

Requer que seja quadruplicado o prazo para conclusão dos trabalhos referentes à reforma do Código de Defesa do Consumidor.

A Comissão Temporária destinada a examinar o a reforma do Código de Defesa do Consumidor, requer, conforme art. 374, inciso XVI, do Regimento Interno do Senado Federal, que o prazo para a conclusão dos trabalhos seja quadruplicado, fixando-se novo calendário que disporá sobre a ordem cronológica para a apresentação de emendas, relatórios parciais, relatório geral e votação do parecer final.

JUSTIFICATIVA

É latente a complexidade dos temas abrangidos na “Modernização da Reforma do Código de Defesa do Consumidor”, fato que requer uma análise mais pormenorizada deste colegiado, com efetiva participação dos demais membros da casa, além de possibilitar a coleta de informações junto a diferentes segmentos da sociedade.

Sala das Comissões,

(Assinaturas manuscritas e rubricas)
 RUBEN DE OLIVEIRA
 RICARDO FERREIRA
 RUBEN CARLOS VILA DE OLIVEIRA
 EDUARDO SACRARI
 CLETO MACHADO
 LUIZ EDUARDO

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – O requerimento que acaba de ser lido será votado após a Ordem do Dia.

Dando prosseguimento, vamos ouvir agora o eminente Senador pela Paraíba Cássio Cunha Lima.

S. Ex^a tem a palavra pelo tempo regimental.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, ocupo mais uma vez esta tribuna para chamar a atenção do Congresso Nacional, das autoridades brasileiras para um grave problema climático que vem sendo enfrentado no Nordeste brasileiro com esta que está sendo caracterizada como a mais longa, dura e penosa estiagem dos últimos 40 anos.

Eu já milito na vida pública há praticamente 30 anos, dos quais 26 no exercício do mandato eletivo. E nunca em tempo algum fiz política em caráter pessoal, sempre combati ideias e não pessoas. Porém, não posso deixar de registrar, em nome do Nordeste brasileiro e particularmente do Estado da Paraíba, que represento nesta Casa, a minha indignação com a entrevista concedida pela Ministra do Planejamento, Miriam Belchior, ontem, no prestigiado Jornal Nacional.

O Jornal Nacional fez uma ampla, isenta e equilibrada matéria – como é o costume editorial daquele telejornal, ouvindo os dois lados da notícia –, no que diz respeito ao atraso e, mais do que isso, à paralisação das obras de transposição do Rio São Francisco. E, ao ser indagada sobre o atraso, uma vez que o compromisso original para conclusão da obra, firmado pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, era o ano de 2012, a Ministra, com um quê de ironia, afirma que a obra poderá ficar pronta em 2015 e – abre aspas –, referindo-se ao povo nordestino – repito, abre aspas –, disse a Ministra: “Aquele pessoal tem fé”.

Aquele pessoal são os brasileiros que estão padecendo de sede e de fome, que estão no absoluto abandono, com a nossa economia sendo destruída a cada dia e a cada instante, lenta e silenciosamente, porque, ao contrário de outros acidentes climáticos, como, por exemplo, as enchentes, que promovem imagens impactantes de enxurradas, a seca, não – a seca mata, destrói, aniquila, de forma lenta e silenciosa. E estamos assistindo à omissão do Governo Federal em relação a uma tragédia talvez sem precedentes na história recente do Nordeste brasileiro.

A nossa pecuária está sendo dizimada: proprietários que possuíam 400 reses, hoje têm seu rebanho reduzido à metade; produtores de menor porte que possuíam 10 vaquinhas, hoje já não possuem mais nenhuma. A avicultura da Paraíba também sendo com-

pletamente desestruturada, e não só no nosso Estado, na região inteira, mas vamos olhar para o detalhe paraibano, que conheço de perto.

Até aqui, a Conab entregou na Paraíba 23 mil toneladas de milho, na proporção de 3 mil toneladas por semana, volume absolutamente insuficiente para atender às nossas necessidades. E o que é mais grave: em reunião recente com o Ministro da Agricultura e com diretores da Conab, a Bancada da Paraíba foi informada que haveria ainda a disponibilidade de outras 50 mil toneladas a serem entregues no nosso Estado, esbarrando – pasmem – num problema logístico: falta de armazenamento e capacidade de distribuição desse milho, enquanto a avicultura voa às penas, sem nenhuma intenção de fazer qualquer tipo de brincadeira com a tragédia, e a pecuária se dizima.

Nesse encontro com o Ministro Mendes Ribeiro... E quero aqui, mais uma vez, como o fiz na semana passada, registrar e consignar a lhanza dos gestos, a presteza da atitude, a preocupação do Sr. Ministro, que precisa de suporte técnico-burocrático para resolver a questão. Desta tribuna, na semana passada... Repito e reitero aqui apelo à Presidenta Dilma para que seja editado decreto reconhecendo o estado de emergência no Nordeste brasileiro. E para que o decreto? Para dar sequência a igual ato já adotado por prefeitos e governadores que já reconheceram o estado de emergência em seus respectivos Municípios e Estados, permitindo com esse ato a dispensa, por exemplo, de processos licitatórios para a contratação da estrutura logística para a distribuição do milho, para citar apenas um exemplo, do contrário, a Conab não terá capacidade de utilizar a infraestrutura do Porto de Cabedelo, que na atualidade dispõe de uma capacidade de armazenamento de 15 mil toneladas. Considerando que um navio, em regra, aporta com 20 mil toneladas, seria possível armazenar 15 mil toneladas de milho e, em caráter emergencial e imediato, fazer a distribuição das outras 5 mil toneladas, atendendo não apenas à Paraíba, mas também ao Rio Grande do Norte. Não havendo o decreto, a Conab tem que licitar, como determina a Lei das Licitações, a 8.666; e, licitando, não haverá mais pecuária, não haverá mais avicultura e suinocultura no Nordeste brasileiro.

O apelo que estamos dirigindo à Presidenta Dilma, mais uma vez, é que ela possa reconhecer a gravidade do instante que o Nordeste enfrenta neste momento e faça o decreto de reconhecimento da situação de emergência, para que não prevaleça o pensamento equivocado, *data maxima venia*, da expressão equivocada em relação ao que foi declarado também pela Ministra Miriam Belchior há alguns dias, quando disse: “No Nordeste não há problema, não está havendo

saques”, como se a inexistência de saques pudesse ser parâmetro e termômetro para medir a gravidade da situação. De fato, não têm ocorrido saques no Nordeste, que tem um povo ordeiro, trabalhador e, sobretudo, honesto. Saques têm ocorrido em outras partes do Brasil, e nós precisamos, como representantes do povo brasileiro, não apenas coibir, mas apurar esses saques.

E saindo do tema da estiagem no Nordeste – com o apelo já formulado para o reconhecimento do estado de emergência, além, claro de outros aspectos já mencionados, como a transposição do São Francisco, com as obras paralisadas –, disponibilidade de crédito para os pequenos e médios proprietários e produtores rurais. Só em nosso Estado, a Paraíba, o Banco do Nordeste vem executando mais de seis mil produtores. Seis mil produtores estão sendo executados pelo Banco do Nordeste. Esses não possuem mais crédito, esses não vislumbram no horizonte mais qualquer perspectiva de futuro.

Ao mesmo tempo, promessas que foram feitas de perfuração de poços, construção de cisternas também não saem do papel. Portanto, temos uma crise de suprimento de água, porque o programa de abastecimento com caminhões-pipas também não atende a necessidade, uma vez que o Exército Brasileiro, a despeito de toda a dedicação e de todo o esforço que vem desenvolvendo, não consegue dar vencimento à demanda. E hoje temos brasileiros, irmãos nossos, conterrâneos nordestinos padecendo de sede, tomando água barrenta!

É algo inadmissível, inaceitável que o Brasil, em pleno século XXI, ainda se depare com esse descaso, ainda se depare com essa situação de profunda desigualdade. É uma realidade desumana em relação a esta população carente do semiárido.

Por sua vez, foi anunciada também a Bolsa Estiagem, que, para a nossa surpresa, não foi formulada através de um cadastro especial. Repetiu-se tão somente o cadastro do Bolsa Família, o que, provavelmente, não garante o atendimento de todos aqueles que são realmente necessitados, sobretudo a população mais fragilizada que se encontra na zona rural do semiárido do Nordeste. E o problema não está adstrito à zona rural.

(Soa a campanha.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Cidades inteiras estão sem suprimento de água no Nordeste paraibano, abastecidas precária e provisoriamente com caminhões-pipas, e a população, pagando sempre muito caro ora por um caminhão de água, ora por um balde de água.

O que vem acontecendo – repito e insisto – é muito grave! A imprensa nacional já realizou algumas matérias, já produziu informações sobre o que vem

acontecendo no Nordeste, mas não retratou ainda a dimensão da gravidade do que vem acontecendo.

Portanto, precisamos, de uma vez por todas, adotar tanto as medidas de caráter emergenciais, as medidas para ontem, as medidas que não podem mais ser retardadas, as medidas que não podem mais esperar um minuto sequer e também cobrar, exigir, lutar para que as ações de cunho estruturante, notadamente a retomada e conclusão das obras...

(Soa a campanha.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – ... da transposição do São Francisco possam se converter numa realidade. Precisamos sempre lutar por esse Nordeste.

Conhecendo, Sr. Presidente, o carinho, o afeto que V. Ex^a tinha pelo meu saudoso pai, o poeta Ronaldo, eu encerro desta tribuna com um soneto que ele produziu há muitos anos, em que ele exatamente chamava a atenção do Brasil inteiro na sua forma poética, mas também política, para o descaso, para o desprezo, para abandono do Nordeste brasileiro e para a bravura à Antonio Barros e Cecéu da nossa gente.

Disse o poeta:

*Quando o grito de dor do nordestino
Unir-se à voz geral do desencanto,
Esse eco, de repente, faz um canto
E o canto de repente faz um hino.
E puro como um sonho de menino*

(Interrupção do som.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) –

*Será cantado aqui e em qualquer canto,
Como símbolo, estandarte, como manto
De um povo que busca o seu destino.
Quando esse hino, pleno de ideal,
Canção de um povo em marcha triunfal,
For lançado ao sabor de seu destino
Aí se saberá sem ter espanto
Que um eco de repente faz um canto
E um canto de repente faz um hino.*

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Cumprimento-o. V. Ex^a vem seguindo os passos do pai, do grande Governador, do Senador, do colega no outro mandato da Casa. Isso é extraordinário. V. Ex^a sente as dores do povo da Paraíba e do Nordeste.

Meus cumprimentos também pelo pronunciamento. Inclusive, há pouco, vários prefeitos e vereadores do oeste catarinense, do meu Estado, encontravam-se na tribuna assistindo ao pronunciamento de V. Ex^a. Os reflexos dessa seca que sente o Nordeste, é claro, com mais peso, sem dúvida alguma, sentimos também no

oeste catarinense, não só no Rio Sul, no nordeste, a parte do Paraná. E para o deslocamento da matéria-prima, que são os grãos para transformar em carnes a avicultura e a suinocultura, a nossa logística não serve. Há muita reclamação, pois a Conab não tem armazém em vários lugares, nós também não somos previdentes nesse sentido. E V. Ex^a trouxe um tema profundamente presente, relatando o que o País vem sentindo em várias regiões do Brasil. Por isso quero lhe cumprimentar sinceramente.

E também há um detalhe: V. Ex^a declinou dos que estão no Bolsa Família, mas, ocasionalmente, isso afeta financeiramente muita gente que não está no Bolsa Família. Como fica esse pessoal?

Meus cumprimentos a V. Ex^a, Senador Cássio Cunha Lima.

Agora, na sequência dos inscritos, temos aqui...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, antes disso, o Senador Líder do Governo José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na Ordem do Dia de 5 de dezembro, na próxima semana, tenho os Requerimentos nº 101 e 102, que solicitam que o Projeto de Decreto Legislativo nº 538, de 2012, também tramite pelas Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos.

Portanto, peço a V. Ex^a que inclua esses dois Requerimentos na Ordem do Dia de hoje, para que possamos votar na hora adequada.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – A Mesa recebe o requerimento de V. Ex^a, Senador Pimentel, e, oportunamente, dará conhecimento dele.

Na sequência, está inscrito o Senador Cidinho Santos, do Estado de Mato Grosso.

V. Ex^a tem a palavra pelo prazo regimental.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco/PR – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, venho falar um pouco, Sr. Presidente, sobre uma categoria que admiro pelo trabalho que presta em todo o Brasil, que é a categoria dos nossos taxistas e sobre a preocupação deles neste novo momento em que alguns promotores entendem que o serviço de táxi é um serviço de concessão. Assim, deveria ser feita licitação para a prestação desse serviço. Isso deixa, com certeza, os nossos amigos preocupados, porque é

um trabalho prestado à sociedade brasileira há alguns anos e que muito tem contribuído com a nossa nação.

Verificando aqui no Senado, nós encontramos três projetos de lei que realmente regularizam a situação dos taxistas, transformando essa questão da permissão de serviço em autorização. Quando é permissão, conforme o próprio Ministério Público tem apontado, é necessário que as prefeituras façam licitação para a concessão desse serviço, o que poderá acarretar que grandes locadoras, grandes empresas venham a participar desse processo de licitação e usufruam de um serviço que hoje é feito por um pai de família. Muita gente, ao longo de sua vida, tem transformado isso numa profissão de avô para pai, de pai para filho. Isso se transformou, em muitos lugares brasileiros, em uma atividade que realmente merece nossa consideração pelos trabalhos e pelos serviços que eles prestam.

Em muito bom tempo, o Senado Federal toma para si a tarefa de fazer evoluir a vigente legislação que regula a circulação de táxis e de outros transportes públicos nas praças brasileiras. De fato, pelo menos três iniciativas, como disse antes, de proposição sobre esta matéria tramitam nesta Casa, destinadas não somente a alterar as regras em vigor, mas, sobretudo, a melhorar o controle, a fiscalização e a qualidade do trânsito e da mobilidade urbana em nossas cidades.

Nessa lógica, cabe destacar, em primeiro lugar, o Projeto de Lei nº 388, de 2012, que altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, instituindo as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Mediante tais alterações, revoga dispositivos dos Decretos-Leis nº 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943. Naturalmente, isso tudo leva o propósito de estabelecer um regime mais eficaz de prestação do serviço de transporte urbano, coletivo e individual no nosso Brasil.

Em verdade, a despeito da grande conquista representada pela norma legal vigente, aguardada desde a promulgação constitucional de 1988, constatou-se um grave equívoco a ser sanado. Trata-se da conceituação do serviço de transporte de passageiros prestado por carros de passeio, táxis, vans ou peruas, definido como transporte público individual.

Acontece que, apesar de portarem o selo de aberto ao público, a natureza privada desses serviços não pode ser mais confundida com a condição tipicamente pública do transporte coletivo. Assim, cumpre observar que a conceituação dessa modalidade específica de transporte de passageiros tem implicações na aplicação do disposto na Constituição. A alta carga contraditória encerrada nessas classificações termina por prejudicar a todos. E isso não pode continuar assim, dessa forma.

Por outro lado, Sr^{as} e Srs. Senadores, convém pôr em relevo o Projeto de Lei nº 5, de 2012, que mais especificamente aborda as condições necessárias para o exercício da função de taxista nas praças brasileiras, na sua amplitude de direitos.

Vale recordar que a regulamentação da profissão de taxista já havia sido aprovada no Congresso Nacional, em 2011, mas, devido a vetos substanciais, a essência da peça legislativa se desfigurou.

Por isso mesmo, o nosso colega e Líder do Bloco União e Força, Senador Gim Argello, considerou de extrema urgência restaurar o projeto original, recompondo o conjunto de medidas que conferiria aos taxistas o atendimento de antigas e justas reivindicações. Assim, faz-se imperativo o restabelecimento de aspectos do projeto de lei original.

Sem dúvida, os taxistas prestam serviço de inequívoca relevância para toda a sociedade brasileira e estão a merecer o reconhecimento adequado de sua profissão. A aprovação do projeto em apreço restabelece direitos cruciais para aqueles que transportam e zelam pela vida de seus passageiros com a responsabilidade e a dedicação que caracterizam tais profissionais.

Como bem frisa o autor do projeto, a iniciativa não irá beneficiar apenas os taxistas, mas também contribuirá para trazer maior segurança e confiabilidade aos próprios usuários do serviço. Em outras palavras, ganha a população brasileira, que deles depende rotineiramente para se locomover e realizar suas atividades pessoais e profissionais.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ambos os projetos lidam com a regulamentação e o aperfeiçoamento dos transportes urbanos em nosso País. Mesmo assim, não nos custa debruçar-nos com mais profundidade em pelo menos um deles. No caso específico do Projeto de Lei nº 388, o escopo das alterações da lei em vigor atravessa definições mais amplas e gerais. Na verdade, buscam-se correções, distinções e categorizações mais precisas do que a norma atual entende como transporte público coletivo e individual.

Segundo o que prevê o inciso V do art. 30, compete aos Municípios organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.

Desse modo, a manter-se a conceituação como “serviço público”, o transporte individual de passageiros somente poderia ser prestado diretamente pelas prefeituras ou por meio de concessão ou permissão.

Ora, como não parece razoável imaginar que o Poder Público Municipal venha a operar diretamente um serviço de táxis ou de vans, deduz-se que a definição vigente ensejaria a permanente necessidade de

licitação pública para a operação desses serviços. Tal circunstância evidentemente não se harmoniza com o caráter de transitoriedade e flexibilidade inerente a esses serviços. Enquanto o serviço público de transporte depende de condições contratuais estáveis e duradouras, o transporte individual de passageiros está mais associado ao regime de autorização do Poder Público, em face da mutabilidade de suas características.

Em suma, é esse o escopo da iniciativa em análise. De uma parte, altera-se a definição da natureza dos serviços de táxis ou de vans de público para “privado aberto ao público”, com o objetivo de adequá-la às características desse modo complementar de transporte de passageiros. De outra, determina-se, de forma consentânea com o mencionado dispositivo constitucional, que o transporte público coletivo seja prestado diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, bem como a possibilidade de que o transporte privado de passageiros venha a ser prestado sob regime de autorização, “atendidos – evidentemente – os requisitos estabelecidos em lei municipal relativos à segurança, higiene e conforto dos veículos e à habilitação dos condutores”.

Mas não é somente isso. Para enfatizar a pertinente apresentação do Projeto de Lei nº 5, comentado da tribuna do plenário agora há pouco, merece ser igualmente considerada a tramitação de um outro projeto de conteúdo próximo e igualmente relevante.

Cabe mencionar o Projeto de Lei nº 253, de 2009, que regula outro problema a afetar os taxistas do Brasil. Trata-se da transmissão, a qualquer título, de autorização para a exploração de serviço de táxi. De autoria do Senador Expedito Júnior, a proposta foi avaliada recentemente na Comissão de Serviços de Infraestrutura, que deliberou pela sua aprovação na forma de emenda substitutiva.

Tal emenda substitutiva, apresentada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, promoveu a devida correção...

(Soa a campainha.)

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco/PR – MT) –...da terminologia jurídica empregada no projeto. O substitutivo define a autorização para o exercício da atividade de táxi como um direito pessoal de caráter patrimonial, que pode, assim, ser objeto de negócios jurídicos, como a alienação, e também ser transmitido em herança.

Por outro lado, para se ressaltar o interesse público, o projeto firma a necessidade de que a transmissão da autorização somente possa ser efetuada para pessoa física ou jurídica que preencha os requisitos exigidos para a sua outorga.

Desse modo, com o substitutivo aprovado, ajustam-se as alterações indispensáveis para a conforma-

ção da proposição à ordem jurídica nacional, aperfeiçoando a regulamentação da matéria.

Com efeito, Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 253 reconhece que, apesar de não estar prevista em lei, a comercialização das autorizações para a exploração de serviços de táxi é uma prática enraizada e socialmente aceita. Na ausência de uma regulamentação, haveria um mercado informal, sujeito à demagogia e ao arbítrio das autoridades. A proposição em análise supriria a lacuna, propiciando confiabilidade jurídica a esse mercado, o que se refletiria em maior segurança também para o consumidor.

No contexto atual, entretanto, a proibição de transferências, como ocorre na maior parte dos Municípios, somente contribui para a criação de um mercado informal que, não estando sujeito à tutela do Poder Judiciário, fica vulnerável a todo tipo de fraude e violência.

Sr. Presidente, peço apenas mais dois minutos para concluir o meu pronunciamento.

A legalização dessas transações, portanto, é uma medida não apenas de justiça, mas também de segurança jurídica.

Nesse ambiente, o próprio colega Senador Renan Calheiros, em recente pronunciamento, comunicou o interesse pela matéria, agradecendo a sua designação como Relator do Projeto de Lei nº 253. Mais detalhadamente, para o Senador, o projeto é muito importante para os taxistas do Brasil, pois ajudará a acabar com a informalidade que ainda marca o mercado de autorizações para a exploração de serviços de táxi.

Na mesma oportunidade, ele ainda observou que muitas vezes, na grande maioria das cidades, a transferência de autorização ocorre à margem da legalidade, beneficiando pessoas sem qualquer qualificação profissional, o que implicaria riscos para quem utiliza o serviço. O Senador Renan Calheiros reforça ainda o objetivo de dar transparência às transmissões das autorizações, com base em requisitos técnicos de qualidade e segurança. Mais do que isso, elogia o dispositivo que determina que a transmissão somente poderá ocorrer com anuência do Poder Público local, tendo de atender os requisitos relativos à segurança, higiene e conforto dos veículos e qualificação de seus profissionais condutores.

Em suma, Sr. Presidente, reforçando a tese central dos Projetos de Lei nº 5 e nº 253, devemos endossar o argumento de que o serviço de táxi pode ser exercido por qualquer pessoa, desde que se satisfaçam os requisitos técnicos e de segurança.

Todo o processo de transferência será feito às claras, com fiscalização do Poder Público, reduzindo desvios, fraudes e favorecimentos indevidos. Com isso, contribuirá para acabar com a informalidade que

marca hoje o mercado de autorizações para a exploração do serviço.

Para concluir, não seria, em absoluto, exagero reiterar que os três projetos em tramitação nesta Casa – o de nº 388, o de nº 5 e o de nº 253 – devem ser considerados de extrema relevância para a sociedade brasileira, seja por tratarem de tema urgente para viabilizar formas mais adequadas de transporte nos centros urbanos, seja por regularizarem a situação há muito reivindicada pela maioria da categoria dos taxistas do nosso querido Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Cidinho Santos, pelas preocupações que traz à Casa.

Na sequência, pela ordem que estão presentes aqui no plenário, eu concedo a palavra ao eminente Senador Ricardo Ferraço pelo tempo regimental.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Ex^{mo} Sr. Presidente em exercício nesta sessão, Senador Casildo Maldaner, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, mudar de opinião não é vergonha para ninguém. O poeta Mário Quintana já dizia, com muita propriedade, que opinião só não muda quem não tem. Dois séculos atrás, também Kant dava uma lição que entrou para a história: o sábio muda de opinião, o ignorante nunca muda.

É com essa certeza e com essa convicção que pretendo, nesta tarde, fazer uma avaliação cuidadosa sobre o Novo Marco – já não tão novo assim – Regulatório do Petróleo, em especial, que foi adotado há 4 anos, ou seja, o regime de partilha para o pré-sal.

Se esse novo – porém, não tão novo – modelo nos pareceu naquele momento adequado, quando o Brasil ainda estava mergulhado na euforia da descoberta do pré-sal, em 2007.

Hoje vivemos um cenário completamente diferente, com outra conjuntura que precisa ser avaliada à luz dos dias atuais. Isso vale não apenas para a produção doméstica de petróleo, mas para a situação da Petrobras.

O recente relatório da Agência Internacional de Energia, agora do mês de novembro de 2012, é contundente ao apontar as transformações que vêm ocorrendo no mercado mundial, com o investimento em fontes alternativas de energia, o desenvolvimento de novas tecnologias e a descoberta de novas áreas de exploração de petróleo e gás no mundo.

Ora, Sr. Presidente, se as condições externas mudaram, nossa opinião também pode, aliás, mudar. É preciso que nós olhemos para essa conjuntura que estamos vivendo com bastante realismo e com bas-

tante precisão na dimensão de correr atrás do prejuízo e fazer um esforço coletivo, conjunto, para recuperar o tempo perdido.

Todos nos lembramos que o anúncio do tesouro negro no fundo do mar foi recebido, 5 anos atrás, como um presente da natureza, uma dádiva de Deus especialmente nas áreas em que nós percebemos toda a possibilidade da produção do pré-sal poder multiplicar por 3 as nossas reservas conhecidas.

O otimismo, até exagerado, mas os estudos apontavam, à época, para reservas da ordem de 80 bilhões de barris de petróleo e gás natural na camada pré-sal. Até então nossas reservas provadas não passavam de 14 a 15 bilhões de barris, portanto, de 14 a 15 bilhões para 80 bilhões, seguramente, um universo extraordinário em torno dessa descoberta.

O Brasil, então, poderia galgar à condição de 13º para 6º maior produtor mundial de petróleo, num futuro próximo, a partir de 2007. Ficaríamos atrás apenas da Arábia Saudita, do Irã, Iraque, Kuwait e Emirados Árabes.

Pois bem, nessa época, muitos países produtores já haviam aproveitado as cotações em alta do petróleo para a revisão dos seus contratos de exploração e as regras de tributação do setor. O objetivo era garantir uma poupança para o futuro, já que o petróleo, como se sabe, é uma riqueza não renovável, uma riqueza finita.

No Brasil, a preocupação com uma nova legislação para o setor foi redobrada com a riqueza potencial do pré-sal. Os contratos deveriam ser firmados em novos moldes, já que o risco da exploração seria muito baixo e a produtividade, elevada.

O marco regulatório ficou pronto em 2009, na forma de quatro projetos de lei aprovados um ano depois: o da capitalização da Petrobras; da instituição do modelo de partilha da produção; da criação do Fundo Social; e de uma estatal para gerenciar os interesses governamentais nos contratos de partilha e a comercialização do petróleo excedente.

Só que a indefinição em torno da redivisão dos *royalties* criou um impasse federativo tão grande que o regime de partilha ainda não saiu do pape! A última rodada de licitação promovida pela Agência Nacional de Petróleo aconteceu em 2008.

O resultado tem sido desastroso. A cada rodada não realizada, a perda potencial na arrecadação dos Bônus de Assinatura gira em torno de R\$1 bilhão; o prejuízo soma, portanto, pelo menos R\$4 bilhões.

Até o final deste ano, as áreas concedidas serão ou estarão reduzidas a um terço do tamanho de há 5 anos. Se há 5 anos, nós tínhamos aproximadamente 300 mil quilômetros de áreas exploradas, hoje estamos

explorando aproximadamente 100 mil quilômetros, o que significa um terço das áreas exploradas há 5 anos.

Se os negócios estão suspensos no Brasil, eles continuam a pleno vapor em outros países. Quando fazemos uma análise da pesquisa das cinco maiores empresas internacionais, de porte global, elas investiram, em 2012, algo em torno de US\$100 bilhões. Destes US\$100 bilhões que foram investidos em torno do mundo, nenhum desses dólares foi investido o Brasil por conta desse processo que nos submete a participação exclusiva como operadora por parte da Petrobras, já tão comprometida em tantos investimentos que não consegue no prazo contentar ou satisfazer a demanda do nosso País.

O impacto se reflete, Sr. Presidente, em toda a cadeia produtiva do petróleo e do gás. Em vez de 400 mil empregos, o setor poderia estar gerando pelo menos 2 milhões de empregos – e falo aqui de empregos formais, qualificados, com rendimentos muito superiores à média brasileira.

Não podemos perder mais tempo, acho eu. Num contexto de crise internacional, os negócios de petróleo e gás deveriam, isso sim, estar alavancando nosso desenvolvimento econômico e social.

O anúncio da retomada das rodadas de licitação por parte da Agência Nacional de Petróleo, no ano que vem é, evidentemente, muito bem vindo. Mas é preciso rever, e rever com urgência, os entraves criados pelo marco regulatório para resultados mais positivos no setor de petróleo e gás.

Sejamos aqui realistas. Reconheçamos aqui as evidências objetivas, concretas e reais dos últimos 4 anos. Cinco anos depois da descoberta do pré-sal, precisamos enfim admitir...

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) —... que esse tesouro não era tão fácil assim nem tão precioso quanto se supunha. Os custos e os riscos geológicos se revelaram bem maiores que o previsto; e a rentabilidade também menor.

E mais, o Brasil não será, como muitos imaginaram, “a última coca-cola gelada na face da terra”, em termos de energia. Várias descobertas foram anunciadas mundo afora desde que sonhamos alto com o pré-sal.

A Agência Internacional de Energia também destaca a aposta em fontes renováveis de energia e as mudanças provocadas por novas tecnologias de óleo e gás de xisto e pelo investimento em políticas de eficiência energética.

Em resumo, Sr. Presidente, *(fora do microfone.)* as grandes premissas que motivaram a mudança do marco regulatório no Brasil e a adoção do regime de partilha não se confirmaram no tempo. Vale aqui lem-

brar também que o modelo de partilha em que o contratado exerce por sua conta e risco as atividades de exploração e produção, e divide o petróleo encontrado com a União, foi adotado de maneira predominante nos países com problemas políticos e com baixa segurança jurídica e baixa segurança regulatória, em que a segurança regulatória é praticamente confundida como segurança de intervenção. Será esse o nosso caso? Está me parecendo, à luz das evidências, que sim.

E digo mais, no modelo brasileiro de partilha, a Petrobrás é operadora exclusiva dos campos e deve ter, no mínimo, 30%...

(*Soa a campanha.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – ...de participação nos consórcios com outras empresas. É responsabilidade em excesso, é risco em excesso, para ser assumido pela Petrobrás, uma companhia extraordinária, que todos nós brasileiros admiramos a sua capacidade técnica e dos seus profissionais, mas é responsabilidade demais para que a Petrobrás possa atender às demandas do País.

A companhia, da qual todos nós nos orgulhamos, tem, sim, *status* internacional de excelência na prospecção de petróleo em águas profundas. Mas não podemos, Sr. Presidente, ignorar, muito menos menosprezar, o fato de que a Petrobrás passou a apresentar resultados negativos e...

(*Interrupção de som.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – ...passou a enfrentar constantes dificuldades de caixa, em função das extraordinárias responsabilidades, das metas.

É certo que a troca de direção da empresa e (*Fora do microfone.*) um novo plano de negócios, com metas mais realistas, apontam para um cenário mais equilibrado, mais positivo, de maior transparência e de maior credibilidade para uma companhia, como é a nossa Petrobrás, de classe global.

Mesmo assim, o fato de ser a única operadora no regime de partilha está engessando, por demais, a companhia. Além disso, se não fosse a exigência de uma operação única, agentes privados poderiam muito bem estar trabalhando nas áreas de menor atratividade do pré-sal, segundo seu próprio interesse e percepção de risco.

Não vamos, aqui, ignorar, ainda, que o regime de partilha restringe o desenvolvimento tecnológico e a competitividade da indústria brasileira...

(*Soa a campanha.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – ...como fornecedora de peças e equipamentos para o setor de petróleo.

Foram esses os motivos que me levaram, Sr. Presidente, a apresentar um projeto de lei adotando o modelo de concessões como regime único para exploração de petróleo e gás no Brasil.

Para que reinventar a roda se o modelo de concessões já foi mais do que testado e aprovado em nosso País – e já caminho para o encerramento –, Sr. Presidente? Foi ele o marco de concessões que promoveu a abertura do mercado de petróleo e gás, em 1997. Foi ele que proporcionou o crescimento extraordinário do setor. Foi ele que fez com que no seu período a participação do arranjo de petróleo e gás (*Fora do microfone.*) saísse de 2% do Produto Interno Bruto para 10% do Produto Interno Bruto.

Foi durante o processo de concessão, por licitação, por competição, que nós vimos a tão desejada arrecadação pelos *royalties* saltarem, pasmem, de R\$200 milhões por ano para R\$20 bilhões por ano. Tudo isso por conta da competição, tudo isso por conta das portas e janelas de uma oportunidade que o Brasil se revelou. Foi também nesse período que o Brasil saiu da produção diária de 868 mil barris para 2 milhões de barris diários.

Então, foi uma época de prosperidade extraordinária e, se nós estamos hoje vivendo este momento, tudo isso é fruto, é consequência, é resultado das concessões que se fez, sobretudo, nos anos 2000, porque o tempo de maturação entre a pesquisa, a comprovação e a exploração é um tempo muito longo, Sr. Presidente.

E parece ser esse um tema que o Senado Federal, que o Congresso Nacional precisa fazer. Nós precisamos revisitar a decisão que adotamos a partir de 2008, para que, à luz das evidências e das novas realidades, nós possamos estar refletindo se não chegou o momento de revermos esse modelo que não chegou a ser implantado, que não saiu do papel, que não se mostrou, portanto, na realidade dos nossos dias, viável para que a indústria do petróleo e do gás pudesse dar uma contribuição muito (*Fora do microfone.*) maior ao nosso País.

Mas eu volto à tribuna, Sr. Presidente, em outra oportunidade, para que eu possa aprofundar um pouquinho os detalhes desse projeto que nós apresentamos, porque o que desejamos mesmo é fazer o enfrentamento desse que me parece um debate inadiável para o interesse nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC. *Fazendo soar a campanha.*) – Meus cumprimentos a V. Ex^a pela preocupação que traz, Senador Ricardo Ferraço...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – ...e pela importância que tem em relação ao País como um todo.

Pela ordem, Senador.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, dois assuntos. Primeiro, queria que V. Ex^a pudesse mandar verificar por que na minha fala, quando eu descida da tribuna, várias pessoas e vários e-mails também recebidos por mim acusam a falha no sistema desse microfone da tribuna.

Fui ao cafezinho observar o orador. E observei que, por várias vezes, o som do Senador de Santa Catarina também sumiu, igual ao meu. Então, peço a V. Ex^a deixar registrado na Mesa, para que os técnicos possam observar por que os microfones estão cortando o som dos Senadores. Esse era o primeiro fato.

O segundo é que já são 16h28 e eu gostaria de saber se haverá Ordem do Dia, para que possamos tomar as providências nas nossas vidas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC. *Fazendo soar a campanha.*) – A Mesa responde a V. Ex^a dizendo que os técnicos vão verificar. Eu tenho notado também isso, Senador Mário Couto.

E em relação à Ordem do Dia...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pelo que se sabe, Presidente, não há acordo para votação no dia de hoje. Pelo que se sabe.

Então, eu gostaria que, na verdade, pudesse ser definido se haverá Ordem do Dia ou não.

Pelo que eu consultei, não haverá acordo para votação de medidas provisórias na tarde de hoje. Mas, como V. Ex^a é o Presidente, eu deixo a critério de V. Ex^a a decisão.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC. *Fazendo soar a campanha.*) – A Secretaria informa que o Sr. Presidente está a caminho.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pois não. Vamos aguardar o Presidente, então.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – E, talvez, se não houver entendimento, as Lideranças haverão de comunicar. Não havendo entendimento, sem dúvida, a Ordem do Dia não acontecerá.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Vamos aguardar, Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Mas vai depender de as Lideranças comunicarem à Mesa.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pois não.

Vamos aguardar o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Na sequência, temos inscrito o Senador Romero Jucá, como Líder do PMDB. Em seguida, o Senador Humberto Costa; depois, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou fazer três registros bastante rápidos, mas que considero extremamente importantes.

O primeiro deles, com muita satisfação, é registrar no plenário da Casa que ontem tivemos um fato marcante para o meu Estado de Roraima, para o nosso Estado de Roraima, que foi a assinatura do Governador José de Anchieta, com o Ministro Edison Lobão, com o Presidente da Aneel, com dirigentes da Eletrobrás, da federalização da Companhia de Energia de Roraima, sem dúvida alguma, um passo extremamente importante para que, no futuro, Roraima possa levar energia de qualidade principalmente ao interior do Estado.

O Governo da Presidenta Dilma está federalizando a CERR – Companhia Energética de Roraima, e a CEA – Companhia de Eletricidade do Amapá. Os dois protocolos de federalização já foram assinados, e, além disso, o Governo está fazendo investimentos maciços para interligar ao Sistema Nacional tanto Boa Vista/Roraima, quanto Macapá/Amapá. Nós vamos ficar interligados ao Brasil e, portanto, em condições de receber energia e vender energia ao restante do País.

Para nós é motivo de muita satisfação. Trabalhei muito defendendo essa ação, porque considero extremamente fundamental que nós tenhamos condições de ter investimentos federais em energia, levando a Boa Vista e a Roraima um trabalho de qualidade e energia em quantidade, possibilitando levar o desenvolvimento, a agroindústria, a agricultura irrigada para o interior do nosso Estado de Roraima.

Então, ontem assinamos essa primeira medida; foi o primeiro passo. Estivemos com o Ministro Edison Lobão, e quero agradecer aqui a S. Ex^a; estivemos com o Dr. Costa, Presidente da Eletrobrás, a quem quero agradecer; quero agradecer a toda a diretoria da Eletrobrás; quero agradecer também à Presidenta Dilma, que definiu prontamente essa federalização e determinou que isso fosse feito de forma célere, de forma rápida. Portanto, fica aqui o nosso registro, o nosso agradecimento por essa medida que é fundamental, como eu disse, para o futuro de Roraima.

Quero também registrar a importância de fecharmos, ainda nesta semana, Senador Casildo, o texto final para a votação da nova fórmula do Fundo de Participação dos Estados. O Senador Walter Pinheiro, que está relatando a matéria, ficou de apresentar entre hoje e amanhã esse texto.

É fundamental que os Líderes e que nós todos possamos nos debruçar sobre esse texto e tenhamos condição de aprovar rapidamente essa matéria, para que ela possa seguir à Câmara dos Deputados e lá ser votada também celeremente, para que, até o final do ano, tenhamos a fórmula que vai definir a parcela do FPE – Fundo de Participação dos Estados, para os Estados brasileiros a partir de 10 de janeiro de 2013.

Portanto, temos muito pouco tempo para votar esta matéria no Senado, remetê-la à Câmara dos Deputados, votá-la na Câmara dos Deputados e sancioná-la, para que, em 10 de janeiro, os Estados brasileiros já possam receber o seu Fundo de Participação dos Estados, sem nenhum tipo de solução de continuidade.

A não votação dessa matéria pode levar a uma situação de crise nos Estados, pode levar a uma indefinição e pode levar a um processo de não existência de fórmula e, portanto, de não parcelamento desses recursos aos Estados. É fundamental registrar que os Estados brasileiros mais pobres, menos desenvolvidos, dependem fundamentalmente dos recursos do FPE.

(Soa a campanha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Portanto, é primordial que possamos fechar esse acordo e votar, ainda nesta semana, Presidente Casildo, esta matéria que é de extrema relevância para o meu Estado de Roraima e para a maioria dos Estados brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Meus cumprimentos a V. Ex^a, Senador Romero Jucá, pelas conquistas com Roraima, como a federalização de energia, e pelas preocupações que traz em relação ao FPE, que precisamos decidir ainda neste exercício.

Com a palavra o eminente Senador Humberto Costa, pelo Estado de Pernambuco, pelo tempo regimental.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores e telespectadoras da TV Senado, hoje, venho a esta tribuna para falar de um País que busca ser menos desigual. Venho falar da sanção ao projeto de lei que trata da distribuição dos *royalties* e da participação especial oriundos da exploração do petróleo no mar. Eu me somo à grande maioria dos brasileiros e das brasileiras que almejam uma partilha igualitária desses recursos para todo o País e, por isso, anseiam pela menor concentração dessa riqueza, que é de todos.

Acredito que a Presidenta Dilma deverá sancionar o projeto de lei aprovado na Câmara, depois de tão debatido nesta Casa no ano passado, tendo sido

referendado pela maioria dos Senadores, numa grande vitória do povo brasileiro.

O substitutivo do Senador Vital do Rêgo ao projeto do Senador Wellington Dias, o PLS nº 448/2011, aprovado pelo Senado em 19 de outubro de 2011 e referendado pela Câmara recentemente, foi elaborado a partir de debates que reuniram Lideranças do Congresso Nacional e do Governo Federal. É, portanto, um projeto discutido e pensado de forma democrática.

Essa é, sem dúvida, uma proposta que permite partilhar melhor, com mais justiça, os recursos advindos da exploração do petróleo – petróleo em mar, há de se ressaltar. Atualmente, a maior parte da receita resultante do recolhimento dos *royalties* fica com Estados e Municípios que abrigam unidades das empresas responsáveis pela extração do óleo bruto, um bem que, conforme reza o art. 20 da Constituição, é da União.

O projeto, aprovado pela Câmara e pelo Senado, muda a forma de partilha, ajusta a parcela prevista para os Estados onde as concessionárias extraem o petróleo e restaura o conceito da Federação. A distribuição dessa riqueza nacional passa a beneficiar todos os brasileiros, a grande maioria dos Estados e dos Municípios brasileiros, entes federativos que, hoje, não recebem um único centavo vindo da exploração do petróleo.

A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) defende que a sanção ao projeto por parte da Presidenta resultará em mais recursos para a educação, para a saúde e para a segurança em todo o Brasil. A nova forma de partilha garantirá, segundo a CNM, R\$105 bilhões para os dois principais Estados produtores brasileiros, o Rio de Janeiro e o Espírito Santo, e para 30 dos seus Municípios e também, vejam só, a distribuição de R\$140 bilhões para todo o restante do País, até o final desta década. Sem a sanção da Presidenta Dilma, ainda conforme cálculos da CNM, esses dois Estados e 30 Municípios concentrarão, até o final da década, R\$201 bilhões dos recursos de petróleo, e todos os demais Estados e Municípios, juntos, terão apenas R\$17 bilhões.

A questão aqui, que fique claro, é corrigir mais um problema de concentração de riquezas neste País e também a injustiça há muito cometida com a maioria dos Estados e Municípios brasileiros, que não usufruí das benesses advindas da exploração de um bem que é de todos os brasileiros.

A proposta, como aprovada pelo Congresso Nacional, não criará dificuldades para o Rio de Janeiro e para o Espírito Santo, como está sendo alardeado. Os dois Estados ainda terão parcela significativa dos *royalties* e da participação especial do petróleo do mar. Aliás, ao dividirmos a parcela que irá para o conjunto

dos demais Estados e Municípios do País pelo valor que será destinado aos dois Estados confrontantes, veremos que esses últimos, proporcionalmente, ainda ficarão com a maior parte. Além disso, com a exploração de novos poços, essas receitas crescerão para todos. Como disse nosso nobre colega Senador Wellington Dias, estamos falando de uma riqueza que deve atingir R\$32 bilhões neste ano e R\$100 bilhões em 10 anos e que, com os novos leilões, ultrapassará R\$300 bilhões.

Entendemos legítimas as aspirações dos Estados confrontantes, mas temos de pensar em todo o País. Recentemente, por exemplo, em texto publicado por jornal de circulação nacional, um colunista escreveu o seguinte, abre aspas:

Quando se trata do petróleo, é fácil sucumbir à ideia de que ele pertence à Nação, não aos dois ou três Estados que produzem e arcam com o desgaste de sua exploração, com os permanentes riscos ambientais e com os custos de alojar, atender e zelar pelas multidões miseráveis de outros Estados que acorrem, atraídos pela promessa de trabalho.

Mais: a Petrobras divulgou plano de negócios para o período entre 2012 e 2016, no valor de US\$236,5 bilhões. A área de exploração e produção de petróleo e gás natural concentrará o maior volume desses investimentos, US\$141,8 bilhões, ou 60% do total. Dos investimentos da Petrobras na Região Sudeste, feitos até 2010, num total de US\$33,5 bilhões, o Rio de Janeiro foi destinatário de 71%. Conforme a Petrobras, somente o polo petroquímico do Município fluminense de Itaboraí gerará, durante a sua construção, 212 mil empregos diretos e indiretos e 50 mil a partir do início da operação da refinaria.

Vale citar ainda que US\$995 milhões para as reformas na Refinaria de Duque de Caxias, a Reduc, vão contribuir também para a geração de mais empregos, sem falar nas encomendas de navios aos estaleiros fluminenses, que vão demandar o investimento de R\$1,3 bilhão e resultarão em 22 mil novos empregos. Ou seja, o Rio de Janeiro é um Estado que, justificadamente, atrai recursos e tem um futuro promissor.

Foi largamente divulgada a passeata realizada, ontem, no Rio de Janeiro. Estudantes, artistas, trabalhadores de diversas áreas, os Governadores Sérgio Cabral e Renato Casagrande, o Prefeito Eduardo Paes, os três Senadores do Rio de Janeiro, os três Senadores do Espírito Santo, Deputados e demais políticos se reuniram nas ruas da capital do Estado. Foi uma manifestação legítima, que merece o nosso respeito. Mas considero que todos os demais governadores e prefeitos do País, além dos parlamentares desses Estados e dos outros Estados que compõem o Congresso

Nacional, também devem se unir num ato semelhante. Especialmente, sinto falta nesse debate dos representantes do Estado de Pernambuco.

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Muitos prefeitos estiveram mobilizados aqui, em Brasília, na primeira quinzena deste mês, e a própria Confederação Nacional dos Municípios lançou a campanha Sanciona Dilma, *Royalties* para Todos. Contudo, ainda é preciso que os governadores dos demais Estados da Federação, beneficiados com a nova legislação, unam-se aos prefeitos, para, juntos, marcarmos uma posição em defesa da partilha de recursos que beneficie, com justiça, todos os brasileiros.

No caso específico de Pernambuco, a sanção da proposta aprovada pelo Congresso Nacional tem evidente significância. O Governo de Pernambuco e as prefeituras que, hoje, segundo a Agência Nacional de Petróleo, nada recebem de *royalties* passarão a ter direito a 6,9%...

(Interrupção do som.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – ...da parcela destinada aos Estados e Municípios.

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Por estimativa preliminar, isso significaria R\$8 bilhões a mais nos cofres do Estado e dos Municípios até 2020. Esse valor corresponde, hoje, a 8,4% do Produto Interno Bruto de Pernambuco. É por isso que conclamo os representantes de Pernambuco, o seu Governador, a se manifestarem em nome da distribuição mais justa dos ganhos advindos do petróleo, essa riqueza que é, sim, de todos os brasileiros.

Sr^{as} Senadoras e Senadores, a sanção ao projeto representará uma mudança significativa no crescimento e no desenvolvimento do Brasil, um incentivo na busca por um País mais igual, com unidades federativas efetivamente integradas, desenvolvendo-se em sintonia, pelo bem de todos os cidadãos brasileiros, de todos os pernambucanos.

(Interrupção do som.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Peço-lhe só mais um minuto para concluir, Sr. Presidente *(Fora do microfone.)*

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, unimo-nos à voz de milhões de brasileiros que pedem à Presidenta da República que sancione esse projeto, pelo bem do nosso País.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Humberto Costa, o Sr. Casildo Maldaner, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr^a José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Antes de começarmos a Ordem do Dia, há sobre a mesa um requerimento, que peço ao Senador Casildo Maldaner que faça a leitura.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, requeremos, com base nos arts. 336, II; e 338, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para apreciação da indicação do Sr.

Luiz Moreira Gomes Júnior, **Ofício S nº5, de 2012**, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, em conformidade com o disposto no art. 130, alínea a, da Constituição Federal.

Novembro de 2012.

Senador Walter Pinheiro, Líder do PT do Bloco de apoio ao Governo.

É o seguinte o requerimento, na íntegra:

REQUERIMENTO Nº 1.017, DE 2012

Senhor Presidente,

Requeremos, com base no arts. 336, II e 338, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a apreciação da indicação do Senhor Luiz Moreira Gomes Júnior (Ofício nº 5/5, de 2012) para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, em conformidade com o disposto no art. 130-A da Constituição Federal.

Sala das Sessões,

de novembro de 2012



Senador Walter Pinheiro
Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo



O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) –

O requerimento do Líder será votado após a Ordem do Dia.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Apenas para comunicar a V. Ex^a que não há acordo de Lideranças para a deliberação da pauta de hoje. Não há acordo de lideranças. A oposição não concorda com a deliberação no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Muito obrigado a V. Ex^a sobre a informação.

ORDEM DO DIA

A pauta está trancada. Temos três medidas provisórias que estão trancando a pauta. Sendo assim, não teremos Ordem do Dia.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Dou a palavra ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Presidente, a respeito desse requerimento, já está em discussão esse requerimento?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Ainda não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Só foi lido?

No momento do debate a respeito deste requerimento, eu quero me manifestar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Como não vai haver debate sobre o requerimento, V. Ex^a podia se manifestar.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sim.

Nós todos sabemos que o princípio da presunção de inocência é constitucional. Mas, no caso de indicação de conselheiro para o Conselho Nacional do Ministério Público, nós fizemos gestões políticas na Comissão de Constituição e Justiça, revelando fatos a respeito deste conselheiro do Conselho Nacional do MP sem fazer prejulgamentos. E, na Comissão de Constituição e Justiça, foi decidido que procuradores da República seriam ouvidos antes da votação deste cidadão à sua indicação aqui, em plenário.

Isso foi acatado inclusive por membros, pelo PT. O Senador Pimentel, ali, por ocasião, penso tenha

concordado; o Senador Jorge Viana. E a não votação, neste momento, não prejudica em absolutamente nada os trabalhos do Conselho Nacional do MP.

Eu quero ressaltar que não estamos a fazer juízo sobre a presunção de inocência deste cidadão, até porque a Constituição, no que tange a conselheiro, não fala em presunção de inocência; fala em reputação ilibada, e reputação ilibada não tem nada a ver com presunção de inocência.

Nós, no Senado, Sr. Presidente, temos pautado a nossa atuação, notadamente na questão das sabinas dessas autoridades, pelo rigor constitucional. E penso que tenhamos que ouvir, sim, esses membros do Ministério Público antes de o Plenário se manifestar a respeito do nome desse professor doutor, que eu reputo como homem de bem, mas é um homem de bem que foi indicado, e esta indicação precisa ser fiscalizada por cada Senador, por exercer a sua atribuição de fiscalizar.

Nós, aqui, no Senado, temos passado por situações, no mínimo, esdrúxulas, esquisitas, no caso de indicação de autoridade, notadamente para as agências reguladoras. Nós aprovamos sem aquela investigação necessária. E, depois da porta arrombada, não adianta colocar tranca.

Por isso eu entendo que, antes de nós votarmos este nome, esta indicação aqui, no plenário, nós precisaríamos, sim, ouvir os Procuradores da República lá na Comissão de Constituição e Justiça, sem fazer exercícios de adivinhações a respeito desse cidadão, mas tendo em conta os fatos que foram levantados na Comissão de Constituição e Justiça, se não, em respeito àqueles que pensam de forma diversa, nós estaríamos convertendo uma sabatina em um convescote entre amigos, e não é um convescote entre amigos, respeitando a posição daqueles que pensam em contrário.

Nós vimos na semana passada um discurso do Presidente da Câmara dos Deputados a respeito desse tema, dizendo que o Senado está demorando para votar esse nome. A pressa é inimiga da perfeição. Nós todos sabemos desse adágio, que é até chão, é até jejuno; é pedestre esse adágio, mas o Senado não pode abrir mão da sua atribuição, que é constitucional.

Dessa feita, Sr. Presidente, eu não concordo, como Senador da República, com a votação desse nome da indicação sem fazer juízo de valor. E repito: até agora esse cidadão é um homem de bem, mas nós precisamos exercer a nossa atribuição constitucional, e eu quero fazê-lo na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Eu entendo que as alegações...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Recebo a palavra de V. Ex^a como uma questão de ordem e dou a ele o direito de contestar a questão de ordem.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. Para contraditar. Sem revisão do orador.) – Para contestar a questão de ordem.

Sr. Presidente, não quero aqui entrar em polêmica com o Senador que me antecedeu, mas é importante registrar, em primeiro lugar, que o referido candidato ao Conselho Nacional do Ministério Público já teve, na Comissão de Constituição e Justiça, a sua indicação aprovada, votada. Foi previamente submetido a uma sabatina, inclusive submetido a um pedido de informações que foi feito ao Ministério Público Federal, no sentido de esclarecer dúvidas que existiam anteriormente. Portanto, isso já foi objeto de discussão, de deliberação, e, portanto, essa proposta já se encontra no plenário para a votação.

O que ocorreu na Comissão de Constituição e Justiça é que, diante de novas alegações, que, no meu entender, têm um caráter claramente procrastinatório, foi discutida a proposição de novos procuradores serem ouvidos.

O Senador Mozarildo Cavalcanti ficou como Relator dessa matéria, mas o requerimento dele, que não tenho conhecimento se foi o de propor a aceitação dessa sugestão de ouvir os procuradores ou não, não foi submetido à Comissão de Constituição e Justiça. Não há uma decisão da CCJ de que esses procuradores devam ser ouvidos.

Por outro lado, é necessário lembrar que esse procurador está sendo reconduzido. Além do mais, quando da sua indicação pela primeira vez, foi Relator da sua indicação um Senador sob o qual não pairaria qualquer tipo de suspeita quanto à sua postura oposicionista e de entender que aquele cidadão que iria para o Conselho Nacional do Ministério Público era alguém de reputação ilibada e de independência, que foi o Senador Tasso Jereissati.

É importante lembrar a V. Ex^a que essa é uma indicação da Câmara dos Deputados. Esse cidadão foi indicado pela Câmara por unanimidade. Aqui, no Senado, é que todas essas questões foram colocadas. E não é correto dizer que não há prejuízo. Há prejuízo, sim. Nós vamos entrar, em breve, no recesso, e, em breve, o próprio período em que se completa o mandato do referido procurador se esgotará. Portanto, há um prejuízo não somente para o Conselho, mas principalmente para ele.

Portanto, eu acho que foi adequada essa apresentação desse requerimento de urgência para que nós possamos, rapidamente, fazer aquilo que é necessário, que é fazer justiça com o País, com esse cidadão e com a própria Câmara dos Deputados.

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, apenas para informar à Casa que está, na pauta da Comissão de Constituição e Justiça, para amanhã, o requerimento que pede novas oitivas para a consagração dessa indicação. E o parecer do Senador Mozarildo Cavalcanti é favorável, acolhe o requerimento que propõe nova oitiva.

Portanto, é prudente aguardar essa deliberação da Comissão de Constituição e Justiça para, posteriormente, o Plenário do Senado se manifestar a respeito.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, V. Ex^a tem sido um exemplo de Presidente nesta Casa. Presidente, são ridículos determinados fatos que se veem em arguição de autoridade nesta Casa. É preciso, Presidente, moralizar as arguições de autoridades nesta Casa.

Lembro-me, Presidente, da arguição do Sr. Carlos Pagot. Foi tão afobada, mas tão afobada que, quando discuti a contraindicação do Sr. Pagot, o Presidente da Mesa, Senador Pedro Taques, já autorizava a votação, antes mesmo de ser encerrada a discussão. Isso é comum, aqui nesta Casa, acontecer. Isso é uma desmoralização para o Senado. Isso não pode acontecer; é contra o Regimento desta Casa; é rasgar o Regimento da Casa!

Não precisamos nos afobar para arguir autoridades. Conclusão: afobaram-se para arguir o Sr. Pagot, e ficou a Nação prejudicada com um rombo de bilhões e bilhões de reais. Lembro-me, Presidente, de que tive de me retirar daquela sessão porque, antes mesmo de terminar a discussão, já tinha sido autorizada a votação.

É preciso que V. Ex^a observe as arguições nesta Casa. É preciso que V. Ex^a tome pulso da direção das arguições desta Casa.

Por isso, sou contra, Sr. Presidente, arguir-se sem critérios. Não é preciso afobação para arguir ninguém. Vamos arguir com cuidado, vamos aprovar nomes com cuidado, para que a Nação não passe pelos momentos dramáticos de corrupção pelos quais está passando hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Soa a campainha)

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Queria solicitar minha inscrição como Líder.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Ex^a será inscrito.

Senador Pedro Taques, pelo que a Mesa entende, V. Ex^a não deseja que nós votemos o requerimento de urgência nesta sessão? Pelo que a Mesa entende, V. Ex^a não deseja que se vote o requerimento de urgência nesta sessão?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Até que (*Fora do microfone.*) a Comissão de Constituição e Justiça se manifeste sobre o relatório, por óbvio, do Relator, que é favorável.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Se nós votarmos o requerimento de urgência nesta sessão, de acordo com o Regimento, teremos 48 horas. A sessão seria na quinta-feira. Sendo dessa maneira, acho que não haveria nenhum prejuízo se nós votássemos o requerimento de urgência hoje.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Se V. Ex^a concordar. Se V. Ex^a não concordar, evidentemente não temos número no plenário para uma votação nominal.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Sem revisão do orador.) – Pelo PSDB, Sr. Presidente.

Eu creio que há necessidade de se aguardar a CCJ. Nós não temos tempo suficiente, em 48 horas, para realizar a oitava na CCJ. Por isso, não vejo como proposta adequada votar e aprovar o regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Apenas a Mesa está tomando o cuidado de uma questão processual, porque, pelo Regimento, se o requerimento foi apresentado, eu sou obrigado a submetê-lo a votação.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Nós pediríamos votação nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Mas, se V. Ex^a me avisa que vai propor votação nominal, sendo assim, não havendo quórum, nós poderíamos transferir para outro momento.

Eu consulto as outras Lideranças se nós vamos proceder à votação nominal.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, da parte do PSDB, nós pediremos votação nominal.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, eu queria ponderar...

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (Bloco/DEM – RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estive presente na sabatina em pauta. O resultado foi, de forma inédita, quase que empatado. A diferença foi de um voto pela aprovação do indicado.

Persistem muitas dúvidas com relação à indicação de um candidato à reeleição no Conselho Nacional do Ministério Público. Durante a sabatina, foram mencionados pelo próprio sabatinado dois membros do Ministério Público que teriam uma contribuição importante a dar no esclarecimento de fatos ou denúncias.

Esta é a questão política que se pondera. Estamos discutindo aqui uma questão processual. Preocupa-me muito mais a questão política, o esclarecimento pela aprovação ou pela rejeição de um indicado para uma função de alta relevância: o Conselho Nacional do Ministério Público.

Nós estamos vivendo, neste momento, Presidente, muitas dúvidas com relação ao Senado pela votação que foi feita, rejeitando um indicado para a Diretoria da Agência Nacional de Águas, votação ocorrida decretando a reprovação da indicação, tendo, em seguida, sido feitas *démarches* que invalidaram a votação.

E esse tomo voltou a ser apreciado e foi aprovado pelo Senado.

E o aprovado está hoje sendo objeto de acusações pesadas no campo da probidade.

Então, a mim preocupa muito a questão de o Senado votar com consciência sobre quem está votando. Se há uma pressão para que haja a votação logo, aligeirada, sem que se apurem esses fatos que foram apontados de público na Comissão de Constituição e Justiça, três, quatro semanas atrás, nós estaremos incorrendo no provável pecado de votar sem a devida instrução do processo pelos depoimentos que faltam ser dados.

Então, acho que a pedra fundamental, escoimada a questão processual, é o esclarecimento que se impõe em função dos depoimentos que ocorreram na CCJ. Eu, de minha parte, concordo inteiramente com o requerimento que o Senador Pedro Taques fez para o comparecimento de duas pessoas. Acho fundamental para o esclarecimento dos fatos, para que o processo seja corretamente instruído e para que nós votemos com consciência. Não tenho aqui nenhuma dúvida com relação ao indicado. Não tenho dúvida nem a favor, nem contra. Mas eu quero ouvir. Então, se votarmos uma urgência sem cumprir uma coisa que a CCJ deliberou três, quatro semanas atrás, acho que vamos incorrer no erro de que o Senado é hoje acusado, de ter votado de uma forma, de outra forma, três, quatro semanas depois, o que fica mal para a Casa.

Então, quero aqui colocar minha posição contra esse requerimento de urgência até que a audiência ocorra na CCJ, os depoimentos aconteçam, e nós possamos votar completamente instruídos, informados sobre quem é o indicado, quais são suas virtudes e quais são, eventualmente, seus defeitos ou o que é que ele tem a esclarecer com relação àquilo que foi colocado na Comissão de Constituição e Justiça.

A minha questão, portanto, é muito mais de mérito do que de processo. A minha preocupação é muito maior com a qualidade da instrução do que até com relação ao processo que venha a ser, e terá que ser, definido por esta Casa. Mas aqui quero fazer esta ponderação, com a manifestação do meu Partido pela cautela na apreciação de um nome para um órgão importante da República, que tem que ser aprovado ou reprovado, com consciência, pelos Senadores.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Sem revisão do orador.) – Creio que o prudente, neste momento, é que nós – inclusive eu conversei com o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça –, já que há um requerimento apresentado à Comissão de Constituição e Justiça, façamos o seguinte acordo: amanhã de manhã, na Comissão, inclusive nos informa aqui o seu Presidente, esse requerimento está pautado. Portanto, manteríamos esse requerimento de urgência sobre a mesa, apreciaríamos esse requerimento amanhã de manhã na CCJ, e, na parte da tarde, com o resultado da CCJ, submeteríamos de novo esse requerimento de urgência a partir, efetivamente, do resultado colhido na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

E quero só salientar, Sr. Presidente, para que não parem dúvidas, que, quanto à questão que parece ser, extremamente, a preocupação do Senador Taques quando inclusive conversou comigo sobre essa matéria, e ele deve se recordar, no período antes do recesso parlamentar, no mês de junho, ou mais precisamente na primeira semana de julho, o referido Procurador inclusive já havia apresentado à Comissão. Portanto, quando se fala que esse requerimento serviria para a apresentação dos dados, enfim, de se conhecer melhor o Sr. Procurador, acredito que esse não é o objeto, até porque as qualidades e as virtudes, ou as condições, foram apresentadas não só neste momento de recondução, como no momento de condução. Se outros caminhos se apresentaram nesse interregno, acho que essas questões podem ser esclarecidas a partir exatamente do debate na CCJ.

E faço parte daqueles que assinam esse requerimento de urgência muito a partir de uma relação em que precisamos ter muito cuidado, Sr. Presidente. O cuidado na indicação dos nomes que aqui se apresentam para o Ministério Público, para agência ou coisa do gênero, mas o cuidado também na relação com a outra Casa deste nosso Poder. Esta é uma indicação da Câmara dos Deputados. Portanto, ainda que o Senado tenha a obrigação, e faz corretamente, de ter todo o zelo na apreciação dessa recondução, é importante também que o Senado lembre que o Poder que indicou esse nome, a prerrogativa era inclusive... O Poder não, a Casa que indicou esse nome, portanto, compondo este nosso Poder, o fez e, portanto, nos tem feito, através do seu Presidente, inclusive a V. Ex^a, como Presidente desta Casa, eu não vou usar nenhum adjetivo, vou me referir só às cobranças, permanentemente, pelo fato de não termos apreciado.

Volto a lembrar aqui, quando fiz referência à conversa que tive com o Senador Pedro Taques, que nós fizemos essa cobrança em nome da Câmara dos Deputados, ainda no período que antecedia o recesso parlamentar de junho. As cobranças feitas pela Câmara dos Deputados. E, portanto, até a informação que me foi dada àquela época é a mesma informação de hoje, a busca de uma oitiva, a apresentação de requerimentos com nomes que pudessem apresentar as justificativas.

Até me informa o Senador Pedro Taques que o requerimento foi feito, assinado pelos Senadores José Pimentel, naquela Comissão, e o outro Senador do PT, cujo nome me foge agora. É a informação dada pelo Senador Pedro Taques. Portanto, esse prazo transcorrido é necessário para que apreciemos na Comissão, até para dar uma resposta. Não só uma resposta que esta Casa definitivamente julgar, como também responder à outra Casa, de forma a atender àquilo que, majoritariamente, a Câmara dos Deputados tomou como decisão.

Portanto, faço esse encaminhamento a V. Ex^a no sentido de que aguardemos, amanhã de manhã, a apreciação por parte da CCJ e façamos no período da tarde, a partir dessa deliberação ou não da CCJ, a apreciação em plenário do nosso requerimento de urgência.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – O Senador Pedro Taques pediu a palavra em primeiro lugar e eu terei que sair.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – É

uma questão de ordem: apenas indagar da Mesa se existe, no Regimento, essa possibilidade de requerimento de urgência para votação de autoridade. Parece-me que não há hipótese de requerimento de urgência para votação de autoridade.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, me permita. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Pela ordem V. Ex^a,

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado. Antes que...

O que ocorreu na Comissão de Constituição e Justiça, Sr. Presidente, é que eu levantei algumas questões a respeito do indicado e reconduzido Prof. Dr. Luiz Moreira. Muito bem.

Ele disse que as denúncias contra ele teriam sido forjadas por dois procuradores da República. Seriam denúncias anônimas, que ele teria identificado como feitas por esse procurador da República. O Senador Jorge Viana e o Senador Pimentel fizeram pedido para que esses procuradores fossem ouvidos, porque a questão é de mérito, não é de processo, não é de procedimento, não é de processo legislativo. Nós precisamos ouvir esses procuradores para saber se as denúncias são forjadas por dois membros do Ministério Público Federal. E as palavras não foram minhas. O requerimento lá, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, foi do Senador Jorge Viana e do Senador Pimentel. Daí nós todos, na Comissão de Constituição e Justiça, concordamos que esses procuradores precisavam ser ouvidos para que pudéssemos afastar a dúvida, ou as dúvidas, a respeito das denúncias.

A questão é de mérito, a questão não é de procedimento. Portanto nós não estamos discutindo que esses procuradores devam ser ouvidos após a indicação e aprovação ou não do nome aqui em plenário. Nós estamos discutindo a necessidade de que os procuradores sejam ouvidos antes da manifestação do Plenário. Foi isso que foi debatido na Comissão de Constituição e Justiça. Agora, se a indicação é da Câmara dos Deputados, esta é uma disposição constitucional. Nós todos devemos respeito à Câmara dos Deputados. Agora, isso não nos transforma em despachante da Câmara dos Deputados. Eu não sou batedor de carimbo da Câmara dos Deputados.

A Constituição diz: “a Câmara dos Deputados faz a indicação”, e eu, como Senador da República, tenho que votar a indicação. Respeitamos a Câmara dos Deputados – inclusive os 513 Deputados Federais podem assinar o apoio – mas isso não significa que eu, como Senador da República, tenha que me submeter

a posições da Câmara dos Deputados. Eu tenho independência, diferente da Câmara dos Deputados.

Portanto, Sr. Presidente, existe a necessidade de que nós ouçamos esses representantes do Ministério Público lá, para saber se eles – os representantes do Ministério Público, os dois – são levianos, estão fazendo denúncias anônimas e tentando mudar a posição de Senadores da República no momento em que fazem denúncias anônimas a esta Casa ou não. É isso que precisa ser demonstrado como uma instrução lá na Comissão de Constituição e Justiça.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Alvaro Dias, eu devo dizer a V. Ex^a que o art. 336 do Regimento, item II, diz que toda matéria está sujeita a ser pedido de urgência. Nem o Regimento pode discriminar quais as matérias que podem ser pedidos de urgência e quais as que não podem. É o art. 336, item II, do nosso Regimento Interno. De maneira que eu respondo a V. Ex^a com o que diz o Regimento Interno da Casa.

Mas, pelo que eu vejo na matéria...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu acolho a decisão de V. Ex^a, se bem que não há notícia – e consultei colegas – sobre procedimento dessa natureza. Nunca ocorreu requerimento de regime de urgência para votação de autoridade. Nunca tivemos.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Sim, mas V. Ex^a há de compreender que eu, como Presidente da Casa, não posso deixar de submeter uma matéria que é requerida por um Senador, que constitui a maioria da Casa a decisão do Plenário.

Mas eu acho que, quanto a essa matéria, há um consenso já, dentro do plenário, de que não devamos votar esse requerimento hoje, e, sim, devemos votá-lo amanhã à tarde.

Mas eu quero apenas, Senador Walter Pinheiro, dizer a V. Ex^a, para não achar que também a Mesa não agiu com absoluta clareza, que o art. 336, também do nosso Regimento Interno, diz que, quando o requerimento de urgência não é votado na sessão, ele desaparece. De maneira que, amanhã, V. Ex^a terá de renovar, outro requerimento, para que a Casa possa decidir.

Senador Agripino, V. Ex^a lembrou que a imprensa está falando bastante a respeito das votações aqui no Senado. Quero dizer a V. Ex^a, que é testemunha de que a posição da Mesa sempre foi decidir de acordo com as Lideranças da Casa, foi sempre uma maneira de decidir colegiadamente, consultando as Lideranças, nunca tomando uma decisão que não tivesse o consenso da Casa.

Então, quero dizer que, no que se refere às notícias dadas pela imprensa, infelizmente, elas não são

verdadeiras, porque, no caso que está sendo divulgado, do Sr. Paulo Vieira, o que aconteceu nesta Casa, e vou rememorar, é que houve a votação, e eu não era Presidente nessa sessão, o Presidente era o hoje Governador Perillo, de Goiás, relativa ao Sr. Paulo Vieira, que terminou empatada. Em seguida, houve uma sessão de desempate. Contra essa decisão o Senador Magno Malta recorreu à Comissão de Constituição e Justiça. Eu não era o Presidente, de maneira que o recurso foi acolhido e foi à Comissão de Constituição de Justiça para que decidisse sobre a procedência ou não do recurso do Senador Magno Malta.

Toda a imprensa está a dizer que o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, do Senador Demóstenes Torres, foi contrário ao recurso. Quero dizer que isso também não é verdade. O parecer do Senador Demóstenes Torres, dado aqui, foi um parecer em que ele não chegava a nenhuma conclusão. Tanto que, naquela época, se não me falha a memória – o Senador Alvaro Dias estava presente –, o Senador Arthur Virgílio teve a oportunidade de dizer que os pareceres tinham de ser precisos e claros, não dando margem a nenhuma interpretação.

O parecer do Senador Demóstenes dizia que o Regimento Interno do Senado não prevê esse tipo de instrumento recursal. Ele dizia que aquele recurso não era previsto no Regimento, mas que, contudo, assim, mesmo sem previsão regimental, há a possibilidade de que o nome do Sr. Paulo Rodrigues Vieira seja novamente submetido ao Plenário da Casa.

Esse é o parecer, à disposição dos Srs. Senadores, do Senador Demóstenes Torres.

Então, quando a imprensa diz que foi um parecer contrário ao nome do Sr. Paulo Vieira, e que nós, aqui, o violentamos, e que a Presidência fez uma manobra, submetendo, é uma absoluta inverdade. O processo estava em tramitação, tinha sido votado pelo Plenário, foi a recurso na Comissão de Constituição e Justiça, e voltava ao plenário, para ser decidido.

Mas, como sempre gosto de fazer, e faz parte do meu estilo de sempre gostar de decisões consensuais, V. Ex^a, Senador Romero Jucá – eu estou aqui com os Anais do Congresso –, levantou a seguinte questão:

Pela ordem. Antes de abrir, eu queria pedir a revotação do Sr. Paulo Rodrigues, da ANA. Já veio o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Está no plenário. [O parecer já estava aqui na Mesa, tinha vindo a matéria de volta da Comissão de Constituição e Justiça.] Já há entendimento dos líderes. [Diz o Senador Jucá.] Não é votação com quórum qualificado. Portanto, eu gostaria que pudesse ser votado em seguida.

Qual foi a posição do Presidente da Casa?

Eu quero, primeiro, consultar o Plenário, porque o parecer da Comissão concluiu pela falta de previsão regimental, enfatizando, contudo, que o Plenário da Casa é soberano para decidir a questão, amparado em precedentes anteriores. [Já havia dois precedentes, em que tinha havido a mesma coisa, com recursos. Então, os recursos foram procedentes, e o Plenário julgou soberanamente.] Eu consulto o Plenário, portanto, se há consenso para que seja novamente submetida à votação. [Pausa.] Se todos estão de acordo, então, vamos votar a matéria.

Então, foi essa a posição do Presidente da Casa. Infelizmente, os jornais estão interpretando, ou distorcendo, ou dizendo coisas que não são verdadeiras.

O parecer do Senador Demóstenes, absolutamente, não é contrário. O parecer do Senador Demóstenes submete ao Plenário da Casa a decisão sobre a matéria.

Feita a votação, a votação concluiu por 47 votos de presença – quase todos os Senadores estavam presentes.

V. Ex^a, Senador Agripino, também estava na sessão. Você lembra desse processo? V. Ex^a, Senador Alvaro Dias, também.

E a votação foi concluída e, então, foi indicada para a aprovação.

No dia seguinte – e eu devo recordar também, em homenagem à verdade –, V. Ex^a, Senador José Agripino, levantou uma questão de ordem também pedindo a anulação da votação anterior. E, depois de um debate na Casa entre alguns Senadores que participaram, eu resolvi, como Presidente da Casa, que nós iríamos apresentar um ato da Mesa – e apresentei esse ato – proibindo que tivéssemos mais recursos dessa natureza, a fim de evitar essas coisas que estávamos vivendo, de votar recursos para não votar. Então, apresentei aqui, aprovado pela Mesa da Casa, esse ato que foi justamente aprovado pelo Plenário do Senado, proibindo que nós tivéssemos mais recursos dentro da mesma sessão legislativa; em outra sessão legislativa, evidentemente, pode ser submetido, pela segunda vez, outro nome, em outra mensagem.

Esses foram os acontecimentos.

E quero esclarecer. V. Ex^a me fez um grande favor, Senador Agripino, me permitindo esclarecer aos ilustres colegas o que realmente aconteceu, a lisura, o cuidado com que eu tenho de, Presidente desta Casa, nunca me colocar senão de acordo com o Regimento, e respeitando a vontade soberana do Plenário, e ouvindo os diversos Líderes da Casa.

Então, eu peço que todos os nossos colegas considerem essas, porque estão todas elas à disposição

de qualquer um de nós; constam dos Anais da Casa e estão aqui. Eu tive a oportunidade de pedir à Mesa que as levantasse, para que eu pudesse realmente verificar o que tinha ocorrido, porque nem eu também me lembrava mais de detalhes, nem do que evidentemente tinha ocorrido, tantas são as autoridades que nós aprovamos aqui e tantas as vezes que temos a oportunidade de votar.

Então, muito obrigado pelo Plenário ter-me ouvido com essa delicadeza e, ao mesmo tempo, julgar prejudicado o requerimento por falta de número e declarar encerrada a Ordem do Dia.

(Soa a campanha.)

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 25, DE 2012

(Proveniente da Medida Provisória nº 575, de 2012)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2012, nos termos do texto aprovado na Câmara dos Deputados, que altera as Leis nºs 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, para dispor sobre o aporte de recursos em favor do parceiro privado, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 12.058, de 13 de outubro de 2009, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.420, de 10 de abril de 2002, 4.117, de 27 de agosto de 1962, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.602, de 12 de dezembro de 2002, e 9.718, de 27 de novembro de 1998, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 575, de 2012).

Parecer sob nº 33, de 2012, da Comissão Mista, Relator: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) e Relator Revisor: Deputado João Magalhães (PMDB-MG); favorável à Medida Provisória, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2012, que oferece.

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 23, DE 2012

(Proveniente da Medida Provisória nº 576, de 2012)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2012, nos termos do texto aprovado na Câmara dos Deputados, altera as Leis nºs 10.233, de 5 de junho de 2001,

e 12.404, de 4 de maio de 2011, para modificar a denominação da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. - ETAV para Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL, e ampliar suas competências; e revoga dispositivo da Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008 (proveniente da Medida Provisória nº 576, de 2012).

Parecer sob nº 30, de 2012, da Comissão Mista, Relator: Deputado Henrique Fontana (PT-RS) e Relator Revisor: Senador Walter Pinheiro (PT-BA); favorável à Medida Provisória, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2012, que oferece.

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 24, DE 2012

(Proveniente da Medida Provisória nº 580, de 2012)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2012, que altera as Leis nºs 11.759, de 31 de julho de 2008, que autoriza a criação da empresa pública Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. CEITEC, 11.578, de 26 de novembro de 2007, que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, e 12.462, de 4 de agosto de 2011, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 580, de 2012).

Parecer sob nº 32, de 2012, da Comissão Mista, Relator: Deputado Afonso Florence (PT-BA) e Relator Revisor: Senador Anibal Diniz (PT-AC); favorável à Medida Provisória, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2012, que oferece.

4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 129, DE 2012

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 987, de 2012 - RISF 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2012, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do ECAD, que dispõe sobre a Gestão Coletiva de Direitos Autorais e estabelece condições para o exercício das prerrogativas do Escritório Central cujo objetivo é a arrecadação e a distribuição dos direitos relativos à execução pública de obras musicais e literomusicais e de fonogramas.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 63, DE 2011**

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que *altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012*. Parecer sob nº 1.017, de 2012, da Comissão Diretora, Relatora: Senadora Marta Suplicy, oferecendo a redação para o segundo turno.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 42, DE 2012**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Souza, que *cria Tribunal Regional Federal*.

Parecer favorável, sob nº 1.144, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, com votos vencidos dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ricardo Ferraço, Eduardo Lopes e a Senadora Ana Rita.

7

REQUERIMENTO Nº 926, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 926, de 2012, do Senador Delcídio Amaral, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 513, de 2007; e 127, de 2012, por regularem matéria correlata (serviços essenciais para efeito de greve)*.

8

REQUERIMENTO Nº 938, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 938, de 2012, do Senador José Agripino, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 83, de 2007 (que se encontra apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2007); e 127, de 2012, por regularem matéria correlata*.

9

REQUERIMENTO Nº 957, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 957, de 2012, da Senadora Ana Amélia, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado*

nº 351, de 2012, além da Comissão constante do despacho inicial, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (juros e correção monetária no âmbito da Justiça do Trabalho).

10

REQUERIMENTO Nº 958, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 958, de 2012, do Senador Ricardo Ferraço, *solicitando que, sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 192, 289, 744 e 761, de 2011; 35, 89, 100 e 114, de 2012 - Complementares, que tramitam em conjunto, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE)*.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Esse assunto acho que já está, de certa forma, resolvido por V. Exª, mas eu queria aproveitar a presença de V. Exª, já que encerrada a Ordem do Dia.

Se V. Exª me permitir, e as Lideranças, eu queria que as Lideranças pudessem atentar aqui, Sr. Presidente, para uma questão que julgo ser de suma importância: é o FPE.

Eu queria aproveitar aqui, Sr. Presidente. Estou sugerindo aos 80 Senadores – óbvio que 81 comigo: entregarei em cada gabinete, hoje à noite ou, no mais tardar, amanhã pela manhã, a cópia da proposta.

Senador Eduardo Braga, V. Exª é o Líder. Portanto, eu queria chamar a atenção de V. Exª e dos Senadores que são Líderes.

Como esta é uma matéria que interessa a cada Estado, Senador Presidente, entregarei uma cópia do relatório, Senador Eduardo Braga, a cada Parlamentar, e a ideia é que, no dia de amanhã, nós tenhamos a oportunidade de dialogar com todos sobre a matéria.

O que norteou a construção dessa matéria foi uma conversa que nós tivemos na reunião de Líderes, provocada por V. Exª antes da montagem da Comissão de Notáveis, em que nós sugerimos que, nesta questão,... (Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Srs. Senadores, o Senador Walter Pinheiro está tratando de uma matéria do maior interesse da Casa.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – ...fosse colocada a essência da possibilidade de acordo.

É impossível tratar com 27 unidades da Federação incluindo um conjunto de coisas novas, até porque, fatalmente, nós teríamos o apelo de cada um buscando atender à demanda legítima e correta de cada Estado.

O raciocínio estabelecido nesse relatório...

Senador Pimentel, deixe-me só concluir, porque acho que interessa inclusive a V. Ex^a.

O que nós inserimos no relatório, Sr. Presidente, é a manutenção do piso; ou seja, cada Estado continuará recebendo o mesmo valor de Fundo de Participação do Estado, e abrir-se-á um prazo de transição, colocado aqui em duas propostas.

A proposta vinda da Comissão de Notáveis é 2018; o apelo feito por diversos Senadores com os quais nós temos conversado é, também, 2018. Eu tinha ponderado 2016 por ser o ano de renovação do PPA. Portanto, vou apresentar aos Senadores o prazo de 2018, atendendo ao apelo da maioria, mantendo esse piso e mexendo com dois fatores somente: população e o fator inverso da questão da renda *per capita* domiciliar.

Domiciliar, Senador Ricardo Ferraço, por conta, inclusive, até de uma sugestão de V. Ex^a e atendendo a uma outra reivindicação do Senador Romero Jucá, para que a gente pudesse ponderar entre a renda e o PIB. Renda familiar nominal domiciliar.

Qual é a diferença disso?

A renda domiciliar ou *per capita* é, na prática, a divisão do PIB. A renda nominal domiciliar *per capita* leva em consideração a pesquisa que o IBGE faz da renda das famílias; portanto, não sofre as variações sazonais ou pontuais de PIB.

Por exemplo, se você tem um investimento em porto, em aeroporto, ou até em hidrelétrica, isso mascara o resultado pontualmente. Ou sazonalmente, Senador Ricardo Ferraço, como é, no caso Espírito Santo, o preço do aço. Portanto, isso influencia o PIB naquele período e, conseqüentemente, dá anomalia, prejudicando prioritariamente os Estados menos desenvolvidos.

Portanto, a tese, Sr. Presidente, é mais ou menos essa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)
– Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Então, na realidade, eu vou endereçar isso a cada gabinete, hoje ou até amanhã de manhã, no máximo. Cada Senador discute, e fazemos esse debate. Nós teremos desta semana até a outra para discutir as sugestões e uma série de coisas em relação ao FPE.

Então, o esforço foi feito para garantirmos isso. E as alterações, nós vamos fazer equalização para frente. A proposta, inclusive, é até de que, a partir de janeiro

ou fevereiro de 2013, o Senado se debruce sobre as diversas outras alterações.

Então, os Senadores vão receber, e nós teremos condição de promover esse debate de forma, eu diria, mais acalorada, competente e até mais ajustada, porque cada um vai ter isso na mão e vai ter oportunidade de discutir essa matéria na CAE, na CDR e na CCJ.

Eu só quero chamar atenção para a possibilidade de apreciarmos isso pelo menos até o dia 18, para termos condição inclusive de enviar isso para a Câmara dos Deputados antes do dia 18, ou coisa do gênero, por conta da questão do prazo.

Então, enviarei hoje, no mais tardar até amanhã de manhã, para cada Senador a proposta, e aí cada um discute.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)
– Pela ordem, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)
– Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Walter Pinheiro, eu faço um apelo a todos os Srs. Senadores que essa matéria seja examinada com absoluta prioridade, porque talvez seja a matéria mais importante que tenhamos de decidir nesta Casa até o fim do ano.

Caso ela não seja votada, nós vamos ter um verdadeiro caos nacional. Porque, por exemplo, o meu Estado, o Estado do Senador Randolfe, se não se regular o Fundo de Participação dos Estados – evidentemente, o Estado do Amapá, 70% da sua renda, do seu Orçamento, são constituídos pelo Fundo de Participação –, então, o Estado tem que parar, porque jamais pode viver com 30% do seu Orçamento.

De maneira que nós não podemos deixar que haja um vácuo na legislação. Até o dia 31, nós temos, aliás, o dever de votar essa matéria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)
– Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Randolfe Rodrigues, pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Walter Pinheiro, exatamente nos termos que V. Ex^a coloca: a minha preocupação com esse tema vem desde 2010, quando inaugurei o mandato aqui nesta Casa. V. Ex^a tem conhecimento disso, tenho dialogado com V. Ex^a sobre esse tema.

Minha divergência em relação ao parecer da Comissão de Notáveis é total. Eu esperarei ansioso, Senador Walter, hoje, receber o parecer de V. Ex^a que, espero, tenha modificado em muito o parecer da Comissão de Notáveis. Que seja diferente do parecer da Comissão de Notáveis!

A prorrogação das regras como estão parece-me que seja a continuação da inconstitucionalidade que foi diagnosticada pelo Supremo Tribunal Federal. Não quero me antecipar e fazer juízo de valor, Sr. Presidente, sem antes conhecer do que se trata o parecer do eminente Senador Walter Pinheiro. Quero só antecipar, mesmo sem emitir juízo de valor. Pelas informações que tenho, esse encaminhamento e esse parecer, e adotando para o futuro um critério de população, vão contra, claramente, os interesses, em especial dos Estados como os nossos, menos aquinhoados; como Estados menos aquinhoados com arrecadação própria de ICMS, e mais dependentes de Fundo de Participação dos Estados.

Então, em princípio, Sr. Presidente, reitero, vou aguardar com ansiedade, para hoje, o parecer do Senador Walter Pinheiro. Do que eu sei da discussão até agora, eu antecipo a V. Ex^a que a minha divergência é total. Não terei acordo nessa votação. Eu conheço o parecer da Comissão de Notáveis, e não é notável o parecer da Comissão de Notáveis. Não é notável. É antifederativo. Fere a Constituição, insiste nos erros diagnosticados pelo Supremo Tribunal Federal, e isso, Senador Walter, isso eu conheço. Se V. Ex^a continuou seguindo nesse caminho, seguiu no caminho errado. Fere a Federação, fere o atual Pacto Federativo e fere, em especial, os Estados da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Muito bem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Perdão, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PMDB não se opõe à forma com que o Senador Walter Pinheiro está encaminhando esse tema. Está encaminhando com absoluta cautela. O Senador Walter Pinheiro está sendo um verdadeiro maestro. Está edificando uma verdadeira concertação em torno desse tema, que é um tema explosivo, que é um tema federativo.

Nós temos toda confiança de que, de hoje para amanhã, socializando o acesso a essa informação, possamos nos debruçar sobre o assunto.

Chamo atenção, entretanto, Sr. Presidente, para a necessidade de V. Ex^a construir com o Deputado Marco Maia um entendimento, porque de nada vai valer o nosso esforço aqui, no Senado, se a Câmara Federal não fizer o mesmo. O que consagra o Supremo Tribunal Federal é que o Congresso Nacional terá de se manifestar em relação a esse tema e não apenas o Senado da República.

Essa é a modesta contribuição que quero dar a V. Ex^a: que V. Ex^a possa construir com o Deputado Marco Maia, com a Câmara, uma agenda comum, para que nós possamos encerrar esse processo, que, se não for concluído, causará um caos num conjunto muito relevante de Estados federados.

É a contribuição modesta que dou a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Muito obrigado.

Eu já me entendi com o Deputado Marco Maia, que se encontra em viagem ao exterior e deve chegar hoje, para que façamos uma pauta mínima para as duas Casas votarem, até o final do ano, essas matérias, as mais relevantes, as mais necessárias. Como nenhuma outra, essa tem um prazo fatal, que é o dia 31 de dezembro.

Senador Randolfe, nós estamos também acompanhando, muito de perto, esse assunto. Posso dizer a V. Ex^a que a emenda da Comissão de Notáveis, pelo menos na parte em que fui consultado, não teve nenhuma chancela para tramitar dentro do Senado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não, perfeitamente, Sr. Presidente.

O meu questionamento é sobre o resultado do trabalho. Eu sei que nós estamos seguindo aqui o rito. Eu reitero a V. Ex^a que vou aguardar, com ansiedade, o parecer do Senador Walter Pinheiro. Eu só antecipo que, com o trabalho anterior da Comissão de Notáveis, eu tenho divergências. Espero que, democraticamente, na Casa, nós possamos, juntos, saná-las e encontrar – eu acho possível, pois a matemática garante a elasticidade de encontrarmos – uma média, um medidor comum que não prejudique nenhum Estado da Federação, em especial o nosso, Sr. Presidente, e que se cumpra o ditame do Supremo Tribunal Federal.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador, a Comissão não é de Notáveis, mas de Especialistas, e fui eu até que dei o nome. Ela fez um trabalho, aí sim, realmente notável, porque reuniu subsídios que estão à disposição dos Srs. Senadores para justamente ajudar na confecção dos projetos.

Contamos, para isso, com a Presidência do Ministro Nelson Jobim, que é um homem extraordinário pelo seu saber, pelo seu espírito público e pela sua experiência e que muito ajudou para que os trabalhos fossem concluídos num prazo pequeno, como foi feito, e para que estivesse à nossa disposição um trabalho que, posso dizer, reúne, com absoluta competência, muita sabedoria e, ao mesmo tempo, muitos dados que poderão servir para os nossos trabalhos melhorarem bastante.

Muito obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Faço minhas, Presidente, as suas palavras em relação ao currículo dos membros da Comissão, sem divergência quanto à Comissão – aliás, minha pequena divergência, sobre a qual estou à disposição para dialogar, de todo o trabalho da Comissão.

Não tenho divergência sobre ICMS de origem e destino, nem sobre o restante do trabalho. Há alguns esclarecimentos que eu acho necessário fazer em relação à partilha do FPE.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – Nesse ponto, nós só temos convergências.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Pronto, Presidente.

(*Soa a campanha.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – Senador Eduardo Lopes, com a palavra.

A inscrição aqui é do Senador Eduardo Lopes, pela Liderança.

V. Ex^a está como orador inscrito, em seguida.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) –

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – Ele tem direito a 20 minutos, e V. Ex^a a 20 minutos também.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) –

Como Líder, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – Como Líder.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ.

Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente e todos que acompanham agora esta sessão, quero, nesta tarde, falar um pouco sobre os Municípios, sobre as eleições que determinaram as novas direções nos Municípios a partir de 2013 e que trazem também grandes responsabilidades e grandes desafios para todos os prefeitos, independentemente de partidos, independentemente de qualquer coisa. A direção, a gestão de uma cidade, principalmente nos nossos dias, traz muitos desafios, e eu quero fazer aqui uma reflexão sobre isso.

Os novos prefeitos que foram eleitos vão conduzir os destinos das mais de 5.560 cidades brasileiras pelos próximos 4 anos. Decerto, todos eles estão conscientes dos problemas que deverão enfrentar a partir do dia 1º de janeiro, quando assumirão os seus mandatos.

Não é sem razão que as eleições municipais são as que despertam mais interesse nos cidadãos, pela sua importância, pois é nas cidades que as pessoas vivem e vivenciam seus problemas. São os problemas das cidades que mais repercutem no dia a dia de cada um, prejudicando seu bem-estar cotidiano. São as me-

lhorias na infraestrutura e nos serviços públicos urbanos que mais potencial têm para elevar a qualidade de vida dos cidadãos e também das cidadãs.

Isso é tanto mais verdade em face do intenso processo de urbanização que se observa no Brasil. Basta dizer que a parcela da população brasileira residente em áreas urbanas já se aproxima de 90%. É bem verdade que o processo de urbanização tem se acelerado em escala mundial, principalmente nas regiões onde o desenvolvimento começa a se tornar perceptível. Caso altamente significativo, impressionante mesmo, é o da China, o país mais populoso do mundo, cuja população urbana ultrapassou a do campo no final de 2011. As estimativas são as de que as cidades chinesas terão cerca de 800 milhões de pessoas até o ano de 2020.

Mas, no nosso caso, o vertiginoso processo de urbanização, observado nas últimas seis décadas, não foi, infelizmente, acompanhado por um simultâneo processo de planejamento da expansão das nossas cidades. Muito pelo contrário, as cidades brasileiras, mesmo as de pequeno porte, apresentam sérios problemas de falta de planejamento e de ocupação precária e irregular do solo urbano. Com isso, os efeitos da urbanização desordenada representam colossais desafios urbanísticos que os novos administradores e administradoras precisam enfrentar com muita responsabilidade.

Além disso, as perspectivas para a renovação urbana apontam no sentido do adensamento populacional. As cidades, cada vez mais, tendem à verticalização e à concentração na forma de metrópoles. Um aspecto positivo dessa tendência é que ela contribui para baratear a oferta de serviços públicos, principalmente na implantação de sistemas integrados de mobilidade urbana, de redes de serviço de saúde pública, de educação, de segurança, de limpeza urbana e também de saneamento básico.

Outro aspecto importante, que os novos prefeitos e prefeitas devem ter sempre em mente, é que as cidades grandes, médias ou pequenas se compõem de pessoas, de vidas humanas. As cidades existem em função das pessoas. Elas nascem da necessidade humana de viver em sociedade, de manter contato e comunicação com o próximo, de garantir organização e segurança à vida social e de promover meios de troca. Em suma, as cidades existem em função do objetivo maior de melhorar as condições da vida humana.

No entanto, muitas das cidades atuais – e esta é também a nossa realidade – foram criadas para automóveis, foram concebidas tendo em mente a circulação dos veículos automotores. E, com o passar do tempo, a percepção que temos hoje é a de que essa opção se revelou equivocada. Felizmente, algumas cidades,

inclusive brasileiras, já estão passando por vigorosos processos de renovação urbana, dando prioridade à pessoa humana. Essas são chamadas de cidades caminháveis.

A reorganização dessas cidades, no tocante a esse aspecto, visa a favorecer, em caráter prioritário, o seguinte: estimular a convivência social com a criação de ambientes confortáveis e com a oferta de espaços e serviços públicos para a população; dar liberdade ao pedestre, com a adequação de ruas e calçadas que lhe garantam segurança e condições plenas de mobilidade e também de acessibilidade; incentivar o uso de bicicletas, favorecendo a circulação dos ciclistas em toda área urbana, e também o uso do transporte público coletivo, com oferta de serviços de qualidade na quantidade necessária.

É a partir dessa lógica humanista que os novos gestores e gestoras precisam repensar a infraestrutura urbana de suas cidades. No século XXI, pensar as cidades é pensar na construção e oferta de espaços públicos, de redes de comunicação e informação, de equipamentos de lazer, de esportes, de cultura etc.. Todos esses serviços devem ser voltados para favorecer a integração social, para tornar as pessoas menos estressadas, menos solitárias e também mais felizes.

No que se refere à população com mais de 65 anos, cujo crescimento no Brasil segue uma tendência mundial, deve-se ter em conta que os idosos do futuro devem ser – e serão! – cada vez mais ativos. Consequentemente, eles demandarão mais conhecimentos, lazer e serviços, coisas que o Poder Público municipal deve se qualificar para atender adequadamente.

Quando buscamos delinear o conceito da cidade do século XXI, o que cumpre é reiterar, sempre e incansavelmente, a cada momento do planejamento urbano, aquele princípio basilar: as cidades existem em função do objetivo maior de melhorar as condições da vida humana.

No caso do Brasil atual, vale destacar que as maiores cidades brasileiras já estão envolvidas no processo de renovação urbana com vistas aos grandes eventos esportivos, que são a Copa de 2014 e também as Olimpíadas de 2016. Na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, avançam as obras do projeto Porto Maravilha. Já na região central de São Paulo, está em desenvolvimento o projeto Nova Luz. Esses são magníficos exemplos de projetos com grande impacto no zoneamento urbano das áreas onde estão localizados, projetos que envolvem a construção de espaços públicos voltados para a vivência cultural e, consequentemente, para a convivência social.

Entendo que os novos prefeitos precisam estimular a participação popular nas questões de seus

Municípios, de suas cidades. É claro que a população deve participar, cada vez mais, das decisões, dos problemas e também das soluções. Certamente, aqueles que melhor conseguirem envolver a sociedade nessas questões terão seus mandatos reconhecidos pelos seus eleitores. Além disso, terão difundido o significado mais apropriado do que vem a ser uma cidade sustentável. Nos novos tempos em que vivemos, os problemas da sustentabilidade socioambiental, da mobilidade urbana e da necessidade de se estimular a convivência social apresentam-se com urgência e relevância até então inéditas.

Creio, Sr. Presidente e todos que nos acompanham, que, em face das complexas questões de urbanização e de carência de recursos financeiros que afligem o conjunto dos Municípios brasileiros, será exigido desses novos mandatários e mandatárias elevado discernimento na definição das prioridades de suas gestões. Antes mesmo de se preocuparem com novas obras e com gastos correntes, os novos prefeitos e prefeitas precisam aprimorar a gestão pública, estabelecendo planejamento estratégico que aponte as prioridades e os rumos do desenvolvimento que desejam para os seus Municípios.

Como eu disse no início, os novos prefeitos e prefeitas decerto estão conscientes dos problemas de seus Municípios, mas eu gostaria de chamar a atenção para uma questão: o problema dos desastres naturais nas áreas urbanas. Já agora, foi divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o perfil dos Municípios brasileiros, relativamente ao ano de 2011, revelando o quanto nossas cidades estão despreparadas para enfrentarem desastres climáticos. A maioria não tem qualquer plano de prevenção contra esse tipo de evento da natureza. Apenas 6,2% das prefeituras do País estão aptas a desenvolverem algum tipo de ação preventiva contra catástrofes naturais. Os restantes 93,8% não se preocupam com essa questão, talvez por acharem que não estão suficientemente expostos a tais riscos. É preocupante isso!

Pior ainda – pasmem! – é que 50% das cidades brasileiras não controlam a qualidade da água que é servida para consumo da população. E mais, 70% não têm plano de saneamento básico. Dos 92 Municípios do Estado do Rio de Janeiro, em apenas 17, há algum sistema de alerta preventivo contra desastres climáticos.

Isso me faz lembrar tristes acontecimentos nas cidades da região serrana do Estado do Rio de Janeiro, onde, no início de 2011, grandes deslizamentos de terra provocaram a morte de mais de 900 pessoas, sem falar em outros casos ocorridos nas cidades de Niterói e de Angra dos Reis, também com muitas perdas de vidas humanas.

Causa-nos grande preocupação, apreensão mesmo, o fato de os Municípios atingidos não estarem, até hoje, preparados para prevenir e evitar novas tragédias.

Essas coisas nos levam a pensar, de forma lastimável, que outras pessoas morrerão por falta de ações preventivas e por causa de desastres naturais no nosso Estado. Prova disso aconteceu, há poucos dias, no Município de Friburgo, onde a população voltou a sentir medo ao ouvir o barulho intenso das sirenes, alertando para o risco iminente de novos deslizamentos de terra na cidade. Na ocasião, mais de 250 pessoas do Município tiveram de ser levadas para abrigos públicos, e 20 casas foram atingidas por avalanche de pedras. Pelo menos uma pessoa teria morrido. Outros Municípios da região também foram afetados pelas chuvas daqueles dias. Coincidentemente, nesse mesmo dia, foram divulgados os dados do IBGE, dando conta da falta de planos de prevenção contra desastres naturais nas cidades brasileiras.

Repito, Sr. Presidente: 93,8% dos Municípios brasileiros não estão preparados para prevenir desastres naturais. Os prefeitos, de modo geral, reclamam muito da falta de recursos financeiros e dos entraves burocráticos para conseguirem ajuda federal, inclusive no âmbito do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais, recentemente criado pela Presidenta Dilma Rousseff.

A despeito dessas dificuldades, os prefeitos e prefeitas têm de encarar essa questão dos desastres naturais como uma obrigação. Do contrário, as populações das áreas de riscos continuarão a conviver com o medo e, inclusive, com perdas humanas.

Investir em prevenção, se não pode de tudo evitar, com certeza ajuda a diminuir muito os gastos com atendimentos em saúde e em habitação e com outros auxílios àquelas famílias que, eventualmente, venham a ser atingidas por essas catástrofes.

Para finalizar, considero importante, fundamental mesmo, que os novos prefeitos e prefeitas de todo o Brasil, principalmente aqueles que estão assumindo os mandatos pela primeira vez, compreendam e estejam atentos para as questões aqui relatadas.

É bem verdade que nem todos os Municípios brasileiros têm áreas sujeitas a desastres climáticos, mas é preciso que seus administradores tenham muito cuidado com as questões urbanas. Além disso, todos devem estimular a participação popular no debate dessas questões. Só assim, com o aval da população, é que os gestores e gestoras públicos serão capazes de promover mudanças importantes em seus Municípios.

Ademais, não devemos esquecer que os eleitores conferiram os mandatos aos prefeitos e prefeitas e aos vereadores e têm o direito e o dever de atuarem como

fiscais e partícipes da gestão municipal, cobrando de seus mandatários o cumprimento dos seus compromissos assumidos em campanha e também eficiência no exercício de suas atribuições, comportamento ético e total transparência nos atos praticados.

Esse é o primeiro registro que faço aqui com respeito às cidades, mas quero também parabenizar o Estado do Rio de Janeiro, a população do Rio de Janeiro, que, ontem, esteve presente, junto conosco, no ato em que nós pedimos à Presidenta que ela viesse a vetar a questão dos *royalties*, a divisão dos *royalties*.

Reforço aqui o nosso sentimento em relação a isso: nós devemos, sim, discutir e conversar sobre a divisão futura dos *royalties*. Mas reforço aqui que mexer nos contratos já assinados nos campos já licitados é uma flagrante inconstitucionalidade e traz uma insegurança jurídica muito grande. Não quero que essa imagem seja levada ao mundo por parte do Brasil.

Então, nós esperamos, sim, que a Presidenta vote o projeto. Se não o vetar, não tenham dúvidas de que vamos recorrer ao Supremo, para buscar o nosso direito, porque alterar contratos de campos já licitados é ferir o estado jurídico perfeito. Isso traz muita insegurança jurídica.

Parabéns a todos os que participaram da marcha ontem, da caminhada, desse ato que engrandeceu o Estado do Rio de Janeiro! Um abraço a todos!

Sr. Presidente, muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Lopes, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cícero Lucena, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Em votação o **Requerimento nº 1.008, de 2012**, do Senador Roberto Requião.

S. Ex^a requer licença para se ausentar dos trabalhos da Casa no período de 5 a 7 de dezembro, a fim de participar do seminário “Os Portugueses no Brasil e na América do Sul: novos desafios”, que será realizado na cidade do Rio de Janeiro.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezando Sr. Presidente Senador Cícero Lucena, por que há violência contra a mulher? Em todas as culturas em que há uma prevalência masculina, há também uma prevalência da violência contra a mulher.

Em breves palavras, podemos afirmar que a violência contra a mulher é a primeira violência que a criança vê desde que nasce. Assim, dentro de seu cérebro ainda incompleto, grava-se rudimentarmente a certeza de que quem manda é o homem e a de que quem apanha é a mulher.

Portanto, desde o início de uma história de cinco mil anos, as mulheres são oprimidas em quase todas as culturas, achando que essa opressão é natural. Em muitas partes do mundo, principalmente na Ásia, elas não podem falar diante de seus maridos. Em suma, a violência contra a mulher é a raiz primária da violência dois mais fortes sobre os mais fracos. Só em meados do século XX, quando o Movimento Feminista iniciou suas atividades, esse fato começou a ser tratado com a devida importância que requer, mas isso só no mundo ocidental, como ressalta uma das mais importantes Líderes feministas, a Sr^a Rose Marie Muraro, com quem muito dialoguei para falar para falar hoje sobre o Dia da Violência contra a Mulher, que se deu no ano passado.

Mas, e o caso do Brasil?

Segundo reportagem da BBC Brasil, citada pela agência SGeneral:

Seis anos após a promulgação da Lei Maria da Penha, o Brasil tem demonstrado esforços no combate à violência contra a mulher, e o número de denúncias vem aumentando, mas a maioria ainda esbarra em um velho obstáculo que beneficia os agressores: a impunidade.

A legislação, que foi sancionada em 2006, é considerada modelo internacionalmente e leva o nome da ativista cearense que ficou paraplégica após ser baleada pelo marido, que a espancou por mais de dez anos.

O serviço Ligue 180, criado na mesma época da promulgação da lei, recebeu quase três milhões de ligações nos últimos seis anos, sendo 330 mil denúncias de violência, algo interpretado por especialistas como um sinal de que cada vez mais mulheres vêm utilizando esse canal em busca de justiça.

Mas analistas avaliam que, na prática, o que impede o avanço do País rumo à eliminação da violência contra a mulher é o Judiciário, que ainda processa os casos com muita lentidão. Além disso, muitos juízes ainda tratam a questão com preconceito e machismo, primando por tentativas de conciliação mesmo diante das evidências de abusos, dizem pesquisadores da área.

Também há indícios de uma morosidade do Governo nas esferas municipal, estadual e federal em agilizar a estruturação da rede de atendimento à mulher prevista pela lei.

Mais violência.

Enquanto isso, estatísticas recentes mostram uma tendência de aumento da violência.

Segundo um levantamento do Instituto Sangari, baseado em dados obtidos de certidões de óbito e da Organização Mundial de Saúde, ligada à ONU, o Brasil acumulou mais de 90 mil mortes de mulheres vítimas de agressão nos últimos 30 anos.

Em 1980, eram 1.353 assassinatos deste tipo por ano, e, em 2010, a cifra saltou para 4.297. Além disso, o Brasil fica em 7º lugar no *ranking* dos países com mais mortes de mulheres vítimas de agressão.

Impunidade.

Para Wania Pasinato, socióloga e pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência da USP, as estatísticas soam como um alerta de que a lei não está sendo aplicada como deveria e que o País falha em não reduzir mais o sofrimento e as mortes de milhares de brasileiras.

A gente diz o tempo todo para essas mulheres denunciarem a violência, mas nada é feito [diz ela]. O Estado não reage a essa denúncia, ou, se reage, fica apenas no papel. Essa ineficiência cria um cenário de impunidade muito perverso.

Entre julho de 2010 e dezembro de 2011, em todo o País, foram realizadas 26.410 prisões de agressores, 4.146 detenções preventivas e mais de 685.905 processos de agressão contra mulheres que estão tramitando em cortes brasileiras.

O Observatório Lei Maria da Penha, ligado à Universidade Federal da Bahia (Ufba), que monitora a aplicação da Lei em todo o Brasil, diz que ainda há muito machismo e preconceito entre delegados e juízes, que tendem a classificar a violência contra a mulher como um assunto de foro íntimo, relegado a um segundo plano, diante de outras questões. Há casos de mulheres que denunciam o agressor e esperam mais de seis meses por uma audiência, e o juiz ainda tende a ignorar a gravidade da denúncia e primar pela conciliação e a retirada da queixa. Sobre tudo no Nordeste, vemos até o assédio de policiais contra as mulheres no momento da denúncia, quando elas estão fragilizadas.

Em 2006, foi criada a Lei Maria da Penha, que pune incansavelmente os assassinos e estupradores. Esta lei emanou da Secretaria de Política para Mulheres (SPM), revoltada contra o que aconteceu com a militante cearense Maria da Penha.

Estrutura.

Um dos aspectos mais elogiados da Lei Maria da Penha é o fato de que a legislação vê a violência contra a mulher não só como um problema criminal, mas também social. E, para agir com mais eficiência rumo a uma transformação real da cultura de domina-

ção machista e agressão, o texto da lei prevê a criação de uma rede de atendimento composta por diversas esferas, entre elas juizados especiais e abrigos, onde as mulheres podem ficar seguras após fazer denúncias. Mas até mesmo a Secretaria das Mulheres reconhece que essa estrutura ainda está muito aquém do necessário.

História da Maria da Penha.

Se tudo estivesse ocorrido conforme planejado por seu agressor, Maria da Penha estaria morta, há muito tempo, e ninguém suspeitaria que seu caso seria mais um de uma extensa lista de homicídios de mulheres no Brasil. Mas ela sobreviveu a duas tentativas de assassinato e lutou para que seu marido, um economista colombiano, fosse condenado.

Hoje, com 67 anos e paraplégica devido ao tiro que levou do ex-cônjuge, ela sabe que tem um lugar especial reservado na história do País, após haver uma lei batizada com seu nome, e que pode ajudar a salvar milhares de vidas de mulheres.

“Gostaria de ser lembrada como uma mulher que, perseverando, após 19 anos e 6 meses em busca de justiça, conseguiu mudar a lei de um país”, diz a cearense, durante uma entrevista à BBC Mundo em sua casa, em Fortaleza.

Enquanto dormia.

Farmacêutica bioquímica, ela relembra o instante, em maio de 1983, quando um tiro a condenou a passar o resto da vida em uma cadeira de rodas. Ela tinha 38 anos. “Meu marido atirou nas minhas costas enquanto eu dormia. Acordei com um tiro e não sabia quem havia atirado. Pensei que tinha sido ele, não o tinha visto”.

As suspeitas dela eram baseadas nas atitudes cada vez mais violentas que Marco Antônio Heredia vinha adotando com ela e suas filhas. Ela havia sugerido a separação, mas ele não aceitou. O agressor disse à polícia que o tiro que atingiu sua mulher havia sido disparado por um criminoso em uma tentativa de assalto.

Depois de passar quatro meses e meio hospitalizada, Penha voltou a viver com o marido e as filhas.

Continuei com ele porque não sabia que ele havia sido o autor da primeira vez. Quando voltei, sofri uma segunda tentativa (de assassinato), mais dissimulada, por meio de um chuveiro elétrico, danificado de propósito (para eletrocutá-la), afirmou. Se eu estivesse entrado no banho... Percebi antes que estava passando corrente (pela água).

Quase um ano depois do disparo, convencida de que seu marido queria matá-la, Penha o denunciou

às autoridades e começou sua luta para que Heredia fosse condenado.

Risco de morte.

Heredia se declarou inocente da acusação, mas, após uma série de julgamentos e recursos que lhe renderam mais de uma década em liberdade, foi condenado por tentativa de homicídio e começou a cumprir pena em 2002. Ele ficou 16 meses na cadeia, passou para o regime semiaberto e, em 2007, entrou em liberdade condicional.

Em meio à batalha judicial, o caso foi levado por ONGs à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que começou a pressionar o governo brasileiro. O Estado foi responsabilizado pela demora no processo e convidado a tomar medidas para prevenir a violência doméstica – um delito que até então dificilmente se punia com prisão. Isso levou à aprovação, em 2006, da Lei Maria da Penha, que combate a violência doméstica com punições mais duras para os agressores, como a possibilidade de prisão preventiva e impedimento de imposição de penas alternativas.

Uma declaração das Nações Unidas citou, no ano passado, essa Lei como pioneira, mundialmente, em defesa dos direitos das mulheres. No Brasil inteiro, essa lei levou uma grande quantidade de mulheres a se queixarem dos seus maus tratos.

“O feminicídio é uma questão cultural, antes de mais nada”, afirma Maria da Penha, que lembra que a violência doméstica está em todas as classes sociais. “Meu agressor era um professor universitário”, disse Maria da Penha.

Símbolo da luta pelas mulheres no País, Penha aconselha que as que se sintam ameaçadas busquem apoio de instituições e de grupos especializados, que se protejam com sigilo e evitem ser impetuosas. “Muitas vezes a mulher pode se desesperar por estar vivendo uma situação assim, mas é melhor ter um pouco de cautela para que não seja assassinada, porque é em momentos assim que, muitas vezes, a mulher perde a vida”, ensina Maria da Penha.

Conclusão: e o futuro?

Tudo isso nos faz pensar no que nos reserva o futuro. Os homens das gerações mais jovens já começam a ajudar na criação dos filhos. Isso é fundamental, porque, no cérebro inacabado da criança, aparece uma realidade completamente diferente: “meu pai e minha mãe se amam e me amam.” É só com esse futuro que conseguiremos criar uma realidade não violenta, um futuro mais solidário e relações mais equilibradas entre os seres humanos.

Daí a importância que estamos dando à violência contra a mulher, a mais importante de todas, que,

até hoje, a maioria dos juízes considerava – ou ainda considera – secundária.

Quero ressaltar a importância do trabalho da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a violência contra a mulher, objeto de assinaturas, inclusive de todas as Senadoras do Senado Federal, no ano passado. Foi instalada em fevereiro de 2012 e vem desenvolvendo suas atividades sob a Presidência da Deputada Jô Moraes. Tem como Relatora a querida Senadora Ana Rita, que tem feito um trabalho extraordinário. Ela, que tem levado a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para os mais diversos Estados, inclusive, com o apoio da Secretaria de Política para Mulheres, tem conseguido ouvir depoimentos, realizado diligências, conversado com delegados, com delegadas, com vítimas da violência, para verificar como será possível ainda realizar modificações e melhorias na própria legislação, inclusive no Código Penal.

Eu quero muito aqui cumprimentar a Senadora Ana Rita pelo trabalho tão importante que vem realizando juntamente com a Presidente, Deputada Jô Moraes, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, para averiguar e fazer sugestões sobre como prevenir e evitar a violência.

Quero também aqui dizer uma palavra. Acabo de conversar com o novo Secretário de Segurança do Estado de São Paulo, ex-Procurador-Geral do Estado de São Paulo, Fernando Grella Vieira. Quero expressar a minha confiança de que ele possa realizar um bom trabalho. Achei muito importante a sua determinação e a do novo comandante da Polícia Militar no sentido de evitar que haja ações por parte dos policiais militares caracterizadas pela truculência.

Ainda ao participar da caminhada contra a violência e pela paz, que ocorreu na Vila Brasilândia, no último domingo, onde estavam Dom Milton e Dom Angélico, que falaram para centenas de pessoas que participaram daquela caminhada, mesmo sob chuva, em alguns momentos, houve uma sensibilização muito grande por causa dos casos de violência que ali têm ocorrido. Pois bem, eu, ali, relatei alguns episódios que me foram relatados por moradores de Heliópolis, da comunidade de Heliópolis, sobre como, às vezes, os policiais chegam ali e falam de maneira abusiva com a população humilde, carente, como se muitos ali fossem bandidos, quando são trabalhadores, que estão exercendo o seu trabalho normalmente.

Mas, espero que o novo Secretário, Fernando Grella Vieira, em cooperação com o Ministro da Justiça, Ministro José Eduardo Martins Cardozo, e o Governo Federal, possam realizar ações muito positivas para evitar atos de violência, que não são os adequados.

Quero, na minha conclusão, Sr. Presidente, aqui ler o requerimento que sei que já foi apresentado hoje pelo Senador Pedro Taques e por outros Senadores, mas quero também somar os meus votos de inserção em ato de voto de pesar pelo falecimento ocorrido na última segunda-feira, 26, do ex-Deputado Sérgio Miranda de Matos Brito, aos 65 anos, de câncer no pâncreas, bem como a apresentação de condolências aos familiares.

Conheci Sérgio Miranda durante a CPI do Orçamento. Ele era um dos Parlamentares mais interessados em apurar os desvios de recursos públicos que dia a dia eram noticiados pela imprensa. Sua atuação muito contribuiu para aprimorar os procedimentos da Comissão Mista do Orçamento do Congresso Nacional. Ele teve um papel de destaque durante todos os anos em que foi membro da Comissão Mista do Orçamento. Era um Parlamentar que conhecia detalhadamente o Orçamento Público. Possuía uma visão técnica e política da Peça Orçamentária, aplicava todo o seu conhecimento para defender a população e o Estado brasileiro. Atuava como um óbice a possíveis manobras que poderiam resultar no desvio dos recursos da Nação.

O seu desempenho na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados foi de capital importância para facilitar a tramitação do Projeto de Lei do Senado nº189, de 2003, que “define os objetivos, métodos e modalidades da participação do Governo brasileiro em negociações comerciais multilaterais, regionais ou bilaterais”, que, hoje, foi objeto do parecer do Senador Espiridião Amin, do qual fui autor.

Os representantes do PDT pediram vista, mas espero que esse projeto possa ser apreciado e votado na próxima reunião da Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados.

Trabalhos em íntima interação parlamentar na busca de soluções para os planos de aposentadoria dos Aeroviários (Aerus e Aeros), bem como na luta pela não aprovação do fator previdenciário, pois entendia que seria um retrocesso para os trabalhadores que estavam prestes a se aposentar.

Sérgio Miranda de Matos Brito foi Professor; Vereador, em Belo Horizonte, entre 1988 e 1992; e Deputado Federal por Minas Gerais por quatro mandatos, entre 1993 e 2006. Como Parlamentar, sempre foi indicado como um dos mais influentes da Câmara dos Deputados pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

Foi militante do Partido Comunista do Brasil, durante quase cinco décadas. Exerceu vários mandatos como membro do Comitê Central e da Comissão Política.

Ao longo de sua carreira, atuou, principalmente, nas áreas previdenciária, trabalhista, orçamentária e de direitos sociais. Participou da CPI das fraudes do INSS, na investigação do assassinato dos fiscais do Ministério do Trabalho, além de ter integrado...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, só mais um minuto.

Além de ter integrado a missão oficial à China em 2000. Como vereador, foi autor da lei da meia entrada para estudantes, em Belo Horizonte.

Com 43 anos de militância no PCdoB, Sérgio Miranda deixou o Partido em 2005 e assumiu a Presidência do PDT em Belo Horizonte. Candidato à Prefeitura da capital mineira, em 2008, não venceu. Atualmente, trabalhava na Fundação Leonel Brizola Alberto Pasqualini, do PDT.

Na semana passada, Sérgio Miranda foi condecorado com a Medalha do Mérito Legislativo, premiação concedida pela Câmara dos Deputados. Porém, não pôde participar da cerimônia de entrega, devido à sua saúde debilitada. Sua mulher Cristina Sá Brito, foi quem recebeu a medalha em seu lugar.

Como Deputado, conhecia muito bem os meandros da Casa. Relacionava-se amigavelmente com seus pares de diferentes tendências políticas, da esquerda à direita, sem nunca deixar de ser de esquerda.

A morte de Sérgio Miranda é uma grande perda para a democracia de nosso País.

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ele fará muita falta, por sua conduta idônea, leal e honesta e capacidade de articular soluções que, defendendo o Estado, visava sempre à melhoria das condições de vida da população brasileira.

Quero, aqui, enviar o meu abraço solidário e de pesar aos familiares e amigos de Sérgio Miranda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Em votação o **Requerimento nº 1.009, de 2012**, em aditamento ao **Requerimento nº 904, de 2012**, ambos do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que solicita seja estendida até o dia 27 de novembro de 2012 a licença dos trabalhos da Casa, para participar da missão parlamentar na China, tendo em vista que, por razões alheias à vontade de S. Ex^a, desembarcará em Brasília somente na noite do referido dia.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Com a palavra o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR. Sem revisão do orador.) – Antes de mais nada, Presidente, os meus cumprimentos à rapidez com que a nossa Presidente agiu em relação às denúncias do escritório do Governo Federal em São Paulo.

A nossa pauta está trancada pelo projeto de lei de conversão que muda o nome da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade para Empresa de Planejamento e Logística e amplia as suas competências, Senador Capiberibe. É o famoso “trem-bola”... Oh, perdão, é um vício de linguagem. É o trem-bala.

Anuncia-se que a EPL, mesmo que ainda não autorizada por esta Casa, dispõe da fortuna de R\$133 bilhões para privatizar ferrovias, rodovias, portos e aeroportos. E quem preside essa fantástica e bilionária empresa? Preside-a o Sr. Bernardo Figueiredo, cuja recondução à direção da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT) foi rejeitada pelo Plenário desta Casa meses atrás.

Negamos a ele mais um mandato com base em relatórios devastadores do Tribunal de Contas da União, que condenam de forma dura seus malfeitos na condução da Agência.

Nós o rejeitamos ouvindo o Tribunal de Contas da União, mas ele é promovido e aí está, todo lampeiro, dando entrevistas até na nossa TV Senado. Está aí, falando em nome do Governo do Brasil com investidores internacionais e nacionais e com bancos estrangeiros.

Eu volto a este tema desagradável porque recebi do Deputado Esperidião Amin um novo relatório de auditoria, realizado pelo Tribunal de Contas da União, sobre a ANTT, apontando falhas gritantes na fiscalização do contrato de concessão da Autopista Litoral Sul, entre o Paraná e o Estado de Santa Catarina.

Não só, Presidente Cícero, tenho o dever de tratar dessa concessão rodoviária entre o meu Estado e o Estado de Santa Catarina, o Estado do Deputado Esperidião Amin. Tenho também legitimidade, além do dever. Quando fui Governador do Paraná, entre 1991 e 1994, investi US\$80 milhões para duplicar o trecho paranaense da rodovia, então chamada “rodovia da morte”, tantos eram os acidentes e mortes que ocorriam. E, diga-se, o Paraná nunca foi ressarcido pela obra, já que a rodovia era federal. Mas a rodovia, posteriormente, foi privatizada pelo Governo Federal, instalando-se nela o famoso pedágio.

E é aí que entra o relatório do Tribunal de Contas da União.

O Tribunal demonstra que o pedágio na rodovia poderia ser reduzido em R\$790 milhões, em favor dos usuários, caso a ANTT, então dirigida pelo famoso Bernardo Figueiredo, cumprisse seu dever de agente fiscalizador da concessão. Quer dizer, a concessionária

vai ganhar, nos próximos 21 anos, R\$790 milhões a mais, de forma irregular, porque a ANTT não fiscalizou e não fiscaliza o trecho concedido.

O relatório do TCU diz que a rodovia está em péssimo estado, em que pese o pedágio pago por cada caminhão, automóvel ou motocicleta, que onera os que trafegam entre Curitiba e Florianópolis.

Na sequência, o Tribunal faz uma gravíssima afirmação. Abre aspas:

Por outro lado, ironicamente (...) os processos para aumento de tarifas sempre tramitam na ANTT com surpreendente rapidez. [É o Tribunal de Contas da União que está falando, não sou eu] Não é justo, para dizer o mínimo, que a máquina do serviço público trabalhe com tanta eficácia e eficiência em prol do aumento de tarifa, mas não tenha pessoal, tempo e recursos para fiscalizar os serviços prestados, com a frequência necessária e para, quando é o caso, aplicar as punições merecidas.

Fecha aspas.

É o mui conhecido *modus operandi* de Bernardo Figueiredo, já apontado em outros relatórios do TCU. Ele não fiscaliza e não deixa fiscalizar. Não pune e não deixa punir. Já vimos isso em relação às ferroviárias, repete-se em relação às estradas rodoviárias.

O relatório que me enviou o Deputado Esperidião Amin impressiona. Vou encaminhá-lo à mesa para que o faça chegar à Presidente Dilma. E para não me estender muito, cito trechos da devassa do Tribunal de Contas da União, para escandalizar as Sr^{as} e os Srs. Senadores, em especial os Senadores do Paraná e de Santa Catarina.

Vejamos alguns fatos. Primeiro, relata o TCU: Bernardo Figueiredo praticou atos que “resultaram na compensação indevida de receitas não auferidas, em razão de atrasos no início da cobrança do pedágio”. A responsabilidade pelo atraso foi da concessionária e, sem razão alguma, imputado à Administração Pública pela ANTT.

Segundo fato apontado pelo Tribunal de Contas da União: Bernardo Figueiredo praticou atos que resultaram na irregular elevação da tarifa básica de pedágio, por ter feito acréscimos indevidos de encargos, favorecendo a concessionária e descumprindo as cláusulas da concessão.

Terceiro fato apontado: Bernardo Figueiredo praticou atos que resultaram na deficiência dos procedimentos de fiscalização e de regulação, para assegurar o cumprimento do contrato e a qualidade do serviço prestado. Assim, conforme o Tribunal de Contas da

União, Bernardo Figueiredo não controlava o investimento efetivamente realizado pela concessionária.

Quarto fato apontado: Bernardo Figueiredo permitiu a postergação em três anos das obras obrigatórias, entre elas o Contorno de Florianópolis, e autorizou a primeira revisão da tarifa básica do pedágio sem justificativas válidas. É o Tribunal de Contas da União que está dizendo isso, não sou eu. Ele favoreceu “a inexecução contratual sem que houvesse aplicação de sanções”, descumprindo a lei do contrato de concessões.

Quinto fato, Senador Capiberibe: diz o Tribunal de Contas que a ANTT permitiu

descumprimento generalizado e sistemático dos parâmetros de desempenho, definidos no Plano de Exploração da Rodovia, relativos ao pavimento e à sinalização horizontal (...) favorecendo a ocorrência de acidentes e aumentando os custos de transporte, sem que as sanções cabíveis tenham sido aplicadas (...)

à concessionária.

Por todas essas irregularidades, o Tribunal de Contas da União responsabiliza o Sr. Bernardo Figueiredo pela

conduta omissiva de deixar de prover, na função de Diretor-Geral da ANTT, as ações e os meios para a tempestiva, eficaz e efetiva fiscalização do desempenho (da concessionária), item fundamental para garantia do serviço adequado e da modicidade tarifária do modelo de controle da execução contratual adotado.

É o TCU que diz isso.

Concluindo o relatório, o corpo técnico do Tribunal de Contas da União apresenta mais de 70 recomendações à ANTT, então, à época, sob a batuta do famoso Bernardo Figueiredo.

O TCU recomenda a anulação de decisões ilegais; a anulação dos efeitos de decisões irregulares; a anulação de incorporação de vias marginais ao contrato; retirada do fluxo de caixa de valores irregularmente autorizados; compensação de valores indevidos recebidos pela concessionária; desconsideração do fluxo de caixa de valores irregularmente inseridos no contrato; abstenção de autorização de novas postergações da data de conclusão do Contorno de Florianópolis. E mais.

Este relatório deve ser submetido à votação do Plenário do TCU ainda este ano. Se aprovado, como se crê, ele vai se juntar a outros relatórios do Tribunal de Contas da União que já aniquilaram, devastaram, condenaram a gestão de Bernardo Figueiredo à frente da Agência.

Este Senado, que uma vez já rejeitou o nome de Bernardo Figueiredo, não pode, sob pena de se desmo-

ralizar, permanecer impassível diante de tão espantosas denúncias. Vamos engolir a sua permanência na EPL e seus R\$133 bilhões? Vamos permanecer inermes diante de seus fantásticos e naturalmente bilionários “trens-bola”? Desculpa, Senador Capiberibe, o meu texto aqui fala em trem-bala. Enfim, para que serve esta Casa? Para que serve o Tribunal de Contas da União?

Nós rejeitamos a nomeação do Sr. Bernardo Figueiredo por 36 votos do Plenário contra 30, que o aprovaram, e, de repente, ele surge como Presidente dessa empresa; aliás, Senador Presidente, empresa necessária. Essa empresa de planejamento substitui o Geipot, que foi tolamente suprimido. Nós não temos planejamento, nós não temos projetos, mas colocá-los sob o controle desse cidadão, já tão fiscalizado e denunciado pelo Tribunal de Contas da União, é uma tolice, que vai acabar explodindo na mídia, para o regozijo e a satisfação da empresa e da direitona brasileira.

Presidenta Dilma, por que ignorar as denúncias do Tribunal de Contas da União? E a elas se somam denúncias sobre outros assuntos que, desta tribuna, já fiz em relação ao Sr. Bernardo Figueiredo, por muitas vezes.

Com a palavra, para um aparte, o Senador Capiberibe.

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – Senador Requião, eu o ouço, da tribuna do Senado, algumas vezes, repetindo as mesmas denúncias, levantando os documentos produzidos pelo Tribunal de Contas, denunciando desmandos, comportamentos irregulares de figuras públicas do nosso País, e, às vezes, pergunto-me por que nós, nesta Casa, levantamos a nossa voz, baseados em documentos produzidos por instituições republicanas que têm responsabilidade de acompanhar os gastos públicos, mas, muitas das vezes, não obtemos a resposta devida. Um Senador da República, quando vai à tribuna, quando se preocupa com os números, com os dados, com os levantamos feitos pelo Tribunal de Contas, merece resposta. Não basta denunciarmos aqui, nós queremos respostas. Tenho certeza de que, quando V. Ex^a sobe à tribuna e faz uma denúncia, quer uma resposta do Executivo.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Mas uma resposta nós, aqui, no Senado, já demos: nós rejeitamos o Bernardo Figueiredo para a direção da ANTT.

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – Mais do que uma resposta? Mas ele mudou de posição, saiu de um lado para o outro.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Da empresa pública para a privada.

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – Nós queremos uma resposta decisiva do Executivo. As de-

núncias que fazemos aqui têm de ter resultados. Eu subo a essa tribuna, já subi em várias ocasiões, acabo de fazer uma carta às autoridades da República denunciando desmandos em um Estado da Federação, desvio de fortunas. Esse processo do mensalão, diante do que se desviou do meu Estado, é fichinha. E até agora ainda não tive a resposta que estou buscando. Senador Requião, este País precisa, de fato, que nos unamos todos para esmagar este mal congênito que corrói a sociedade brasileira, que é a corrupção. Pasm-me, no meu Estado, ainda há pouco, há meia hora, a Assembleia Legislativa, em sessão secreta, que durou 15 minutos, aprovou a Lei Orçamentária de 2013. Ora, isso não é possível. A lei obriga o debate amplo, aberto. Como é que, em uma assembleia legislativa, os deputados se reúnem às escondidas, de portas fechadas e impedem que a sociedade acompanhe, que a imprensa acompanhe, e votam um orçamento absolutamente estratosférico, de que não necessitam? E esse dinheiro que eles gastam ali faz falta na saúde, no saneamento. Falo isso do meu Estado e tenho certeza de que se repete em vários Estados. Aqui, alguns Senadores sobem à tribuna, de forma muito frequente, para fazer denúncia. Precisamos encaminhar o fato às autoridades e cobrar delas que tomem providências. É isso que V. Ex^a também clama da tribuna. Não é a primeira vez que o ouço falar. Quero lhe dizer que sou solidário aos seus pleitos. É preciso punição, sim, é preciso que se tomem as decisões necessárias para fazermos do Brasil um país melhor.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Senador Capiberibe, há pouco o Plenário do Senado estava em um debate intenso sobre a aprovação de um membro do Conselho Nacional de Justiça. Eu não sei quem é. E não tenho nenhuma informação que abone ou desabone esse personagem. Não o conheço.

Mas eu aprovei, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, por unanimidade, uma mudança do rito de sabatinas e aprovações de autoridades que são submetidas ao Senado da República. Eu me inspirei no sistema americano, que é aberto, demora meses, recorre a uma abertura à opinião pública, permite acesso pela Internet, estabelece um rito extraordinariamente amplo, em que o contraditório realmente existe.

O que aconteceu com o projeto? Ele foi encaminhado à Mesa Diretiva do Senado da República. E a Mesa, gloriosamente reunida, o encaminhou à Comissão de Regimento Interno. Essa comissão não existe. Ela foi presidida pelo Senador Marco Maciel e, desde que o Senador Marco Maciel deixou de ser Senador, nunca mais se reuniu. Ela realmente não existe. Foi uma manobra regimental para não democratizar o sistema de escolha dos Parlamentares.

Eu, mais uma vez, faço uma consulta ao Presidente, ao Senador Inácio Arruda, que preside o Senado neste momento: por que fizeram desaparecer...

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– ...uma resolução alterando o Regimento do Senado, aprovada pela unanimidade pela Comissão de Constituição e Justiça, mandando para uma comissão inexistente? Quando, na verdade, a Comissão Diretora devia ter se reunido e considerado aprovado ou rejeitado. Mas foi para baixo do tapete. E nós continuamos com essa brincadeira, de sabatinas praticamente inexistentes, de informações que não se completam, o que leva a essa crise que vivemos há instantes aqui no plenário.

No caso do Bernardo Figueiredo, eu requeri uma diligência, e puseram em votação o nome antes da diligência. Depois eu ocupei a tribuna, no dia da votação, trouxe os argumentos do Tribunal de Contas, fatos que eu conhecia, ocorridos no Paraná, e o Senado rejeitou o nome por 36 a 30, em uma batalha dura, desmoralizante,...

(Interrupção do som.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– ...que poderia ter sido resolvida... ...e democratizar o processo de escolha. Então, fica aqui *(Fora do microfone)*, oficialmente, a minha indagação à Mesa do Senado: o que justifica o fato de mandar e não decidir a resolução aprovada por unanimidade na CCJ para uma comissão presidida pelo Senador Marco Maciel, que há muitos anos deixou de ser Senador da República?

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Senador, a questão que V. Ex^a levanta será recebida como questão de ordem e respondida posteriormente.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, permita-me...

Senador Requião, eu gostaria de...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– O Senador Suplicy solicita um aparte.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de somar-me ao apelo do Senador Roberto Requião no sentido de que possa a proposição que ele fez para aperfeiçoar os temas de indagação...

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – O apelo já foi acatado em uma questão de ordem, que será respondida posteriormente pela Mesa.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Então, muito bem. Eu apenas quero solidarizar-me com a solicitação do Senador Roberto Requião para sabermos...

Durante o discurso do Sr. Roberto Requião, o Sr. Cícero Lucena, 1º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Inácio Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Que também tem a solidariedade do Presidente em exercício neste instante.

Com a palavra o Senador Cícero Lucena, como Líder.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, serei bastante breve, até porque voltarei a este assunto na sessão de amanhã, fruto da oportunidade que teremos logo no dia de amanhã. Será instalada, ou será verificada, na verdade, a comissão de acompanhamento e fiscalização da transposição das águas do Rio São Francisco, onde nós já vamos discutir o plano de trabalho e de ação dessa comissão, comissão essa que eu tive a honra de propor no início do ano, aprovada por unanimidade por esta Casa e instalada, há pouco mais de dez dias, sob a Presidência do Senador Vital do Rêgo.

Senador Vital, aproveitando inclusive a presença de V. Ex^a aqui, eu, neste momento, além de registrar a minha preocupação com esse tema – que é comum à preocupação de V. Ex^a, como foi também do pronunciamento do Senador Cássio Cunha Lima, já tratando do problema da seca no Nordeste e, em particular, na Paraíba –, gostaria de registrar rapidamente dois momentos que dão a verdadeira dimensão e a preocupação que o Brasil e o mundo têm que ter com essa situação que nós estamos vivendo.

O primeiro momento é uma matéria jornalística da revista *A Semana*, do nº 682, editada na Paraíba, Presidente, onde há uma fotografia, fotografia essa que deveria ganhar um prêmio internacional, porque registra, com muita propriedade, a oportunidade em que um agricultor, sofredor do sertão da Paraíba, está tomando alguns goles de água em uma garrafa, e, ao seu lado, esperando que caia alguma gota, está uma vaca na expectativa de lamber o rosto do sofrido agricultor paraibano. Isso demonstra, de forma clara, através de fotografia, a verdadeira realidade que o povo paraibano e nordestino está vivendo.

Há poucos instantes, conversava com o ex-Governador do Piauí Wellington Dias, e ele me dizia que acaba de morrer, está morrendo no Piauí cerca de cem mil hectares de pés de caju, fonte de renda, de sobrevivência e de vida, não só para os agricultores que plantam e que usam o caju, como inclusive para a indústria que cultiva as abelhas, que também vai entrar em processo de extinção.

Sr. Presidente, amanhã nós teremos o debate – e V. Ex^a também participa dessa comissão – sobre o trabalho da transposição.

E o segundo fato que faço questão de registrar é com mais preocupação ainda. Mas muito mais preocupação! É que, esta semana, a Ministra Miriam Belchior,

ao responder sobre o problema da paralisação dessas águas, disse que a transposição das águas iria concluir-se após 2016, mas que não tinha nada não porque o povo de lá – esse povo a que a Ministra fez referência, Senador Vital, somos nós paraibanos, são os cearenses, são os rio-grandenses-do-norte, são os pernambucanos, parte da Bahia, de Alagoas, de Sergipe, do Piauí, do Maranhão, do Ceará – sofre com algo que é histórico e que é vivido diariamente pelo sofrido povo nordestino.

Pois bem, Ministra, eu lhe respondo que o povo nordestino tem fé, e muita fé! Eu inclusive vou colocá-la nas minhas orações para que Deus possa tocar no seu coração, possa lhe dar sensibilidade e compromisso de ajudar a resolver problemas tão graves, mas tão graves do povo da minha terra e de todo o Nordeste.

Amanhã, farei um pronunciamento em que convocarei os direitos humanos, as entidades internacionais, porque pergunto: que diferença há entre um acidente de chuva, de enchente, de furacão, que tira vidas, que destrói a vida das pessoas, e essa lentidão da seca, que mata os animais – onde estão os defensores dos animais? – e mata, mais ainda, a esperança e a confiança no povo nordestino num amanhã muito melhor?

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Sr. Vital do Rêgo (Bloco/PMDB – PB) – Senador Cícero Lucena, antes de V. Ex^a deixar a tribuna, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – V. Ex^a é o próximo inscrito.

O Sr. Vital do Rêgo (Bloco/PMDB – PB) – Mas não quero deixar de apartear o nobre Senador Cícero Lucena, se V. Ex^a me permitir.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Será um prazer, até porque eu não usei o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Claro.

O Sr. Vital do Rêgo (Bloco/PMDB – PB) – Ontem V. Ex^a trazia consigo o exemplar da revista *A Semana* e fazia questão de me mostrar essa fotografia em que a imagem traduz o cearense sofrido, Senador Inácio, mais do que milhares de laudas discursais. Um garrote, um novilho sofrido do sertão paraibano, disputando gotas de água ou esperando saciar a sua sede com um lavrador paraibano. É grave, é muito grave. O Senador Cássio, digno representante do nosso Estado, traduziu há pouco a sua preocupação, e V. Ex^a o faz agora, nesse canto lamurioso, ensolarado do vexame que nós estamos passando. Daqui a pouco, vou assumir a tribuna para também falar da seca, falar das ações que estão sendo feitas, dos paliativos que possam estar chegando, mas da necessidade estruturante da grande obra que estão a nos dever governos pretéritos e o atual Governo, ao qual eu tenho a honra de defender e de pertencer. Pois bem, Senador Cícero, amanhã nós

vamos ter, com muita honra, a instalação não da comissão, mas, na sua primeira sessão ordinária, das diretrizes do nosso grupo de trabalho, das ações efetivas a serem apresentadas pela comissão especial proposta por V. Ex^a, cujo requerimento foi aprovado por este Plenário, de acompanhamento das obras de transposição do Rio São Francisco –, essa, sim, obra redentora do Nordeste brasileiro e obra de fundamental importância para a Paraíba. Nós vamos, com os demais Senadores, com o nosso relator, Senador Humberto Costa, decidir em votação as regras do nosso trabalho, através desse plano sobre o qual, em poucos dias, nós teremos a posição do Senado Federal, a posição do Senado Federal com relação a essa obra que, lamentavelmente, precisa ser, por parte desta Casa, acompanhada com um olhar não apenas meu, seu, do Senador Cássio, dos Senadores do Nordeste, mas em nome daqueles que estão sofrendo, e com risco, efetivamente, de morte. Isso porque o caso que nós estamos vivendo é um caso de morte. Vidas estão sob risco, e nós precisamos da nossa voz, porque é nossa responsabilidade. Nós temos obrigação com essa gente.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Agradeço ao Senador Vital, como sempre com seus apartes enriquecendo o simples pronunciamento que nós estamos fazendo.

E aproveito, Sr. Presidente, para pedir que seja registrada, nos Anais desta Casa, essa reportagem da revista *A Semana*, em que a manchete chama-se “O Sertão pede socorro”.

Permite-me, Presidente, que ainda estou dentro do meu tempo...

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Claro!

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Eu queria contar uma história, primeiro deixando bem claro que eu sou totalmente favorável aos investimentos estruturantes do Brasil. Eu sou totalmente favorável aos investimentos, desde que bem acompanhados, para a Copa do Mundo, para mostrar o potencial e proporcionar o desenvolvimento econômico, a geração de renda e a melhor distribuição dessa renda.

Mas eu me recordo de um fato – e talvez V. Ex^a se lembre de que cidade foi essa –, nos idos de 80, quando eu ainda não militava na vida pública, mas, sim, eu era um pequeno construtor no meu querido Estado da Paraíba. O governo federal daquela oportunidade tinha um programa de centros sociais urbanos, e havia, Senador Rollemberg, centro social tipo A, B e C. Alguns Estados escolhiam o tipo que queriam colocar nas cidades. E, coincidentemente, Senador Inácio Arruda, no Ceará, eu assisti, em um Jornal Nacional, à inauguração de um centro social urbano que, entre outros equipamentos de ginásio coberto, de área de treinamento e formação

de mão de obra, de sala de corte de costura, de teatro, tinha também piscina. Eu me lembro – isso tem mais de 30 anos –, e o Jornal Nacional mostrou, Senador Rollemberg, que essa pequena cidade foi convocada para a inauguração do centro social urbano. Pois não é, Senador Vital, que a população toda compareceu à inauguração do centro social urbano? Mas compareceu de uma forma muito simples: com latas na cabeça para tirar a água azul e tratada da piscina, já que a cidade não tinha abastecimento d'água.

Então, ou cuidamos de matar a sede do Nordeste, investindo de forma responsável e urgente, como se faz necessário, ou correremos o risco de, na frente dos

estádios de cidades que serão sedes da Copa no Nordeste, como Recife, Natal e Fortaleza, termos alguns nordestinos com latas na cabeça tentando apanhar a água que iria irrigar o gramado dos campos de futebol.

É urgente a nossa ação. O povo está com sede e está perdendo a sua vida!

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CÍCERO LUCENA EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)



O Sertão pede socorro

A situação dos habitantes do semiárido paraibano piora com o recrudescimento da estiagem e segmento político e governos começam a se movimentar com o apelo da opinião pública

A estiagem no semiárido paraibano dá sinais de recrudescimento e situação dos atingidos pela seca comove a opinião pública, forçando governos e segmento político a tomarem medidas mais palpáveis para amenizar a falta d'água e sofrimento dos habitantes de várias regiões da Paraíba. Na última quarta-feira (21),

por exemplo, a Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB) ficou de entregar aos deputados federais e senadores nordestinos o relatório resultante de uma inspeção realizada nas obras de Transposição das Águas do Rio São Francisco. Os deputados estaduais também lançaram um manifesto em defesa das obras, para ser entregue à presidente Dilma Rousseff (PT). ■■■➔

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PC do B – CE) – V. Ex^a será atendido, nos termos regimentais. A matéria a que fez menção será amplamente divulgada.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PC do B – CE) – Há, sobre a mesa, **Requerimento nº 1.016, de 2012**, da Comissão Temporária de Modernização do Código de Defesa do Consumidor solicitando sejam quadruplicados os prazos para a conclusão dos seus trabalhos.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PC do B – CE) – Aqui também conosco há uma matéria.

Em sessão anterior, foi lido o **Requerimento nº 1.005, de 2012**, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senadores, solicitando, em aditamento ao **Requerimento nº 19, de 2012**, a realização de Sessão Especial destinada a comemorar os quarenta anos da Rede Amazônica de Rádio e Televisão, no dia 17 de dezembro.

A Presidência esclarece que, apesar de já estarem previstas duas sessões especiais em dezembro, e considerando-se que, no mês de novembro, só foi realizada uma sessão especial, excepcionalmente está submetendo a matéria à deliberação do Plenário.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PC do B – CE) – Com a palavra o Senador Vital do Rêgo, com a licença do nosso colega Wellington Dias. V. Ex^a sabe que a nossa pauta é diferente.

Então, anteriormente, o nosso colega já estava inscrito, mas, considerando que V. Ex^a já tinha sido convidado a ocupar a tribuna, vamos fazer essa exceção. Em seguida falará um Líder e, depois, V. Ex^a – ele aquiesceu diante da sua visita ao Estado do Rio de Janeiro.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Que honra para mim poder falar agora, Senador Inácio Arruda, Senador Wellington Dias, a quem agradeço pela cessão e pela oportunidade de sequenciar o que talvez também seja o motivo da preocupação na tribuna, porque ninguém melhor do que V. Ex^a, Senador Wellington Dias, para falar sobre o Piauí, sobre o sofrimento do seu Estado com relação à seca.

Eu estava levantando dados dos açudes dos reservatórios monitorados pelo DNOCS, e há baixa de 45% lá no Piauí. Mostrava há pouco ao Senador Inácio que, no Ceará, já caiu de 50% o nível da reserva hídrica e, no Piauí, já está abaixo de 45%.

São temas que nos unem, preocupações que atingem o Nordeste – Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe – e parte de Minas Gerais.

A seca continua castigando os nordestinos. Neste ano de 2012, o fenômeno veio com uma violência que não víamos há mais de 40 ou 50 anos. Algumas cidades já passaram de dois anos sem qualquer sinal de chuva, e a seca assola a região de modo generalizado, com graves repercussões econômicas e sociais.

O sofrimento do nordestino é patente. Sinto-o dolorosamente.

A ausência de água, o líquido mais precioso do Planeta, prejudica o fluxo da vida. É difícil obter água para cozinhar, para beber, para tomar banho. A água para a lavoura, seja de vazante ou de plantação de maior porte, está completamente comprometida. Os rebanhos morrem, a produção de leite caiu pela metade. Desfia-se um rosário de misérias que parece não ter fim, rosário que, como o fio da meada de algum obscuro labirinto, vai encadeando *Morte e Vida Severina*.

Sr^{as} e Srs. Senadores, que a seca do Nordeste é um problema antigo, disso ninguém mais duvida. Há séculos o conhecemos sem que consigamos equacioná-lo devidamente.

Posso dizer que, mais do que um problema, a seca é um desafio. E a batalha travada ao longo de todo esse tempo foi condicionada a recursos insuficientes, a programas cujos investimentos não resolveram, nem mesmo localmente, a situação de penúria dessa parte do Brasil.

Penso, Sr. Presidente, neste momento, nos mortos da seca, nos deserdados da chuva, naqueles que vivem com o mínimo existencial.

Não é fácil viver dentro do território da seca. Já se disse que o semiárido vive momentos críticos, e devemos considerar, nesse semiárido, que parcela do território das Minas Gerais também sofre com esse fenômeno.

Nessa terra, a necessidade anda de mãos dadas com a miséria. Mesmo levando em conta o conhecido preceito de que “o sertanejo é antes de tudo um forte”, do genial Euclides da Cunha, isso não apresenta solução alguma, e, sinceramente, nem me parece um diagnóstico preciso, figurando apenas no campo da retórica.

Eu me pergunto e lanço a pergunta a todos: como é possível ser forte passando fome?

E digo isso por reconhecer que, historicamente, os recursos aportados para debelar a seca do Nordeste têm sido notoriamente insuficientes. Considerando que, desde o Império até hoje, diversas foram as ações empreendidas; que órgãos foram criados para atuar especificamente na região; que ela tem sido estudada sob diversos prismas, como o geográfico, o geológico, o econômico e o social, por que não avançamos em soluções definitivas?

Buscamos soluções para as estiagens prolongadas, nossa constante preocupação, porque conhecemos a fundo a realidade da seca e do povo nordestino.

Nessa linha de atuação, contemplaram-se frentes, das quais ressaltamos a preocupação do Ministro Mendes Ribeiro, da Agricultura, quando adquiriu ou está adquirindo, numa tentativa de minimizar esse problema, mais milho na Região Centro-Oeste. Nós solicitamos que os agricultores da Paraíba recebessem um aporte. Mesmo vencendo dificuldades logísticas de transporte, principalmente de transporte, já há uma iniciativa importante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Movido por essa tentativa, uma tentativa emergencial, paliativa, mais uma tentativa, a despeito dos problemas contratuais e, repito, de logística, conseguimos essa liberação, minorando, certamente, a fome de muitos irmãos paraibanos e nordestinos.

Sabemos que os meses de novembro e dezembro são meses mais sérios, mais graves, e a expectativa é de que a chuva, segundo fontes técnicas abalizadas, se dará apenas ao final do mês de janeiro de 2013.

É preciso agir com urgência, dentro da necessidade, e ter uma programação de médio e de curto prazo.

Senhoras e Senhores, agora há pouco falamos que temos a grata satisfação de presidir uma comissão que acompanhará todos os atos referentes às obras de transposição e revitalização das águas do São Francisco.

A atuação do Congresso Nacional também é de fiscalização, o que realizaremos cuidadosamente nessa comissão, ouvindo constantemente o Tribunal de Contas da União, a Controladoria-Geral da União e os ministérios envolvidos.

Estabelecemos um plano de trabalho, que será lido e votado amanhã pelo Relator, Senador Humberto Costa, que orquestrará nossa relação com esses órgãos, para que as obras andem o mais celeremente possível, dentro da mais estrita correção.

Concluída a transposição, que, espero em Deus, possa ser definida com um calendário o mais rigoroso possível, isso certamente mudará o cenário que estamos vivendo.

Essa política do setor rural, num País com tantas variantes climáticas, Senador Arruda, faz com que de-

vamos ter um olhar absolutamente diferenciado, quando eu vejo discutindo entre nós, cearenses, paraibanos, maranhenses, esse vexame, essa calamidade da seca. Na mesma reportagem do jornal *Valor Econômico*, em que se demonstra a dificuldade logística de fazer chegar milho para a região, numa reportagem sequencial, o jornalista Fernando Lopes fala: "Uma nova previsão de aumento na produção de grãos".

Isso quer dizer que, em alguns centros deste enorme Brasil, temos fartura; em outros, temos pobreza, temos miséria. É esse equilíbrio que estamos buscando, para que o Governo possa, com uma obra da dimensão da transposição, nos levar ao que nós temos direito, cearenses e paraibanos, que é o direito à vida, o direito à vida. É isso que estamos reclamando. É por isso que estamos lutando.

Sr^{as} e Srs. Senadores, não temos a ingenuidade de resolver o problema da seca a golpes de caneta. Temos de conviver com ela, arrefecendo naquilo que for possível os seus problemas nefastos. A liberação de recursos para atacar com urgência, com a emergência necessária o problema, é importante.

Agora há pouco, a Presidente Dilma atendeu aos reclamos deste mesmo Senado, e aqui quero fazer um agradecimento especialíssimo ao Relator da Medida Provisória, Senador Walter Pinheiro, que atuou de forma decisiva no seu relatório para a inclusão de emenda proposta à Medida Provisória, de nossa autoria, que facilita a negociação de débitos junto ao INSS de prefeituras que estão em estado de calamidade pública. Foi definida a suspensão e o reescalamento de débitos previdenciários por meios legais, através de decreto regulatório da Senhora Presidenta da República.

Outrossim, o mesmo Senador baiano Walter Pinheiro tem sido de uma agilidade impressionante na resolução desse grave problema que estamos vivendo no Nordeste, que é a repactuação de débitos rurais do Banco do Nordeste.

É necessário que se vejam essas soluções como emergenciais, mas não se deixe de focar que a luta para definição da obra de transposição não pode ser uma política de um olhar a médio ou longo prazos. Ela tem que ser, Senador Inácio, para ontem, para ontem mesmo.

Trago dados que são estarrecedores. O volume armazenado, por exemplo, no Estado de Alagoas, segundo dados do DNOCS de hoje, já cai em 55%; na Bahia, 21%; no Ceará, repito, 52%; no Maranhão, 60%; em Minas Gerais, 18%; em Pernambuco, 28%; no Piauí, 45%; no Rio Grande do Norte, 50%; em Sergipe, 39%.

Atentem os conterrâneos paraibanos: na Paraíba, dos dados dos reservatórios monitorados pelo DNOCS, constam que nós só temos 16% das nossas

reservas. Somente 16% das nossas reservas, que já são muito poucas em relação ao nosso território. Estamos, realmente, em uma situação vexatória. Vidas estão correndo risco, e faço, neste momento, um apelo para que as ações de curtíssimo prazo como aquelas que tratam do arraçoamento animal, aquelas que tratam das ações de carros-pipa para o abastecimento humano, aquelas que sejam fontes de recuperação mínima da existência animal e humana possam servir como mecanismo paliativo.

É impressionante o que nós estamos vendo em todo o sertão agreste e semiárido paraibano. Os açudes já não comportam mais sequer o abastecimento mínimo à cidade. Muitas cidades estão em regime de racionamento da água. Cidades, distritos estão adotando racionamento intercalado. A Companhia de Águas e Esgoto da Paraíba informa que diversas cidades já estão em colapso em virtude da falta da fonte matriz do saneamento.

Por isso que eu me uno aos colegas Senadores paraibanos: Cássio Cunha Lima e Cícero Lucena, para, desta tribuna, da mais alta envergadura do Congresso Nacional, dizer que a Paraíba pede socorro e exige uma ação rápida e convocar todos os companheiros Senadores do Nordeste envolvidos com o projeto da transposição do Rio São Francisco para amanhã, às 9 horas da manhã, a reunião que vai definir o plano de trabalho da Comissão Especial que tratará da matéria.

Agradeço a V. Ex^a, Senador Inácio Arruda, pelo gesto companheiro, sempre muito fidalgo, quando me permitiu sequenciar, no momento das nossas emoções dolorosas pelas quais estamos passando, o discurso, Senador Cícero, falando sobre o mesmo assunto, encaminhando as nossas providências e pedindo socorro à Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Senador Vital do Rêgo, a Presidência do Senado da República se irmana com o pronunciamento de V. Ex^a, que, como bem disse, sequenciou o Senador Cícero Lucena. E tenho a opinião de que a nossa Comissão destinada a acompanhar a obra de interligação das nossas bacias do São Francisco com os rios intermitentes do Nordeste Setentrional tem a responsabilidade de fazer essa obra avançar. Avançar de forma firme, não deixar que circunstâncias menores impeçam, porque nós já poderíamos estar muito mais avançados. Talvez, hoje, não estivéssemos vivendo o caos no abastecimento humano, na sedentação animal, que atinge mais de 85% dos Municípios do Estado do Ceará. Acho que a mesma monta na Paraíba, no Rio Grande do Norte, em parte significativa do Piauí; atingiu o Maranhão. É muito difícil uma seca atingir o Estado do Maranhão. Então, a seca está chegando ao Esta-

do do Maranhão, em parte do sertão pernambucano e baiano. Então, não é uma situação simples, que exige apenas medidas de atenção imediata, como os programas sociais. Há um impacto econômico, que, se não houver medidas mais profundas, torna-se irreversível, com prejuízo à Paraíba e todo o Nordeste brasileiro.

Por isso, a Presidência não só se alinha com V. Ex^a, como acho que a Mesa do Senado tem que dotar a nossa Subcomissão de todos os meios possíveis para que a gente faça com que essa obra seja agilizada. Esse prazo de 2016 é lastimável. Nós temos que trazer para 2014. Nós temos que colocar como meta, e vamos buscar os meios. Quando se quer, se faz. Por isso que nós estamos nos associando a V. Ex^a.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Presidente, permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Convido V. Ex^a para dirigir os trabalhos enquanto faço uso da palavra como Líder. Antes, concedo um aparte ao nosso colega Wellington Dias.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, eu estava assistindo aqui, mas tinha uma audiência ao lado, com o nosso Prefeito de São José do Divino, no Piauí. Eu queria primeiro parabenizar V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento que fez e chamar a atenção um pouco além até. Acho que temos uma característica diferente das chamadas secas tradicionais. Primeiro, pela possibilidade de ser de médio e longo prazo; segundo, porque é uma situação em que estamos tendo perdas que antes não eram comuns. Por exemplo, perda de plantios de caju. Só no meu Estado, vamos ter uma quantidade muito grande de cajueiros que morreram. Quem assistiu ao filme do Luiz Gonzaga viu uma cena em que ele está ao lado de um pé de cajueiro morto. Aquilo não é comum. O juazeiro é uma planta resistente, e o cajueiro também. É tanto que você anda no sertão nesse período seco e o que você vê verde é o juazeiro e o cajueiro. O Ceará tem grandes plantios, a Paraíba, o Rio Grande do Norte e o Piauí também. Uma quantidade grande de apicultores perdeu suas abelhas, que morreram, assim como morreram o gado e outras coisas. Vou parar por aqui. O Governo tem uma visão, normalmente, e às vezes o Parlamento vai nessa, de olhar um ciclo. Por exemplo, vai daqui até março a emergência, como se lá em março começasse a chover, janeiro e fevereiro, e se resolvesse tudo com isso. Não resolveu, o cidadão que perdeu o plantio de cajueiro vai ter de replantar, esperar um ano, dois anos, três anos, quatro anos, para começar a colher em produção comercial, se for o anão precoce e se tiver condições de inverno para sustentar. Se ele vivia da produção do caju, como vai viver agora se ele perdeu? Se ele vivia da apicultura,

como vai viver agora se ele perdeu? Então, acho que há necessidade de a gente ter um debate, sim, sobre essas obras estruturantes, como a da transposição das águas do São Francisco. Também defendemos, tem um ramal de remanso na baía em direção ao Rio Piauí, é um canal muito curto, são cerca de 90 quilômetros apenas, com uma estação elevatória apenas, que pereniza dois rios, o Piauí e o Canindé, que atende uma população de mais ou menos 600 mil pessoas nessa região do semiárido. Então, eu acredito que nós temos que trabalhar, de modo muito forte, ordenado. Um problema que eu ainda vejo – eu fui Governador do Estado e tenho chamado a atenção do nosso próprio Governador Wilson Martins –, acho que é algo que não dá para trabalhar isoladamente, esse ou aquele Estado. Tem que ser em bloco, o bloco dos governadores, o bloco dos parlamentares, agindo juntos, para o Governo perceber que é um problema de uma estrutura regional, que está sendo desmontada. Só para finalizar, Senador Vital do Rêgo, o meu Estado fez um levantamento. A previsão é de uma perda de R\$2,3 bilhões, no Piauí. Você sabe o que significa isso? Cerca de 11% do Produto Interno Bruto do meu Estado; 11% a menos. Então, estamos falando de algo sério. Isso mexe com o comércio, mexe com a indústria, isso é algo que, realmente, eu confesso nunca ter visto. Tenho 50 anos de idade, converso com os mais antigos, e ninguém conhecia algo semelhante. Então, eu queria parabenizá-lo por trazer esse tema. Estejamos juntos, Piauí, Paraíba, juntos, com outros Estados. Aliás, conclamando os outros Estados, para uma ação conjunta.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a, sempre muito pertinente nos seus apertes, Senador Wellington Dias, trazendo dados de um Estado que, no governo de V. Ex^a, encontrou rumos de crescimento e desenvolvimento, em duas frentes econômicas importantes. Lembro que foi por meio de V. Ex^a que se desenvolveu a indústria da castanha do caju, com as cooperativas que V. Ex^a multiplicou e a que deu dimensão internacional. Hoje, são fontes de referência do Estado do Piauí, como também a definição dos apicultores como um mercado de trabalho que deu dignidade aos agricultores do Piauí. Hoje, eu me vejo na situação em que V. Ex^a se encontra, neste momento, defendendo a manutenção da fonte de renda, porque, no momento em que se perde, com a morte do cajueiro, com o falecimento dessa indústria que V. Ex^a tão bem construiu em sua ideia e viu frutificar-se no seu governo, imagino que nós temos de bolar um arranjo econômico que dê ao piauiense a sobrevivência física, para que ele encontre na terra árida do Piauí uma outra forma de vida.

Agradeço o depoimento, o aparte enriquecedor de V. Ex^a.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Vital do Rêgo, o Sr. Inácio Arruda deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Sérgio Souza.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Vital do Rêgo.

Pela Liderança do PCdoB, concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda, do PCdoB do Ceará, pelo prazo regimental.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os temas em debate no plenário do Senado e nas nossas Comissões ficam, a cada dia, mais instigantes, como o tema da solução do problema da seca, como o problema do FPE. Vou destacar uma personalidade dessa luta nossa no Parlamento e na vida e na luta do povo brasileiro, um parlamentar, um dirigente político, um militante popular, um estudante universitário que dedicou toda a sua vida, com alegria e com entusiasmo, às causas do povo brasileiro.

Desde garoto, Sérgio Miranda de Matos Brito foi uma pessoa dedicada completamente às causas do nosso País. Ele, que era uma figura alegre, uma figura de uma disposição sem igual para o trabalho, um homem que buscava o conhecimento através das letras, dos romances, da poesia, da literatura popular de cordel do Nordeste brasileiro, teve como base da sua militância a cidade de Fortaleza, onde foi estudante secundarista e estudante universitário e onde entrou também no Partido Comunista.

Por ali, ele dedicou toda a sua vida à causa do Brasil, da sua soberania, do seu desenvolvimento, destacando a realidade do Nordeste brasileiro, a integração nacional, a busca por programas capazes de compreender que o Nordeste não é um problema do Nordeste, mas é um problema do Brasil, do nosso País. Ele tinha essa visão ampla. Era um homem de pensamento largo, de grande sensibilidade, que discutia profundamente sobre o projeto do nosso País, do nosso Brasil.

Ele seguiu o caminho de jovem estudante, de dirigente político. Lembro que, quando veio a anistia ou um pouco antes, era exatamente o Sérgio Miranda quem fazia a rearticulação do Partido Comunista do Brasil pelo nosso imenso território, especialmente na Região Nordeste. O Sérgio atuou nessa dura clandestinidade no período da ditadura militar, percorrendo caminhos de resistência e de sobrevivência na militância política dentro do nosso território, em nosso País, buscando fomentar a resistência, encontrar os meios e os caminhos para que o nosso País pudesse superar aquele largo período de arbítrio, de ditadura,

de perseguições àqueles que lutavam para resolver os problemas cruciais da vida do povo nordestino, para resolver os problemas cruciais da vida do povo que não tinha direito a uma escola, que não tinha direito ao trabalho, que não tinha direito à assistência alguma. Eram essas as grandes causas que o Sérgio Miranda abraçou em toda a sua vida.

Por isso, hoje, ao abraçar sua companheira, Cristina, também militante desde jovem e integrada às lutas políticas de sua época como estudante secundarista e universitária, também na clandestinidade no interior da Bahia, nós ali olhávamos essa trajetória comum a muitos companheiros que atuam hoje no Congresso Nacional, essa militância destinada de forma total a uma vida completamente entregue às causas do povo brasileiro.

Eram esses os caminhos percorridos por Sérgio Miranda, o Zó da militância política, o homem que ajudava o nosso Partido a se reintegrar, a se reorganizar, a ser conduzido nesse caminho que prosperou com uma vitória política maior, que foi a conquista da eleição presidencial de 2002, com a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Zó é uma figura que se dedicou a essas causas, a causas maiores, com muito afinco. Cada tarefa, ao mesmo tempo, ele abraçava com o seu sorriso permanente. Ele fazia gracejo com tarefas difíceis, mas ele as abraçava com determinação. Penso que não houve nenhuma dessas responsabilidades assumidas pelo Sérgio que ele não as fizesse com grande dedicação, com zelo, com cuidado máximo, porque sabia que eram responsabilidades que a ele estavam sendo dadas diante da trajetória que ele já havia também percorrido.

O Sérgio foi esse militante da resistência, do período mais difícil da vida política brasileira, que foi a ditadura militar. Eram jovens abnegados, que se entregavam completamente à causa do País e do povo, que não aceitavam a ditadura da direita brasileira, conservadora e preconceituosa, que não admitia mudanças largas na vida política, econômica e social que não levassem nosso povo a ser protagonista da sua própria história. Acho que essa era a grande causa daquela juventude universitária e operária do seu tempo, da década de 60, que entrou pela década de 60 resistindo ao golpe duro.

Ele, seus irmãos e irmãs, posso dizer, eram dedicados à causa do povo brasileiro, com militância política na esquerda, sofrendo perseguições. O Sérgio percorria o interior do Brasil, reestruturando, encontrando meios de salvaguardar a militância e de torná-la mais forte, para enfrentar a ditadura. Nesses caminhos de resistência, foi condenado, à revelia, a mais de três anos de prisão, mas a ditadura não conseguiu prendê-lo. Com

a anistia, ele passa a ajudar o Partido a se reorganizar e a militar no movimento social.

Ele se elege Vereador de Belo Horizonte e Deputado Federal. Enfrenta aqui a CPI dos Anões do Orçamento, recebe ali a atribuição de acompanhar aquela CPI, lidera e articula, exatamente dentro dessa Comissão, os meios e os mecanismos capazes de punir os que desviavam os recursos públicos, o dinheiro público. Dali em diante, passa a ser uma referência na Comissão de Orçamento, buscando o caminho também político que permitisse à Comissão Mista de Planos e Orçamentos cumprir um papel mais elevado no desenvolvimento do nosso País.

Lidera, na Câmara dos Deputados, o nosso Partido, o PCdoB, com a tranquilidade e com a alegria de quem sabia que estava buscando conduzir uma bancada para ajudar o nosso País a se desenvolver e a crescer, num período também difícil, porque se tratava do período em que o nosso País era devastado pela onda neoliberal de liquidar o Estado, de quebrar a capacidade de o nosso País ficar de pé. Era um período em que o País foi posto de joelhos. Foi nesse período exatamente que Sérgio liderou a nossa Bancada, a Bancada do PCdoB, para enfrentar aquela onda neoliberal que varria o nosso País inteiro. A nossa Bancada se pôs ali como um ancoradouro forte da resistência política em frente dos desmandos do neoliberalismo comandado, naquele período, pelo governo de Fernando Henrique Cardoso.

Ele trabalhou com afinco e com determinação durante a sua vida inteira. Não sossegou um minuto. Nem a doença que o atingiu, um câncer no pâncreas, abateu-o do ponto de vista do trabalho, da dedicação. Ele estava antenado a todo instante.

Lembro, conversando com seu irmão, Brito, e com a Tânia, que ele acompanhou a entrega da Medalha do Mérito Legislativo que foi recebida, na Câmara dos Deputados, numa grande solenidade, por sua companheira Cristina das mãos da Presidente Rose de Freitas, do Deputado Mudalen e também da Deputada Jandira Feghali. Ele acompanhava de casa, fazendo referência a um militante que também recebia a mesma honraria naquele instante, que era o Patinhas, Carlos Augusto Diógenes Pinheiro, Presidente do PCdoB do Ceará.

Lembro exatamente essa dedicação, esse amor ao Brasil, esse amor às causas sociais, esse amor à luta política emancipadora do nosso povo. Essa é a história de Sérgio Miranda, é a história da dedicação total, com argumentos e com conhecimento, de quem sabe que está ajudando e contribuindo com a militância política, com o nosso País. Foi assim que ele trabalhou a vida inteira, desde a sua vida juvenil, na cidade de Fortaleza, até essa segunda-feira, quando ele nos

deixou, mas com esse legado, com o legado de quem lutou a vida inteira em defesa do seu povo.

Meu caro Senador Paulo Paim, que foi colega do Sérgio tanto na Câmara Federal como no Senado – querendo ou não, estamos no Congresso Nacional, uma Casa só –, V. Ex^a tem a palavra.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT– RS) – Senador Inácio Arruda, eu não poderia deixar de fazer um aparte, quando o senhor se lembra dessa figura quase mágica, eu diria. Sabe aquele homem que faz o bem, não interessando a quem? Esse era Sérgio Miranda. Sérgio Miranda foi um grande Deputado, especialista em orçamento, em previdência. Eu não entendi por que ele não retornou no último pleito que disputou. Foi um Deputado que assumiu um compromisso com o quadro histórico do PCdoB. Lembro-me das caminhadas juntos. Depois, ele foi para o PDT, mas continuou sempre com os mesmos princípios. Eu ouvi hoje uma frase de alguém que falou sobre Sérgio Miranda. Eu achei que era uma frase muito bonita. Disse uma senhora hoje sobre o Sérgio Miranda: “Sérgio Miranda é daqueles homens que nunca morrem, é daqueles homens que parecem ter um encantamento, e o encantamento é permanente”. Ela falou essa frase na Comissão de Direitos Humanos e foi um pouco mais além. Ela dizia que era quase uma coisa mágica o carinho dele, a forma de fazer política, o encantamento pelo social, o compromisso com a liberdade, com a justiça e com o movimento sindical. Nos últimos anos, ele estava assessorando o movimento sindical. Ele vinha ao meu gabinete, apresentava-me argumentos e projetos que eu não tinha como negar. Ele perguntava: “Posso apresentar?”. “É claro, presente, é uma contribuição que está dando ao movimento sindical!” Na segunda-feira, fiz um pronunciamento ao nosso querido Sérgio Miranda, que faleceu. Estive no seu velório na Câmara dos Deputados. Lá, percebi que os homens e as mulheres que passavam ali eram só pessoas do bem, porque ele representava o bem. Como é bom para mim e, tenho certeza, para você olhar para nossas vidas, olhar o passado e dizer: “Eu tive orgulho de caminhar ao lado de Sérgio Miranda”. Lá do alto, neste momento, ao olhar para baixo, ele deve dizer: “Aqui para nós, eu fiz a minha parte, façam a de vocês”. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Agradeço a V. Ex^a o aparte, em que vai ilustrando muito bem o que foi para todos nós essa figura do Sérgio Miranda, aquela pessoa afável e carinhosa, que, mesmo diante do debate adverso e, às vezes, áspero, agia com delicadeza, para mostrar que o que deveria prevalecer era o argumento, era a força da ideia, não a força da brutalidade pura para tentar reverter uma situação política.

Assim, ele agiu quase em todas as áreas de suas atividades. Sérgio gostava de brincar, gostava de sair com os amigos, de festejar. Quando, às vezes, chegava a Fortaleza para uma atividade política – depois, ele se transformou em um mineiro, mas ia Fortaleza –, ali fazíamos aquela reunião partidária e depois eu dizia: “Sérgio, agora, pelo amor de Deus, vamos relaxar!”. E o Sérgio relaxava, o Sérgio declamava, o Sérgio contava histórias em poemas.

Era uma pessoa extraordinária que, como disse essa colega na Comissão de Direitos Humanos, está encantada para sempre. E vai ficar marcado na nossa memória, pois tivemos a felicidade de discutir com ele, de debater as ideias, os projetos, o que ele pensava do Brasil, da nossa atuação no campo político e parlamentar, da luta para eleger um Presidente, como Lula, no campo democrático e popular, para buscar, mesmo no Governo, apresentar o que ele considerava que era equívoco e que precisava ser corrigido. Na batalha dura contra o fator previdenciário, ele o condenou com veemência.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Permita-me só que eu lembre – falo tanto do fator! – que lá foi dito que ele foi o primeiro, quando veio do governo anterior, a denunciar o fator previdenciário.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É claro!

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Foi o primeiro a fazê-lo. Ele fez o estudo, e, quando ele me apresentou o estudo, eu disse: “Sérgio, estou ao seu lado até morrer”. Infelizmente, ele morreu, e o fator continua vivo.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – E nós temos de liquidar o fator previdenciário o mais brevemente possível, para que ele não moleste a vida daqueles que precisam de uma aposentadoria digna no nosso País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta Casa, o Sérgio a frequentou como congressista, como Deputado Federal, sobretudo na sua militância política, na clandestinidade mais dura, nas perseguições,...

(Soa a campanha.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – ...na sua militância estudantil e juvenil. Todos o conheceram. Uma turma de gente de altíssima qualidade, de grande valor, cercou o Sérgio Miranda. A sua família também tem o mesmo estilo afável e amigável de tratar as questões.

Nós queremos, Sr. Presidente, endereçar nossos votos de pesar à família e, sobretudo, afirmar entre nós, brasileiros, que nos deixou um grande homem, um homem comprometido com nossa causa, com nossa história. O seu desaparecimento aumenta, e muito,

a nossa responsabilidade com as tarefas e com as obrigações pelas quais ele lutou durante toda a vida.

(*Soa a campanha.*)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) –

Nós estamos aqui para buscar honrar sua memória, conduzindo suas bandeiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente e colegas que aqui estão neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Inácio Arruda.

Como próximo orador inscrito, concedo a palavra ao Senador Wellington Dias, do PT do Piauí.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria saudar V. Ex^a e, de um lado, comemorar com V. Ex^a a capacidade de articulação no projeto das PPPs, que trata de importante marco regulatório para o Brasil. Ele vai beneficiar o Paraná e todo o Brasil. Eu queria aqui parabenizar.

Acompanhei o trabalho dedicado de V. Ex^a, também tendo como Presidente o Deputado Assis Carvalho, do meu Estado, mas também toda a comissão empenhada.

Quero aqui fazer o importante registro desse trabalho.

Sr. Presidente, o que me traz hoje aqui, saudando o Senador Ciro Nogueira, o Senador Paulo Paim, o Senador Inácio Arruda, V. Ex^a, o Senador Sérgio, é dizer que nós tivemos, nessa última segunda-feira, uma mobilização no Estado do Rio de Janeiro, e eu quero aqui começar parabenizando. Eu acho importante o papel que faz o Estado do Rio de Janeiro na defesa dos seus interesses. Acho que estão corretos a Bancada Federal, o Governador Sérgio Cabral e todas as lideranças que participaram daquele evento.

E qual é o ponto, então? Eu avalio que há necessidade, já que houve essa mobilização, de também haver uma manifestação de todos nós que, da mesma forma, temos o legítimo direito de defender os interesses da população dos nossos Estados.

Há um fato concreto em relação ao pré-sal, e toda essa tramitação de tentativa de entendimento que aqui ocorre já vem há muitos anos.

Primeiro, deve-se restabelecer algumas verdades. A primeira verdade: nós temos que deixar claro que nós respeitamos os Estados produtores de petróleo. Não há nenhuma mudança em relação aos Estados produtores de petróleo. O que são Estados produtores pela nossa Constituição? Aqueles que, em seu território, produzem gás, produzem petróleo. Estados como Ceará, Bahia, Rio Grande do Norte, Amazonas. Enfim, em seus territórios, há ali campos petrolíferos, há ali poços, onde há extração de petróleo.

Em relação ao Rio de Janeiro e ao Espírito Santo, torço para que possam encontrar, no seu território, gás e petróleo, mas, até este momento, são Estados não produtores. São, na verdade, Estados confrontantes com plataformas que são colocadas em alto mar.

Então, primeiro esclarecimento.

No projeto que apresentei aqui – e faço justiça, desde o projeto do Deputado Ibsen Pinheiro com o Senador Pedro Simon, Marcelo Castro e tantos outros Parlamentares –, tratamos de petróleo em mar. A quem pertence a produção de petróleo em mar? Claramente está lá em artigos da Constituição – destaco aqui o art. 20 –, que mostram que pertence à União.

Está no art. 5º que os bens que estão no mar, seja no mar continental, seja no mar mais próximo do nosso litoral, todo ele, toda essa riqueza pertence à União. Se pertence à União, pertence ao povo brasileiro.

Esta é a pergunta que faço: é justo que uma riqueza que neste instante já gera para o País cerca de R\$30 bilhões, R\$35 bilhões no ano de 2012, é justo que, do total dessa riqueza de aproximadamente R\$30 bilhões – vou arredondar assim –, sejam concentrados 80% para um Estado? Ora, se é uma riqueza produzida em mar, se pertence à União, é justo que, na hora da partilha, na parte que diz respeito a Estados e Municípios, 80% fiquem com o Rio de Janeiro e 96% com o Rio de Janeiro e com o Espírito Santo? A minha resposta é clara: não. Não é correto. Não é justo.

Então, vejam, claramente nós temos uma situação em que, a rigor, por uma regra feita, que tem o caráter de injustiça na distributiva, aquilo que pertence justamente ao Paraná, ao Rio Grande do Sul, à Bahia, ao meu Piauí, ao Ceará, ao Amazonas, está ficando com outros Estados. Essa que é a verdade.

Segundo, esclarecer, de forma muito tranquila, que não há no projeto que aqui apresentamos nenhuma quebra de contrato, porque isso se espalha: “Houve uma quebra de contrato”!

Bom, onde é que há contrato nesse processo? O contrato se dá entre a União, o Governo Federal e as empresas que fazem a extração de petróleo. Essas empresas ganharam, numa concorrência, numa licitação, o direito em um campo, onde, ali, aquilo que é retirado paga *royalties*, paga participação especial, tem os seus contratos com toda a regulamentação. Não muda uma vírgula nisso. Em relação às áreas já licitadas, nenhuma vírgula se altera nesse ponto.

E, aqui, Senador Sérgio Souza, eu cito um exemplo fácil, que aprendi com o Deputado Marcelo Castro, do PMDB do Piauí. Ele cita: “Eu tenho um imóvel, um apartamento. Alugo esse imóvel e resolvo que metade do aluguel eu vou doar para a Dona Maria”. É uma opção. No momento em que eu decido que, a partir

de um determinado instante, não será mais para Dona Maria, será para Dona Maria e para o Sr. Pedro, eu não alterei em nada o contrato do aluguel. O contrato do aluguel, lá com o inquilino, mantém-se inalterado. Depois do pagamento é que é feita a partilha.

Então, nos *royalties* é a mesma coisa. Nós estamos falando depois que o dinheiro vai para o Tesouro, que é pago pelas empresas. Depois que o dinheiro vai para o Banco do Brasil, ali é feita a distribuição. Nós estamos falando dessa fase da distribuição. Quem tem o poder de fazer isso? O Congresso Nacional. Então, não há que se temer qualquer ilegalidade nesse processo.

E em relação aos danos ambientais? Os danos ambientais não têm nada a ver com nenhum Município brasileiro, nenhum Estado, em relação ao que diz respeito às compensações para se ter o recurso para poder reparar esses danos. Por quê? Quem faz isso é a União.

Nós estamos tratando, e a Constituição é clara nisso, da necessidade de se reconhecer que ali, nesses Estados e nesses Municípios, nós temos uma situação em que, esses Estados e esses Municípios, têm um impacto. Se há esse impacto social, nós estamos preservando, assegurando que receberão um patamar em que é garantido, durante todo esse processo lícito, uma receita especial. Rio e Espírito Santo receberão, pelas regras aprovadas na Câmara e no Senado, algo em torno de R\$12 a R\$13 bilhões. Então, vejam só, para compensar Belo Monte, no coração do Amazonas, R\$3,5 bilhões – é a maior compensação ambiental do Planeta! Nós estamos falando aqui de R\$13 bilhões. Então, se for do ponto de vista de compensação, maior do que isso, não há.

Agora, digo isso para afirmar a minha compreensão. Eu estou aqui apelando. Há pouco, conversava aqui com a Governadora Rosalba; conversei com o Governador do meu Estado, Wilson Martins; conversei com governadores do meu Partido. Eu acho que se houve a manifestação legítima do Rio de Janeiro, há necessidade de um posicionamento. Eu estou sugerindo que se tenha um posicionamento, nem que seja uma coisa simples, uma nota: vinte e quatro governadores, cujos Estados, claramente, nesse instante, são prejudicados, porque se não tivermos uma regra justa, vinte e quatro bancadas neste Congresso Nacional, não estou nem colocando São Paulo, que tem divisões na sua bancada, cinco mil Municípios do Brasil e mais um conjunto de outras entidades... Se isso não é importante, eu não sei mais o que é importante para este País!

É por essa razão que eu estou confiante. O projeto não altera uma vírgula naquilo que tratamos e negociamos com a Presidenta Dilma e o seu Governo, sentados à mesa. É bom lembrar. Nós sentamos

à mesa com o Ministro Guido Mantega; sentamos à mesa com o Ministro de Minas e Energia. Houve um entendimento. Aquilo que nós estamos alterando, da União, é por entendimento, por acordo. Se nós não estamos tirando nada da União, se entre os Estados se chega ao limite do entendimento; se já há uma aprovação aqui por mais de dois terços do voto, na Câmara e no Senado... Então, eu estou aqui para manifestar, como Senador da República, representando o Estado do Piauí, e a minha confiança é de que a Presidenta Dilma vai sancionar esse projeto; a confiança de que a Presidenta Dilma vai agir como Presidenta do Brasil, do Brasil inteiro, tratando de um tema importante, respeitando, e lá – apenas para ouvir o Senador Sérgio –, nós colocamos as condições.

Se há o interesse de repor alguma coisa ao Rio, ao Espírito Santo, aos seus Municípios... Aqui, reconheço que, em relação ao projeto do Deputado Zarattini, por exemplo, há, sim, uma redução em torno de R\$2 bilhões. A União tem algo em torno de R\$13 bilhões. Vejam, Rio e Espírito Santo recebem o mesmo tanto que a União. A União tem em torno de R\$13 bilhões. Esses recursos, pelo projeto que encontrei aqui, encaminhado pelo Presidente Lula, seriam repassados totalmente, após a aprovação da lei, automaticamente, para o fundo social.

Aqui, no entendimento, quando se discutia que poderia haver diferença por causa da tabela, se a tabela estava correta, se não estava, juntamente com o Senador Vital do Rêgo, tratamos com as lideranças e colocamos uma salvaguarda: fica a União autorizada a fazer essa regulamentação. Se a União quiser, desse valor que vai para o fundo social, que é administrado pela União, tirar algum valor para repor alguma coisa a mais para o Rio e para o Espírito Santo, está lá autorizado.

Então, acho o seguinte: neste instante, pensando no Brasil, pensando em justiça social, pensando em educação, pensando na possibilidade de novos leilões, agindo no interesse maior do Brasil, tenho a convicção de que a Presidenta Dilma, nesta semana – que é o prazo que Sua Excelência tem –, deverá sancionar esse projeto. Repito, se tiver de fazer alguma reposição ao Rio, ao Espírito Santo e aos seus Municípios, terá o meu total apoio e, tenho certeza, o de todo o Congresso Nacional.

Ouçó, com o maior prazer, o Senador Sérgio.

O Sr. Sérgio Souza (Bloco/PMDB – PR) – Senador Wellington Dias, entendo que essa riqueza tão grandiosa do Brasil não pertence somente a três Estados nem a uma meia dúzia de Municípios. Sabemos que é uma riqueza de todo o Brasil. Entendemos que poderia ser investida total ou parcialmente em várias

áreas que interessam diretamente ao Brasil. Mas nada mais justo se nós estamos tratando de terras da União. A terra que vai além da praia é da União.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Já na praia é da União.

O Sr. Sérgio Souza (Bloco/PMDB – PR) – A própria praia já é.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Um dia o Senador Blairo citava aqui – permita-me só um exemplo – o seguinte: “Tenho um terreno na praia de [parece-me] Camboriú. Vou pedir licença para quem? Para o Município? Não. Para o Estado? Não. Para a Marinha”.

O Sr. Sérgio Souza (Bloco/PMDB – PR) – Perfeito. É terra da União.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Porque já na praia é da Marinha.

O Sr. Sérgio Souza (Bloco/PMDB – PR) – Se é da União e a União concordou em partilhar isso com todos os Estados... E digo mais: Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo não vão perder. Muito pelo contrário, nós estamos falando de receitas futuras. Quer dizer o seguinte: aquilo que vai ser arrecadado a partir deste ano, do ano que vem e assim por diante vai aumentar inclusive a arrecadação do Rio de Janeiro. A manifestação do Rio de Janeiro, sua causa e tudo o mais considero justos. Para eles, muito mais. Agora, nós, que estamos fora de campos produtores, entendemos que também temos os nossos problemas. Agora, se vai aumentar, ela não vai perder. Essa ideia que se está colocando na cabeça do brasileiro de que o Rio de Janeiro e o Espírito Santo vão perder a arrecadação não é verdade. Eles vão ter aumento de arrecadação nos próximos anos. É lógico que haveria muito mais aumento nos próximos anos se não partilhasse com os Municípios e com as demais unidades da Federação deste País. Então, eu quero dizer a V. Exª: enquanto está sendo atendido o Rio de Janeiro – o Espírito Santo, de alguma forma –, não estão sendo atendidos o Piauí e o Paraná. Os únicos dois Estados da Federação que têm fronteiras com o mar, que têm umas linhas geodésicas que se cruzam antes mesmo de terminar o seu marco território.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – É verdade.

O Sr. Sérgio Souza (Bloco/PMDB – PR) – É um absurdo o que fazem. Nós somos minoria. Temos tão somente seis Senadores nesses dois Estados. Não sei quantos Deputados vocês têm. Nós temos 30. Lá, no Piauí, são quantos Deputados?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – São dez.

O Sr. Sérgio Souza (Bloco/PMDB – PR) – Somos 40 Deputados num universo de mais de 500. Somos realmente minoria e não conseguimos, nem no Senado, nem na Câmara dos Deputados, resolver esse problema do marco territorial das linhas geodésicas que gostaríamos de ter resolvido nesse projeto também, e conversamos, debatemos muito sobre isso. Mas espero que, uma vez sancionado pela Presidente Dilma... E acredito que o fará, talvez com uma ou outra modificação ou veto, mas a Presidente vai sancionar esse projeto, porque temos que atender os Municípios brasileiros que estão vivendo um verdadeiro desespero, principalmente pequenos e médios Municípios, com a redução, nos últimos tempos, do IPI, que é a base da arrecadação dos Municípios que compõem o FPM. Então, eu louvo a iniciativa de V. Exª, seu pronunciamento, dizendo que V. Exª é um dos Parlamentares do Congresso Nacional que mais entendem desse assunto, até mesmo porque foi autor de um dos projetos, inclusive o que foi aprovado agora pelo Congresso Nacional. Parabéns!

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu é que agradeço e devo dizer que, inclusive, temos um compromisso. Fechamos aqui o entendimento de não tratar desse tema no projeto e, se fôssemos a voto, nós perderíamos. Essa que é a verdade, para você dizer para os nossos representados aqui, mas nós vamos apresentar um projeto com essa correção para poder debater nessa direção.

Veja, eu quero aqui dizer que o que me chama atenção é que a gente possa ter a verdade reposta. A verdade. Pode-se fazer toda a argumentação, mas não em cima de coisas que não são verdadeiras.

Nesse sentido, quero aqui apenas lhe dizer que estamos tratando de uma riqueza que começou lá atrás, com 280 mil barris, cerca de R\$280 milhões. Agora estamos chegando a 2.300 milhões de barris/dia, algo em torno de R\$30 bilhões. E R\$35 bilhões é a previsão para o próximo ano. Nós vamos chegar, por volta de 2022, a cerca de R\$100 bilhões de *royalties* e participação especial, sem contar com as áreas que vão para licitação. É uma riqueza, a partir das novas áreas licitadas, que vai ultrapassar R\$200 bilhões, para a gente ter uma ideia do que estamos falando.

É justo, então, concentrar isso em dois Estados, considerando ser uma riqueza no mar continental e no mar territorial? É preciso que a gente tenha, então, apenas esse esclarecimento. Estamos falando de petróleo a 200 quilômetros, 300 quilômetros da praia. É disso que se trata. Houve um acidente? Quem é que repõe? É o Governo Federal.

Estão garantidas lá as condições para recursos para a educação, mas nós queremos para a educação

apenas o suficiente para dobrar em relação a hoje, que é o pleito do movimento nacional. Sair de algo em torno de 5% para algo em torno de 10% do PIB. Isso é possível apenas com uma parte. Estou dizendo que o volume de recursos é muito maior.

Além disso, recursos para a saúde, de que também o País precisa, recursos para outras áreas: segurança, infraestrutura, ciência e tecnologia.

Qual é a ideia, então? É uma riqueza finita. É preciso que o uso dela garanta para as novas gerações novas riquezas. Mais do que isso: a formação do fundo social garante uma poupança para as futuras gerações, a qual está na regulamentação já aprovada. As condições do uso apenas do rendimento.

Então, é uma proposta justa porque distribui as condições de investimento para o que os brasileiros precisam, em todos os Municípios do Brasil, em todos os Estados do Brasil.

Encerro aqui fazendo esse apelo para que as ordenações de bancadas, para que os governadores de Estado, para que os prefeitos possam fazer uma manifestação nacional a partir de uma nota que possa ser publicada na imprensa, colocando que, se de um lado há o interesse do Rio, do Espírito Santo, há o interesse também de outros Estados que estão em jogo.

Repito aqui, deixo aqui a minha confiança de que a Presidenta da República, Presidenta Dilma Rousseff, Presidenta de todos os brasileiros, neste caso, vai ter um posicionamento pensando no interesse maior de todo o Brasil, pensando no interesse do Rio Grande do Sul, pensando no interesse de Minas Gerais, no interesse do Paraná, da Bahia, do Piauí, enfim, no de todos os Estados.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Wellington Dias, o Sr. Sérgio Souza deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Wellington Dias, grande autor do projeto do pré-sal.

Passamos a palavra ao nobre Senador Sérgio Souza. Em seguida, como Líder, ao Senador Walter Pinheiro.

Prorrogo a sessão por mais uma hora, para que os Senadores possam fazer os seus pronunciamentos.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eu vou falar no máximo 40 minutos, conforme...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E eu prorroguei por uma hora, então vai dar.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – E vão sobrar 20 minutos para o Senador Walter. O acordo temos que cumprir, vou falar pouco mais de 10 minutos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, caros telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, Agência Senado, senhoras e senhores, começou ontem, na cidade de Doha, a 18ª Conferência das Partes da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP-18/CMP-8).

A conferência, que acontece até o dia 7 de dezembro, foi inaugurada pela presidente da cúpula anterior e Ministra de Relações Exteriores sul-africana, Maite Nkoana-Mashabane, no Centro Nacional de Convenções da capital do Catar.

De acordo com a organização do evento, mais de 17 mil pessoas participarão da COP-18, o que corresponde à maior reunião do clima, em termos numéricos, já realizada. Trata-se, ainda, da primeira cúpula sobre mudança climática realizada no Oriente Médio.

A Cúpula de Doha representa um marco histórico mundial, afinal simboliza o final do primeiro período do compromisso de Kyoto. Assinado há 15 anos na cidade japonesa que lhe empresta o nome, o Protocolo foi o primeiro e até o momento o único instrumento internacional a obrigar seus signatários, particularmente os países mais ricos e mais desenvolvidos, a reduzir ou limitar o lançamento de gases-estufa na atmosfera, tendo como alvo um corte médio, até o fim de 2012, de 5,2% das emissões registradas em 1990.

Embora grande parte dos países tenha atingido ou até ultrapassado as metas estabelecidas no Protocolo de Kyoto, algumas das nações que mais lançam CO₂ no Planeta nunca ratificaram sua participação no acordo, como é o caso dos Estados Unidos e América, ou ficaram livres de limitações para suas emissões, como o caso da China, hoje o maior emissor mundial de gases de efeito estufa, atrás justamente dos norte-americanos.

Sendo assim, os ganhos do corte de emissões dos países que cumpriram sua parte dentro do Protocolo foram praticamente anulados pelas emissões daqueles que não se submetem ao acordo, construindo um cenário bastante preocupante para o futuro do Planeta.

Desde a COP-13, realizada em 2007, na cidade de Bali, na Indonésia, cresce a expectativa mundial em torno de um acordo que resulte em compromissos efetivos, de todas as nações envolvidas, com medidas que busquem diminuir os efeitos das mudanças climáticas.

Em Bali, apesar de algumas nações, entre elas os Estados Unidos da América, permanecerem com certo ceticismo em relação ao tema, foi elaborado o Bali Action Plan, que determinava que um novo acordo fosse firmado em 2009, justamente para disciplinar o combate às mudanças climáticas pós-Kyoto. Daí porque

se criou tamanha expectativa em relação à COP-15, realizada em 2009, na cidade de Copenhagen, quando 133 chefes de estado compareceram ao evento na expectativa de que seria, enfim, assinado um novo protocolo que substituísse o Protocolo de Kyoto.

Infelizmente, o que era para ser um momento histórico na mudança das políticas ambientais em todo o mundo, acabou se transformando em frustração. É verdade que muito do insucesso se deve à crise econômica mundial, que afetou gravemente as economias mais ricas do globo. Mas o fato é que, em Copenhagen, apenas um acordo mais simples foi assinado nos instantes finais da conferência e sem efeitos vinculantes, ou seja, sem a obrigatoriedade de cumprimento pelas nações.

Cumpre, aqui, destacar a posição da delegação brasileira, que foi fundamental para evitar o absoluto fracasso da COP-15, ao liderar o processo de apresentação de compromissos e metas voluntárias por parte das nações envolvidas. Vale lembrar que, no Protocolo de Kyoto, o Brasil, como nação em desenvolvimento, não possuía qualquer obrigação.

Depois do recuo na capital dinamarquesa em 2010, na cidade de Cancún, no México, o objetivo da maioria dos negociadores se transformou em solucionar uma série de questões que impediam as negociações de um acordo mais amplo. De certa forma, esse objetivo foi alcançado. O número, Sr. Presidente, de países que aceitaram assumir metas de redução da emissão aumentou, e os financiamentos cresceram.

Finalmente, no ano passado, em Durban, na África do Sul, de forma surpreendente para muitos, a COP-17 acabou por avançar bastante. O principal objetivo continuava a ser a conclusão de um acordo que substituísse o Protocolo de Kyoto. De certa forma, isso foi atingido, ou, pelo menos, foi evitado que se abrisse um vácuo absoluto de metas e obrigações relacionadas à mudança climática.

Para tanto, ficou assegurada a manutenção de uma segunda fase de Kyoto entre os anos de 2013 e 2017. Infelizmente, o Canadá, a Rússia e o Japão se juntaram aos EUA e recusaram-se a aceitar a segunda fase do Protocolo. Mesmo assim, é melhor a existência de um regime de metas que nenhum.

No entanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o melhor de Durban foi o avanço para uma nova negociação em torno do clima. Houve, enfim, a concordância e o compromisso de todos os países que lá estiveram, incluindo aí os Estados Unidos da América, a China e as demais nações emergentes, de começar uma negociação de um acordo climático, com previsão de conclusão em 2015 e funcionamento após 2020.

Dessa forma, podemos finalmente imaginar a construção de um modelo de combate ao aquecimento global que englobe efetivamente todos os países do mundo, tanto aqueles que já emitiram e ainda emitem gases de efeito estufa, com sua devida responsabilização no processo, como aqueles que ainda vão emitir. Obviamente, senhoras e senhores, levando em consideração a parcela de responsabilidade de cada país com o passado e com o futuro e também assegurando, com a maior racionalidade possível, o nível mínimo de bem-estar de todos os indivíduos do Planeta, mesmo que isso signifique eventualmente a redução de padrões atuais de consumo em alguns países.

Diante do exposto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é fundamental que a COP-18, em Doha, possa avançar na consolidação do entendimento construído em Durban, na África do Sul. Como relator da Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, responsável pela aprovação do relatório dos trabalhos do ano de 2012 da Comissão, eu terei a honra de integrar a delegação brasileira que estará em Doha e de representar o Senado Federal em uma missão oficial.

Não sou ingênuo, Sr. Presidente, a ponto de esperar que tudo seja resolvido em Doha, até porque se trata de um assunto que envolve grandes polêmicas geopolíticas, econômicas e até científicas e também porque o momento é de transição. Conseguimos, em Durban, manter um regime de metas em vigor e o que realmente precisamos é consolidar essa situação, além de construir os meios de implementar um novo sistema global a partir de 2020.

Outro assunto que merece toda a atenção na COP-18 corresponde à necessidade de reforçar os mecanismos de financiamento das ações de combate, mitigação e adaptação das mudanças climáticas nos países mais pobres. Espera-se que em Doha possamos aumentar a ajuda às nações menos favorecidas.

Para muitos, a criação de mecanismos financeiros foi um dos poucos sucessos tangíveis das negociações climáticas, até agora. Porém, os avanços institucionais não têm sido acompanhados de forma satisfatória, na prática. Os recursos financeiros que os países ricos prometeram aos mais pobres para enfrentarem problemas climáticos terminam em 2012. O dinheiro prometido era pouco, cerca de US\$30 bilhões em 3 anos, e, mesmo assim, não chegou totalmente ao destino. Depois disso, não há mais nenhum compromisso firme para financiar a adaptação aos impactos da mudança do clima.

No que se refere ao Fundo Verde do Clima, criado para gerenciar bilhões de dólares que devem ser direcionados para que os países em desenvolvimento

lidem com as mudanças climáticas e cujo objetivo era canalizar até US\$100 bilhões por ano, até 2020, ainda está em operação.

Sr^{as} e Srs. Senadores, concluo esperando que a COP-18, em Doha, possa ser um marco nas conferências do clima, ao viabilizar um novo instrumento, para, enfim, termos uma maneira mais efetiva de atingir nossas metas de combate às emissões. A Cúpula de Doha apresenta o desafio único de olhar em direção ao presente e ao futuro, ao mesmo tempo, e oferece a oportunidade de valorar o que fizeram os países em torno dessa matéria.

A nova reunião acontece no momento em que os efeitos do aquecimento global são sentidos em diversos pontos do Planeta e aumentam os apelos por uma ação. Espero que, ao final da conferência, todos os negociadores que lá estarão possam oferecer ao mundo o caminho que assegure o futuro e o bem-estar das próximas gerações. Tenho a convicção de que, mais uma vez, a delegação do Brasil, que tenho a honra de integrar, cumprirá o seu papel de forma destacada. Essa delegação será chefiada pela Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, esperando, de forma efetiva, que todos os países que compõem o nosso globo terrestre percebam que as mudanças no clima têm causado grandes prejuízos à humanidade. É muito claro, por exemplo, o que aconteceu nos Estados Unidos, neste ano de 2012, quando uma seca forte, a maior das últimas décadas, afetou a produção de alimentos daquele país, levando a uma corrida mundial por alimentos e elevando, por exemplo, o preço da soja aqui no Brasil.

A saca de soja chegou a perto de R\$75,00 ou R\$76,00 e a saca de milho ultrapassou a casa dos R\$35,00, a saca de 60 quilos, e isso acarreta, necessariamente, aumento do produto final, como, por exemplo, a proteína animal, que subiu, segundo índices que medem a inflação, em torno de 20%, como o frango, a carne suína e assim por diante.

Nós entendemos, Sr. Presidente, que é necessária uma política séria, e o Brasil a vem adotando. Inclusive, temos, no Brasil, instrumentos legislativos para o cumprimento de metas de mitigação e adaptação. O Brasil vem cumprindo essas metas, mas ainda precisamos avançar mais.

O clima, realmente, é algo que afeta a vida dos brasileiros e de todos aqueles que vivem neste Planeta, de forma direta ou indireta, como aconteceu com as catástrofes ocorridas na região serrana do Rio, como as enchentes que ocorrem em diversas regiões do País, como a seca que nós vimos, neste ano, no Nordeste e também, no ano passado, no Sul, nos Estados

do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, que sofreram grandes perdas pela seca.

Eram essas as palavras, Sr. Presidente, que eu gostaria de trazer ao Senado Federal no dia de hoje, desejando a todos uma boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Senador Sérgio Souza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência designa:

– o Senador Cidinho Santos, para integrar, como membro suplente, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 582, de 2012, conforme o **Ofício nº 187, de 2012**, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal;

– o Senador Cidinho Santos e o Senador Alfredo Nascimento, para integrarem, respectivamente, como membro titular e membro suplente, as Comissões Mistas destinadas a proferir parecer às Medidas Provisórias nºs 585, 586 e 587, de 2012, conforme os **Ofícios nºs 188, 189 e 190, de 2012**, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal; e também

– o Senador Cidinho Santos, para integrar, como membro titular, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, as Comissões Mistas destinadas a proferir parecer às Medidas Provisórias nºs 578 e 589, de 2012, conforme os **Ofícios nºs 186 e 191, de 2012**, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal.

Os Ofícios serão encaminhados às respectivas Comissões Mistas para serem juntados aos devidos processados.

São os seguintes os Ofícios:

Of. nº 187/2012-BLUFOR

Brasília, 27 de novembro de 2012

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos e nos termos regimentais, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar, pelo Bloco Parlamentar União e Força, o Senador Cidinho Santos para ocupar, como membro suplente e em substituição ao nobre Senador Alfredo Nascimento, a Comissão Mista para apreciar a Medida Provisória nº 582, de 2012, que altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, quanto à contribuição previdenciária de empresas dos setores industriais e de serviços; permite depreciação de bens de capital para apuração do Imposto de Renda; institui o Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da

Indústria de Fertilizantes; altera a Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012, quanto à abrangência do Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa; altera a incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS na comercialização da laranja; reduz o Imposto de Renda devido pelo prestador autônomo de transporte de carga; e dá outras providências.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Atenciosamente, Senador **Gim**, Líder do Bloco Parlamentar União e Força

Of. nº 188/2012 – BLUFOR

Brasília, 27 de novembro de 2012

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos e nos termos regimentais, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar, pelo Bloco Parlamentar União e Força, o Senador Cidinho Santos para ocupar, como membro titular, e o Senador Alfredo Nascimento, como membro suplente, a Comissão Mista para apreciar a Medida Provisória nº 585, de 2012, que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios no exercício de 2012, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Gim**, Líder do Bloco Parlamentar União e Força.

Of. nº 189/2012 – BLUFOR

Brasília, 27 de novembro de 2012

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos e nos termos regimentais, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar, pelo Bloco Parlamentar União e Força, o Senador Cidinho Santos para ocupar, como membro titular, e o Senador Alfredo Nascimento, como membro suplente, a Comissão Mista para apreciar a Medida Provisória nº 586, de 2012, que dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, e dá outras providências.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Gim**, Líder do Bloco Parlamentar União e Força.

Of. nº 190/2012-BLFOR

Brasília, 27 de novembro de 2012

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos e nos termos regimentais, dirijo-me a Vossa Excelência para indi-

car, pelo Bloco Parlamentar União e Força, o Senador Alfredo Nascimento, como membro suplente, a Comissão Mista para apreciar a Medida Provisória nº 587, de 2012, que autoriza para a safra 2011/2012 o pagamento de valor adicional ao Benefício Garantia-Safra, de que trata a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, e amplia para o ano de 2012 o Auxílio Emergencial Financeiro, de que trata a Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Gim**, Líder do Bloco Parlamentar União e Força.

Of. nº 186/2012-BLUFOR

Brasília, 27 de novembro de 2012

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos e nos termos regimentais, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar, pelo Bloco Parlamentar União e Força, o Senador Cidinho Santos para ocupar, como membro titular e em substituição ao nobre Senador Alfredo Nascimento, a Comissão Mista para apreciar a Medida Provisória nº 578, de 2012, que permite a depreciação acelerada dos veículos automóveis para transportes de mercadorias e dos vagões, locomotivas, locotratores e tênderes que menciona, previstos na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Gim** Líder do Bloco Parlamentar União e Força.

Of. nº 191/2012 – BLUFOR

Brasília, 27 de novembro de 2012

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos e nos termos regimentais, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar, pelo Bloco Parlamentar União e Força, o Senador Cidinho Santos para ocupar, como membro titular e em substituição ao nobre Senador Alfredo Nascimento, a Comissão Mista para apreciar a Medida Provisória nº 589, de 2012, que dispõe sobre o parcelamento de débitos junto à Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Gim**, Líder do Bloco Parlamentar União e Força.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra neste momento ao nobre

Senador Eduardo Amorim, que permutou com o Senador Walter Pinheiro.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, senhores ouvintes da Rádio Senado, espectadores da TV Senado, todos que nos acompanham pelas redes sociais, Srs. Senadores, venho à tribuna desta Casa hoje para registrar um fato inédito, nunca ocorrido na história da OAB.

Em Sergipe, meu Estado, a Ordem demonstrou amadurecimento ao se verificar o registro de uma única chapa. E a avaliação natural para a ocorrência de tal fenômeno é que a gestão foi largamente aprovada pela categoria jurídica sergipana, reflexo do bom trabalho realizado.

Na última sexta-feira, dia 23, foi validada a escolha da Chapa “OAB Sempre Forte”, com 72% de comparecimento do quadro geral de advogados do colégio eleitoral da OAB/SE, elegendo, dessa maneira, para a diretoria o Presidente Carlos Augusto Monteiro Nascimento; o Vice-Presidente Silvio da Silva Costa; o Secretário-Geral Sérgio Aragão de Melo; a Secretária Adjunta Eugênia Maria Nascimento Freire; e Flávio César Carvalho Menezes, tesoureiro, além dos 25 conselheiros titulares, 31 suplentes, dos três titulares e três suplentes no Conselho Federal da OAB, finalizando com todo o corpo diretivo da Caixa de Assistência.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a gestão da Seccional Sergipe tem como meta continuar avançando. Entre seus projetos estão a TV OAB, a OAB Virtual, o projeto “OAB vai à Escola, a Escola vai à OAB”, a criação de uma biblioteca para os advogados e estudantes de Direito na sede da Ordem e do Café Cultural, a ampliação da Sede, do Memorial da Advocacia e das salas reservadas aos advogados nos fóruns da Capital e do Interior, intensificando todas as ações iniciadas durante os últimos três anos.

Gostaria de citar ainda, Sr. Presidente, que a Seccional apoia a campanha da Frente Nacional por mais recursos para a saúde. A mobilização defende o anteprojeto de lei, de iniciativa popular, que busca alterar a Lei Complementar nº 141, de 2012, que regulamentou a Emenda Constitucional nº 29 no que diz respeito ao subfinanciamento do Sistema Único de Saúde, e tornar possível que 10% da receita bruta corrente da União passem a ser investidos exclusivamente na área da saúde.

Parabenizo a OAB, seccional Sergipe, por essa grande iniciativa em relação à saúde. Em Sergipe, Sr. Presidente, passamos por um momento de muito sofrimento, especialmente na área da saúde.

Finalizo parabenizando a OAB Sergipe, por meio do Sr. Presidente reeleito, Dr. Carlos Augusto Mon-

teiro Nascimento, toda sua diretoria e os advogados sergipanos pela excelência do nível jurídico no nosso Estado, querido Estado de Sergipe.

É só, Sr. Presidente, e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Senador Eduardo Amorim.

O próximo orador é o Senador Walter Pinheiro.

Quero lembrar a todos que, amanhã, a Comissão de Direitos Humanos realizará uma reunião muito importante. Vamos votar o projeto que regulamenta, de uma vez por todas, uma política nacional para os autistas. O acordo foi firmado hoje, depois de ampla negociação com o Líder Walter Pinheiro, com o Senador Wellington Dias, com o Senador Lindbergh Farias, da qual o MEC participou. Mediante esse acordo, o projeto será votado amanhã, tenho certeza, por unanimidade.

Passamos a palavra, neste momento, ao Líder do Partido dos Trabalhadores, Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, cumprimento as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores.

Primeiro, Presidente Paim, quero dizer a V. Ex^a que é de importância sem igual a iniciativa de V. Ex^a, do Senador Wellington Dias e do Senador Lindbergh Farias e, além disso, toda a campanha que esse setor vem desempenhando de forma muito brilhante nas redes sociais.

Então, é importante que, aqui, nós aceleremos o passo, para aprovarmos essas matérias de uma vez por todas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Walter Pinheiro, se me permitisse, eu queria, com alegria, dividir esse anúncio com V. Ex^a. Na semana passada, um setor queria votar de qualquer jeito, mas o Senador Wellington Dias e o Senador Lindbergh Farias pediram que eu, no exercício da Presidência da Comissão de Direitos Humanos, concedesse mais uma semana, porque eles iam dialogar com o Governo. Então, aqueles que duvidaram vão ter de, novamente, entender que nós tínhamos razão, sob a Liderança de V. Ex^a. E o projeto será votado amanhã.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Inclusive, com melhorias, auscultando o setor. Acho que isso é importante, para dizermos a todos eles que esse foi o objeto central do adiamento da semana passada. Às vezes, falamos: “Vota, vota, vota, vota!”. Uma coisa é votarmos, Senador Paulo Paim, aquilo que faz parte do nosso entendimento. Outra coisa é colocar num projeto de lei algo com que os segmentos podem, de forma muito mais precisa, contribuir, buscando a melhoria de uma redação que vá ao encontro da necessidade de cada setor. Foi isso que foi tão bem-feito na semana passada por V. Ex^a, pelo Senador Wellington,

pelo Senador Lindbergh. Foi essa a sugestão que havia sido apresentada na semana passada. Agora, aqui, estamos dando a garantia dessa votação. Portanto, é importante chamar a atenção para esse aspecto.

Senador Paim, trato aqui de duas coisas rápidas, antes de eu colocar algumas coisas importantes da Bahia. A primeira delas é esse esforço que estamos fazendo para votar o Fundo de Participação dos Estados. Sei que não é o melhor dos mundos, não é o melhor dos entendimentos. Eu gostaria de aprovar, neste plenário – e disse isto ao meu companheiro Jorge Viana –, as mudanças já com todas as regras que todo mundo deseja, mas, como eu disse aqui, hoje à tarde, Senador Paulo Paim, são 27 unidades da Federação, e, se não trabalharmos direitinho os desejos de cada um desses 27 Estados, nós não vamos conseguir efetivamente produzir. É natural cada um pleitear melhoria para o seu Estado. Afinal, os Senadores aqui estão com essa função. Então, o que fizemos foi tentar buscar exatamente o ponto de equilíbrio entre os 27 Estados e abrir uma regra de transição, para permitir, nesses próximos 5 anos, que o Senado encontre uma equação de maneira a atender a essa demanda, com inversão, com preocupação em torno do desenvolvimento regional, com atendimento das questões sociais.

Que encontremos a melhor fórmula, porque, até o dia 18 de dezembro ou até o dia 19 de dezembro, nós não vamos ter condição de fazer isso. E, a partir do dia 1º de janeiro, se não houver pelo menos essa regra básica, nós vamos conviver com a decisão do Supremo Tribunal Federal, que determina a suspensão da partilha dos recursos do FPE, pela ausência de um conjunto de regras que atenda a essa exigência do Supremo Tribunal Federal. Então, essa é uma coisa importante para a qual precisamos chamar a atenção aqui.

Outra coisa que eu queria lembrar, Senador Paulo Paim, na noite de hoje, é que eu fiquei perplexo com a forma como alguns ainda utilizam veículos de comunicação para fazer suas leituras pessoais e colocar isso como atitude de outrem ou como atitude dos outros.

Refiro-me a uma nota, veiculada nesta semana por uma revista de grande circulação, em que o jornalista atribui a mim uma articulação da qual eu não participei e ainda atribui a mim uma atitude que não é condizente com qualquer parlamentar, tentando, na base da ilação, consagrar o conceito – que, talvez, esteja na cabeça do jornalista que escreveu aquilo – de que eu teria obrigado o relator a adotar essa ou aquela postura. Além de não ter participado de reunião alguma, todo mundo que me conhece sabe que não tenho esse perfil de me dirigir a alguém tentando impor a minha posição. Ademais, é uma ilação vergonhosa admitir que um parlamentar, um deputado federal com qualidades, como o Deputa-

do Odair Cunha, de Minas Gerais, vai se submeter à pressão de quem quer que seja. Nós estamos tratando com um deputado, não com um fantoche!

Portanto, quando alguém fizer suas ilações ou até tiver o desejo, no seu coração, de tentar escrever em algum lugar, coloque suas palavras, coloque suas vontades, mas não fique tentando estabelecer isso na relação com outras pessoas!

E até manda a boa prática da imprensa, assim pelo menos percebo eu... Faço um desafio, inclusive, até pela minha história de vida aqui, porque eu estive em todos os momentos do Brasil na defesa da comunicação e da democratização da informação e da comunicação. Portanto, falo tranquilamente dessa questão da imprensa.

Sou árduo defensor da liberdade, árduo defensor da democratização da comunicação, dos meios, inclusive, que, durante anos e anos, ficaram nas mãos de poucas pessoas no Brasil. Então, há uma história de vida nisso.

Seria importante, até para mantermos essa trajetória, que as pessoas escrevessem aquilo que verdadeiramente aconteceu, ou até consultassem as pessoas sobre as quais elas escrevem, para perguntarem a essas pessoas se efetivamente isso aconteceu ou não. E não ficarem fazendo ilação.

Não estou falando aqui como uma reclamação, mas muito mais como um alerta, para que essas pessoas possam até refletir sobre o seu papel como jornalistas, se é assim que se devem portar.

E nós vamos perdendo o respeito. Isso é ruim, é muito ruim. A pior coisa é quando você se descaracteriza, quando você banaliza o uso de determinadas ferramentas. Isso pode levar, inclusive, a uma descrença. E eu não quero nutrir esse sentimento de descrença, de desconfiança ou um sentimento de algo que perdeu o valor. Então, prefiro acreditar que foi um deslize momentâneo e que, portanto, as pessoas poderiam efetivamente cometer, como todos nós cometemos, alguns erros.

Não quero também aqui julgar, nem prejudicar, nem afirmar que foi uma ilação arquitetada. Quero continuar admitindo que foi uma ilação por escorrego ou por excesso de tentativa de dar a notícia. Portanto, fica aqui o alerta.

Tranquilamente não quero nenhum espaço na revista para responder, porque acredito que a matéria, com seu conteúdo que não corresponde à verdade, não merece resposta, porque acho que não tem nenhum sentido dessa natureza.

Então, dito isso, meu Presidente desta sessão, quero encerrar minha fala dizendo que seria importante, talvez, se alguém aproveitasse essas oportunidades de noticiar para publicar outras coisas positivas: as posições que temos assumido, assim como eu posso

falar com alegria hoje, para os milhões de baianos, ou para os milhares de baianos que podem estar nos assistindo, para não ser tão otimista e avaliar que há milhões nos ouvindo, nos assistindo, mas, pelo menos, para os baianos, dizendo coisas boas, como a que fizemos ontem, o lançamento da pedra fundamental da JAC Motors, uma montadora chinesa, instalando-se ali na cidade de Camaçari; a expectativa da chegada da Foton, outra montadora chinesa; os aspectos que na semana retrasada motivaram a ida da Presidenta Dilma à Bahia para a entrega da Adutora do Algodão, na Região do Guanambi, Caetitê, o Vale do Iuiú; o sistema de abastecimento d'água, a licença para a construção do Porto Sul.

Hoje, inclusive, a Câmara acabou de aprovar mais uma medida provisória, liberando recursos para ações de políticas de perenização, de convivência com a seca. Portanto, serão importantes recursos para atender essa demanda no nosso Nordeste como um todo, não só na Bahia, mas em particular na Bahia.

Há um esforço do Governo Jaques Wagner, no sentido de entrega de diversos serviços nessa área, principalmente, no Semiárido, no nosso Sertão Produtivo, para que a gente possa romper, de uma vez por todas, Senador Paim, algo que ainda me assusta: a convivência com a grande contradição. Nós estamos em um tempo em que, na mão, a gente tem acesso imediatamente às informações. Na mão, a gente até faz operar diversos sistemas. Na mão, através do celular ou de outros equipamentos, a gente consegue promover grandes transformações. Ao mesmo tempo em que qualquer lugar desenvolvido do mundo, Senador Paim. Acabou essa defasagem.

Mas, lamentavelmente, eu ainda convivo com a necessidade do carro-pipa. Olha que contradição! O tempo mais avançado dos *smartphones* é o mesmo tempo ainda atrasado da necessidade de se chegar com o carro-pipa. Essas medidas foram tomadas, chegamos com o carro pipa, mas nós estamos chegando com a política.

E há uma coisa para a qual quero chamar a atenção, Senador Paim, que é algo que eu discuti nesta semana, lá no meu Estado, que é a questão de nós convivemos, nesses últimos 40 anos, segundo os institutos, com a mais intensa seca que a Bahia já experimentou; ou com os efeitos da seca que a Bahia já experimentou. Obviamente, nós estamos com dificuldades: rebanhos foram perdidos, plantação, produção, mas nós tivemos medidas imediatas: a distribuição de alimentos, de ração animal, a questão da chegada de água, recursos, o Seguro Garantia Safra. Quero aqui, inclusive, elogiar o trabalho do nosso Ministro Pepe Vargas – seu conterrâneo, Paulo Paim –, que foi ágil, diligente.

Fizemos todas essas coisas, mas uma coisa me chamou a atenção, sobre a qual eu conversava com nossos prefeitos, com dirigentes partidários, enfim. Nós não tivemos saque, Paim, no Nordeste. Você não tem notícia de saque. Não que as pessoas não estivessem passando por dificuldade. Estão passando ainda por muita dificuldade, mas é sinal de que a política mudou bastante de lá para cá. Não chegamos ao ideal. Entregamos uma adutora, o Governo do Estado da Bahia vai entregar também ali, na região de Pedras Altas; há mais diversos sistemas sendo construídos, há entrega de outros equipamentos, entrega de máquinas.

Agora há pouco, ali, eu conversava com o Prefeito eleito de Sapeaçu, Jonival Lucas, que me falava da importância de uma máquina para o Município – e me refiro a uma patrula. Portanto, é importante isso. Jonival, que acabou de se eleger, deve tomar posse em janeiro, ali, na região do Recôncavo, e sabe exatamente da importância de um equipamento desses. Imaginem no alto sertão, ou no cravado sertão da Bahia, onde essas máquinas servem exatamente para você promover não só a questão das estradas como também a limpeza ou a construção de aguadas. Agora nós temos, inclusive, em várias regiões, a chuva. Então, é necessário preparar essas áreas para você armazenar água.

Assim, medidas foram sendo tomadas; atitudes foram implementadas de forma contundente, mas a gente precisa fazer muito mais.

Quero encerrar, usando uma expressão que a Presidenta Dilma utilizou quando da reunião do Condell – Conselho Deliberativo da Sudene com os Governadores. Ela disse o seguinte: “Nós vamos fazer o possível e o impossível, mas, nesse processo, nós não vamos sair deixando da mesma forma que encontramos”.

Então, este é o desafio da Presidenta Dilma, o desafio do compromisso: a liberação de recursos, a ação imediata, a diligência com que o Ministério da Integração Nacional, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério da Agricultura, enfim, têm auxiliado. O próprio Ministério das Cidades também tem nos ajudado com medidas importantes, com diversas obras.

Portanto, eu acho que é fundamental que todos nós aprendamos com essas lições, seja na seca ou na enchente, como lidar com essas alterações, e principalmente como produzir políticas perenizadoras, algo que possamos consolidando para melhorar cada vez mais a vida do sertanejo.

Então, Presidente, eu acho que é sempre bom comemorar a chegada dessas iniciativas. O Prefeito de Camaçari, o atual, e não o futuro, o companheiro Ademar, mas o Prefeito Luiz Caetano, ontem, no ato de lançamento da pedra fundamental da Jac Motors, disse algo importante: quando levamos uma indústria

como essa, a expectativa de produção e de geração de postos de trabalho sempre anima a todos, mas o desafio é fazer o aproveitamento local. Isso é muito importante. Como atrair a pequena, a micro empresa, a fim de aproveitar esse desenvolvimento, gerar oportunidade onde essas atividades centrais ou de maior porte estão se instalando. É importante fazermos isso de forma descentralizada, cobrindo o Estado como um todo, chegando a todas as regiões. São importantes essas iniciativas e esse é o esforço que o Governador Jaques Wagner tem feito no sentido de dotar a Bahia de outra infraestrutura, com centros de logística nas diversas regiões, projetos para se somarem à Ferrovia Oeste-Leste ao Porto Sul; projetos para atender a demanda da nossa potencialidade mineral e agrícola.

Os mesmos chineses que estão se instalando em Camaçari, com a Jac Motors – portanto, a mesma China –, também estão dispensado para cá, para o Brasil, particularmente para a Bahia, grupos de chineses que vão atuar na produção agrícola, portanto, fazendo investimentos em diversas regiões, como no oeste e no norte do Estado, numa parceria com o Governo Federal, para potencializar a produção na região do Baixo e na região do Vale do Salitre, dois perímetros de irrigação.

Então, é fundamental que essas atitudes sejam adotadas e que a gente vá produzindo, com cada iniciativa dessas, políticas, e eu diria até, como consequência, um planejamento encaixado com a necessidade de crescimento sustentável, mas, principalmente, tratando do desenvolvimento local.

Meu companheiro Wellington, nesse instante, falava aqui dos *royalties*. Nós queremos a distribuição dos recursos dos *royalties* do petróleo para isto, para tratar igual. Nós queremos discutir com o Governo a 589, para resolver o problema dos Municípios que estão agora com dificuldade de fechar suas contas. Então, é importante aliviar isso, e que o INSS, particularmente, seja ágil na implementação dessas medidas para que os prefeitos, até 31 de dezembro, possam fechar suas contas, a prestação de contas, aqueles que vão sair, aqueles que vão continuar, mas todos têm a oportunidade de fazer isso neste momento difícil. Portanto, aproveitar essas medidas, ajustar a gestão e preparar a caminhada para o próximo passo, que começa em janeiro para diversos gestores no Brasil inteiro. Alguns vão continuar, mas, majoritariamente no País, muitos vão começar, a partir de 1º de janeiro, uma nova jornada.

E para essa jornada começar de forma correta é importante encerrarmos aqui com esse tipo de ajuda, como estamos fazendo hoje, na reunião da bancada, apresentando emendas, discutindo o que pode ser aportado para o ano que vem, para cada Município, o que vamos fazer até o dia 18, 19, aqui, votando o

Orçamento da União, buscando contribuir com esses recursos, que devem se somar aos orçamentos dos Estados e aos orçamentos dos Municípios, mas todos nós sabemos que é um cobertor extremamente curto e que precisamos muito dos recursos da União para termos condição de ajudar lá na ponta.

Volto a dizer: eu conversava há pouco com aquele que foi nosso companheiro aqui, o Deputado Federal Jonival Lucas, Prefeito de Sapeaçu, e a preocupação dele é no sentido de buscar aqui um apoio para a gestão lá no seu Município, e diversos prefeitos vão necessitar disso. Nossa obrigação é exatamente trabalhar nesse espírito, irmanados, principalmente preocupados com o desenvolvimento local, com a ajuda local, com a possibilidade de investimento local, para darmos vida ao povo no local em que as pessoas estão vivendo.

Portanto, é fundamental fazermos isso e acho que é essa a nossa tarefa, sem abrir mão, meu caro Paulo Paim, da aprovação de outras matérias aqui e que têm a ver inclusive com segmentos, não é?

(Soa a campanha.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) –

A discussão de setores da sociedade, o debate que estamos abrindo com o Ministério do Planejamento, para conversarmos sobre a questão das carreiras, tanto no Fisco quanto na Polícia Federal. É importante ajustarmos os problemas que envolvem a Polícia Federal, no sentido inclusive dessa reestruturação, o bom debate sobre as atribuições desses servidores. No caso da Receita, dos auditores, dos analistas, no caso da estrutura dos fiscais do trabalho, dos fiscais agropecuários, enfim, de todos os servidores públicos, mas que tenhamos a capacidade de fazer o bom debate. É óbvio que essas categorias querem discutir o seu reajuste. É natural, legítimo, mas o fundamental é aproveitar para discutir também a organização desse trabalho, essa questão das atribuições, porque isso determina uma sequência natural e lógica para que as carreiras possam crescer. Com isso, vamos melhorando o serviço público, como fizemos aqui com a Defensoria. Essa estrutura do serviço público é que vai atender a população que mais precisa.

Portanto, é preciso cuidar disso também, como parte expressiva da questão do nosso povo. E envolvem-se diretamente nessas questões os profissionais da área de saúde e os profissionais da área de educação. Um bom debate sobre o reajuste, as condições de trabalho de médicos, professores, enfermeiros, para que tenhamos a oportunidade de dotar essas estruturas de condições ideais para que esses bravos servidores continuem desempenhando suas funções e contribuindo para que possamos superar as desigualdades

que foram cravadas ao longo de toda uma história em nosso Brasil.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado e boa noite!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senado Federal recebeu os **Ofícios nºs 711 e 712, de 2012**, do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, que comunicam, respectivamente, o envio à sanção do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2006; e do Projeto de Lei da Câmara nº 220, de 2009, com emenda oferecida pelo Senado Federal.

São os seguintes os Ofícios:

Of. nº 711/12/PS-GSE

Brasília, 21 de novembro de 2012

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado, sem alterações, o Projeto de Lei nº 1.472, de 2007, do Senado Federal (PLS nº 174/06), que “Dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, de que trata o § 5º do artigo 150 da Constituição Federal; altera o inciso III do art. 6º e o inciso IV do art. 106 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Eduardo Gomes**, Primeiro-Secretário.

Of. nº 712/12/PS-GSE

Brasília, 21 de novembro de 2012

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovada a emenda oferecida por essa Casa ao Projeto de Lei nº 1.033, de 2003, da Câmara dos Deputados (PLC nº 220/09), que “Altera o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de redefinir os critérios para caracterização das atividades ou operações perigosas, e revoga a Lei nº 7.369, de 20 de setembro de 1985”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Eduardo Gomes**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO

Nº 1.018, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 218, inciso II, e art. 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento ocorrido na última segunda-feira, dia 26, do ex-deputado **Sérgio Miranda de Matos Brito**, aos 65 anos, de câncer no pâncreas, bem como a apresentação de condolências aos familiares.

Justificação

Conheci Sérgio Miranda durante a CPI do Orçamento. Ele era um dos parlamentares mais interessados em apurar os desvios de recursos públicos que dia-a-dia eram noticiados pela imprensa. Sua atuação muito contribuiu para aprimorar os procedimentos da Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional. Aliás, ele teve um papel de destaque, durante todos os anos em que foi membro da CMO.

Era um parlamentar que conhecia detalhadamente o orçamento público. Possuía uma visão técnica e política da peça orçamentária. Aplicava todo o seu conhecimento para defender a população e o Estado Brasileiro, pois atuava como um óbice a possíveis manobras que poderiam resultar no desvio de recursos da Nação.

Seu desempenho na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados foi de capital importância para facilitar a tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 189/2003, que “define os objetivos, métodos e modalidades da participação do governo brasileiro em negociações comerciais multilaterais, regionais ou bilaterais”.

Trabalhos em íntima interação parlamentar na busca de soluções para os planos de aposentadoria dos Aeroviários (AERUS e AEROS), bem como na luta pela não-aprovação do fator previdenciário, pois entendia que seria um retrocesso para os trabalhadores que estavam prestes a ser aposentados.

Sérgio Miranda de Matos Brito foi professor, vereador em Belo Horizonte entre 1988 e 1992, e deputado federal por Minas Gerais por quatro mandatos, entre 1993 e 2006. Como parlamentar sempre foi indicado como um dos mais influentes da Câmara dos Deputados pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

Foi militante do Partido Comunista do Brasil durante quase cinco décadas e exerceu vários mandatos como membro do Comitê Central e da Comissão Política. Ao longo de sua carreira, atuou principalmente nas áreas previdenciária, trabalhista, orçamentária e de direitos sociais. Participou da CPI das Fraudes do INSS, da investigação do assassinato dos fiscais do Ministério do Trabalho, além de ter integrado a missão oficial à China em 2000. Como vereador, foi autor da lei da meia-entrada para estudantes em Belo Horizonte.

Com 43 anos de militância no PCdoB, Sérgio Miranda deixou o partido em 2005 e assumiu a presidência do PDT em Belo Horizonte. Foi candidato à prefeitura da capital mineira em 2008, mas não venceu. Atualmente, trabalhava na Fundação Leonel Brizola Alberto Pasqualini, do PDT.

Na semana passada, Sérgio Miranda foi condecorado com a Medalha do Mérito Legislativo, premiação concedida pela Câmara dos Deputados, porém não pôde participar da cerimônia de entrega devido à sua saúde debilitada. Sua mulher, Cristina Sá Brito, foi quem recebeu a medalha em seu lugar.

Como deputado, conhecia muito bem os meandros da casa e relacionava-se amigavelmente com seus pares das diferentes tendências políticas, da esquerda à direita, sem nunca deixar de ser de esquerda.

A morte de Sérgio Miranda é uma grande perda para a democracia de nosso país. Ele fará muita falta, pela sua conduta idônea, leal e honesta e capacidade de articular soluções que, defendendo o Estado, visava sempre à melhoria das condições de vida da população brasileira.

Sala das Sessões, – Senador **Eduardo Suplicy**.

REQUERIMENTO Nº 1.019, DE 2012

Requeremos, nos termos do art. 218 do regimento Interno, seja inserido em ata voto de pesar pelo falecimento do Ex-Deputado Federal do PDT Sérgio Miranda, e apresentação de condolências a sua família.

Sala das Sessões, – Senador **Acir Gurgacz**, Líder do PDT. – Senador **Pedro Taques**, Vice-Líder do PDT..

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.020, DE 2012

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 71, inciso VII, da Constituição Federal e do art. 90, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam levantadas pelo Tribunal de Contas da União as seguintes informações, relativas à arrecadação direta de contribuições realizada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI e pelo Serviço Social da Indústria - Sesi junto às empresas nos cinco últimos exercícios:

Relação das indústrias que contribuíram diretamente;

Total dos valores pagos por indústria, relativo aos exercícios de 2008 a 2011.

Justificação

Tal solicitação originou-se da análise do Acórdão nº 2527/2012 – TCU – PLENÁRIO, que trata de realização, por parte do Tribunal de Contas da União, de auditorias nas entidades integrantes do Sistema “S”. Tal procedimento foi efetivado tendo em vista o Requerimento de Informações nº 1.058/2011, de autoria do Senador Ataídes Oliveira.

Na leitura do aludido acórdão, chama a atenção o fato de o Tribunal de Contas da União ter identificado a existência de arrecadação indevida feita diretamente pelo SENAI e pelo Sesi junto às empresas contribuintes. Segundo o documento do TCU, essas entidades “ainda adotam a prática de arrecadar mais de 50% de suas receitas de contribuições sociais diretamente das indústrias, sem a intervenção da Receita Federal do Brasil (RFB). Por essa razão, conforme determina a Lei nº 11.457, de 2007, que está sendo infringida, a arrecadação informada pela RFB não constitui informação suficiente para conhecer a receita dessas entidades, sendo necessário solicitar a informação”.

Quanto aos recursos arrecadados diretamente pelas entidades relacionadas, ressalta a Corte de Contas não haver “meios simples e diretos de obter tais informações sem que seja preciso solicitá-las, o que configura falha na observância do princípio da transparência”. Ressalta que “o desejável seria que cada sistema elaborasse demonstrações contábeis consolidadas, com notas explicativas de qualidade e relatórios da administração, a exemplo do que é exigido por lei dos grupos empresariais de capital aberto”.

Conclui que tal procedimento faz com que “as unidades integrantes do Sistema ‘S’ permaneçam com pouca transparência, considerando que funcionam com recursos de natureza tributária, o que lhes acarreta a obrigação de informar detalhadamente quanto recebem e como aplicam esses recursos”.

Dessa forma, tendo em vista que os dados informados pela Receita Federal do Brasil não são suficientes para conhecer o total de receitas arrecadadas pelo Sesi e pelo SENAI, uma vez que tais entidades arrecadam parte das contribuições sociais diretamente das indústrias, entendemos fundamental que o TCU faça o levantamento desse montante que é recolhido diretamente.

É, portanto, este o objetivo do presente requerimento: solicitar um levantamento do total de receitas arrecadadas diretamente pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI e pelo Serviço Social da Indústria – Sesi, para que, de posse dessas informações, possa ser mais bem avaliada pelo Poder Legislativo a efetividade da aplicação dos recursos postos à disposição de tais entidades.

Para isto, entendo adequado solicitar o sólido auxílio técnico de que dispõe o Legislativo, por previsão constitucional, junto ao Tribunal de Contas da União, o que se faz por meio do presente requerimento, que especifica em detalhe as informações que essa Comissão deseja receber.

Sala das Sessões, – Senador **Alvaro Dias**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, propostas de emenda à Constituição que serão lidas.

São lidas as seguintes:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59, DE 2012

Altera a alínea "a", inciso I do art. 105 da Constituição Federal, para estabelecer a competência do Superior Tribunal de Justiça para o julgamento dos Governadores dos Estados e do Distrito Federal, independentemente de autorização das Assembleias Legislativas ou da Câmara Distrital do Distrito Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º a alínea "a", inciso I do art. 105 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 105

I -

- a) nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, independentemente de autorização das Assembleias Legislativas ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante os tribunais; (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A promulgação da Emenda à Constituição nº 45/2004 promoveu importantes aperfeiçoamentos na estrutura do Poder Judiciário, concretizando o Pacto Republicano no combate à impunidade e na busca da efetiva concretização dos direitos dos cidadãos.

No entanto, o legislador constituinte deixou de consignar, expressamente, que a competência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) para julgar os Governadores dos Estados e do Distrito Federal no caso de crimes comuns é independente de autorização das Assembleias Legislativas dos Estados ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Essa lacuna tem propiciado o surgimento de inúmeras normas estaduais limitando, sem guarida na Constituição Federal, a competência do Superior Tribunal de Justiça.

Veja-se, por exemplo, o caso da Constituição do Estado de Mato Grosso que, em seu art. 26, assim dispõe:

“Art. 26 É da competência exclusiva da Assembléia Legislativa:

XI - autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Governador, o Vice-Governador e os Secretários de Estado”.

Ora, tal dispositivo é flagrantemente inconstitucional, por limitar, através da legislação estadual, uma norma da Constituição da República dotada de eficácia plena, relativa à competência atribuída ao STJ por força do art. 105, I, “a” da CR/88.

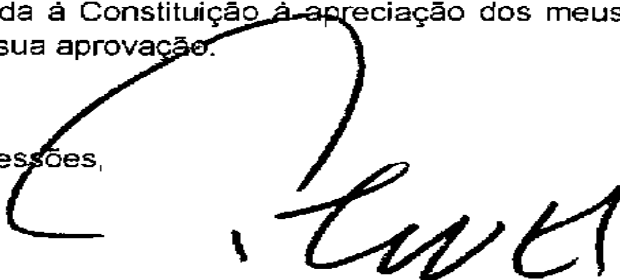
Essa violação da ordem constitucional não é, contudo, exclusiva do Estado de Mato Grosso. Em pesquisa sobre o tema, detectei dispositivos semelhantes na legislação dos seguintes Estados: Acre, Amapá, Alagoas, Amazonas, Rio de Janeiro, Goiás, Ceará, Bahia, Paraíba, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Espírito Santo, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Rondônia.

Essas normas estaduais geraram inúmeras Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) propostas perante o Supremo Tribunal Federal, quais sejam: ADI n. 4764 – Rel. Ministro Celso de Mello; ADI n. 4765 – Rel. Ministro Luiz Fux; ADI n. 4766 – Rel. Ministro Luiz Fux; ADI n. 4771 – Rel. Ministro Joaquim Barbosa; ADI n. 4772 – Rel. Ministro Luiz Fux; ADI n. 4773 – Rel. Ministro Luiz Fux; ADI n. 4775 – Rel. Ministra Rosa Weber; ADI n. 4777 – Rel. Ministro Dias Toffoli; ADI n. 4778 – Rel. Ministra Rosa Weber; ADI n. 4781 – Rel. Ministro Joaquim Barbosa; ADI n. 4790 – Rel. Ministro Ricardo Lewandowski; ADI n. 4791 – Ministro Cezar Peluso; ADI n. 4792 – Rel. Ministra Cármen Lúcia; ADI n. 4793 – Rel. Ministro Gilmar Mendes; ADI n. 4798 – Rel. Ministro Celso de Mello; ADI n. 4799 – Rel. Ministro Joaquim Barbosa; ADI n. 4800 – Rel. Ministro Joaquim Barbosa, respectivamente.

Desta feita, considerando a necessidade de corrigir tais distorções na legislação dos Estados, bem como a conveniência e oportunidade de avançar no combate à impunidade, especialmente em relação aos agentes públicos, é que proponho, seja expressamente consignado no texto da Constituição de 1988 que a competência do STJ para julgar os Governadores dos Estados e do Distrito Federal seja independente de autorização legislativa. .

Assim, com base nos fundamentos acima apresentados, submeto esta Proposta de Emenda à Constituição à apreciação dos meus nobres pares, pedindo seu apoio para sua aprovação.

Sala das Sessões,



PEDRO TAQUES
Senador da República

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Do Poder Judiciário

Título IV

Da Organização dos Poderes

Capítulo III

Seção III

Do Superior Tribunal de Justiça

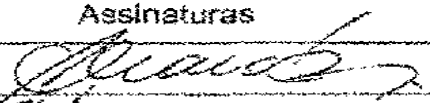

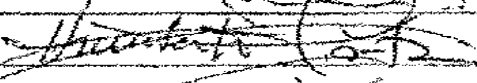

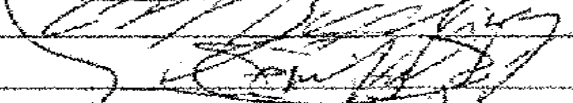
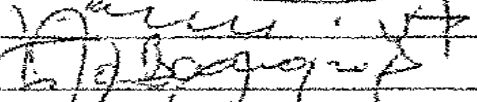
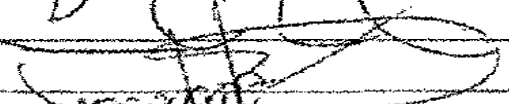
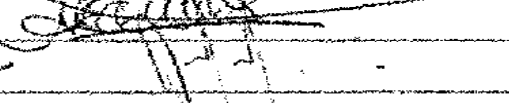
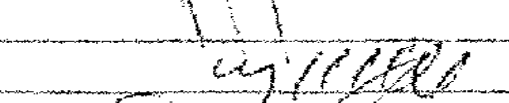
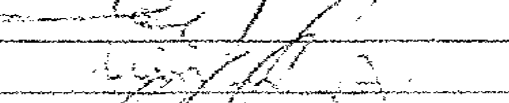
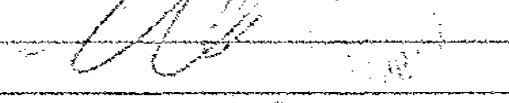


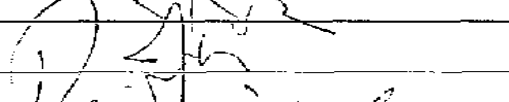

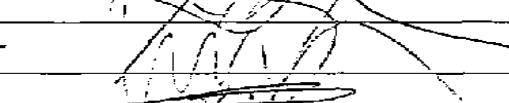
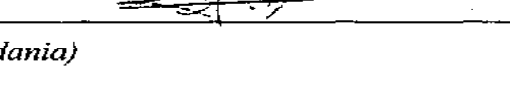
Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça

I - processar e julgar, originariamente

a) nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais;

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2012

Altera a alínea "a", inciso I do art. 105 da Constituição Federal, para estabelecer a competência do Superior Tribunal de Justiça para o julgamento dos Governadores dos Estados e do Distrito Federal, independentemente da autorização das Assembleias Legislativas ou da Câmara Distrital do Distrito Federal.

NOME	Assinaturas
ALVARO DIAS	
Cyrca Miranda	
Humberto Costa	
Paulo Bauer	
Eduardo Suplicy	
João Pinheiro	
CASSIO CONRADO LIMA	
CLELIO ANDRADO	
Miguel Portet	
Amilcar	
Armando Monteiro	
RODROLFO	
EDUARDO LOPES	
Roberto Rodrigues	
Pedro Simon	
Felipe	
Paulo	

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 60, DE 2012

Revoga o inc. VI e altera o § 2º, ambos do art. 55 da Constituição Federal de 1988, para extinguir a necessidade de deliberação da Casa respectiva sobre a perda de mandato de Deputado ou Senador que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Revoga-se o inciso VI do art. 55 da Constituição Federal de 1988, cujo § 2º passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 55**.....

.....

§ 2º Nos casos dos incisos I e II, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Desde a Constituição do Império de 1824, restou prevista a possibilidade de suspensão dos direitos políticos dos cidadãos em virtude de sentença criminal condenatória. Naquele texto (art. 8º, II), porém, ficou resguardado expressamente que as hipóteses que ~~permitem~~ o esvaziamento de tal direito fundamental seriam restringidas pela espécie de pena imposta na condenação, que seriam as penas de prisão ou de degredo.

A partir da Constituição brasileira de 1891 (art. 71, § 1º, “b”), no entanto, passou-se a prever a possibilidade de suspensão dos direitos políticos por condenação criminal, em qualquer de suas penas, enquanto durarem seus efeitos.

Esse mesmo preceito foi reproduzido nas Constituições seguintes (art. 110, "b", da Constituição de 1934; art. 118, "b", da Constituição de 1937; art. 135, II, da Constituição de 1946; art. 144, I, "b", da Constituição de 1946), sendo alterado apenas na Emenda Constitucional n. 1, de 1969, onde, apesar de manter a possibilidade de suspensão dos direitos políticos por condenação criminal transitada em julgado, estabeleceu-se uma norma de eficácia limitada, dependente de Lei Complementar que a regulamentasse (art. 149).

Em nossa atual, como sabemos, voltou-se a previsão de norma constitucional de eficácia plena em relação ao tema no art. 15, inc. III, cuja disposição prevê a suspensão dos direitos políticos nos casos de condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.

Assim, por ordem constitucional, em nosso entendimento, todas as condenações criminais transitadas em julgado, seja por crime doloso, culposo ou de simples contravenção penal, acarretam a suspensão dos direitos políticos do condenado até a extinção da pena imposta, independentemente de especificação de tal efeito na decisão judicial.

Tal previsão que, como dito, remonta à época do Brasil Imperial, demonstra o claro intuito dos constituintes originários de resguardar os cargos políticos àqueles que não deixam dúvidas sobre sua reputação legal, impossibilitando o exercício da capacidade eleitoral ativa e passiva pelos condenados, cuja confiança se encontra prejudicada.

Nesta conjuntura, de modo contraditório, dúbio e que acaba contemplando mais um privilégio desproporcional aos parlamentares da República, apesar do art. 55 da CR/88 contemplar a perda do mandato ao parlamentar que tiver suspenso seus direitos políticos e os que sofrerem condenação criminal em sentença transitada em julgado, ressaltou em seu § 2º que, nesta última hipótese, será necessário a deliberação da Casa respectiva, por voto secreto e maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa.

Malgrado compreenda o intuito do legislador originário de contemplar uma maior garantia de independência e autonomia aos parlamentares para o exercício consciente de suas funções, me parece que a referida garantia foge completamente a razoabilidade e a uma interpretação sistemática dos preceitos constitucionais.

Não é proporcional concedermos tal prerrogativa aos Deputados Federais e Senadores e não a garantir aos detentores de outros cargos públicos eletivos ou aos servidores públicos em geral. Lembrando que, apesar de ser regulado por lei de cada ente federativa, é um requisito comum ao provimento de cargo público, efetivo ou comissionado, o pleno exercício dos direitos políticos, resultando a suspensão de tais direitos em perda do respectivo cargo que tiver ocupado.

Ao que tudo indica, se trata de uma prerrogativa proveniente das temerárias às instituições democráticas que assolavam os anos de Ditadura Militar e influíram nas decisões da Assembleia Constituinte de 1988, mas que não mais subsistem e, por isso, merece ser extinta.

Foge aos critérios de justiça, legalidade e constitucionalidade a possibilidade de parlamentar ocupando o cargo de Senador ou Deputado com os direitos políticos suspensos, não apenas por lhe faltar “confiança legal” para exercício do cargo em virtude de condenação criminal com trânsito em julgado, mas especialmente pela ausência de capacidade política ativa.

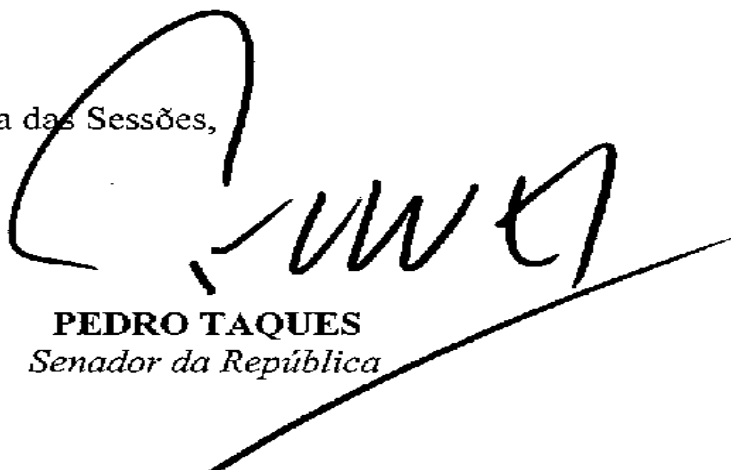
A necessidade de deliberação da Casa respectiva é uma prerrogativa “feudal” que não mais merece subsistir e o objetivo desta Proposta de Emenda à Constituição é exatamente este.

Note-se que, com a exclusão do inciso VI e a sua referência no § 2º, ambos do art. 55 da CF, tornará automática a perda de mandato de parlamentar sempre que houver a suspensão de seus direitos políticos, cujos efeitos, como dito, são automáticos em condenações criminais transitadas em julgado e independem de indicação na decisão judicial.

Lembrando, no entanto, que ainda subsiste a prerrogativa de sustação da ação penal recebida no Supremo Tribunal Federal em face de Senador da República ou Deputado Federal, desde que assim decida a Casa respectiva pelo voto da maioria dos seus membros, conforme prevê o § 3º do art. 53 da CF, cuja disposição discordo, diga-se de passagem.

Em suma, objetiva-se com a presente Proposta de Emenda à Constituição contemplar mais uma vez a lisura, a probidade, a honestidade, a confiabilidade, a integridade e o decoro nos cargos públicos eletivos, valorizando o princípio democrático-representativo, para cujo intento conto com a colaboração e apoio dos ilustres Pares.

Sala das Sessões,



PEDRO TAQUES
Senador da República

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

(...)

Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

I - cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;

II - incapacidade civil absoluta;

III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;

IV - recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII;

V - improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.

(...)

Art. 53. Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

§ 1º Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

§ 2º Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

§ 3º Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

§ 4º O pedido de sustação será apreciado pela Casa respectiva no prazo improrrogável de quarenta e cinco dias do seu recebimento pela Mesa Diretora. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

§ 5º A sustação do processo suspende a prescrição, enquanto durar o mandato. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

§ 6º Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

§ 7º A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença da Casa respectiva. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

§ 8º As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

(...)

Art. 55. Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

- I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;
- II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;
- III - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada;
- IV - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V - quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos nesta Constituição;

VI - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.

§ 1º - É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional ou a percepção de vantagens indevidas.

§ 2º - Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

§ 3º - Nos casos previstos nos incisos III a V, a perda será declarada pela Mesa da Casa respectiva, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros, ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

§ 4º A renúncia de parlamentar submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato, nos termos deste artigo, terá seus efeitos suspensos até as deliberações finais de que tratam os §§ 2º e 3º. (Incluído pela Emenda Constitucional de Revisão nº 6, de 1994)

(...)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2012

Revoga o inc. VI e altera o § 2º, ambos do art. 55 da Constituição Federal de 1988, para extinguir a necessidade de deliberação da Casa respectiva sobre a perda de mandato de Deputado ou Senador que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.

NOME	Assinaturas
João João	João João
ÁLVARO DIAS	Álvares
Cyro Miranda	Cyrol
RANDOLFE RODRIGUES	Randolph
HUMBERTO COSTA	Humberto Costa
Paulo Bauer	Paulo Bauer
DIAS	DIAS
Sérgio Spitz	Sérgio Spitz
Alair de Azevedo	Alair de Azevedo
José Pimentel	José Pimentel
CASSIO CONRADO LIMA	Cassio Conrado Lima
ELISIO ANDRADO	Elisio Andrado
Angela Portela	Angela Portela
Reyes Dery	Reyes Dery
Amilcar	Amilcar
Paulo Costa	Paulo Costa
Ana Amélia (P/ES)	Ana Amélia (P/ES)
Christovam	Christovam
CASSIO C. LIMA	Cassio C. Lima
MALU MALU	MAGNO MALTA
Armando Montano	Armando Montano
Alair GURGACZ	Alair GURGACZ
Paulo Dami	Paulo Dami
EDUARDO LOPES	Eduardo Lopes
Roberto Requie	Roberto Requie
Pedro Simioni	Pedro Simioni
JOSE AGUIPINO	JOSE AGUIPINO
Emílio Figueira	Emílio Figueira
Marcelo Figueira	Marcelo Figueira

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– As propostas de emenda à Constituição que acabam de ser lidas estão sujeitas às disposições constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

As matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O Sr. Senador Clésio Andrade, a Srª Senadora Angela Portela e o Sr. Senador Renan Calheiros enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o Inciso I e §2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PMDB – MG.

Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, temos visto, em vários incidentes recentes, as graves deficiências na infraestrutura do transporte aeroviário, assim como disfuncionalidade de gestão dos terminais aeroviários, provocando contratempos, desconfortos e prejuízos aos passageiros e aos seus familiares e acompanhantes.

São aeroportos sobrecarregados, filas intermináveis, atrasos e cancelamento de vôos, sem que as companhias aéreas, agências de viagens e administrações de aeroportos prestem o devido atendimento aos usuários do transporte aéreo.

Em nosso ordenamento jurídico é basilar que ninguém pode alegar desconhecimento da lei ao cometer um ato ilícito, ou seja, o cidadão tem o direito e o dever de conhecer a legislação. Não pode alegar

que não sabe ou que não conhece a lei – e este é um princípio constitucional, cuja redação se insere no Código Penal brasileiro de maneira clara.

Nesse sentido, Sr. Presidente, é que faço uma breve solicitação a fim de inscrever nos anais desta Casa um folheto que tive a iniciativa de mandar elaborar, com o objetivo de divulgar os direitos reservados aos usuários dos transportes aéreos.

O conhecimento dos seus direitos fará do consumidor desses serviços de transporte aéreo um fiscal do funcionamento das companhias aéreas, terminais aeroviários e serviços associados.

É, acima de qualquer intenção meramente punitiva, a vontade de informar e conscientizar para a melhoria geral desse sistema de transporte, fundamental ao desenvolvimento correlato da indústria turística e do comércio, interno e internacional. E preservar direitos do cidadão e consumidor. Temos esse dever enquanto senadores da república, parte integrante da atividade parlamentar, divulgar e fazer chegar a todos os brasileiros seus direitos e seus deveres, previstos em lei, de maneira acessível e didática, para que todos possam usufruir de seus direitos e cumprir suas obrigações.

Era o que tinha a dizer.

Muito Obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CLÉSIO ANDRADE EM SEU PRONCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

APRESENTAÇÃO

Nenhum tipo de transporte é mais rápido que o aéreo, um dos mais seguros e confortáveis.

Um número incomparável de brasileiros está podendo embarcar em um avião pela primeira vez, graças ao aumento da renda e crescimento da classe média, da queda nos juros e da facilidade no crédito.

Para evitar constrangimentos e facilitar a vida desses “marinheiros de primeira viagem”, e mesmo dos mais distraídos, apresentamos a presente cartilha. São dicas que vão desde a reserva e compra das passagens até o desembarque das bagagens no destino final.

São fornecidas informações sobre as obrigações das empresas aéreas e os direitos dos passageiros, com orientações sobre como e onde reclamar em caso de atrasos, de furto ou extravio de bagagens; como proceder em caso de desistência ou alteração de horário e data de voo, entre outras coisas.

Serve ainda para lembrar que o passageiro de avião também tem obrigações, como não fumar durante o voo ou no interior do avião, portar os documentos básicos e obedecer as limitações de peso e dimensões da bagagem.

Tenham um bom voo. **Clésio Andrade** Senador

UMA ESCOLHA CADA VEZ MAIS COMUM!

Quando se pensa na economia de tempo, no conforto e na segurança de uma viagem aérea, fica difícil comparar o avião com qualquer outro transporte. E agora, que viajar dessa maneira está se tornando uma opção cada vez mais acessível, não há nem o que pensar: para passeio ou trabalho, por necessidade ou diversão, o melhor caminho é pelo ar!

Mas será que é tão simples assim? Viajar de avião não é para quem tem prática e experiência?

Viajar é muito mais simples do que muita gente pensa. Veja o exemplo no quadro abaixo:

Hoje em dia você pode...

- ... comprar a passagem em casa - pelo telefone ou pela Internet;*
- ... marcar o dia e a hora da viagem;*
- ... escolher o assento, emitir seu bilhete;*
- ... fazer check-in pelo celular ou pela Internet e ir direto para a sala de embarque;*

A palavra é...

Check-in

Check-in é o momento em que você confirma seu embarque no voo. Muita gente ainda faz check-in no balcão do aeroporto. É a hora de conferir os documentos, despachar a bagagem e verificar se você precisa de algum atendimento especial. Se você fez check-in em casa, só precisa despachar a bagagem no balcão!

É claro que cada caso é um caso. Tem gente que precisa viajar com malas grandes. Aí, não tem jeito, vai precisar despachar a bagagem no balcão do aeroporto. Mas aqueles que precisam da mala de mão, se já tiverem feito o check-in antecipado, podem ir direto para a sala de embarque. A verdade é que voar se tornou uma alternativa de viagem muito simples e descomplicada que qualquer um pode escolher.

Mas antes mesmo de comprar sua passagem, é importante saber:

- Em voos nacionais, o valor da passagem de crianças menores de 2 anos de idade que não estejam ocupando assento não poderá ultrapassar 10% da tarifa paga pelo adulto;
- Além do preço da passagem, é cobrada também a taxa de embarque no ato da venda, que é repassada à administração do aeroporto para manutenção da infraestrutura e dos serviços;
- Se o passageiro desistir da viagem, ele deve verificar as regras em seu contrato de transporte, pois essa mudança ou cancelamento poderão gerar custos adicionais (em caso de remarcação), ou a empresa poderá reter uma parte do valor pago (em caso de devolução). Esse contrato geralmente está disponível no site da companhia aérea;
- A passagem aérea é pessoal e intransferível, ou seja, o nome do passageiro não poderá ser mudado depois.

NA HORA DE EMBARCAR

Um voo perfeito começa bem antes da decolagem do avião. E é importante saber que é obrigação da companhia aérea garantir que você faça sua viagem com tranquilidade e segurança.

Mas será que é tudo tão perfeito assim? A companhia pode garantir, com 100% de certeza, que você vai embarcar no horário previsto? Na verdade, não. Alguns fatores podem interferir no planejado. Quantas vezes você viu pela televisão reportagens de aeroportos fechados pelo mau tempo com centenas de voos cancelados?

Imprevistos acontecem. É para isso que existem os direitos: para garantir que você tenha seus interesses resguardados!

Mas você também precisa fazer sua parte:

- **Cuidado com os horários!**

No dia do seu voo, **chegue com antecedência**. Faça o check-in pelo menos uma hora antes do horário marcado nos voos nacionais e duas horas antes nos voos internacionais, caso não tenha feito o check-in antecipadamente. É sempre é bom lembrar que, chegando mais cedo, você pode se informar sobre a condição do voo. E, no caso de imprevisto, terá tempo para tomar alguma decisão a respeito.

- **Cuidado com as bagagens!**

Em voos nacionais, a bagagem de mão não pode ser maior que 115 cm (considerando altura + comprimento + largura), e o peso máximo de 5 kg. Caso exceda essas medidas, a companhia aérea poderá exigir que a bagagem seja despachada. Para despachar, sem custo adicional, em média cada passageiro pode levar até 23 kg, sendo a companhia aérea autorizada a cobrar pelo excesso de bagagem, no ato do check-in, um valor que pode chegar a 0,5% da tarifa por quilô excedido. Lembre-se sempre de levar seus pertences de valor na mala de mão e que o laque é uma cortesia da companhia aérea.

- **Cuidado para não esquecer os documentos necessários para o embarque!**

Para embarque nacional, você pode apresentar um documento oficial com foto, por exemplo: RG (Carteira de Identidade); CNH (Carteira Nacional de Habilitação); CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social). Em caso de furto, roubo ou perda do documento, é aceito o Boletim de Ocorrência emitido há menos de 60 dias. Para as crianças, é aceita a certidão de nascimento (original ou cópia autenticada). Em caso de viagem com apenas um dos pais ou desacompanhada, verifique as exigências da Vara da Infância e da Juventude da localidade de embarque.

Pode acontecer de eu não embarcar no voo que escolhi?

Sim, os imprevistos podem impedir que você embarque. Na verdade, eles podem até provocar o cancelamento do seu voo. Mas não é motivo para desespero. Cancelamentos e atrasos (por questões de segurança, dificuldades climáticas etc.) são uma ocorrência muito comum e as companhias aéreas estão preparadas para lidar com eles. Nesses casos, **a companhia aérea tem obrigação de garantir assistência material** (comunicação, alimentação e acomodação) ao passageiro e, com isso, tentar amenizar os danos causados pelo imprevisto.

É dever da companhia manter o passageiro informado sobre o motivo do atraso/cancelamento, dar uma previsão para resolução do problema e fornecer horário do próximo voo. **A informação é um direito seu!** Exija explicações e lembre-se de solicitá-las também por escrito, assim você terá como provar o que de fato ocorreu e terá mais uma ferramenta em suas mãos na hora de cobrar providências da empresa.

.. em casos de atrasos ou cancelamentos de voo!

- **A PARTIR DE 1 HORA DE ATRASO:** a empresa deve providenciar alguma forma de **comunicação** para o passageiro, seja por telefone ou internet;
- **A PARTIR DE 2 HORAS DE ATRASO:** além de **comunicação**, o passageiro passa a ter direito à **alimentação** (um lanche ou uma bebida, por exemplo), também por conta da empresa;
- **A PARTIR DE 4 HORAS DE ATRASO:** o passageiro terá direito à **comunicação**, **alimentação** e **acomodação/hospedagem**, além de **transporte** do aeroporto até o local de hospedagem (hotel). Se estiver em sua cidade, o passageiro pode ser levado até sua residência e, posteriormente, transportado novamente ao aeroporto;
- **ACIMA DE 4 HORAS DE ATRASO ou CANCELAMENTO DE VOO:** se o passageiro estiver no aeroporto de origem (ainda no início da viagem), ele poderá embarcar no próximo voo da empresa para o mesmo destino, remarcar seu voo para uma nova data, ou até mesmo receber o reembolso integral da passagem, incluindo tarifa de embarque.

.. caso esteja em aeroporto de escala ou conexão. As opções serão:

- Embarcar no próximo voo para o destino final, seja ele da mesma ou de outra companhia aérea (a critério de disponibilidade). A assistência material é mantida;
- Receber o reembolso integral, incluindo tarifa de embarque, e retornar ao aeroporto de origem. A assistência material é mantida;
- Concluir a viagem por meio de outro meio de transporte (carro, van, táxi etc.). A assistência material é mantida;
- Remarcar o voo para nova data e horário, escolhidos pelo próprio passageiro. A assistência material é suspensa;
- Permanecer na localidade e receber o reembolso do trecho não utilizado. A assistência material é suspensa.

Nos casos de grandes atrasos, a companhia deve agir com bom senso para evitar prejuízos ao passageiro. Se for o caso, ela pode até oferecer embarque em outra companhia aérea ou viagem por outro meio de transporte, como táxi, van ou ônibus. A regra é o bom senso, e o objetivo é preservar os interesses do passageiro.

"Preterição de embarque", o que é isso?

Após ter tomado todos os cuidados para fazer sua viagem, o passageiro se dirige até o balcão da companhia para fazer o check-in e é surpreendido com a notícia de que não poderá embarcar! Essa situação se chama **preterição de embarque** e pode vir a acontecer por vários motivos, como substituição de aeronave, overbooking etc. O que realmente importa é que, seja qual for o caso, a companhia tem obrigação de tomar providências para compensar a situação.

Quais seriam essas providências? Se a empresa previr que a preterição irá acontecer, ela pode propor a alguns passageiros que embarquem em outro voo e recebam algum tipo de compensação (dinheiro, bilhetes extras, milhas, diárias em hotéis etc.). Se a compensação for aceita, a empresa poderá exigir que o passageiro assine um termo que comprove o acordo (um recibo, por exemplo), pois o caso não será mais considerado preterição de embarque.

A palavra é...**Overbooking**

O overbooking acontece quando o voo possui um excesso no número de reservas confirmadas, ou seja, quando a companhia aérea vende mais bilhetes do que a quantidade de vagas disponíveis no avião.

Não assine nada sem informação prévia e esclarecimento completo sobre o assunto. Leia todo o documento e, na dúvida, não assine!

Se você não concorda com a proposta de compensação, não se preocupe! A companhia aérea deverá procurar outra solução para o caso, como a reacomodação ou o reembolso, mas garantindo **assistência material** ao passageiro durante o período de resolução do problema.

E como é feito o reembolso de passagem? E se o aeroporto fechar?

A empresa deve reembolsar o passageiro de acordo com a forma de pagamento feita na compra da passagem, e a devolução dos valores já recebidos pela empresa aérea deverá ser imediata, em dinheiro ou por meio de depósito em conta bancária. Nos casos em que o aeroporto tenha que fechar pelas condições do tempo, os direitos à assistência material, reacomodação e reembolso devem ser atendidos.

EM PLENO VOO!

Você acabou de embarcar, o voo saiu no horário, o tempo está ótimo e tudo indica que esta será uma daquelas viagens com céu de brigadeiro, que é como os pilotos chamam as boas condições de voo. Acabaram-se então as preocupações com os seus direitos? Ainda não.

Alguns direitos (e deveres!) dos passageiros a bordo de aeronaves:

- **Escolha do assento:** a marcação do assento pode ser feita quando você fizer seu check-in. Mas, se houver uma necessidade operacional, a companhia pode mudar os passageiros de assento ou deixar a escolha livre a bordo.
- **Lanches a bordo:** algumas companhias oferecem lanches a bordo, porém algumas delas cobram por esse serviço.
- **Fumar dentro do avião?** é terminantemente proibido fumar a bordo, sem exceções até mesmo para os longos voos internacionais.

A HORA DO DESEMBARQUE!

Quem já viajou de avião sabe: a hora de receber a bagagem é sempre um momento de expectativa. Enquanto espera que sua mala apareça na esteira, muita gente fica pensando: "será que minha mala não se extraviou? E se ela foi danificada no transporte? E se..."

As dúvidas são muitas. Mas você sabia que o passageiro tem direito de ser ressarcido de seus prejuízos caso aconteça alguma coisa com sua mala? Por isso é bom conhecer como funciona o sistema de bagagens. E saber direitinho o que a lei diz a respeito!

Enquanto espera sua mala na esteira, fique sabendo:

- A companhia aérea tem obrigação de devolver sua mala nas mesmas condições em que você a despachou;
- Se sua mala for danificada, você pode reclamar imediatamente, no próprio aeroporto. Mas se estiver com muita pressa, saiba que ainda tem sete dias para oficializar sua reclamação;
- No caso de furto, você também deve comunicar o fato imediatamente à companhia aérea. Mas é importante também registrar uma ocorrência policial;
- Se sua mala for extraviada, o processo é um pouco mais demorado. Afinal, ela pode reaparecer algum tempo depois. No caso de voos nacionais, a bagagem poderá permanecer extraviada por até 30 dias; em voos internacionais, o prazo cai para 21 dias. Esgotados os prazos, a companhia aérea tem obrigação de indenizar o passageiro.

Para fazer qualquer reclamação e reivindicar qualquer ressarcimento, você deve provar que despachou a mala. E como pode fazer isso? Guardando seu comprovante de despacho até que sua viagem esteja concluída!

UM LEMBRETE FINAL!

Sua passagem é o vínculo entre você e a empresa aérea. Caso se sinta prejudicado, exija seus direitos de consumidor. E se sentir que não está sendo atendido em suas reivindicações, procure a Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), que é o órgão responsável pelo cumprimento das normas da aviação civil. Ou o Procon, que é o principal órgão de defesa do consumidor.

Teve problemas? Estes são os contatos a quem recorrer:

- **Anac – Agência Nacional de Aviação Civil**
Contato: www.anac.gov.br/faleanac | 0800 725 4445
- **Procon – Defesa do Consumidor**
Link com telefones em todo o Brasil: <http://www.portaldoconsumidor.gov.br>
- **Infraero – Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária**
Contato: www.infraero.gov.br | 0800 727 1234
- **SAC – Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República**
Contato: faleconosco@aviacaocivil.gov.br | (61) 3313-7076 / 7067
- **Departamento de Polícia Federal**
Contato: www.dpf.gov.br | 0800 978 2336
- **Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária**
Contato: www.anvisa.gov.br/viajante | 0800 642 9782
- **Receita Federal**
Contato: www.receita.fazenda.gov.br | 146 (ReceitaFone) | 0800 702 1111 (Ouvidoria)
- **Juízados Especiais Cíveis**
 - Aeroporto Internacional de Guarulhos/ SP: (11) 2445-4728
 - Aeroporto de Congonhas/ SP: (11) 5090-9801/9802/9803
 - Aeroporto Internacional do Galeão/ RJ: (21) 3353-2992
 - Aeroporto Santos Dumont/ RJ: (21) 2240-0904
 - Aeroporto Internacional de Brasília/DF: (61) 3365-2343/1720

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Srªs e Srs. Senadores, mulheres brasileiras, manifestações, palestras, debates, noticiários e muita reflexão marcaram, desde a última sexta-feira, a passagem do Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra a Mulher, ocorrido no último domingo, dia 25.

Estabelecido em 1981, no Primeiro Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe, realizado em Bogotá, na Colômbia, o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra a Mulher faz uma merecida homenagem às irmãs Mirabal, ou como são mais conhecidas “Las Mariposas”, assassinadas no dia 25 de novembro de 1960.

Antes de serem brutalmente assassinadas, as irmãs Mirabal foram presas e torturadas pelo governo do ditador Trujillo, da República Dominicana que entre 1930 e 1961 governou o país com mãos de ferro.

Agindo como se o governo fosse uma de suas fazendas particulares, Rafael Leônidas Trujillo Molina mandava matar, sem perdão, todos os seus opositores. Assim fez com as irmãs Maribal, que faziam oposição ao seu regime ditatorial.

Pela coragem de terem dado a vida pela democracia em seu país, Las Mariposas foram homenageadas pelas Nações Unidas que, em Assembleia Geral realizada em 17 de dezembro de 1999, declarou o dia 25 de novembro com o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra a Mulher.

Senhoras e senhores desta Casa Parlamentar, falar da Violência Contra a Mulher não é tratar uma “questão de mulher” ou mesmo de uma “questão de gênero”, como costumam dizer quem não conhece esta temática.

Tratar deste tema é ressaltar que não só as leis brasileiras, mas, também, e, sobretudo, a Organização das Nações Unidas (ONU) se preocupa com ele. Tanto é que entre os propósitos de da Carta das Nações Unidas - documento que expressa os ideais e propósitos dos povos cujos governos a constituíram - está estabelecido o seguinte compromisso:

Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, (...) promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.

Com este compromisso, a ONU adotou em 1979, a Carta Internacional dos Direitos da Mulher ou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, em que considera a

cultura e a tradição como forças influentes para moldar os papéis de gênero e as relações familiares.

Assim, em 1993, a ONU estabeleceu em sua Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres “uma definição clara e compreensiva da violência contra as mulheres”, estabelecendo, também uma declaração clara sobre os direitos a serem aplicados para assegurar a eliminação deste tipo de violência.

Esta declaração representou “um compromisso por parte dos Estados em relação às suas responsabilidades e um compromisso da comunidade internacional em geral para a eliminação da violência contra as mulheres”.

Em 1994, a Assembleia Geral dos Estados Americanos (OEA), outro organismo internacional preocupado com a temática no mundo, adotou a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher.

Conhecido como ‘Convenção de Belém do Pará’, este documento definiu a violência contra a mulher, como sendo “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado”.

Por esta convenção, a violência contra a mulher inclui violência física, sexual e psicológica, que tenha “ocorrido dentro da família ou unidade doméstica ou em qualquer outra relação interpessoal”.

Compreende também a violência que tenha “ocorrido na comunidade e seja perpetrada por qualquer pessoa”. Neste contexto estão abuso sexual, tortura, maus tratos, tráfico, prostituição forçada, seqüestro e assédio sexual no trabalho e na escola, e, ainda, que “seja perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra”.

O Brasil, que ratificou a Convenção de Belém do Pará, usou esta definição de violência contra a mulher para construir a Lei Maria da Penha, aprovada neste Parlamento e sancionada, em 2006, pelo ex-presidente Lula.

Firme em seu compromisso de proteger as mulheres, a ONU estabeleceu, em 2007, o tema “Acabar com a impunidade da violência contra Mulheres e Meninas” como central no Dia Internacional da Mulher – o 8 de Março. E, desde 2008, mantém a campanha global plurianual, “Unidos pelo fim da Violência contra a Mulher”.

Em 2010, as Nações Unidas criaram a ONU Mulheres, órgão único que objetiva atingir a igualdade de gênero e fortalecer a autonomia das mulheres. A ONU Mulheres tem como Subsecretária-Geral, a ex-presidente do Chile, Michelle Bachelet.

Falar da violência contra a mulher é falar também de um problema de saúde pública. Dados do Ministé-

rio da Saúde revelam que, em 2011, esta modalidade de violência custou aos cofres públicos, um gasto de R\$ 5,3 milhões, com 5.496 internações, pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Mas o gasto com o tratamento em mulheres que sofreram violência doméstica não ficou só neste montante. Quase 38 mil mulheres, com idade entre 20 e 59 anos, precisaram de atendimento no SUS por terem sido vítimas de algum tipo de violência.

De acordo com dados do Sistema de Informações de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde, o número é quase 2,5 vezes maior do que o de homens na mesma faixa etária, que foram atendidos por esse motivo.

Não por acaso, a bancada feminina na Câmara dos Deputados está na luta para garantir junto à Comissão Mista de Orçamento a elevação dos recursos reservados às políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher em 2013.

Esta atuação demonstra o comprometimento de nossas parlamentares com tão inquietante causa. Para termos ideia, dados do Mapa da Violência 2012 revelam que de 1980 a 2010, foram assassinadas no Brasil quase 91 mil mulheres, das quais 43,5 mil somente na última década. De 1996 a 2010 as taxas ficaram em torno de 4,5 homicídios para cada 100 mil mulheres.

Roraima aparece no Mapa da Violência de 2012, em 13º lugar entre as unidades federativas mais violentas, no período, com uma taxa de homicídio de mulheres, acima da média nacional: 5,0 por 100 mil.

Dados estaduais mostram que em 2010 foram registrados 3.484 casos de ameaça, 1.862 de lesão corporal, 218 de estupro, 49 tentativas de estupro, 61 de homicídios e tentativas de homicídio; índices, portanto, que estão neste mapa.

Já os dados de 2011, revelam tendência de aumento destes crimes. Foram 3.751 registros de ameaça, 2.013 de lesão corporal, 256 de estupro, 55 de tentativas de estupro, 50 de homicídios e tentativas de homicídio.

Este ano, até agora, já são mais de três mil registros. Só no Centro Binacional, inaugurado há quatro meses, já há mais de 15 de violência e tráfico registrados na fronteira Brasil e Venezuela.

Esta Casa de Leis, é verdade, tem tomado decisões importantes que dizem respeito à autonomia e à proteção da vida das mulheres brasileiras.

Neste momento, por exemplo, estamos tratando de uma delas. Falo do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 113, de 2012, de autoria da atual ministra da cultura, Marta Suplicy.

Este PLS, que eu tive o privilégio de relatar, visa alterar o parágrafo 3º do artigo 25, da Lei de Respon-

sabilidade Fiscal (LRF). O objetivo é que, a exemplo do que ocorre com as ações de educação, saúde e assistência social, sejam incluídas entre as transferências voluntárias que não podem ser suspensas, aquelas destinadas a ações de combate à violência contra a mulher.

Entendo que a proposta da companheira Marta Suplicy reforça os termos da Convenção de Belém do Pará, que enuncia o compromisso assumido pelos Estados signatários de adotar as disposições legislativas ou de outra índole necessárias para efetivar o direito de toda mulher a uma vida livre de violência.

Supraimportante, o projeto está apto para receber aval do Senado também à luz da Constituição, e tem, portanto, todos os méritos para ser convertido em lei.

Mas, nobres colegas, diante do que já temos garantido o maior desafio, agora, é a ampliação da rede de serviços especializados para atender às mulheres vítimas de violência.

Precisamos de mais delegacias, casas abrigo, juizados especializados ou Varas adaptadas e de mais núcleos de atendimento nas defensorias e ministérios públicos estaduais.

Só combateremos este mal, cuja estatística mostra que a média de casos é de 3,9 homicídios por 100 mil mulheres, garantindo a implementação de medidas protetivas como a Lei Maria da Penha.

Portanto, peço a todos nós, legisladores, empenho na cobrança em seus estados, pelo fortalecimento do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência, uma conquista de todas as mulheres brasileiras que ainda enfrenta dificuldades de implementação.

Nós, que fazemos leis e definimos a destinação das verbas públicas no Orçamento Geral da União, não podemos deixar passar este dia sem fazermos uma reflexão sobre a relação violência de gênero-verbas públicas, com a cidadania das mulheres.

Podemos sim, mudar a realidade atual segundo a qual, a cada quatro minutos, uma mulher sofre algum tipo de agressão no nosso país. São, portanto, milhares de mulheres que ainda sofrem com a violência de gênero.

E, sabemos que não estamos sozinhas aqui neste Parlamento. Temos uma mulher na Presidência da República, 10 administrando pastas importantes do governo federal na condição de ministras e mais 22.442 atuando nas Forças Armadas brasileiras, sendo 5.815 mulheres a Marinha, 6.700 no Exército e 9.927 na Aeronáutica.

Na opinião pública, pesquisas também mostram que a violência contra a mulher é inaceitável. Enfim, com mais compromissos e mais punições, poderemos mudar o cenário atual.

Era o que tinha a falar hoje.

Muito obrigada.

Por oportuno, a despeito deste cenário, destaco aqui a promoção, pela presidenta Dilma Rousseff, da primeira mulher à patente de oficial general da história das Forças Armadas.

Dalva Maria Carvalho Mendes, da Marinha, foi promovida do posto de capitão-de-mar e guerra (equivalente a coronel, no Exército), para o de contra-almirante (equivalente a general de duas estrelas).

Esta participação, que já ocorre há 30 anos, deverá aumentar, agora, com a sanção, em agosto deste ano, da Lei nº 12.705, que permite o ingresso de militares do sexo feminino na linha bélica do Exército.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, é com singular orgulho que ocupo esta tribuna hoje para fazer uma reverência ao potencial da juventude minha querida Alagoas. Desta vez quero prestar uma justa homenagem a jovem estudante Layane Rayelly Silva Marinho.

Layane, que tem 16 anos e estuda na Escola Estadual Padre Aurélio Góis, em Junqueira, Alagoas, acaba de vencer o quinto concurso de redação promovido pelo Senado Federal. Um passo importante para a jovem Layane que sonha em se tornar juíza. Tenho certeza de que este sonho será realizado.

O concurso é aberto aos estudantes de 16 a 19 anos de idade, que estejam cursando o segundo ou terceiro ano do ensino médio público e o tema da redação foi muito apropriado: “Meu município, meu Brasil”. Um tema que, neste momento de extrema dificuldade para os municípios, é muito pertinente.

A premiação aconteceu na manhã do último dia 19 e dissertação “Brasil, uma Mãe Gentil para os Filhos de seus Municípios”, da estudante alagoana Layane foi a grande vencedora.

A representante de Minas Gerais, Bruna Clemente Gontijo, ficou em segundo lugar com o título “Minha Cidade, Berço de um Patrimônio Imaterial; e Rodrigo de Brito Sá, representante do Piauí, obteve a terceira colocação com a redação “Meu Município: uma peça no quebra-cabeça brasileiro”.

Os 27 finalistas foram premiados com notebooks, medalhas, certificados e a publicação de seus textos em um livro que será produzido pelo Senado. Além disso, as escolas dos três primeiros colocados receberam computadores para uso coletivo.

Esta é, Sr. Presidente, Senadoras, Senadores, mais uma importante iniciativa do Senado Federal no sentido de aproximar os estudantes da Casa e proporcionar um estreitamento entre a sociedade e o parlamento.

Pela primeira vez também, este concurso de redação funcionou como processo seletivo para o Projeto Jovem Senador. Os estudantes participaram do exercício de mandato de senador e também das atividades das comissões. Além disso apresentaram pré-projetos de lei, que poderão tramitar na Casa, caso sejam acolhidos por algum Senador.

Durante três dias, os alunos finalistas exerceram um mandato de senador da República, vivenciando o processo de discussão e elaboração das leis. Reitero, Senhor Presidente, minhas homenagens à jovem Layane e o apoio a esta grande iniciativa do Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu vou encerrar a sessão, não antes de lembrar à Câmara dos Deputados que se passou mais um dia, terça – amanhã é quarta –, e o fator previdenciário, essa lei maldita, que confisca o salário dos trabalhadores, não foi votada.

Coragem, Srs. Deputados! Coragem, como o Senado teve! O Senado votou, por unanimidade, o fim do fator, e a Câmara vacila, treme e não tem coragem de votar o fim do fator previdenciário, essa lei que confisca metade do salário dos mais pobres, no ato da aposentadoria. As mobilizações vão continuar acontecendo. Ah, vão! Ah, vão! Até que a gente consiga liquidar esse famigerado fator previdenciário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 25, DE 2012

(Proveniente da Medida Provisória nº 575, de 2012)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2012, nos termos do texto aprovado na Câmara dos Deputados, que *altera as Leis nºs 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, para dispor sobre o aporte de recursos em favor do parceiro privado, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 12.058, de 13 de outubro de 2009, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.420, de 10 de abril de 2002, 4.117, de 27 de agosto de 1962, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.602,*

de 12 de dezembro de 2002, e 9.718, de 27 de novembro de 1998, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 575, de 2012).

Parecer sob nº 33, de 2012, da Comissão Mista, Relator: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) e Relator Revisor: Deputado João Magalhães (PMDB-MG); favorável à Medida Provisória, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2012, que oferece.

(Lido no Senado Federal no dia 26.11.2012)

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.09.2012)

Prazo final prorrogado: 5.12.2012

2

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 23, DE 2012**

(Proveniente da Medida Provisória nº 576, de 2012)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2012, nos termos do texto aprovado na Câmara dos Deputados, *altera as Leis nºs 10.233, de 5 de junho de 2001, e 12.404, de 4 de maio de 2011, para modificar a denominação da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. - ETAV para Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL, e ampliar suas competências; e revoga dispositivo da Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008 (proveniente da Medida Provisória nº 576, de 2012).*

Parecer sob nº 30, de 2012, da Comissão Mista, Relator: Deputado Henrique Fontana (PT-RS) e Relator Revisor: Senador Walter Pinheiro (PT-BA); favorável à Medida Provisória, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2012, que oferece.

(Lido no Senado Federal no dia 20.11.2012)

(Sobrestando a pauta a partir de: 30.09.2012)

Prazo final prorrogado: 13.12.2012

3

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 24, DE 2012**

(Proveniente da Medida Provisória nº 580, de 2012)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2012, que *altera as Leis nºs 11.759, de 31 de julho de 2008, que autoriza a criação da empresa pública Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. CEITEC, 11.578, de 26 de novembro de 2007, que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução*

pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, e 12.462, de 4 de agosto de 2011, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 580, de 2012).

Parecer sob nº 32, de 2012, da Comissão Mista, Relator: Deputado Afonso Florence (PT-BA) e Relator Revisor: Senador Anibal Diniz (PT-AC); favorável à Medida Provisória, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2012, que oferece.

(Lido no Senado Federal no dia 26.11.2012)

(Sobrestando a pauta a partir de: 1º.11.2012)

Prazo final prorrogado: 24.2.2013

4

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 129, DE 2012**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 987, de 2012 - RISF 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2012, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do ECAD, que *dispõe sobre a Gestão Coletiva de Direitos Autorais e estabelece condições para o exercício das prerrogativas do Escritório Central cujo objetivo é a arrecadação e a distribuição dos direitos relativos à execução pública de obras musicais e literomusicais e de fonogramas.*

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 63, DE 2011**

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que *altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.*

Parecer sob nº 1.017, de 2012, da Comissão Diretora, Relatora: Senadora Marta Suplicy, oferecendo a redação para o segundo turno.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 42, DE 2012**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Souza, que *cria Tribunal Regional Federal.*

Parecer favorável, sob nº 1.144, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, com votos vencidos dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ricardo Ferraço, Eduardo Lopes e a Senadora Ana Rita.

7**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 380, DE 2012**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 380, de 2012, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que *institui a Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia e da Faixa de Fronteira*.

8**REQUERIMENTO Nº 926, DE 2012**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 926, de 2012, do Senador Delcídio Amaral, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 513, de 2007; e 127, de 2012, por regularem matéria correlata (serviços essenciais para efeito de greve)*.

9**REQUERIMENTO Nº 938, DE 2012**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 938, de 2012, do Senador José Agripino, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de*

Lei do Senado nºs 83, de 2007 (que se encontra apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2007); e 127, de 2012, por regularem matéria correlata.

10**REQUERIMENTO Nº 957, DE 2012**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 957, de 2012, da Senadora Ana Amélia, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2012, além da Comissão constante do despacho inicial, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (juros e correção monetária no âmbito da Justiça do Trabalho)*.

11**REQUERIMENTO Nº 958, DE 2012**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 958, de 2012, do Senador Ricardo Ferraço, *solicitando que, sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 192, 289, 744 e 761, de 2011; 35, 89, 100 e 114, de 2012 - Complementares, que tramitam em conjunto, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE)*.

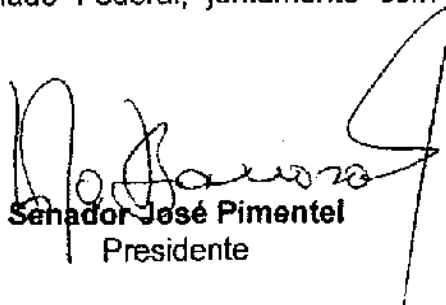
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim, Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 50 minutos.)

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 578, DE 2012, ADOTADA EM 31 DE AGOSTO DE 2012 e PUBLICADA NA MESMA DATA, QUE "PERMITE A DEPRECIAÇÃO ACELERADA DOS VEÍCULOS AUTOMÓVEIS PARA TRANSPORTES DE MERCADORIAS E DOS VAGÕES, LOCOMOTIVAS, LOCOTRATOES E TÊNDERES QUE MENCIONA, PREVISTOS NA TABELA DE INCIDÊNCIA DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - TIPI", DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 21 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e treze minutos do dia vinte e um de novembro de dois mil e doze, na Sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador José Pimentel, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória 578, de 2012, com a presença das Senadoras Lídice da Mata, Ângela Portela e Ana Rita; dos Senadores Ivo Cassol, Benedito de Lira, Waldemir Moka, José Pimentel, Aníbal Diniz, Eduardo Amorim, Eduardo Braga, Sérgio Souza, Acir Gurgacz e Paulo Bauer; e dos Deputados Afonso Florence, João Magalhães, Marcelo Castro, Eduardo Sciarra, Roberto Teixeira, Paulo Cesar Quartiero, Gonzaga Patriota, Sandro Alex, Reginaldo Lopes, Valmir Assunção, Eduardo Cunha, Antônio Andrade, César Colnago e Ângelo Agnolin. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à apresentação e votação do Relatório. O Senador José Pimentel passa a palavra ao Relator, Deputado João Magalhães, para a leitura do relatório. O Deputado João Magalhães apresenta à Comissão o relatório, que conclui pela admissibilidade, constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 578, de 2012, e de todas as emendas apresentadas; e, quanto ao mérito, pela aprovação da Medida Provisória e das Emendas de nº 05, 12, 14, 15, 16, 20 e 34, na forma do Projeto de Lei de Conversão anexo, e pela rejeição das demais Emendas. Finda a leitura do relatório, em razão do início da Ordem do Dia na Câmara dos Deputados, o Presidente, Senador José Pimentel sugere a suspensão dos trabalhos e a convocação de sua continuação para as dezenove horas. O Deputado Ângelo Agnolin pede vista, a qual é concedida pelo Presidente, pelo prazo de duas horas. A reunião é suspensa pelo Presidente, Senador José Pimentel, às quinze horas e vinte e seis minutos. A reunião é reaberta às dezenove horas e trinta e seis minutos. O Presidente submete ao Plenário a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, por unanimidade, é dada como lida e aprovada. O presidente comunica ao Plenário a renúncia do Senador Gim para o cargo de Relator Revisor da Medida Provisória, e a consequente indicação do Senador Benedito de Lira para a sua substituição. O Presidente passa a palavra ao relator, Deputado João Magalhães, para a leitura de sua complementação de voto. A complementação de voto é lida, indicando as alterações que contém. A matéria é posta em discussão. O Deputado César Colnago solicita vista do complemento de voto. O Presidente concede vista pelo prazo de trinta minutos. A reunião é ~~suspensa~~ às dezenove horas e quarenta minutos. É reaberta a reunião às vinte horas e treze

minutos. O Senador José Pimentel lê requerimento de adiamento de votação apresentado pelo Deputado César Colnago. O requerimento é posto em votação e rejeitado pelo Plenário. O Deputado Cesar Colnago apresenta pedido de verificação, que é rejeitado por falta de apoio. É lido o Ofício nº 493/2012-CN, que contém resposta a consulta formulada pelo Deputado Eduardo Cunha, sobre a participação de Líder no processo de votação em Comissão Mista. O Presidente põe em votação, individualmente, os requerimentos de destaque, que são rejeitados. Fica prejudicado o requerimento de destaque do Deputado Eduardo Sciarra, que não estava presente ao momento da votação. Submetido o Relatório ao Plenário, o relatório é aprovado, passando a constituir Parecer da Comissão, com votos contrários dos Deputados César Colnago e Paulo César Quartiero. Fazem uso da palavra os seguintes Parlamentares: Deputado Cesar Colnago, Deputado Paulo Cesar Quartiero, Deputado Afonso Florence e Deputado Eduardo Cunha. O Presidente da Comissão submete ao Plenário a dispensa da leitura e aprovação da presente ata, que é aprovada, com votos contrários do Deputado César Colnago e Paulo César Quartiero. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às vinte horas e quarenta minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, Senador José Pimentel, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.



Senador José Pimentel
Presidente

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. PT – CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 578, de 2012.

No Senado Federal, nós temos número regimental para abrir os trabalhos e deliberar; na Câmara, nós temos número regimental para abrir os trabalhos, fazer a leitura do parecer, mas não podemos deliberar porque não temos número.

Em face disso, por entendimento com o nosso Relator, vamos abrir os trabalhos, fazer a leitura do parecer, vamos suspender os trabalhos em seguida e retomar após a Ordem do Dia na Câmara Federal. A Câmara tem sessão extraordinária e após a Ordem do Dia da Câmara e do Senado nós voltaremos para concluir a votação.

Então, nesta fase, nós faremos a leitura, faremos a discussão e suspenderemos os trabalhos para deliberação em seguida.

Portanto, concedo a palavra ao nosso Relator para que ele profira o seu parecer. Em seguida, faremos a discussão e então suspenderemos os trabalhos.

O SR. JOAO MAGALHAES (PMDB – MG) – Mas não vai encerrar a discussão, não é? Vamos deixar aberto para prazo de destaque.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. PT – CE) – O nobre Relator está pedindo para deixar também a discussão para após a Ordem do Dia. Não tem problema. Faremos isto.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, a que horas termina...

(Interrupção na gravação.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. PT – CE) – Estamos trabalhando para que encerre hoje por volta de 18 horas e 30 minutos ou 19 horas. Exatamente por isso eles iniciaram com sessões extraordinárias para, no início da noite, encerrar mais cedo, porque ontem eles foram até mais tarde e isso terminou criando dificuldade de quórum depois de certo horário.

O SR. JOÃO MAGALHÃES (PMDB – MG) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vamos ao voto.

Compete a esta Comissão Mista, nos termos do art. 62, §9º, da Constituição Federal, emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 578, de 2012, antes de sua apreciação, em sessão separada, pelo Plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

Conforme dispõe o art. 5º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 8 de maio de 2002, cumpre a esta Comissão manifestar-se sobre a matéria, em ritos separados, quanto aos aspectos constitucional, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência, de adequação financeira e orçamentária e de mérito.

Da admissibilidade.

De acordo com o art. 62 da Constituição Federal, "em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional." O §1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, estabelece, por sua vez, que, "no dia da publicação da Medida Provisória no *Diário Oficial da União*, o seu texto será enviado ao Congresso Nacional, acompanhado da respectiva Mensagem e documento expondo a motivação do ato." Assim, a admissibilidade da MP depende da observância dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, e do atendimento ao mencionado dispositivo do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Visando cumprir o disposto na supracitada Resolução, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional a MP nº 578, de 2012, por intermédio da Mensagem nº 93, de 2012-CN (nº 399/2012, na origem), aventando as razões para sua adoção. De outro lado, a Exposição de Motivos EM nº 162/MF, de 29 de agosto de 2012, justifica as alterações promovidas pela Medida Provisória em relação à relevância e urgência do ato pela necessidade de expandir e renovar o parque industrial de produção de caminhões, vagões, locomotivas, locotratores e tênderes no contexto do enfrentamento da crise internacional.

Dessa forma, entendemos que as razões descritas na Exposição de Motivos são suficientes para justificar a edição da Medida Provisória em análise. Além disso, foram cumpridas todas as condições listadas na Constituição Federal e na Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, quanto à edição e ao encaminhamento da matéria.

Da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Da análise da MP não se depreende qualquer vício de inconstitucionalidade ou injuridicidade ou má técnica legislativa. A proposição atende às normas constitucionais relativas às competências legislativas da União (art. 24, I) e às atribuições do Congresso Nacional, com posterior pronunciamento do Presidente da República (art. 48, I). A MP não se reporta a matérias de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, de acordo com os arts. 49, 51 e 52 da Constituição Federal. Ademais, a matéria não figura dentre aquelas vedadas pelo art. 62, §1º da Constituição.

Quanto às emendas, não verificamos qualquer vício flagrantes de inconstitucionalidade, injuridicidade ou técnica legislativa.

Da adequação financeira e orçamentária.

A análise de adequação financeira e orçamentária da MP nº 578, de 2012, deve seguir as disposições da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002. De acordo com o § 1º do seu art. 5º:

*Art.5º.....
§ 1º O exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Medidas Provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou sobre a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União.*

Em atendimento ao disposto no art. 19 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, a Consultoria do Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados elaborou a Nota Técnica nº 13, de 2012, concluindo que:

(...) da análise da Medida Provisória, verifica-se que houve preocupação com a adequação financeira e orçamentária, pois foi apresentado o montante da renúncia no valor de R\$586,04 milhões (quinhentos e oitenta e seis milhões e quarenta mil reais) para o ano-calendário de 2013 e que tal montante será considerado na elaboração da Lei Orçamentária Anual, de forma a não afetar as metas de resultados fiscais, previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Não vislumbramos, dessa forma, incompatibilidade ou inadequação orçamentária ou financeira na MP em análise. Tampouco verificamos incompatibilidades ou inadequações financeiras ou orçamentárias que nos impeçam de analisar o mérito das emendas apresentadas.

Do mérito.

A Medida Provisória nº 578, de 2012, ao incentivar a renovação do parque industrial nacional, mostra-se importante como enfrentamento às tendências recentes de diminuição da demanda externa por produtos e serviços de empresas brasileiras.

Em complemento ao modelo de crescimento da economia, baseado nos últimos anos na expansão do consumo e do crédito, o incentivo fiscal da depreciação acelerada estabelecido pela MP favorece o aumento do investimento em setores-chave da indústria, cujos efeitos propagadores estimulam a atividade de diversos outros segmentos econômicos.

Essa medida contribui, assim, para sustentar o crescimento do produto interno bruto a taxas mais elevadas, sem impactos inflacionários, podendo

assim ajudar na reversão da trajetória de queda da taxa de investimento real na economia brasileira, verificada a partir do segundo trimestre de 2010.

Logo, pelas razões expostas, concluímos pela aprovação no mérito da Medida Provisória nº 578, de 2012.

A incorporação de dispositivos, no Projeto de Lei de Conversão abaixo, que criam cargos, não viola dispositivo constitucional de reserva de iniciativa do Chefe do Executivo, uma vez que tal iniciativa já foi exercida com a apresentação do PL nº 2.205/2011 e PL nº 4.365/2012. Pelas mesmas razões, não há que se cogitar da aplicação da regra do art. 63, inciso I da Constituição Federal, que veda o aumento do despesa prevista em projeto de iniciativa exclusiva do Presidente da República.

Opto pela rejeição, no mérito, das emendas nºs 01, 02, 03, 04, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 13, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33 e 35 e pela aprovação das emendas nºs 05, 12, 14, 15, 16, 20 e 34.

Do voto.

Face ao exposto, nosso voto é pela admissibilidade, constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 578, de 2012, e de todas as emendas; e, quanto ao mérito, pela aprovação da referida medida provisória e das Emendas nºs 5, 12, 14, 15, 16, 20 e 34, na forma do Projeto de Lei de Conversão anexo, e pela rejeição das demais emendas.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, quero fazer duas correções no relatório. A primeira é no art. 18: onde se lê art. 2º é art. 17; é só uma remissão de artigos. E, no art. 25, § 2º, onde se lê 710 cargos, leia-se 730 cargos. E também a inclusão do anexo à Lei nº 10.831, de 20 de maio de 2004, após o art. 37.

Esse é o relatório, Sr. Presidente. *(Pausa.)*

O SR. ÂNGELO AGNOLIN (PDT – TO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Pois não, nobre Deputado.

O SR. ÂNGELO AGNOLIN (PDT – TO) – Eu gostaria de pedir vista da matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – É regimental, vou conceder vista a V. Exª por duas horas e voltaremos aos trabalhos para deliberar após a Ordem do Dia.

O SR. ÂNGELO AGNOLIN (PDT – TO) – O prazo de duas horas.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Prazo regimental de duas horas e voltaremos após a Ordem do Dia, para fazer a discussão e, conseqüentemente, a votação. Portanto, está concedida vista a V. Exª.

O SR. ÂNGELO AGNOLIN (PDT – TO) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Os trabalhos estão suspensos. Voltaremos às 19 horas, neste mesmo plenário, após a Ordem do Dia, para concluir a discussão e fazer a votação.

A vista por duas horas está concedida.

(Iniciada às 15 horas e 13 minutos, a reunião é suspensa às 15 horas e 25 minutos e reaberta às 19 horas.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. PT – CE) – Declaro reaberta a 2ª Reunião da Medida Provisória 578, de 2012.

Nós suspendemos os trabalhos por conta da Ordem do Dia na Câmara. Os trabalhos da Câmara e do Senado já estão encerrados, portanto, podemos dar continuidade.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, Deputados e Deputadas que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e irá à publicação.

Comunico à Comissão que o Senador Gim Argello renunciou ao cargo de Relator revisor e para o seu lugar foi designado o Senador Benedito de Lira, da nossa Alagoas.

A presente reunião destina-se à leitura e votação do relatório.

O relatório foi lido antes da suspensão dos trabalhos. No entanto, o nobre Relator tem uma complementação de voto.

Passo a palavra ao Deputado João Magalhães para proferir a sua complementação de voto.

O SR. JOÃO MAGALHÃES (PMDB – MG) – Obrigado, Sr. Presidente.

São apenas alterações de redação e repetição de artigos.

A primeira alteração foi no art. 22, inciso II. Altera-se “150” para “400”.

O art. 24 foi excluído porque ele estava repetido. Então, foi só uma exclusão.

O anexo primeiro do art.26... Aliás, o texto do art. 26 passa a vigorar alterando-se “redação” para “alteração”, e com a inclusão do anexo.

No art. 27, inciso II, de “950” para “1.200”, porque se juntaram dois artigos em um só, aquele que estava repetido.

O art. 29 também foi excluído, porque ele estava repetido também. Foi só exclusão.

O parágrafo único do art. 34 também foi excluído, porque estava repetido. Juntaram dois ou três artigos em um mesmo, então, estavam repetidos.

O art. 36 também foi excluído porque estava repetido.

São essas as alterações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. PT – CE) – Portanto, a complementação de voto diz respeito a artigos que estavam repetidos, muito mais. Poderia ser acolhido até como redação, mas, para dar transparência à nossa Comissão, nosso Relator traz como complementação de voto, para ficar mais tranqüilo.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

O SR. CESAR COLNAGO (PSDB – ES) – A palavra, por favor.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. PT – CE) – Com a palavra, o nobre Deputado.

O SR. CESAR COLNAGO (PSDB – ES) – Obrigado, Senador.

Na verdade, essas alterações ocorridas foram muito em função da complexidade de uma medida provisória que tinha dois artigos e que foram para mais de, se não me engano, 30 artigos. Trinta e seis ou trinta e oito... Trinta e seis artigos.

Agora, o Relator chega modificando o seu relatório, que foi aqui apresentado durante o dia. Nós não recebemos e, pelo menos, não sei se a assessoria recebeu mais cedo.

Eu queria sugerir ao Presidente um tempo para a gente analisar exatamente essas alterações, checá-las, pela preocupação com matérias tão importantes e diversas que compõem esse relatório do nobre Deputado João Magalhães. Eu queria pedir um tempo.

Estou entendendo que o relatório foi modificado. Um novo relatório está sendo apresentado. Eu queria um tempo de vista para a gente poder olhar com mais... Aqui mesmo, com a assessoria, para a gente poder analisar melhor essas alterações.

Eu tentei, aqui, listá-las, mas não consegui.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentar V. Ex^a, cumprimentar o relator pelo relatório.

É claro que o Relator acolheu algumas coisas de outras medidas provisórias que decaíram, por isso o relatório ficou um pouco extenso, principalmente matéria contida na 574, porque não houve tempo de votação no plenário do Senado Federal. A vista já foi concedida por V. Ex^a a pedido, claro que sempre no bom intuito de que qualquer Parlamentar possa ter ciência da matéria ou, pelo menos, se preparar.

V. Ex^a poderia suspender a reunião por 30 minutos e permitir que estude a matéria para debatê-la, mas eu faria um apelo ao nobre colega, para não se correr o risco de perda da Medida Provisória, que, se houver algum detalhamento a mais, a gente o transfira para os plenários das Casas, onde ainda teremos condições de debater. Aqui, temos apenas uma posição preliminar de Comissão, e ela não vai impedir que a gente vá ao plenário da Casa e faça a discussão sobre o processo.

Então, peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, que suspenda a reunião por 30 minutos, para permitir o conhecimento da complementação de voto, já que não cabe mais vista.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. PT – CE) – Portanto, vou acolher a sugestão dos nobres Deputados.

Estão suspensos os trabalhos por 30 minutos.

Portanto, nós voltaremos às 20h10.

(Suspensa às 19 horas e 42 minutos, a reunião é reaberta às 20 horas e 13 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. PT – CE) – São 20h13, portanto estamos reabrindo os trabalhos.

A Mesa recebeu o requerimento de autoria do nobre Deputado Cesar Colnago, nos seguintes termos:

REQUERIMENTO Nº 24, DE 2012

Nos termos do art. 40 do Regimento Comum do Congresso Nacional, requero a V. Ex^a o adiamento de votação da proposição da MP 578/2012, por 48 horas.

Autoria: Deputado Cesar Colnago (PSDB – ES).

Os Deputados e Senadores que concordarem com o requerimento permaneçam como estão. Os que divergirem levantem a mão.

Portanto, em votação.

Os Deputados que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Rejeitado o requerimento.

O SR. CESAR COLNAGO (PSDB – ES) – Sr. Presidente, verificação.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. PT – CE) – Nos termos do art. 293, inciso IV, do Regimento Interno do Senado, a verificação precisa de, no mínimo, três apoimentos.

Por gentileza, o apoio. *(Pausa.)*

Há dois apoimentos.

Nos termos do art. 293, inciso IV, não tem apoio. Portanto, não há verificação.

O SR. CESAR COLNAGO (PSDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente. O que rege esta Comissão é o Regimento Comum, pelo que tenho conhecimento. É o Regimento Comum, não é o Regimento do Senado. Senão, vou aplicar o da Câmara aqui. O Regimento Comum precede o do Senado. E o art. 45, §1º, diz: "Proclamado o resultado [...], poderá ser feita sua verificação a requerimento de Líder, de 5 (cinco) Senadores ou de 20 (vinte) Deputados." Eu sou Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. PT – CE) – Questão de ordem já respondida pelo Presidente do Congresso Nacional:

Em atenção ao Ofício nº 002/MPV575-2012 em que V. Ex^a encaminha trecho dos registros taquigráficos da 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 575/12, que "altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública", no qual consta consulta formulada pelo Deputado Eduardo Cunha quanto à participação de Líder no processo de votação em Comissão Mista, esta Presidência presta os seguintes esclarecimentos.

O art. 50 do Regimento Comum dispõe que o líder, com exclusividade, tem a atribuição de apresentar requerimentos de preferência e de destaque em sessão conjunta do Congresso Nacional, composta da totalidade dos parlamentares, deputados e senadores. Aplicá-lo ao funcionamento das Comissões Mistas, no entanto, implicaria impor aos seus membros a completa perda do exercício do direito de apresentação de requerimentos de preferência e de destaque.

Ademais, processualmente, tais requerimentos, assim como os requerimentos de verificação de votação, são instrumentos procedimentais inerentes ao próprio processo de votação, dos quais, portanto, só tomam parte os parlamentares integrantes do respectivo colegiado, sob pena de se mitigar o direito ao devido processo legislativo dos parlamentares integrantes da comissão.

Portanto, não se aplica a figura de Líder, nos termos da consulta já respondida pelo Presidente do Congresso Nacional.

Matéria vencida.

Vamos ao item seguinte.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão.

Recebemos o total de...

O SR. CESAR COLNAGO (PSDB – ES) – Sr. Presidente, quero discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. PT – CE) – Matéria vencida novamente. A Mesa já declarou.

Foram apresentados 23 destaques. Foram apresentados 23 requerimentos de destaque para votação em separado, nos termos do art. 50 do Regimento Comum do Congresso Nacional, combinado com o art. 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Pergunto aos Srs. membros desta Comissão Mista se podemos proceder à votação em globo dos requerimentos apresentados.

O SR. CESAR COLNAGO (PSDB – ES) – Sr. Presidente, protesto. Quero votação um a um. Quero saber em que artigo do regimento... Agora se resolveu terminar a reunião em cinco minutos. Assuntos tão importantes, tão profundos e, na minha visão, polêmicos, inconstitucionais, mexendo nos recursos do FAT, mexendo em tantas coisas importantes, e não vamos discutir?

Eu sei que vai haver o plenário para poder destacar e discutir, mas acho que trouxemos para esta Casa e esta Comissão Mista, a partir da decisão do Supremo, exatamente a possibilidade de debater e aprofundar todas as questões pertinentes a essa matéria.

Por isso, queria fazer um apelo aos Senadores e Deputados, às Senadoras e às Deputadas, para que pudéssemos, na forma do Regimento...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. PT – CE) – Nobre Deputado, acolho o requerimento de V. Ex^a como reclamação.

O SR. CESAR COLNAGO (PSDB – ES) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. PT – CE) – Vamos votar um a um:

REQUERIMENTO Nº 02, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 50, destaque para votação em separado do art. 3º, da Medida Provisória nº 578, de 2012.

Autoria: Deputado Cesar Colnago (PSDB – ES).

Em votação a matéria.

Aqueles Parlamentares que concordam com o destaque permaneçam como estão e os que divergem levanten a mão. *(Pausa.)*

Rejeitado o destaque.

REQUERIMENTO Nº 12, DE 2012

Requeiro nos termos regimentais (art. 50 do Regimento Comum, combinado com o art. 312, inciso II, do RISF) destaque para votação em separado do art. 3º do PLV à MP 578/2012.

Autoria: Deputado Paulo Cesar Quartiero (DEM – RR).

Os membros que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Rejeitado.

REQUERIMENTO Nº 13, DE 2012

Requeiro nos termos regimentais (art. 50 do Regimento Comum, combinado com o art. 302, inciso II, do RISF), destaque para votação em separado do art. 4º do PLV à MP 578/2012.

Autoria: Paulo Cesar Quartiero (DEM – RR).

Os Parlamentares que concordam permaneçam como estão.
(Pausa.)

Rejeitado.

REQUERIMENTO Nº 03, DE 2012

Nos termos do art. 50, do Regimento Comum do Congresso Nacional (RCCN) e art. 151 do RCCN c/c art. 302 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a V. Exª destaque...

O SR. CESAR COLNAGO (PSDB – ES) – Sr. Presidente, faço uma consulta se posso encaminhar, segundo o art. 41 do Regimento Comum, requerimento de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. PT – CE) – Regimento Comum, art. 50:

Art. 50. Os requerimentos de preferência e de destaque, que deverão ser apresentados até ser iniciada a votação da matéria, só poderão ser formulados por Líder, não serão discutidos e não terão encaminhada sua votação."

O SR. CESAR COLNAGO (PSDB – ES) – Sou Líder do meu Partido, neste momento, aqui, Sr. Presidente. Sou o 1º Vice-Líder, e o Líder está viajando. Inclusive, durante 15 dias, serei Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. PT – CE) – Não há nenhum requerimento...

O SR. CESAR COLNAGO (PSDB – ES) – Pergunto a V. Exª: se posso apresentar destaque como Líder, não posso encaminhar como Líder? Não posso pedir verificação? V. Exª, às vezes, está usando o Regimento Comum e, às vezes, o Regimento do Senado.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Pelo que entendi da leitura do Regimento, deveria ter sido o requerimento para defesa antes do regime de votação. Já estamos em regime de votação.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. PT – CE) – Nós acolhemos os requerimentos sem entrar em questionamento se era de líder ou não, para garantir ao nobre Deputado essa tramitação. No entanto...

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, só para esclarecer, eu queria dizer ao Deputado Cesar Colnago, que, inclusive, fui o autor da questão de ordem que gerou a resposta, porque também não concordei com o Partido da opinião de V. Exª, mas, infelizmente, a decisão é essa. E, em sendo assim, temos que segui-la, a menos que apelemos e reformemos da decisão, que foi respondida pelo Presidente José Sarney, e mudamos a decisão, mas a verdade é que formulei a questão de ordem da Medida Provisória nº 575, por

entender igual a V. Ex^a, que o Líder deveria aplicar, mas, infelizmente, fui vencido pela decisão do Presidente do Congresso.

Então, assiste razão ao Presidente conduzir do jeito que faz.

O SR. CESAR COLNAGO (PSDB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. PT – CE) – Pois não.

O SR. CESAR COLNAGO (PSDB – ES) – Evidentemente, essa questão está vencida, e o requerimento de verificação já foi decidido.

Agora, a cada requerimento, é natural que se tenha uma votação e é natural que o líder encaminhe, e que encaminhe de um lado e de outro, na forma do Regimento Comum, se não me engano na forma do art. 40 ou 41. Pode até a contraparte não querer encaminhar...

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Mas não o de preferência ou o de destaque.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. PT – CE) – Estou indeferindo a questão...

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – O de adiamento de votação ou o de retirada de pauta, esses sim.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. PT – CE) – ...até porque a fundamentação do requerimento é no art. 50; portanto, o que impede infelizmente... Não fomos nós que redigimos, já a encontramos. E a questão de ordem formulada foi indeferida.

Portanto:

REQUERIMENTO Nº 03, DE 2012

Nos termos do art. 50, do Regimento Comum do Congresso Nacional (RCCN) e art. 151 do RCCN c/c art. 302 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a V. Ex^a destaque para votação em separado do art. 16 do PLV à MP nº 578/2012.

Autoria: Paulo Cesar Quartiero (DEM – RR).

Os Parlamentares que concordam permaneçam como estão.
(Pausa.)

Rejeitado.

REQUERIMENTO Nº04, DE 2012

Nos termos do art. 50 do Regimento Comum do Congresso Nacional (RCCN) e art. 151 do RCCN, c/c o art. 312 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a V. Ex^a destaque para votação em separado do art. 17 do PLV à MP nº 578/ 2012.

Autoria: Paulo Cesar Quartiero (DEM – RR).

Os nobres Parlamentares que concordam permaneçam como estão.
(Pausa.)

Rejeitado.

REQUERIMENTO Nº 05, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 50 do Regimento Comum, c/c o art. 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado do art. 18 do PLV à MP nº 578/2012.

Autoria: Paulo Cesar Quartiero (DEM – RR).

Os nobres Parlamentares que concordam permaneçam como estão.

(Pausa.)

Rejeitado.

REQUERIMENTO Nº 06, DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais (art. 50 do Regimento Comum, combinado com o art. 312, inciso II, do RISF), destaque para votação em separado do art. 19 do PLV à MP nº 578/2012.

Autoria: Paulo Cesar Quartiero (DEM – RR).

Os nobres Pares que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

REQUERIMENTO Nº 01, DE 2012

Requeiro a V. Exª...

Desculpem-me.

Este requerimento é do Deputado Eduardo Sciarra. Não estando presente, ele está prejudicado, nos termos do art. 242.

É o seguinte o requerimento prejudicado:

REQUERIMENTO Nº 01, DE 2012

Requeiro a V. Exª, nos termos do art. 50 do Regimento Comum, c/c o art. 312, II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda nº 19 apresentada à Medida Provisória nº 578, de 2012, de autoria do Dep. Eduardo Sciarra.

Autoria: Deputado Eduardo Sciarra (PSD – PR).

REQUERIMENTO Nº 07, DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais (art. 50 do Regimento Comum, combinado com o art. 312, inciso II, do RISF), destaque para votação em separado do art. 20 do PLV à MP 578/2012.

Autoria: Paulo Cesar Quartiero (DEM – RR).

Os nobres Parlamentares que concordam permaneçam como estão.

(Pausa.)

Rejeitado.

REQUERIMENTO Nº 08, DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais (art. 50 do Regimento Comum, combinado com o art. 312, inciso II, do RISF), destaque para votação em separado do art. 21 do PLV à MP 578/2012.

Autoria: Paulo Cesar Quartiero (DEM – RR).

Os nobres Parês que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

REQUERIMENTO Nº 09, DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais (art. 50 do Regimento Comum, combinado com o art. 312, inciso II, do RISF), destaque para votação em separado do art. 22 do PLV à MP 578/2012.

Autoria: Paulo Cesar Quartiero (DEM – RR).

(Pausa.) Os nobres Parlamentares que concordam permaneçam como estão.
Rejeitado.

REQUERIMENTO Nº 10, DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais (art. 50 do Regimento Comum, combinado com o art. 312, inciso II, do RISF), destaque para votação em separado do art. 23 do PLV à MP 578/2012.

Autoria: Paulo Cesar Quartiero (DEM – RR).

(Pausa.) Os nobres Parlamentares que concordam permaneçam como estão.
Rejeitado.

REQUERIMENTO Nº 11, DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais, art. 50 do Regimento Comum, combinado com o art. 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado do art. 24 do PLV à Medida Provisória nº 578, de 2012.

Autoria: Paulo Cesar Quartiero (DEM – RR).

(Pausa.) Os nobres Parlamentares que concordam permaneçam como estão.
Rejeitado.
Requerimento.

REQUERIMENTO Nº 14, DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais (art. 50 do Regimento Comum, combinado com o art. 312, inciso II, do RISF), destaque para votação em separado do art. 24 do PLV apresentado à MP 578/2012.

Autoria: Cesar Colnago (PSDB – ES).

(Pausa.) Os nobres Parlamentares que concordam permaneçam como estão.
Rejeitado.

REQUERIMENTO Nº 15, DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais, (art. 50 do Regimento Comum, combinado com o art. 312, inciso II, do RISF), destaque para votação em separado do art. 25 do PLV apresentado à MP 578/2012.

Autoria: Cesar Colnago (PSDB – ES).

(Pausa.) Os nobres Parlamentares que concordam permaneçam como estão.
Rejeitado.

REQUERIMENTO Nº 16, DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais (art. 50 do Regimento Comum, combinado com o art. 312, inciso II, do RISF), destaque para votação em separado do art. 26 do PLV apresentado à MP 578/ 2012.

Autoria: Cesar Colnago (PSDB – ES).

Os nobres Parlamentares que concordam permaneçam como estão.

(Pausa.)

Rejeitado.

REQUERIMENTO Nº 17, DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais (art. 50 do Regimento Comum, combinado com o art. 312, inciso II, do RISF), destaque para votação em separado do art. 27 do PLV apresentado à MP 578/2012.

Autoria: Cesar Colnago (PSDB – ES).

Os nobres Parlamentares que concordam permaneçam como estão.

(Pausa.)

Rejeitado.

REQUERIMENTO Nº 18, DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais (art. 50 do Regimento Comum combinado com o art. 312, inciso II, do RISF), destaque para votação em separado do art. 28 do PLV apresentado à MP 578/2012.

Autoria: Cesar Colnago (PSDB – ES).

Os nobres pares que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

REQUERIMENTO Nº 19, DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais (art. 50 do Regimento Comum combinado com o art. 312, inciso II, do RISF), destaque para votação em separado do art. 29 do PLV apresentado à MP 578/2012.

Autoria: Cesar Colnago (PSDB – ES).

Os nobres pares que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

REQUERIMENTO Nº 20, DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais (art. 50 do Regimento Comum combinado com o art. 312, inciso II, do RISF), destaque para votação em separado do art. 30 do PLV apresentado à MP 578/2012.

Autoria: Cesar Colnago (PSDB – ES).

Os nobres Parlamentares que concordam permaneçam como estão.

(Pausa.)

Rejeitado.

REQUERIMENTO Nº 21, DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais (art. 50 do Regimento Comum combinado com o art. 312, inciso II, do RISF), destaque para votação em separado do art. 31 do PLV apresentado à MP 578/2012.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. CESAR COLNAGO (PSDB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu queria, depois, usar meu tempo de Líder do PSDB, antes de encerrar a reunião.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. PT – CE) – Claro.

O SR. CESAR COLNAGO (PSDB – ES) – Estamos em processo de esvaziamento de votação desta sessão. Se V. Exª puder me conceder agora, eu gostaria de fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. PT – CE) – Estamos em pleno processo de votação.

O SR. CESAR COLNAGO (PSDB – ES) – Mas o pedido do Líder interrompe votação.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. PT – CE) – Não, senhor. Após o processo de votação.

O SR. CESAR COLNAGO (PSDB – ES) – Não está. Ainda vai iniciar o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. PT – CE) – Estamos votando os requerimentos.

O SR. CESAR COLNAGO (PSDB – ES) – Mas são requerimentos distintos, diferentes.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. PT – CE) – Vou assegurar a fala de V. Exª.

REQUERIMENTO Nº 22, DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais (art. 50 do Regimento Comum combinado com o art. 312, inciso II, do RISF), destaque para votação em separado do art. 32 do PLV apresentado à MP 578/2012.

Autoria: Cesar Colnago (PSDB – ES).

Os nobres pares que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

Esse é o último, não é?

REQUERIMENTO Nº 23, DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais (art. 50 do Regimento Comum combinado com o art. 312, II, do RISF), destaque para votação em separação do art. 33 do PLV apresentado à MP 578/2012.

Autoria: Cesar Colnago (PSDB – ES).

Os nobres pares que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

Em votação o relatório, já apresentado, do Deputado João Magalhães.

Os nobres Parlamentares que concordam permaneçam como estão.
(Pausa.)

Aprovado, com um voto contrário.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão.

Nos termos regimentais, concedo a palavra ao Deputado Cesar Colnago, pelo tempo regimental.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Questão de ordem. Meu voto também é contra o relatório.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel, PT – CE) – São dois votos contrários.

O SR. CESAR COLNAGO (PSDB – ES) – Sr. Presidente, usando o mesmo Regimento Comum, que V. Ex^a está usando, pelo menos o art. 6º diz que ao Líder é lícito usar a palavra em qualquer fase da sessão. O senhor estava iniciando a leitura dos requerimentos. Mas eu agradeço.

Eu só queria fazer o registro de que esta Medida Provisória, que tem coisas boas que a Câmara aprovou na renegociação do Pasep com os Municípios, tem matérias extremamente complexas. Infelizmente, Senadores e Deputados, talvez não querendo debatê-las aqui, numa noite de quarta-feira, não levaram em consideração que, por exemplo, nós estamos criando – perguntaria aos Deputados – 8.240 cargos, segundo levantamento que fizemos em várias instituições, e não debatemos sobre esses cargos, que não são poucos.

Independentemente do número, o vício de iniciativa, com certeza, está estabelecido. Não há qualquer citação constitucional que projeto da Presidente Dilma em tramitação na Casa possa ser avocado nos relatórios das medidas provisórias para que possam sanar seu vício de iniciativa. Não se trata de iniciativa de Deputados ou de Senadores. A criação de cargos é privativa, conforme a Constituição, da Presidente Dilma. Mesmo com a sua sanção, isso não significa que uma iniciativa com esse vício... Ela não soluciona o problema da inconstitucionalidade.

Também estamos mexendo nos recursos do FAT e aqui vamos ver até a hora em que levamos ao Ministro para explicar como está sendo a gestão dos recursos do FAT, que tem problemas operacionais na sua aplicação.

No momento em que o País precisa tanto do seguro desemprego, da intermediação e da capacitação de mão de obra, de recursos do abono, nós estamos aplicando sem discutir profundamente, inclusive com o Executivo, que poderia estar aqui nos explicando por que criar esse fundo com esses recursos dos trabalhadores. É preciso que todos entendam que caberá ao Codefat definir inclusive limites financeiros, taxas de juros. Queria entender por que nesse formato.

Quer dizer, não dá para que as comissões estabelecidas pelas Casas não possam aqui, nesse momento ímpar, quando temos a matéria em pauta, discutir temas tão polêmicos, tão profundos e necessários para que a sociedade brasileira saiba o que nós estamos votando. É um momento em que aprovamos desonerações, diminuição de receita. E a receita administrada pelo Governo Federal, que vinha batendo recordes durante anos, até o mês de junho, começa a claudicar. Ao mesmo tempo, estamos gerando centenas, milhares de despesas nos mais diversos órgãos sem uma manifestação desta Comissão.

É no mínimo muito estranho que tenhamos neste momento uma medida provisória, repito, de dois artigos transformando em 36 artigos, incluindo coisas até positivas do ponto de vista da relação com os Municípios, mas com certeza aumentando o gasto público sem deixar clara a consolidação de várias tabelas com a criação de centenas de cargos efetivos, além de cargos de confiança. Mais uma vez nós, que já temos na estrutura do Governo Federal brasileiro quase 25 mil cargos de confiança, estamos contribuindo para aumentar esse número de cargos. E, ao mesmo tempo, não queremos discutir aquilo que é tão importante de um relatório que foi lido à tarde, de um relatório que foi modificado na sua forma, do qual pedi para tomar conhecimento, porque chegou no momento desta sessão.

Quer dizer, é lamentável que nós não tenhamos tempo para discutir profundamente neste momento, porque nas comissões – e os Deputados e Senadores sabem disso – a discussão se dá de forma muito mais profunda, com muito mais tempo do que no Plenário, onde no máximo se destacam alguns artigos com relação aos quais há condições de se traçar pelo menos uma orientação para as bancadas. Aqui nós teríamos condições de debater melhor, de discutir melhor, para que as ações que estamos propondo, que o Governo está propondo, que estão tramitando na Casa pudessem ocorrer na forma regimental, na forma constitucional, e não com certa pressa de se votarem as coisas, até porque ela só vencerá em fevereiro. Nós teríamos tempo, na semana que vem, para debater melhor. Haveria tempo para chegar até o Senado. E nós, com o artifício de que vai cair a medida provisória, uma medida que vencerá no início de fevereiro, e temos prazo até próximo do Natal em sessão para chegar ao Senado, não fazemos aqui uma manifestação dos demais Deputados e Senadores desta Casa.

É muito estranho que não queiramos debater para que a sociedade veja que, ao mesmo tempo em que desoneramos, com os prefeitos reclamando de suas receitas, impactadas, com certeza, com as desonerações de IPI, no Imposto de Renda, nos fundos de participação de Municípios e de Estados, no momento em que há crises na gestão dos seus serviços, nós estejamos desonerando e aumentando ainda mais as despesas do Governo Federal com mais de oito mil cargos que serão, de forma silenciosa, aprovados por esta Comissão.

Com todo o respeito à Comissão, entendo, como membro deste Parlamento, desta Comissão, o ideal seria que nós travássemos aqui... Trouxe pelo menos dez pontos necessários de discussão para aprofundar, pelo menos para que eu estivesse mais convencido!

Eu sei que parte desses novos cargos talvez sejam necessários, por exemplo para a Anvisa, mas algumas instituições aqui pouco funcionam, e estamos aumentando o número de servidores dessas instituições. Quer dizer, não quero generalizar, mas também não posso aceitar que 8.240 cargos, aleatoriamente, sem nenhuma discussão, possamos aqui estar criando, uma Casa que tem o dever de fiscalizar também o Executivo e tem o dever de ver qual é a função dessas necessidades de cargos comissionados, de cargos efetivos, para que possamos decidir melhor.

Era a minha manifestação. Quero agradecer ao Presidente a oportunidade, neste momento, como Líder, de me manifestar. Minha manifestação é muito mais de protesto pela não discussão e pela não transparência neste momento em que teríamos esta oportunidade, muito mais profunda, muito mais

debatida do que lá no plenário, em que a gente sabe que a oportunidade de debater é menor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. PT – CE) – Obrigado, nobre Deputado Cesar Colnago.

Antes de encerrar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Parlamentares que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada juntamente com o apanhamento taquigráfico.

O SR. CESAR COLNAGO (PSDB – ES) – Com meu voto contrário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. PT – CE) – Com dois votos contrários.

Obrigado.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 15 horas e 13 minutos, suspensa às 15 horas e 25 minutos, reaberta às 19 horas, a reunião é encerrada às 20 horas e 40 minutos.)

Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney

27/11/2012

terça-feira

- | | |
|------------|---|
| 11h | Recebe o Senhor Alexandre Gadelha, Presidente da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A - Nuclep
Sala de Audiências |
| 12h | Recebe o Senhor Ministro Sebastião Reis Junior, do Superior Tribunal de Justiça
Sala de Audiências |
| 16h | Ordem do Dia
Plenário |

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão

Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PR - Antonio Carlos Rodrigues** (S)

Minas Gerais

Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
Bloco-DEM - Wilder Moraes** (S)

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Cidinho Santos** (S)
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

Bloco-PTB - Gim* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

PSD - Marco Antônio Costa* (S)
Bloco-PPL - João Costa** (S)
Bloco-PR - João Ribeiro**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 26

PMDB-20 / PP-5 / PV-1

Ana Amélia.	PP/RS
Benedito de Lira.	PP/AL
Casildo Maldaner.	PMDB/SC
Ciro Nogueira.	PP/PI
Clésio Andrade.	PMDB/MG
Eduardo Braga.	PMDB/AM
Eunício Oliveira.	PMDB/CE
Francisco Dornelles.	PP/RJ
Garibaldi Alves.	PMDB/RN
Ivo Cassol.	PP/RO
Jader Barbalho.	PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos.	PMDB/PE
João Alberto Souza.	PMDB/MA
José Sarney.	PMDB/AP
Lobão Filho.	PMDB/MA
Luiz Henrique.	PMDB/SC
Paulo Davim.	PV/RN
Pedro Simon.	PMDB/RS
Renan Calheiros.	PMDB/AL
Ricardo Ferraço.	PMDB/ES
Roberto Requião.	PMDB/PR
Romero Jucá.	PMDB/RR
Sérgio Souza.	PMDB/PR
Valdir Raupp.	PMDB/RO
Vital do Rêgo.	PMDB/PB
Waldemir Moka.	PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 24

PT-12 / PDT-5 / PSB-4 / PC DO B-2

PRB-1

Acir Gurgacz.	PDT/RO
Ana Rita.	PT/ES
Angela Portela.	PT/RR
Aníbal Diniz.	PT/AC
Antonio Carlos Valadares.	PSB/SE
Cristovam Buarque.	PDT/DF
Delcídio do Amaral.	PT/MS
Eduardo Lopes.	PRB/RJ
Eduardo Suplicy.	PT/SP
Humberto Costa.	PT/PE
Inácio Arruda.	PC DO B/CE
João Capiberibe.	PSB/AP
João Durval.	PDT/BA
Jorge Viana.	PT/AC
José Pimentel.	PT/CE
Lidice da Mata.	PSB/BA
Lindbergh Farias.	PT/RJ
Paulo Paim.	PT/RS
Pedro Taques.	PDT/MT
Rodrigo Rollemberg.	PSB/DF
Vanessa Grazziotin.	PC DO B/AM

Walter Pinheiro.	PT/BA
Wellington Dias.	PT/PI
Zeze Perrella.	PDT/MG

Bloco Parlamentar União e Força - 14

PTB-6 / PR-6 / PSC-1 / PPL-1

Alfredo Nascimento.	PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues.	PR/SP
Antonio Russo.	PR/MS
Armando Monteiro.	PTB/PE
Cidinho Santos.	PR/MT
Eduardo Amorim.	PSC/SE
Epitácio Cafeteira.	PTB/MA
Fernando Collor.	PTB/AL
Gim.	PTB/DF
João Costa.	PPL/TO
João Ribeiro.	PR/TO
João Vicente Claudino.	PTB/PI
Magno Malta.	PR/ES
Mozarildo Cavalcanti.	PTB/RR

Bloco Parlamentar Minoria - 14

PSDB-10 / DEM-4

Aécio Neves.	PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB/SP
Alvaro Dias.	PSDB/PR
Cássio Cunha Lima.	PSDB/PB
Cícero Lucena.	PSDB/PB
Cyro Miranda.	PSDB/GO
Flexa Ribeiro.	PSDB/PA
Jayme Campos.	DEM/MT
José Agripino.	DEM/RN
Lúcia Vânia.	PSDB/GO
Maria do Carmo Alves.	DEM/SE
Mário Couto.	PSDB/PA
Paulo Bauer.	PSDB/SC
Wilder Morais.	DEM/GO

PSD - 2

Marco Antônio Costa.	TO
Sérgio Petecão.	AC

PSOL - 1

Randolfe Rodrigues.	AP
--------------------------	----

Bloco Parlamentar da Maioria.	26
Bloco de Apoio ao Governo.	24
Bloco Parlamentar União e Força.	14
Bloco Parlamentar Minoria.	14
PSD.	2
PSOL.	1
TOTAL.	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)	Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)	Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)
Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)	Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)	Magno Malta** (Bloco-PR-ES)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)	Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)	Marco Antônio Costa* (PSD-TO)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)	Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)	Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)	Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)	Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)	Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)	Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)	Gim* (Bloco-PTB-DF)	Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)	Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)	Inácio Arruda* (Bloco-PC DO B-CE)	Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Antonio Carlos Rodrigues** (Bloco-PR-SP)	Ivo Cassol** (Bloco-PP-RO)	Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Antonio Carlos Valadares** (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)	Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Antonio Russo* (Bloco-PR-MS)	Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)	Randolfe Rodrigues** (PSOL-AP)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)	Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)	Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)	João Alberto Souza** (Bloco-PMDB-MA)	Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)	João Capiberibe** (Bloco-PSB-AP)	Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)	João Costa** (Bloco-PPL-TO)	Rodrigo Rollemberg** (Bloco-PSB-DF)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)	João Durval* (Bloco-PDT-BA)	Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Cidinho Santos** (Bloco-PR-MT)	João Ribeiro** (Bloco-PR-TO)	Sérgio Petecão** (PSD-AC)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)	João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)	Sérgio Souza** (Bloco-PMDB-PR)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)	Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)	Valdir Raupp** (Bloco-PMDB-RO)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)	José Agripino** (Bloco-DEM-RN)	Vanessa Grazziotin** (Bloco-PC DO B-AM)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)	José Pimentel** (Bloco-PT-CE)	Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)	José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)	Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSC-SE)	Lídice da Mata** (Bloco-PSB-BA)	Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)	Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)	Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Eduardo Lopes** (Bloco-PRB-RJ)	Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)	Wilder Moraes** (Bloco-DEM-GO)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)	Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

José Sarney - (PMDB-AP)

1ª VICE-PRESIDENTE

Aníbal Diniz - (PT-AC) ^(8,9)

2º VICE-PRESIDENTE

Waldemir Moka - (PMDB-MS) ^(3,4)

1º SECRETÁRIO

Cícero Lucena - (PSDB-PB)

2º SECRETÁRIO

João Ribeiro - (PR-TO) ⁽²⁾

3º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

4º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) ^(1,5,6,7)

2º - João Durval - (PDT-BA)

3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)

4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
6. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.
8. Em 12.09.2012, lido ofício da Senadora Marta Suplicy comunicando que deixa o cargo de Primeira Vice-Presidente do Senado, para assumir o cargo de Ministra de Estado da Cultura (OF. 199/2012-PRVPRE).
9. O Senador Aníbal Diniz foi eleito 1º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 12.09.2012.

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 26</p> <p>Líder Renan Calheiros - PMDB</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 20 Renan Calheiros</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jucá (40) Sérgio Souza (20) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12)</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24</p> <p>Líder Walter Pinheiro - PT (22,26)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55) Lídice da Mata (29,39) Inácio Arruda Eduardo Lopes (37,44)</p> <p>Líder do PT - 12 Walter Pinheiro (22,26)</p> <p>Vice-Líderes do PT Wellington Dias (27) Lindbergh Farias (23) Ana Rita (25) Anibal Diniz (24)</p> <p>Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55)</p> <p>Vice-Líder do PDT Pedro Taques (21)</p> <p>Líder do PSB - 4 Lídice da Mata (29,39)</p> <p>Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares (30)</p> <p>Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda</p> <p>Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,44)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14</p> <p>Líder Jayme Campos - DEM (28)</p> <p>Vice-Líderes Cyro Miranda (32) Flexa Ribeiro (7,33) Lúcia Vânia (31) Mário Couto (34) Paulo Bauer (5,35)</p> <p>Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (6) Paulo Bauer (5,35) Flexa Ribeiro (7,33)</p> <p>Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,45,46)</p> <p>Vice-Líder do DEM Jayme Campos (28)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 14</p> <p>Líder Gim - PTB (56)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (19,51) Alfredo Nascimento (41) João Vicente Claudino Eduardo Amorim (17,47,48)</p> <p>Líder do PTB - 6 Gim (56)</p> <p>Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti</p> <p>Líder do PR - 6 Blairo Maggi (19,51)</p> <p>Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento (41) Vicentinho Alves (42,54)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48)</p> <p>Líder do PPL - 1 João Costa</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Eduardo Braga - PMDB (38)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,39) Jorge Viana Vital do Rêgo</p>	<p>PSD - 2</p> <p>Líder Marco Antônio Costa - PSD (53)</p> <p>Vice-Líder Sérgio Petecão</p> <p>PSOL - 1</p> <p>Líder Randolfe Rodrigues - PSOL (18)</p>

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfê Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.

40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
45. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVLV nº 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
56. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores, aditado pelo Requerimento nº 824, de 2012, da Senadora Lídice da Mata e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,12)

RELATORA: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(14,16)

Leitura: 16/03/2011

Instalação: 27/04/2011

Prazo final: 06/09/2011

Prazo prorrogado: 15/04/2012

Prazo prorrogado: 30/06/2012

Prazo prorrogado: 12/10/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(2,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(2,6,9)
Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁷⁾	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO ⁽⁸⁾	2. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,15)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹⁷⁾	
(3,11)	

Notas:

*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.

***. Em 20.03.2012, foi lido o Requerimento nº 163, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Em 5.06.2012, foi lido o Requerimento nº 521, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão por noventa dias, a partir de 30 de junho de 2012.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 12.09.2012, lido e aprovado o Requerimento nº 824, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2012.

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2011 SF/GSMB).
2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).
3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).
4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.
6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Vago, em 26.09.2011, em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011-GRSS).
12. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011 - GRSS).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
14. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
15. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
16. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 3/12-SSCEPI, comunicando que a Senadora Lídice da Mata foi designada Relatora.
17. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 061 33033514

Fax: 061 33031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴⁾

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

***. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

****. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

*****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antioissio@senado.gov.br

2) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012

Designação: 28/02/2012

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾

Senador Paulo Paim (PT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾

Senador Sérgio Souza (PMDB) ⁽²⁾

Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB(Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão(Of.nº18/12-GLPSDB).
2. Em 05.03.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).
3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).
4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3) COMISSÃO EXTERNA PARA REPRESENTAR O SENADO NA CONFERÊNCIA DA ONU - RIO+20

Finalidade: Representar o Senado Federal no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20

- Requerimento nº 39, de 2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- Requerimento nº 40, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/02/2012

Designação: 07/03/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	1. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Jorge Viana (PT)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Senador Acir Gurgacz (PDT) ^(13,18)	4. Senador João Capiberibe (PSB)
	5. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ^(11,12)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾	
Senador Luiz Henrique (PMDB)	1. Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁷⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB)	2. Senador Paulo Davim (PV) ⁽¹⁰⁾
Senador Sérgio Souza (PMDB)	
Senador Francisco Dornelles (PP) ⁽⁷⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾
Senador José Agripino (DEM) ^(3,6)	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽⁵⁾	
Senador Fernando Collor (PTB) ⁽²⁾	1. Senador Gim (PTB) ^(2,19)
Senador Cidinho Santos (PR) ^(4,14,15)	2. Senador Vicentinho Alves (PR) ^(4,17)
PSD	
	1. Senadora Kátia Abreu ^(8,9,16)

Notas:

*. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 34/2012 - GLDBAG, designando os Senadores Rodrigo Rollemberg, Jorge Viana, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz como membros titulares e os Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Lopes, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão.

***. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 25/2012 - GLPMDB, designando os Senadores Luiz Henrique, Eduardo Braga e Sérgio Souza como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 12.03.2012, os Senadores Cássio Cunha Lima e Paulo Bauer são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria, na Comissão. (Ofício nº 21/2012-GLPSDB)
2. Em 13.03.2012, os Senadores Fernando Collor e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 56/2012-GLPTB).
3. Em 14.03.2012, os Senadores Demóstenes Torres e Jayme Campos são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (DEM) na Comissão (Of. Nº 010/12-GLDEM).
4. Em 21.03.2012, os Senadores Blairo Maggi e Vicentinho Alves são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão (Of. nº 009/2012-GLPR).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 15/2012-GLDEM).
7. Em 17.05.2012, o Senador Francisco Dornelles e a Senadora Ana Amélia são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 129/2012-GLPMDB).
8. Em 25.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSD (Of. GLPMDB nº 136/2012).
9. Em 28.05.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente na Comissão (Of. Nº 027/2012-GLPSD) em vaga cedida ao PSD pelo Bloco Parlamentar da Maioria.
10. Em 29.05.2012, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 0143/2012).
11. Em 06.06.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. GLPMDB nº 0146/2012).
12. Em 06.06.2012, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 081/2012-GLDBAG), em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria.
13. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
14. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
15. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 090/2012/BLUFOR/SF).
16. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
17. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
18. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
19. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

4) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE)

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

Designação: 04/04/2012

Instalação: 13/11/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Davim (PV) ⁽⁴⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).

***. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 48/2012-GLDBAG).

4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB Nº 093/2012).

5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

COMISSÃO DE ESPECIALISTAS COM O OBJETIVO DE ANALISAR QUESTÕES FEDERATIVAS

Finalidade: Analisar e propor, no prazo de sessenta dias, a partir da instalação, soluções para questões relacionadas ao Sistema Federativo.

(Ato do Presidente do Senado nº 11, de 2012)
(Requerimento nº 25, de 2012, do Senador Pedro Taques)

Número de membros: 14

PRESIDENTE: Nelson Jobim

Ato do Presidente do Senado Federal: 15/03/2012

Designação: 15/03/2012

Instalação: 12/04/2012

Prazo final: 10/06/2012

Prazo prorrogado: 22/09/2012

Prazo prorrogado: 22/10/2012

MEMBROS

Nelson Jobim

Bernardo Appy

João Paulo dos Reis Velloso

Everardo Maciel

Ives Gandra da Silva Martins

VAGO ⁽¹⁾

Luís Roberto Barroso

Michal Gartenkraut

Paulo de Barros Carvalho

Bolívar Lamounier

Fernando Rezende

Sérgio Prado

Manoel Felipe do Rêgo Brandão

Marco Aurélio Marrafon

Notas:

*. Em 29.05.2012, foi lido o Ofício nº 008/2012-CEAQF, que solicita a prorrogação dos trabalhos da Comissão por noventa dias. A prorrogação foi aprovada pelo Plenário em 29.05.2012.

***. Prorrogado o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão, por 30 (trinta) dias, nos termos do Ato do Presidente do Senado Federal nº 26, de 2012.

1. Em 09.08.2012, foram lidos expedientes dos Senhores Adib Jatene e Mailson da Nóbrega comunicando a impossibilidade de participarem da Comissão.

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues Martins

Telefone(s): 061 33033501

Fax: 061 33031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

6) CT - REFORMA DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO - PLS 236/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

Designação: 17/07/2012

Instalação: 08/08/2012

Apresentação Emendas - prazo final quadruplicado: 04/12/2012

Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 11/02/2013

Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 26/02/2013

Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 12/03/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT) ^(4,5)
Senador Pedro Taques (PDT)	2. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽²⁾	3. Senadora Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Benedito de Lira (PP)	3. Senador Luiz Henrique (PMDB)
	4. VAGO ^(3,8)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Senador Jayme Campos (DEM)
VAGO ⁽⁷⁾	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Armando Monteiro (PTB)	2. Senador João Costa (PPL) ⁽⁶⁾

Notas:

*. Lida na sessão deliberativa extraordinária de 17.07.2012 a designação dos membros da Comissão.

***. Em 15.08.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação do PLS nº 236/2012: Apresentação de Emendas - 09/08 a 05/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 06 a 20/09/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21 a 27/09/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 28/09 a 04/10/2012 (cinco dias úteis).

****. Em 29.08.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 772, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 05/10 a 05/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 06 a 20/11/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 21/11 a 04/12/2012 (dez dias úteis).

*****. Em 25.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 859, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 05/10 a 05/11/2012; Relatórios Parciais - 06/11 a 20/11/2012; Relatório do Relator-Geral - 21/11 a 27/11/2012; Parecer Final da Comissão - 28/11 a 04/12/2012.

*****. Em 30.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 903, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/12/2012; Relatórios Parciais - 05/12 a 11/02/2013; Relatório do Relator-Geral - 12 a 26/02/2013; Parecer Final da Comissão - 27/02 a 12/03/2013.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Em 08.08.2012, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como Relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 36/2012-SSCEPI).
2. Em 14.08.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 100/2012-GLBAG).
3. Em 04.09.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida ao PMDB pelo PSDB (Ofícios N°s 172/2012-GLPSDB e 288/2012-GLPMDB).
4. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
5. Em 17.10.2012, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 135/2012-GLDBAG).
6. Em 23.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 161/2012-BLUFOR).
7. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
8. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

7) COMISSÃO EXTERNA PARA PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012

Designação: 17/04/2012

Prazo final: 16/07/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Paulo Davim (PV) ⁽²⁾
Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

- *. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.
1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).
2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

8) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado n°s 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Designação: 15/08/2012

Instalação: 30/08/2012

Apresentação de Emendas - prazo final triplicado: 28/11/2012

Relatórios Parciais - prazo final triplicado: 20/02/2013

Relatório Relator-Geral - prazo final triplicado: 13/03/2013

Parecer Final da Comissão - prazo final triplicado: 04/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. VAGO (7)
Senador Casildo Maldaner (PMDB)	3. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. VAGO (2)
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. VAGO (5)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim (PTB) (6)
Senador Fernando Collor (PTB)	2. Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) (1,3,4)	

Notas:

*. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

***. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.

****. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSF, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

*****. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Moraes como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.

*****. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.

*****. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).

*****. Em 04.09.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1º a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).

*****. Em 12.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).

*****. Em 17.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 884, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 30/10 a 28/11/2012 (total: sessenta dias úteis); Relatórios Parciais - 29/11/12 a 20/02/2013 (total: trinta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21/02 a 13/03/2013 (total: quinze dias úteis); Parecer Final da Comissão - 14/03 a 04/04/2013 (total: quinze dias úteis).

1. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

2. Em 25.09.2012, o Senador Cristovam Buarque deixa de ocupar vaga da suplência do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 119/2012-GLDBAG).

3. Em 17.10.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular deixada pela Senadora Marta Suplicy ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 130/2012 - GLDBAG).

4. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 164/2012-BLUFOR).

5. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

6. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

7. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

9) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE REALIZAR ESTUDOS E PROPOR ATUALIZAÇÃO DA LEP

Finalidade: Realizar estudos e propor a atualização da Lei de Execuções Penais - LEP (Lei nº 7.210, de 1984), no prazo de 60 (sessenta) dias.

(Requerimento nº 848, de 2012, do Senador José Sarney, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Sidnei Agostinho Beneti

Designação: 22/11/2012

MEMBROS

Sidnei Agostinho Beneti

Gamil Föppel El Hireche

Carlos Pessoa de Aquino

Edemundo Dias de Oliveira Filho

Denis de Oliveira Praça

Maria Tereza Uille Gomes

Marcellus Ugiette

**10) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR
ANTEPROJETO DE LEI DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO**

Finalidade: Elaborar anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

(Requerimento nº 702, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 29.08.2012, aditado pelo Requerimento nº 854, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 13

PRESIDENTE: Luis Felipe Salomão

Designação: 22/11/2012

MEMBROS

Luis Felipe Salomão

Marco Maciel

José Antônio Fichtner

Caio Cesar Rocha

José Rogério Cruz e Tucci

Marcelo Rossi Nobre

Francisco Antunes Maciel Müssnich

Tatiana Lacerda Prazeres

Adriana Braghetta

Carlos Alberto Carmona

Eleonora Coelho

Pedro Paulo Guerra de Medeiros

Silvia Rodrigues Pereira Pachikoski

Francisco Maia Neto

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁴⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) ^(11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) ⁽³⁴⁾
José Pimentel (PT) ^(10,11)	3. Anibal Diniz (PT) ^(42,43)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(35,36,47,48)	6. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁰⁾	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(18,23)
Valdir Raupp (PMDB) ^(37,38,50,51)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB) ^(4,8,17,28,29)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP) ^(12,13,19,20)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽²⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(31,32,33)
Jayme Campos (DEM) ⁽³¹⁾	5. Wilder Moraes (DEM) ^(5,16,41)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(30,46)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Gim (PTB) ⁽⁴⁹⁾
Antonio Russo (PR) ^(27,28,29)	3. Cidinho Santos (PR) ^(39,40)
João Ribeiro (PR) ⁽⁷⁾	4. Alfredo Nascimento (PR) ⁽²²⁾

PSD PSOL (26)

Marco Antônio Costa (PSD) (24,25,44,45)

1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).

12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

16. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).

17. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 271/2011 - GLPMDB).

18. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
23. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
24. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
27. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
28. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
29. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDDB nº 32/2012).
30. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
31. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. Nº 027/12-GLDEM).
33. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
34. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 089/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
41. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
42. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
43. Em 14.09.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 109/2012-GLDBAG).
44. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
45. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
46. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
47. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
48. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
49. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
50. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
51. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 361/2012).

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Marta Suplicy (PT) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(3,4)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

4. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. nº 089/2012 - GLDBAG).

5. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT) ^(4,6)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PMDB) ⁽⁸⁾	2. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁹⁾	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁰⁾	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(2,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 2. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
 4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 6. Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
 7. Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
 8. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
 9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 10. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) ⁽²⁷⁾
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁹⁾
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²³⁾	
Waldemir Moka (PMDB) ⁽²⁴⁾	1. Renan Calheiros (PMDB) ^(7,18,24,31)
Paulo Davim (PV) ^(2,24)	2. Vital do Rêgo (PMDB) ^(24,31)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5,24)	3. Pedro Simon (PMDB) ^(24,31)
Casildo Maldaner (PMDB) ⁽²⁴⁾	4. Lobão Filho (PMDB) ^(24,31)
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁴⁾	5. Eduardo Braga (PMDB) ^(24,31)
Ana Amélia (PP) ^(15,16,17,22,24)	6. Roberto Requião (PMDB) ^(11,24,31)
João Alberto Souza (PMDB) ^(24,26,31)	7. Benedito de Lira (PP) ^(24,31)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(10,12,14)
Cyro Miranda (PSDB) ^(8,10)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(23,28)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
João Vicente Claudino (PTB) ^(1,6)	2. Eduardo Amorim (PSC) ⁽²⁵⁾
João Costa (PPL) ^(29,30)	3. Antonio Russo (PR) ^(20,21)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular, e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

11. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

12. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDDB nº 14/2012).

19. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

22. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

23. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

24. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

25. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).

26. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDDB nº 166/2012).

27. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

28. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

29. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

30. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012/BLUFOR/SF).

31. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (OF. GLPMDB nº 345/2012).

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,3)

Instalação: 24/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁷⁾	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido o Ofício nº 14/2011-PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Lindbergh Farias e da Senadora Marisa Serrano para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

2. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).

3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Lindbergh Farias e Wellington Dias como membros titulares, e Rodrigo Rollemberg e Lídice da Mata como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Waldemir Moka e Casildo Maldaner como titulares, e Ana Amélia e Eduardo Amorim como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Marisa Serrano como titular e Cyro Miranda como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: ^(2,5,6)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁷⁾	
VAGO ^(5,6)	1. VAGO ⁽³⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).

2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).

3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Humberto Costa e Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e João Durval e Wellington Dias como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Eduardo Amorim e Waldemir Moka como titulares, e Vital do Rego e Ana Amélia como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Lúcia Vânia como titular e Maria do Carmo Alves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim, com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Paulo Paim (PT)	1. João Costa (PPL) ^(7,8,9)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido Ofício 15/2011 - PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBU/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

7. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais.

9. Em 31.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 189/2012 - PRESIDÊNCIA/CAS).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Paulo Paim e Lídice da Mata como membros titulares, e Vicentinho Alves e João Pedro como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Casildo Maldaner e Ricardo Ferraço como titulares, e Eduardo Amorim e Sérgio Petecão como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Paulo Bauer como titular e Aécio Neves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

Instalação: 07/03/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
José Pimentel (PT) ^(4,6)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:

1. Em 07.3.2012, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relatora a Senadora Marta Suplicy (Of. nº 23/2012 - CAS).

2. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

3. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

4. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

5. Em 17.10.2012, o Presidente da Subcomissão comunica a designação do Senador José Pimentel como relator (Of. nº 018/2012 - PRESIDÊNCIA/CASFGTS/CAS).

6. Em 17.10.2012, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 183/2012-PRESIDÊNCIA/CAS).

*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

***. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 182/2012-PRESIDÊNCIA/CAS, comunicando a aprovação do Requerimento nº 61, de 2012-CAS, que prorroga os trabalhos da Subcomissão até o término da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁴⁾	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁸⁾
Ana Rita (PT) ^(55,56)	2. Lidice da Mata (PSB) ^(8,56,57)
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) ^(8,10)
Jorge Viana (PT) ⁽⁶⁾	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(25,26,50,52,61,62)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁷⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) ^(33,34)	7. Humberto Costa (PT) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁹⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(40,51)	1. Renan Calheiros (PMDB) ^(2,4,16,21,28,40,51)
Eunício Oliveira (PMDB) ^(3,17,40,51)	2. Roberto Requião (PMDB) ^(5,16,37,40,47,51)
Pedro Simon (PMDB) ^(40,51)	3. Valdir Raupp (PMDB) ^(14,16,40,51,53,54,64,65)
Romero Jucá (PMDB) ^(40,51)	4. Eduardo Braga (PMDB) ^(15,16,40,51)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(21,40,51)	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Luiz Henrique (PMDB) ^(27,40)	6. Waldemir Moka (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁴⁰⁾	7. Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁰⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²³⁾
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁹⁾
José Agripino (DEM) ^(18,44)	4. Paulo Bauer (PSDB) ^(19,44,45)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(39,60)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(12,46)
Gim (PTB) ⁽⁶³⁾	2. Ciro Nogueira (PP) ^(11,46)
Magno Malta (PR)	3. João Ribeiro (PR) ^(20,22,35,36)
	4. Eduardo Amorim (PSC) ^(48,49)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	
PSD	
Sérgio Petecão ^(41,42,43)	1. Marco Antônio Costa ^(30,31,32,38,41,42,43,58,59)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Domelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF. Nº 42/2011-GLPMDB)

5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF. Nº 41/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

7. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

8. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

9. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

10. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

11. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

12. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

13. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).

14. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).

15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

17. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).

22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
27. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
29. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
31. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
34. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
35. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
36. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
37. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of.GLPMDB nº 45/2012).
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCI.
41. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
42. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
45. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
46. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
47. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. GLPMDB nº 106/2012).
48. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
49. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (Of. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
50. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
51. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (Of. GLPMDB nº 168/2012).
52. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).

53. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
54. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
55. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
56. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
57. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
58. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
59. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
60. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
61. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
62. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
63. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
64. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
65. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2012).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

RELATOR: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO ⁽²⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1.
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (Of. nº 56/2012-CCJ).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,15,17)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴¹⁾
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) ⁽⁵²⁾
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(14,26)
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) ⁽³³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴⁴⁾	
Roberto Requião (PMDB) ⁽⁴⁶⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(2,22,46,49)
Pedro Simon (PMDB) ^(29,30,32,43,46)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(46,49,60)
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(7,13,28,46)	3. Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁴⁶⁾
Benedito de Lira (PP) ^(31,34,42,46)	4. VAGO ^(46,49)
Ana Amélia (PP) ^(20,46)	5. VAGO ^(46,49)
Romero Jucá (PMDB) ^(46,49)	6. VAGO ^(23,46,49)
João Alberto Souza (PMDB) ^(46,49,50,51,58,59)	7. VAGO ^(11,46)
Waldemir Moka (PMDB) ^(46,49)	8. ⁽⁴⁶⁾
Ciro Nogueira (PP) ^(46,49)	9. ⁽⁴⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁾	1. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁶⁾
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(16,25)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁶⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁴⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. VAGO ^(21,57)
José Agripino (DEM) ⁽⁹⁾	5. Alvaro Dias (PSDB) ^(8,47,48)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(44,56)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(1,45)
Magno Malta (PR) ^(12,27)	3. Antonio Russo (PR) ^(39,40)
João Ribeiro (PR) ⁽²⁷⁾	4. João Costa (PPL) ^(54,55)
PSD PSOL ⁽³⁷⁾	
Kátia Abreu (PSD) ^(35,38,53)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- ***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- *****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).
 5. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).
 6. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
 9. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
 12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).
 18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
 20. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
 21. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).
 22. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).
 23. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

24. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
25. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
26. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
27. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
28. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 330/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
37. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
38. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
39. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
40. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
41. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
42. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
43. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
44. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
45. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 008/2012-GLBUF).
46. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
47. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
48. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
49. Em 22.05.2012, foi lido o Of. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
52. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
53. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
54. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 102/2012/BLUFOR/SF).
55. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
56. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

57. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

58. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

59. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 356/2012).

60. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2012).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(3,20)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(12,16,41,42,51,52)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Pedro Taques (PDT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁹⁾	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB) ^(43,44,55,56)
VAGO ^(21,22,40)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB) ^(22,23)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Eduardo Braga (PMDB)	5. VAGO ^(32,34,38)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,24,27)	6. VAGO ^(9,30,31,33,37)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) ^(8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM) ^(19,28,29)	3. VAGO ^(28,53)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(39,48)	
Gim (PTB) ^(1,26,54)	1. João Vicente Claudino (PTB) ⁽²⁾
João Costa (PPL) ^(49,50)	2. Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁵⁾
PSD PSOL ⁽³⁵⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁵⁾	1. Marco Antônio Costa (PSD) ^(5,6,10,36,46,47)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).

2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).

3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).

5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (OF. SF/GSMB nº 0275/2011).

6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (OF. SF/GSMB nº 0276/2011).

7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).

10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).

11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).

12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. nº 223/2011-GLPMDB).

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 100/2011 - GLDBAG).

17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).

18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

19. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 059/2011-GLDEM).

20. Em 5.10.2011, o cargo de Vice-Presidente da Comissão fica vago em virtude da saída da Senadora Kátia Abreu do Colegiado, obedecido o disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno (OF. nº 59/2011 - GLDEM).

21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

22. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB)

23. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. 292/2011 - GLPMDB).

24. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (OF. nº 656/2011-GSICAS).

25. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

26. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (OF. nº 125/2011 - GLPTB).

27. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

28. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (OF. 072/2011 - GLDEM).

29. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 074/2011-GLDEM).

30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

32. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

33. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (OF. 20/2011-GLPR)

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).

35. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

36. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (Of nº 154/2012-GLPMDB).
41. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
42. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 087/2012-GLDBAG).
43. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
44. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
45. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
46. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
47. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
48. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
49. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 105/2012/BLUFOR/SF).
51. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
52. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 138/2012 - GLDBAG).
53. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
54. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
55. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
56. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 357/2012).

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ^(1,3,6,8,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ^(1,6)

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁶⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) ^(4,12)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁵⁾	
VAGO ⁽¹³⁾	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Waldemir Moka (PMDB) ^(7,13)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(2,10)	1. Kátia Abreu (PSD) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹⁵⁾	
⁽⁹⁾	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Em 15.03.2011, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Paulo Davim foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 02/2011-CMA).
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
7. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
8. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
9. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
10. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
11. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).
12. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
13. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
14. Em 12.03.2012, foi lido o Ofício nº 50/2012/CMA comunicando a eleição do Senador Sérgio Souza para Presidente da Subcomissão.
15. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

16. Em 25.04.2012, foi lido o Ofício nº 008/2012/CMA, de 20.04.2012, comunicando a indicação da Senadora Vanessa Grazziotin como Relatora da Subcomissão.

17. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ^(2,12)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁷⁾	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁷⁾
Pedro Taques (PDT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(1,5)
Anibal Diniz (PT)	3. VAGO ^(7,8,9)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁰⁾
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(4,7,11)	1. João Costa (PPL) ^(7,13,14)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. Em 15.03.2011, os Senadores Blairo Maggi e Cícero Lucena foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 04/2011-CMA).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
9. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
10. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
11. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

12. Senador Blairo Maggi licenciou-se por 130 dias, a partir de 09.08.12, nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,2,3)

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	1. Anibal Diniz (PT) ^(8,12)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁰⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ^(2,3,5,6,9)	1. Ivo Cassol (PP) ⁽¹¹⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹³⁾	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹⁰⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(7,12,14)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

- Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).
- Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
- Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
- Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
- Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
- Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

13. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

14. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS NA RIO+20

Finalidade: Subcomissão alterada pelo RMA nº 53/2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de monitorar a implementação das medidas adotadas na Rio+20. (Subcomissão anterior: Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 - RMA nº 25/2011)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁾
Sérgio Souza (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
João Costa (PPL) ^(2,3)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

2. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSV ALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

3. Em 19.10.2012 o Senador João Costa é designado como membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 278/2012/CMA).

*. Em 03.07.2012, lido o Requerimento nº 53, de 2012-CMA, aprovado em 27.06.2012, que altera a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20 (Of. nº 193/2012/CMA).

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Lídice da Mata (PSB) ^(50,53)	2. Eduardo Suplicy (PT) ^(14,25)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Anibal Diniz (PT) ^(15,26,28)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) ^(12,40,41)	6. VAGO ⁽²²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴⁴⁾	
Pedro Simon (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(8,10,27,34)
VAGO ^(1,13,29,30,33,43)	2. VAGO ⁽³⁹⁾
VAGO ^(32,35,42)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(18,31)	4. VAGO ⁽²¹⁾
Sérgio Petecão (PSD) ⁽²⁰⁾	5. VAGO ⁽¹³⁾
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(5,9,17,37,47)	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,24)
VAGO ⁽⁷⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
VAGO ^(19,38,46,55)	3. Wilder Moraes (DEM) ⁽⁴⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(44,54)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽²⁾	1. Gim (PTB) ^(48,56)
Eduardo Amorim (PSC) ^(11,45)	2.
Magno Malta (PR)	3. João Costa (PPL) ^(51,52)
PSOL	
VAGO ⁽³⁶⁾	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cicero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela

Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 085/2011 - GSMB).

5. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

7. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

11. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

12. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).

14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

22. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 133/2012-GLDBAG).

23. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

24. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

25. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

26. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

27. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

28. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

30. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

31. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)

32. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

33. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

34. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB).
35. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 324/2011).
36. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
37. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
38. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
39. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
40. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
41. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
42. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
43. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
44. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
45. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 10/2012-GLBUF).
46. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).
47. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
48. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).
49. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
50. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
51. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
52. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012/BLUFOR/SF).
53. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 133/2012-GLDBAG).
54. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
55. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
56. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: quintas-feiras, às 09:00hs - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT) ⁽⁷⁾
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,6)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
 2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
 4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
 5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).
 7. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE À PEDOFILIA, DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
Sérgio Souza (PMDB) ^(6,9,10)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(18,19)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁷⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²³⁾	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Jader Barbalho (PMDB) ^(24,25,27)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) ^(13,14,15,22,28,33,34)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. VAGO ^(11,31)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(23,30)	
Fernando Collor (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Gim (PTB) ⁽³²⁾	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
Cidinho Santos (PR) ^(26,29)	3. João Ribeiro (PR) ^(20,21)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

10. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

11. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

13. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

14. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

15. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

16. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

17. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

18. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

19. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

22. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

23. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

24. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

25. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).

26. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (Of. GLPMDB nº 192/2012).

28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 191/2012).

29. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).

30. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

31. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

32. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

33. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

34. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 354/2012).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Cidinho Santos (PR) ^(9,10,11)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁸⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(6,7)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
6. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
7. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
10. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
11. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

****. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

*****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Cidinho Santos (PR) ^(7,8,9)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) ^(4,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

4. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

5. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

7. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

8. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).

9. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

****. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾	
Cidinho Santos (PR) ^(16,18,19)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(12,13)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO ⁽¹¹⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,8)	4. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,6,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁴⁾	
VAGO ^(15,17,20)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽¹⁾	1. VAGO ^(2,9)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹⁴⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 18.04.2011, foi lido o Ofício nº 29/2011-CREPRES comunicando a eleição do Senador Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
9. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
10. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
11. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
12. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
13. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

14. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

15. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

16. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. N° 257/2012-CRE/PRES).

18. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. N° 081/2012/BLUFOR/SF).

19. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. N° 260/2012-CRE/PRES).

20. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes****PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Blairo Maggi (PR-MT) ^(1,36)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(21,22)
Acir Gurgacz (PDT) ^(32,33,46,47)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁹⁾	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁶⁾	
Valdir Raupp (PMDB) ^(27,34,35,49,50)	1. Romero Jucá (PMDB) ⁽²⁷⁾
Waldemir Moka (PMDB) ⁽²⁷⁾	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,4,11,27)
Lobão Filho (PMDB) ⁽²⁷⁾	3. Roberto Requião (PMDB) ⁽²⁷⁾
Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁷⁾	4. Francisco Dornelles (PP) ^(10,27)
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁷⁾	5. Clésio Andrade (PMDB) ^(12,23,24,27)
Eduardo Braga (PMDB) ⁽²⁷⁾	6. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽²⁷⁾
Ciro Nogueira (PP) ⁽²⁷⁾	7. Ivo Cassol (PP) ^(16,17,18,25,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) ^(5,8)
Wilder Moraes (DEM) ^(30,39)	4. Jayme Campos (DEM) ^(30,40)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(26,43)	
Fernando Collor (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Gim (PTB) ^(38,48)	2. João Vicente Claudino (PTB)
Blairo Maggi (PR) ⁽³⁷⁾	3. João Costa (PPL) ^(44,45)
PSOL	
⁽²⁰⁾	1. ⁽²⁰⁾
PSD	
Marco Antônio Costa ^(28,31,41,42)	1. Sérgio Petecão ^(6,7,13,15,28,29,31)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular, e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).

5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).

8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDDB).

12. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDDB nº 294/2011).

16. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

17. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDDB).

18. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

20. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 20/2012-GSRR).

21. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

22. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).

23. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

24. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDDB nº 36/2012).

25. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

26. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

27. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
28. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
29. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 19/2012-GLDEM).
31. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 088/2012-GLDBAG).
34. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
35. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
36. Senador Blairo Maggi licenciou-se por 130 dias, a partir de 09.08.12, nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
37. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
38. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Of. Nº 093/2012/BLUFOR/SF).
39. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. Nº 045/12-GLDEM).
40. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Moraes como titular (Of. Nº 045/12-GLDEM).
41. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
42. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
43. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
44. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
45. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 104/2012/BLUFOR/SF).
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 140/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2012).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 68/2011, do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Costa (PPL-TO) ^(2,10,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(3,5,7)

RELATOR: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ^(4,5)

Instalação: 09/02/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Walter Pinheiro (PT)	1. José Pimentel (PT)
João Costa (PPL) ^(4,11,12,13)	2. Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ivo Cassol (PP)
Eduardo Braga (PMDB)	2. VAGO ^(8,9,15)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido da República - PR (Of. nº 002/2012-GLDBAG).
 2. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 11/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Vicentinho Alves para Presidente da Subcomissão.
 3. Em 05.03.2012, foi lido o Of. nº 22/12-CI, comunicando que o Senador Eduardo Braga foi designado Relator.
 4. Em 05.03.2012, foi lido o Ofício nº 22/2012-CI comunicando a eleição do Senador Vital do Rêgo para Vice-Presidente da Subcomissão.
 5. Em 27.03.2012, foi lido o Ofício nº 037/2012-CI comunicando a renúncia do Senador Vital do Rêgo ao cargo de Vice-Presidente da Subcomissão e sua indicação ao cargo de Relator.
 6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 7. Em 24.04.2012, foi lido o Of. nº 44/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Flexa Ribeiro para Vice-Presidente da Subcomissão.
 8. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
 9. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
 10. Em 17.10.2012, o Senador Vicentinho Alves afastou-se, nos termos do art. 47 do Regimento Interno do Senado Federal, do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Of. GSVALV nº 415/2012, Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
 11. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
 12. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
 13. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 066/2012-PRES/CI).
 14. Em 1º.11.2012, foi lido o Of. nº 087/2012-CI, comunicando a eleição do Senador João Costa para Presidente da Subcomissão, em substituição ao Senador licenciado Vicentinho Alves.
 15. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
- *. Em 06.02.2012, foram lidos os Ofícios nºs 115, de 2011, e 1, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, designando os Senadores Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp e a Senadora Lúcia Vânia como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (1,2)	2. VAGO (6,7,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
	1. João Costa (PPL) (3,5,8,9,10)

Notas:

- Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. Nº058/2012 - CI).
- Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
- Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
- Em 16.05.2012, foram eleitos Presidente o Senador Ivo Cassol e Vice-Presidente o Senador Jayme Campos. O Senador Sérgio Petecão foi designado Relator (Of. nº 059/2012-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
- Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
- Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
- Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSV ALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

9. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

10. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).

11. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.

***. Em 10.05.2012, foi lido o Of. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ^(1,22,23,28,31,36)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Wellington Dias (PT) ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) ^(8,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽³⁾
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(38,39,44,45)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁴⁾	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁵⁾
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(22,23,24,25,32,37)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB) ^(4,43)
Eduardo Braga (PMDB) ^(17,40)	4. VAGO ⁽³⁰⁾
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(9,10,18,19)
Benedito de Lira (PP)	6. VAGO ^(26,27,33)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,13,21)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Moraes (DEM) ^(5,41)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(34,42)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁵⁾	2. Magno Malta (PR)
PSD PSOL ⁽²⁹⁾	
	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁶⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular, e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 001/2011 - PRES/CDR).
2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of nº 120/2011 - GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
16. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (OF nº 481/2011 - GSMB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
22. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
23. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
24. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
25. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
26. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
27. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
28. Em 14.12.2011, foi lido o Ofício nº 342/2011-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio, no dia 13.12.2011, para Vice-Presidente da Comissão.
29. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
30. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
31. Vago em 05.04.2012, em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
33. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
34. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
35. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012-GLBUF/SF).
36. Em 24.05.2012, foi lido o Ofício nº 120/2012-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Eduardo Amorim para Vice-Presidente da Comissão.
37. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

39. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 091/2012-GLDBAG).
40. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
41. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. nº 049/12-GLDEM).
42. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
43. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).
44. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
45. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: terças-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,7,8)

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁰⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim ^(4,6,9,11,12)	

Notas:

1. Em 04.04.2011, foi lido o Ofício nº 01/2011-CDR comunicando a eleição dos Senadores Wellington Dias e Eduardo Amorim para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
5. O Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/11, aprovados na sessão de 30.11.2011, e foi substituído na Subcomissão pelo Senador Lauro Antonio, em 21.12.2011 (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
6. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.02.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio para Vice-Presidente da Subcomissão.
8. Vago em 05.04.2012, em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
9. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
11. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
12. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. Nº 119/2012-PRES/CDR).

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,10)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. VAGO ^(12,13)
VAGO ⁽¹¹⁾	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁹⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP) ^(4,6,7,8)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 041/2011-CDR/PRES).
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
8. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
10. Vago, em 17.04.2012, em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
11. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
12. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
13. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPIÁDA E PARAOLIMPIÁDA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ^(1,5,7)

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(2,6)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹²⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(4,11)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 06.07.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição da senadora Lídice da Mata e do senador Ataídes Oliveira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente (Ofício nº 099/2011-PRES/CDR).

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

5. Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

6. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).

7. Em 20.09.2011, foi lido o Ofício nº 221/2011-PRESCDR comunicando a eleição do Senador Zeze Perrella para vice-presidente da Subcomissão.

8. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

9. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

10. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

11. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).

12. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(2,39)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) ^(8,11,23,25)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) ^(12,17)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(40,49)	4. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁸⁾	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(28,30,37,54)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ^(26,27,29,36,51)	3. Valdir Raupp (PMDB) ^(41,42,53,55)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,20,21)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) ^(4,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. VAGO ^(6,19,50)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(38,47)	
Gim (PTB) ^(1,9,51,52)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁷⁾
Antonio Carlos Rodrigues (PR) ^(24,34,35,48)	2. Cidinho Santos (PR) ^(24,43,44)
PSD PSOL ⁽³¹⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³²⁾	1. Marco Antônio Costa (PSD) ^(33,45,46)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
4. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
7. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
23. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
30. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).
31. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
32. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
33. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

39. Senador Acir Gurgacz licenciou-se por 123 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
40. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
41. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
42. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
43. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
44. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).
45. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
46. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
47. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
48. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. Nº 163/2012-BLUFOR).
49. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
50. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
51. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB nº 338/2012).
52. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. Nº 167/2012/BLUFOR).
53. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
54. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2012).
55. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 358/2012).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: quintas-feiras, às 08:30hs -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Notas:**

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** marcello@senado.gov.br**10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA
BRASILEIRA**

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(12,14)
João Capiberibe (PSB) ^(10,11,19)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB) ^(1,23,24)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁵⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5,13)
Valdir Raupp (PMDB) ^(26,27,32,33)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽³¹⁾
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(7,8,15,16)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(25,29)	
Gim (PTB) ⁽³⁰⁾	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR) ^(4,18)	2. João Ribeiro (PR) ⁽¹⁸⁾
PSD PSOL ⁽²¹⁾	
Marco Antônio Costa (PSD) ^(6,28)	1. Sérgio Petecão (PSD) ^(20,22)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular, e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 026/2011-GLDBAG).

2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. nº 141/2011-GLPMDDB).

6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (OF. nº 274/11-GSMB).

7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. nº 223/2011-GLPMDDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (OF. nº 99/11-GLDBAG).

11. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 116/2011 - GLDBAG)

12. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (OF. nº 126/2011 - GLDBAG).

13. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 270/2011 - GLPMDDB).

14. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (OF. nº 128/11-GLDBAG).

15. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (OF. nº 656/2011-GSICAS).

16. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDDB nº 294/2011).

17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

18. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (OF. nº 145/2011-GLDBAG).

20. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

21. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

22. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (OF. nº 6/2012 - GLPSD).

23. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (OF. nº 34/2012-GSMC).

24. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. nº 31/2012 - GLDBAG).

25. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

26. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

27. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDDB nº 181/2012).

28. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (OF. nº 55/2012 - GLPSD).

29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

30. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

31. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (OF. GLPMDDB nº 346/2012).

32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

33. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDDB nº 360/2012).

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ^(6,7)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Eunício Oliveira (CE) ⁽⁸⁾	1. Sérgio Souza (PR) ⁽⁹⁾
João Alberto Souza (MA)	2. VAGO ⁽⁵⁾
Renan Calheiros (AL)	3. VAGO ⁽¹⁾
Romero Jucá (RR)	4. VAGO ⁽²⁾
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Anibal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO ⁽⁴⁾
PTB	
Gim (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO) ⁽¹⁰⁾	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Vital do Rêgo (PMDB/PB)

Atualização: 09/11/2012

Notas:

1. Em 18.04.2012, vago em decorrência da renúncia do Senador Valdir Raupp, conforme Of.GSVR nº 002/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
2. Em 30.05.2012, vago em virtude de sua eleição como membro titular deste Conselho, conforme Of.GLPMDB nº 145/2012, de 30.05.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
3. Eleito Vice-Presidente na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
4. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB-PB) ter deixado o mandato.
6. Em 10.04.2012, na 1ª Reunião de 2012 do Conselho, assumiu a Presidência o Senador Antonio Carlos Valadares (art. 88, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal).
7. Eleito Presidente na 3ª Reunião do Conselho, realizada em 12.04.2012.
8. Em 30.05.2012, eleito membro titular deste Conselho, conforme Of.GLPMDB nº 145/2012, de 30.05.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Em 12.06.2012, eleito membro suplente deste Conselho, conforme Of.GLPMDB nº 149/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros: 5 titulares**

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
VAGO ⁽¹⁾	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 12/07/2012**Notas:**

1. Vago em virtude da perda do mandato do Senador Demóstenes Torres, decretada pela Resolução do Senado Federal nº 20, de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 12.07.2012

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br**4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL***(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)***OUVIDOR-GERAL:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)**1ª Designação:** 26/04/2011**Atualização:** 26/04/2011**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(6,17)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁷⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS
PMDB
VAGO ^(8,16)
PT
Ana Rita (ES) ⁽¹⁰⁾
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽⁵⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽²⁾
PR
VAGO ^(9,14,15)
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾
PDT
Zeze Perrella (MG) ⁽¹³⁾
PSB
Lídice da Mata (BA)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽⁴⁾
PSOL
VAGO ^(3,11)
PRB
Eduardo Lopes (RJ) ⁽¹²⁾
PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁷⁾
PSD
Marco Antônio Costa (TO) ^(18,19,20)
PMN
Sérgio Petecão (PSD-AC)
PV
Paulo Davim (RN)

Atualização: 16/10/2012**Notas:**

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.º 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.º 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.º 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.º 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.º 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.
7. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
8. Indicada para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of.º GLPMDB nº 323, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
9. Indicado para ocupar a vaga do PR, conforme Of.º 020/2011-GLPR, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
10. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of.º 063/2011-GLDPT, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
11. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
12. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of.º 003/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
13. Indicado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.º GSAGUR nº 027/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
14. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º Leg. 005/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
15. Em 06.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
16. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
17. Eleita na 1ª Reunião de 2012, realizada em 09.05.2012.
18. Designada para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of.º 043/2012-GLPSD, de 15 de agosto de 2012, lido na sessão do Senado Federal de 27/08/2012.
19. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
20. O Senador Marco Antônio Costa foi designado para ocupar a vaga do PSD, conforme Of.º 0060/2012-GLPSD, de 16/10/2012, lido na sessão da mesma data, em substituição à Senadora Kátia Abreu, licenciada do mandato nos termos do art. 43, inciso II do RSF

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258**E-mail:** scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²¹⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS) ⁽⁴⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁶⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽⁸⁾
PTB
Armando Monteiro (PE) ⁽⁹⁾
DEM
José Agripino (RN) ⁽⁷⁾
PR
VAGO ^(10,19,20)
PP
Ivo Cassol (RO) ⁽¹⁴⁾
PDT
Acir Gurgacz (RO) ⁽¹⁶⁾
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹¹⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽³⁾
PSOL
VAGO ^(12,13)
PRB
Eduardo Lopes (RJ) ^(1,17,18)
PSC
Eduardo Amorim (SE) ^(2,15)
PSD
Sérgio Petecão (AC) ⁽²²⁾

PVPaulo Davim (RN) ⁽⁵⁾**Atualização:** 27/08/2012**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of. nº 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
7. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
9. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 77/2011-GLDPP, de 24/11/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
15. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
16. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. nº 023/2012-GSAGUR, de 29/02/2012, lido na Sessão do Senado Federal de 01/03/2012.
17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
18. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 004/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
19. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 006/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
20. Em 06.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
21. Eleito na 2ª Reunião de 2012, realizada em 13/06/2012.
22. Designado para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of. nº 0044/2012-GLPSD, lido na Sessão do Senado Federal de 27/08/2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹³⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

MEMBROS
PMDB
PT
Humberto Costa (PE) ⁽⁵⁾
PSDB
Cícero Lucena (PB) ⁽⁷⁾
PTB
Gim (DF) ⁽⁹⁾
DEM
PR
João Costa (PPL-TO) ^(4,15)
PP
Ana Amélia (RS) ⁽¹¹⁾
PDT
Cristovam Buarque (DF) ⁽⁸⁾
PSB
João Capiberibe (AP) ⁽¹²⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP) ⁽³⁾
PRB
Eduardo Lopes (RJ) ⁽¹⁰⁾
PSC
PSD

Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽⁶⁾

Atualização: 17/10/2012**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of.GLPB n° 020/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
2. Designado para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of.009/2012-GLPSD, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
3. Designado para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of.GSRR n° 00030/2012, de 14.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
4. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.Leg. n° 010/2012/GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
5. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of.n°006/2012-GLDPT, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
6. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of.GSPDAV n° 005/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
7. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of.n° 14/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
8. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.GSAGUR-026/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
9. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of.049/2012/GLPTB, de 13.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
10. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.05/2012-GSMC, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
11. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. 18/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, nos termos do Of.GLPSB n° 0024/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleita na 1ª reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.
14. Eleito na 1ª reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.
15. O Senador João da Costa foi designado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. n° 101/2012/BLUFOR/SF, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, afastado nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para exercer o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional, nos termos do Of. GSV ALV n° 415/2012, lidos na sessão do Senado Federal de 17/10/2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

8) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹³⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

MEMBROS
PMDB
PT
Paulo Paim (RS) ⁽¹¹⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽²⁾
PTB
João Vicente Claudino (PI) ⁽⁶⁾
DEM
VAGO ⁽¹⁷⁾
PR
João Costa (PPL-TO) ^(1,16)
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽⁹⁾
PDT
Cristovam Buarque (DF) ⁽¹²⁾
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹⁰⁾
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽⁵⁾
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁴⁾
PRB
Eduardo Lopes (RJ) ⁽³⁾
PSC
VAGO
PSD

Marco Antônio Costa (TO) (8,14,15)

PV

Paulo Davim (RN) (7)

Atualização: 09/11/2012**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PR, conforme OF. Leg. nº 008/2012-GLPR, de 15/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
2. Designado para ocupar a vaga do PSDB, conforme OF. nº 15/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
3. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme OF. nº 06/2012-GSMC, de 06/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme OF. GSRR nº 00031/2012, de 14/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
5. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme OF. GLPCB nº 021/2012, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
6. Designado para ocupar a vaga do PTB, conforme OF. nº 048/2012-GLPTB, de 13/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
7. Designado para ocupar a vaga do PV, conforme OF. GSPDAV nº 006/12, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
8. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme OF. nº 0008/2012-GLPSD, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
9. Designado para ocupar a vaga do PP, conforme Of. nº 019/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. GLPSB nº 0025/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme OF. nº 10/12-GLDPT, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/04/2012.
12. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. GLPDT-015/2012, de 24.04.2012, lido na sessão do Senado Federal de 02.05.2012.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2012, realizada em 09.05.2012.
14. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
15. O Senador Marco Antônio Costa foi designado para ocupar a vaga do PSD, conforme Of. nº 0056/2012-GLPSD, de 16/10/2012, lido na sessão da mesma data, em substituição à Senadora Kátia Abreu, licenciada do mandato nos termos do art. 43, inciso II do RSF.
16. O Senador João da Costa foi designado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. nº 108/2012-BLUFOR/SF, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, afastado nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para exercer o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional, nos termos do Of. GSVALV nº 415/2012, lidos na sessão do Senado Federal de 17/10/2012.
17. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 05.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012.)

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255 **Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

9) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012

MEMBROS
PMDB
VAGO ⁽¹⁰⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁷⁾
PSDB
PTB
DEM
PR
Cidinho Santos (MT) ⁽⁵⁾
PP
Ivo Cassol (RO) ⁽³⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽⁴⁾
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP) ⁽²⁾
PRB
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁹⁾
PSD
Marco Antônio Costa (TO) ⁽⁸⁾
PV

Paulo Davim (RN) ⁽⁶⁾

Representante da sociedade civil organizada

Pesquisador com produção científica relevante

Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente

Atualização: 01/11/2012

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of. GSINAR nº 192/2012, de 28/08/2012, lido na sessão do Senado Federal de 12/09/2012.
2. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of. GRSS nº 00201/2012, de 28/08/2012, lido na sessão do Senado Federal de 12/09/2012.
3. Designado para ocupar a vaga do PP, conforme Of. nº 058/2012-GLPP, de 11/09/2012, lido na sessão do Senado Federal de 12/09/2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. GSLMAT nº 456/2012, de 29/08/2012, lido na sessão do Senado Federal de 12/09/2012.
5. Designado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. Leg. nº GLPR nº 027/2012, de 29/08/2012, lido na sessão do Senado Federal de 12/09/2012.
6. Designado para ocupar a vaga do PV, conforme Of. GSPDAV nº 045/2012, de 28/08/2012, lido na sessão do Senado Federal de 12/09/2012.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme Of. 028/2012-GLDPT, de 25.09.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 25.09.2012.
8. O Senador Marco Antônio Costa foi designado para ocupar a vaga do PSD, conforme Of. nº 0061/2012-GLPSD, de 16/10/2012, lido na sessão da mesma data.
9. O Senador Eduardo Amorim foi designado para ocupar a vaga do PSC, conforme Of. nº 184/2012, de 29/10/2012, do Gabinete da Liderança do PSC, lido na sessão do Senado Federal do dia 31/10/2012.
10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303.5258 **Fax:** 3303.5260

E-mail: scop@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO (Resolução nº 1/2006-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados ⁸

COMPOSIÇÃO ²

Presidente: Deputado Paulo Pimenta ⁴
1º Vice-Presidente: Senador Cássio Cunha Lima ⁴
2º Vice-Presidente: Deputado Reinaldo Azambuja ⁴
3º Vice-Presidente: Senador Vicentinho Alves ^{4 e 16}

Instalação: 27-3-2012

Relator do PLDO / 2013: Senador Antonio Carlos Valadares ⁶
Relator do PLOA / 2013: Senador Romero Jucá ⁶
Relator da Receita: Deputado Cláudio Puty ⁶

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC)	
Romero Jucá (PMDB/RR)	1. ^{10 e 18}
Benedito de Lira (PP/AL) ⁵	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) ^{10 e 12}
Clésio Andrade (PMDB/MG)	3. ³
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{9 e 10}	4. ⁹
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
Wellington Dias (PT/PI)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)	2. Angela Portela (PT/RR) ^{11 e 13}
Paulo Paim (PT/RS)	3. Ana Rita (PT/ES) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	1.
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	2.
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. ¹²
PR	
João Costa (PPL/TO) ^{16 e 17}	1. Antonio Russo (PR/MS)
PSD ¹	
Sérgio Petecão (PSD/AC)	1. Marco Antônio Costa (PSD/TO) ^{14 e 15}

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designação na Sessão do Senado Federal de 20-3-2012.

3- Em 26-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 042/2012, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Benedito de Lira.

4- Mesa eleita em 27-3-2012, conforme Of. Pres. nº 40/2012/CMO.

5- Designado o Senador Benedito de Lira, como membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, em 16-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 67, de 2012, da Liderança do PMDB.

6- Designados o Senador Romero Jucá para o cargo de Relator-Geral do PLOA/2013, o Senador Antonio Carlos Valadares para o cargo de Relator do PLDO/2013, e o Deputado Cláudio Puty para o cargo de Relator da Receita, em 17-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 183/2012, da Presidência da CMO.

7- Designada a Senadora Ana Rita, como membro suplente, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 84, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

9- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

10- Designado o Senador Sérgio Souza, como membro titular, e o Senador Tomás Correia, como membro suplente, em 12-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 296, de 2012, da Liderança do PMDB.

11- Designado o Senador José Pimentel, como membro suplente, em substituição à Senadora Angela Portela, em 18-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 115, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.

12- Designado o Senador Mozarildo Cavalcanti, como membro suplente, em vaga pertencente ao Bloco Parlamentar da Maioria, em 18-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 135, de 2012, da Liderança do PTB e 305, de 2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

13- Designada a Senadora Angela Portela, como membro suplente, em substituição ao Senador José Pimentel, em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 116, de 2012, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

14- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

15- Designado o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 57, de 2012, da Liderança do PSD.

16- Em 17.10.2012, lido o Ofício nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins.

17- Designado o Senador João Costa, como membro titular, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, em 30-10-2012 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 120, de 2012, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga do PR no Senado Federal, conforme composição da CMO estabelecida em 20-3-2012.

18- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
João Paulo Lima (PT/PE)	1. Cláudio Puty (PT/PA)
Josias Gomes (PT/BA)	2. Leonardo Monteiro (PT/MG)
Paulo Pimenta (PT/RS)	3. Assis Carvalho (PT/PI) ^{8 e 9}
Waldenor Pereira (PT/BA)	4. Vander Loubet (PT/MS)
Zeca Dirceu (PT/PR)	5. Vanderlei Siraque (PT/SP)
PMDB	
Aníbal Gomes (PMDB/CE)	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
Edio Lopes (PMDB/RR) ²	2. Joaquim Beltrão (PMDB/AL)
Eliseu Padilha (PMDB/RS)	3. Hugo Motta (PMDB/PB)
Leandro Vilela (PMDB/GO)	4. Osmar Serraglio (PMDB/PR) ⁷
Lucio Vieira Lima (PMDB/BA) ⁷	5. Luiz Pitiman (PMDB/DF) ²²
Mauro Lopes (PMDB/MG)	
PSDB	
Duarte Nogueira (PSDB/SP) ³	1. Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ³
Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)	2. Marcus Pestana (PSDB/MG) ¹⁰
Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)	3. Nelson Marchezan Junior (PSDB/RS) ¹³
PP	
João Leão (PP/BA) ⁴	1. Roberto Balestra (PP/GO)
Renato Molling (PP/RS)	2. Toninho Pinheiro (PP/MG)
Cida Borghetti (PP/PR)	3. Waldir Maranhão (PP/MA)
DEM	
Augusto Coutinho (DEM/PE) ⁶	1. Eli Correa Filho (DEM/SP) ⁶
Felipe Maia (DEM/RN)	2. Lira Maia (DEM/PA) ^{11 e 12}
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	3. Luiz Carlos Setim (DEM/PR)
PSD	
Eduardo Sciarra (PSD/PR) ^{16, 17, 21 e 23}	1. Átila Lins (PSD/AM) ^{16 e 17}
Irajá Abreu (PSD/TO) ^{16 e 17}	2. Jorge Boeira (PSD/SC) ^{16 e 17}
Paulo Magalhães (PSD/BA) ^{16 e 17}	3. Manoel Salviano (PSD/CE) ^{16 e 17}
PR	
João Maia (PR/RN)	1. Giacobbo (PR/PR)
Luciano Castro (PR/RR)	2. Jaime Martins (PR/MG)
PSB	
Paulo Foletto (PSB/ES)	1. Sandra Rosado (PSB/RN)
Laurez Moreira (PSB/TO) ^{14 e 15}	2. Antonio Balhmann (PSB/CE) ^{19 e 20}
PDT	
Giovanni Queiroz (PDT/PA)	1. Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)
Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)	2. Marcos Rogério (PDT/RO)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	1. Roberto De Lucena (PV/SP)
Paulo Wagner (PV/RN)	2. Stepan Nercessian (PPS/RJ)
PTB	
Arnon Bezerra (PTB/CE)	1. Antonio Brito (PTB/BA)
PSC	
Leonardo Gadelha (PSC/PB) ¹⁸	1. Professor Sérgio de Oliveira (PSC/PR) ¹⁸
PCdoB	
Osmar Júnior (PCdoB/PI)	1. Manuela D'Ávila (PCdoB/RS) ⁵
PMN ¹	
²	²

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Vaga cedida pelo PMN ao PMDB, conforme Ofício nº 296/2012/SGM/P, de 13-3-2012.
- 3- Designado o Deputado Duarte Nogueira, em substituição ao Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro titular, e o Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro suplente, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 311/2012, da Liderança do PSDB.
- 4- Designado o Deputado João Leão, em substituição ao Deputado Lázaro Botelho, como membro titular, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 144/2012, da Liderança do PP.
- 5- Designada a Deputada Manuela D'Ávila, como membro suplente, em 28-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 097/12, da Liderança do PCdoB.
- 6- Designado o Deputado Augusto Coutinho, como membro titular, em substituição ao Deputado Eli Correa Filho, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76-L-Democratas/12, da Liderança do DEM.
- 7- Designado o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em substituição ao Deputado Osmar Serraglio, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 323, de 2012, da Liderança do PMDB.
- 8- Em 19-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 176/2012/PT, do Líder do PT na Câmara dos Deputados, solicitando a retirada do nome do Deputado Rubens Otoni da suplência na Comissão.
- 9- Designado o Deputado Assis Carvalho, como membro suplente, em 10-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 231, de 2012, da Liderança do PT.
- 10- Designado o Deputado Marcus Pestana, como membro suplente, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 561, de 2012, da Liderança do PSDB.
- 11- Designado o Deputado Ronaldo Caiado, como membro suplente, em substituição ao Deputado Lira Maia, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155, de 2012, da Liderança do DEM.
- 12- Designado o Deputado Lira Maia, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ronaldo Caiado, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 156, de 2012, da Liderança do DEM.
- 13- Designado o Deputado Nelson Marchezan Junior, como membro suplente, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 692, de 2012, da Liderança do PSDB.
- 14- Designado o Deputado Pastor Eurico, como membro titular, em substituição ao Deputado Laurez Moreira, em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 119, de 2012, da Liderança do PSB.
- 15- Designado o Deputado Laurez Moreira, como membro titular, em substituição ao Deputado Pastor Eurico, em 1º-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 121, de 2012, da Liderança do PSB.
- 16- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 17- Designados os Deputados Eduardo Sciarra, Irajá Abreu e Paulo Magalhães, como membros titulares, e os Deputados Átila Lins, Jorge Boeira e Manoel Salviano, como membros suplentes, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 815, de 2012, da Liderança do PSD.
- 18- Designados os Deputados Leonardo Gadelha e Professor Sérgio de Oliveira, como membros titular e suplente, em substituição, respectivamente, aos Deputados Ratinho Júnior e Leonardo Gadelha, em 18-9-2012, conforme Ofício nº 241, de 2012, da Liderança do PSC.
- 19- Designado o Deputado Givaldo Carimbão, como membro suplente, em substituição ao Deputado Antonio Balhmann, em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 186, de 2012, da Liderança do PSB.
- 20- Designado o Deputado Antonio Balhmann, como membro suplente, em substituição ao Deputado Givaldo Carimbão, em 24-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 187, de 2012, da Liderança do PSB.
- 21- Designado o Deputado Hugo Napoleão, em substituição ao Deputado Eduardo Sciarra, em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 964, de 2012, da Liderança do PSD.
- 22- Designado o Deputado Luiz Pitiman, como membro suplente, em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 967, de 2012, da Liderança do PMDB.
- 23- Designado o Deputado Eduardo Sciarra, como membro titular, em substituição ao Deputado Hugo Napoleão, em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 1.019, de 2012, da Liderança do PSD.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Senador Sérgio Souza (PMDB/PR)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	Armando Monteiro (PTB/PE)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PV)	Sérgio Souza (PMDB/PR)
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	Paulo Paim (PT/RS)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	João Paulo Lima (PT/PE)
PMDB	Celso Maldaner (PMDB/SC)
PSDB	Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)
PDT	Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)
PTB	Antonio Brito (PTB/BA)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	Paulo Wagner (PV/RN)
PCdoB	Osmar Júnior (PCdoB/PI)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Deputado Cláudio Puty (PT/PA)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PV)	Clésio Andrade (PMDB/MG)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	Flexa Ribeiro (PSDB/PA)
PSD	Sérgio Petecão (PSD/AC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Cláudio Puty (PT/PA)
PMDB	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
PSDB	Duarte Nogueira (PSDB/SP)
PP	Renato Molling (PP/RS)
DEM	Luiz Carlos Setim (DEM/PR)
PR	Giacobo (PR/PR)
PSB	Paulo Foletto (PSB/ES)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI
COMPOSIÇÃO

Coordenador: Deputado Mauro Lopes (PMDB/MG)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	Vicentinho Alves (PR/TO) ¹
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	Wellington Dias (PT/PI)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Josias Gomes (PT/BA)
PT	Vanderlei Siraque (PT/SP)
PMDB	Mauro Lopes (PMDB/MG)
PSDB	Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)
DEM	Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)
PSB	Laurez Moreira (PSB/TO)
PDT	Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)

Notas:

1- Em 17.10.2012, lido o Ofício nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE
COMPOSIÇÃO

Coordenador: Deputado Marcus Pestana (PSDB/MG)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PV)	Benedito de Lira (PP/AL)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Leonardo Monteiro (PT/MG)
PMDB	Edio Lopes (PMDB/RR)
PSDB	Marcus Pestana (PSDB/MG)
PP	Roberto Balestra (PP/GO)
PR	João Maia (PR/RN)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	Arnaldo Jardim (PPS/SP)
PSC	Leonardo Gadelha (PSC/PB)

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados ²¹**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Deputado Márcio Macedo ^{15 e 20}
Vice-Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin ^{15 e 20}
Relator: Senador Sérgio Souza ^{16 e 20}

Instalação: 10-4-2012 ^{15 e 20}**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ^{7 e 23}	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. ^{7 e 17}
²²	5. ²²
Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{3 e 14}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ³
Eduardo Braga (PMDB/AM) ³	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ³
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11 e 12}	3. Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3 e 18}	4. ^{3 e 19}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. ^{2 e 24}
Wilder Morais (DEM/GO) ^{6, 10 e 26}	2. José Agripino (DEM/RN) ^{6 e 10}
²²	3. ²²
PTB	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ⁴	1. ^{8, 9 e 12}
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁵	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.

21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.

24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.

25- Designado o Senador Wilder Morais, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. Francisco Praciano (PT/AM) ²
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) ^{14 e 15}	1. ¹⁴
	2. ¹⁴
PSDB	
Antonio Imbassahy (PSDB/BA) ^{2 e 11}	1. Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ²
PP	
José Otávio Germano (PP/RS) ²	1. Rebecca Garcia (PP/AM) ²
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Anthony Garotinho (PR/RJ) ²	1. Bernardo Santana De Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 12}
PSB	
Luiz Noé (PSB/RS) ²	1. Glauber Braga ^{2, 7 e 13}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Alfredo Sirkis (PV/RJ) ²	1. Sarney Filho (PV/MA) ²
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nº s 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.

14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS – FIPA

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados ³

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
	1.
	2.
	3.
4	4. ³
PSDB	
	1.
PTB	
Gim (PTB/DF) ²	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) ²
DEM	
	1.
PSOL ¹	
	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Gim e Mozarildo Cavalcanti em 1º-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 78/2011, da Liderança do PTB.

3- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

4- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Fernando Collor ⁶
Vice-Presidente: Deputada Perpétua Almeida ⁶

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Jilmar Tatto (PT/SP) ¹	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL) ²
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Jayme Campos (DEM/MT) ⁴
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 29.03.2012)

Notas:

1- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

2- Indicado Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros (PMDB), Eduardo Amorim (PSC), Francisco Dornelles (PP) e Paulo Davim (PV).

3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.

4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

6- Assumiu a Presidência na 2ª Reunião de 2012, realizada em 08/05/2012, em substituição à Deputada Perpétua Almeida, que passou a ocupar a Vice-Presidência, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15/08/2001 (Ata publicada no DSF de 22/08/2001, pg. 17595).

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 13 (treze) Senadores ¹⁸ e 13 (treze) Deputados ¹⁸ e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-2011**Designação:** 14-12-2011**Instalação:** 8-2-2012**Prazo Final:** 19-8-2012**Prazo Final Prorrogado:** 28-3-2013 ¹⁷**Presidente:** Deputada Jô Moraes**Vice-Presidente:** Deputada Keiko Ota**Relatora:** Senadora Ana Rita**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP) ²⁰	2. Lídice da Mata (PSB/BA) ^{10 e 11}
¹¹	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. ⁶
¹⁹	5. ¹⁹
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
¹⁶	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{14 e 15}
Ana Amélia (PP/RS) ^{3, 4, 9 e 13}	2. Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{2, 8, 12 e 16}
	3.
	4.
¹⁹	5. ¹⁹
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim (PTB/DF) ⁷
PSOL ¹	
⁵	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cediada uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.

7- Designado o Senador Gim, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.

8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.

9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.

10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.

11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa da condição de titular e a passa a ser suplente.

12- Designado o Senador Sérgio Souza, em 23-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 96/2012, da Liderança do PMDB.

13- Designada a Senadora Ana Amélia, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 138/2012, da Liderança do PMDB.

14- Cediada uma vaga de membro suplente ao Bloco de Apoio ao Governo, em 18-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

15- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, como membro suplente, em vaga cediada pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

16- Designado o Senador Sérgio Souza, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 9-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 170/2012, da Liderança do Bloco, no Senado Federal.

17- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 2, de 2012, lido em 16/07/2012 (Sessão do Senado Federal).

18- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

19- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

20- Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Teresa Surita (PMDB/RR)	1. Nilda Gondim (PMDB/PB) ⁹
Jô Moraes (PCdoB/MG) ¹	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSD	
Ademir Camilo (PSD/MG) ^{10 e 11}	1.
	2.
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) ⁸
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) ⁵
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. Neilton Mulim (PR/RJ) ^{2 e 4}
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) ⁷	1 Sandra Rosado (PSB/RN) ⁷
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Moraes (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) ⁶
PTB ¹	
Celia Rocha (PTB/AL)	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Furlan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro suplente, em substituição à Deputada Elcione Barbalho, em 15-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

10- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

11- Designado o Deputado Ademir Camilo, como membro titular, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 1, de 2012-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 17 (dezessete) Senadores ⁸ e 17 (dezessete) Deputados ⁸ e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações 'Vegas' e 'Monte Carlo', da Polícia Federal, nos termos que especifica.

- **Leitura:** 19-4-2012
- **Designação da Comissão:** 24-4-2012
- **Instalação da Comissão:** 25-4-2012
- **Prazo final da Comissão:** 4-11-2012
- **Prazo Final Prorrogado:** 22-12-2012¹⁶

Presidente: Senador Vital do Rêgo
Vice-Presidente: Deputado Paulo Teixeira
Relator: Deputado Odair Cunha

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
José Pimentel (PT/CE)	1. Walter Pinheiro (PT/BA) ⁶
Jorge Viana (PT/AC) ³	2. Aníbal Diniz (PT/AC) ^{3 e 6}
Lídice da Mata (PSB/BA)	3. Angela Portela (PT/RR) ⁶
Pedro Taques (PDT/MT)	4. Delcídio do Amaral (PT/MS) ⁶
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)	5. Wellington Dias (PT/PI) ^{4 e 6}
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV)	
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	1. Benedito de Lira (PP/AL)
Ricardo Ferraço (PMDB/ES)	2.
Sérgio Souza (PMDB/PR)	3.
Ciro Nogueira (PP/PI)	4.
Paulo Davim (PV/RN)	5.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Jayme Campos (DEM/MT)	1. Cyro Miranda (PSDB/GO) ^{6 e 7}
Alvaro Dias (PSDB/PR)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE)
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	3. ¹⁰
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Fernando Collor (PTB/AL)	1. Cidinho Santos (PR/MT) ^{2, 11 e 12}
Vicentinho Alves (PR/TO) ¹⁶	2. Eduardo Amorim (PSC/SE) ²
⁹	3. ⁹
PSD⁸	
Marco Antônio Costa (PSD/TO) ^{13 e 14}	1. Sérgio Petecão (PSD/AC)
PSOL¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ¹⁰	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim, como membros suplentes, em 13-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal.

3- Designados o Senador Jorge Viana, como membro titular, em substituição ao Senador Humberto Costa, e o Senador Aníbal Diniz, como membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Viana, em 14-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 82/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.

4- O Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29-6-2012, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28-6-2012.

- 5- Designado o Senador Flexa Ribeiro, como membro suplente, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 90, de 2012, da Liderança do PSDB.
- 6- Designada a Senadora Angela Portela, como membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e reposicionado o quadro de suplência, em 6-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 7- Designado o Senador Cyro Miranda, como membro suplente, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, em 6-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2012, da Liderança do PSDB.
- 8- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 9- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 10- Designado o Senador Randolfe Rodrigues, como membro titular, em 8-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme a Resolução nº 1, de 2012-CN e o Ofício nº 185, de 2012, da Liderança do PSOL.
- 11- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
- 12 – Designado o Senador Cidinho Santos, como membro suplente, em substituição ao Senador Blairo Maggi, em 9-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 84, de 2012, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
- 13- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.
- 14- Designado o Senador Marco Antônio Costa, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 58, de 2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.
- 15- Em 17.10.2012, lido o Ofício nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins.
- 16- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 10, de 2012, lido em 1/11/2012 (Sessão do Senado Federal).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	1. Dr. Rosinha (PT/PR)
Odair Cunha (PT/MG)	2. Luiz Sérgio (PT/RJ)
Paulo Teixeira (PT/SP)	3. Emiliano José (PT/BA) ^{4 e 12}
PMDB	
Iris de Araújo (PMDB/GO)	1. Leonardo Picciani (PMDB/RJ) ²
Luiz Pitiman (PMDB/DF)	2. João Magalhães (PMDB/MG)
PSDB	
Carlos Sampaio (PSDB/SP)	1. Vaz de Lima (PSDB/SP) ^{9 e 10}
Domingos Sávio (PSDB/MG) ⁸	2. Vanderlei Macris (PSDB/SP) ^{3,6 e 7}
PSD	
José Carlos Araújo (PSD/BA) ^{13 e 14}	1. Roberto Santiago (PSD/SP) ^{13 e 14}
Armando Vergílio (PSD/GO) ^{13 e 14}	2. César Halum (PSD/TO) ^{13 e 14}
PP	
Gladson Cameli (PP/AC)	1. Iracema Portella (PP/PI)
DEM	
Onyx Lorenzoni (DEM/RS)	1. Mendonça Prado (DEM/SE)
PR	
Maurício Quintella Lessa (PR/AL)	1. Ronaldo Fonseca (PR/DF)
PSB	
Glauber Braga (PSB/RJ) ¹⁵	1. Paulo Foletto (PSB/ES) ¹⁵
PDT	
Miro Teixeira (PDT/RJ)	1. Vieira da Cunha (PDT/RS)
Bloco PV, PPS	
Rubens Bueno (PPS/PR)	1. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Silvio Costa (PTB/PE)	1. Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)
PSC	
Filipe Pereira (PSC/RJ)	1. Hugo Leal (PSC/RJ)
PCdoB ¹	
Delegado Protógenes (PCdoB/SP)	1. João Moraes (PCdoB/MG) ^{5, 11 e 16}

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designado o Deputado Leonardo Picciani, como membro suplente, em substituição ao Deputado Edio Lopes, em 16-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 518/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

3- Designado o Deputado Vanderlei Macris, como membro suplente, em substituição ao Deputado Rogério Marinho, em 30-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 576/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

4- Designado o Deputado Ricardo Berzoini, como membro suplente, em substituição ao Deputado Sibá Machado, em 14-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 094/2012, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada João Moraes, como membro suplente, em substituição ao Deputado Osmar Júnior, em 14-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 202/2012, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, como membro suplente, em substituição ao Deputado Vanderlei Macris, em 25-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 649/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

7- Designado o Deputado Vanderlei Macris, como membro suplente, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em 3-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 661/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

8- Designado o Deputado Domingos Sávio, como membro titular, em substituição ao Deputado Fernando Francischini, em 3-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 689/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designado o Deputado Fernando Francischini, como membro suplente, em 3-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 694/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

10- Designado o Deputado Vaz de Lima, como membro suplente, em substituição ao Deputado Fernando Francischini, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 701/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

11- Designado o Deputado Osmar Junior, como membro suplente, em substituição à Deputada João Moraes, em 6-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 234, de 2012, da Liderança do PCdoB.

12- Designado o Deputado Emiliano José, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ricardo Berzoini, em 17-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 437/2012, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.

13- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

14- Designados os Deputados José Carlos Araújo e Armando Vergílio, como membros titulares, e os Deputados Roberto Santiago e César Halum, como membro suplente, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.463, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

15- Designado o Deputado Glauber Braga (PSB/RJ), como membro titular, em substituição ao Deputado Paulo Foletto (PSB/ES), e o Deputado Paulo Foletto (PSB/ES), como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga (PSB/RJ), em 9-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 125/2012, da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados.

16- Designada a Deputada João Moraes, como membro suplente, em substituição ao Deputado Osmar Junior, em 4-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 238, de 2012, da Liderança do PCdoB.

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) ¹	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) ⁵	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁵
Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁵	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) ⁵
Clésio Andrade (PMDB/MG) ⁵	3. ^{5 e 11}
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB) ¹	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) ²	1. Pedro Taques (PDT/MT) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ²	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Paulo Paim (PT/RS) ^{2 e 7}	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) ²	1. ^{6 e 10}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{2 e 6}	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) ³	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) ³
Gim (PTB/DF) ³	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) ³
PSD ⁴	
Sérgio Petecão (PSD/AC) ²	1. Marco Antônio Costa (PSD/TO) ^{2, 8 e 9}

Notas:

1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofícios nº 50/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofícios nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela ¹	1. Gealdo Resende ¹
Luiz Pitiman ¹	2. Sandro Mabel ¹
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto ¹	1. Toninho Pinheiro ¹
DEM	
Augusto Coutinho ¹	1. João Bittar ¹
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Augusto Carvalho ¹	1.
PTB	
	1.

Notas:

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Aníbal Diniz (PT-AC) ^{1,2}
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Waldemir Moka (PMDB/MS) ³
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocêncio Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Jilmar Tatto (PT/SP) ⁴	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ⁵	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Jayme Campos (DEM/MT) ⁶
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Ricardo Berzoini (PT/SP) ⁷	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 12.09.2012)

Notas:

- Em 12.09.2012, lido ofício da Senadora Marta Suplicy comunicando que deixa o cargo de Primeira Vice-Presidente do Senado, para assumir o cargo de Ministra de Estado da Cultura (OF.199/2012-PRVPRE).
- O Senador Aníbal Diniz foi eleito 1º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 12.09.2012.
- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16.11.2011.
- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.
- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.
- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ¹

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA** ²Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA** ²

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA (JUCA FERREIRA)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 27.08.2012

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

SECRETARIA GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
ccscn@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO ¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Senador Roberto Requião ⁶
Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame ⁶
Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia ⁶

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Jilmar Tatto ¹⁸
vago ¹⁰	Sibá Machado
Newton Lima ¹⁷	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
André Zacharow ⁹	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Bruno Araújo ¹⁹
Sergio Guerra	Ruy Carneiro ¹⁶
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Delegado Protógenes ¹¹	Assis Melo ¹²
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé ⁸	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) ⁷	Valdir Raupp (PMDB) ²⁰
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Eduardo Suplicy (PT) ¹⁴	Paulo Paim (PT) ¹⁵
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristóvam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	Cássio Cunha Lima (PSDB) ¹³
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 09.07.2012)

Notas:

- 1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.
- 2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.
- 3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.
- 4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.
- 5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.
- 6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.
- 7- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 9, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em virtude de o Senador Wilson Santiago não mais se encontrar no exercício do mandato.
- 8- Vaga cedida pelo PR.
- 9- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 8, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em vaga existente em virtude do falecimento do Deputado Moacir Micheletto em 30-1-2012.
- 10- Em 15-3-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Emiliano José (PT/BA).
- 11- Designado para ocupar a vaga de titular do PCdoB, conforme Of. nº 233/2012, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal de 09.07.2012.
- 12- Designado para ocupar a vaga de suplente do PCdoB, conforme Of. nº 233/2012, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal de 09.07.2012.
- 13- Designado para ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 21, de 2012, de 8-5-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 14- Designado para ocupar a vaga de membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício nº 085-21012-GLDBAG, de 26.06.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 27.06.2012.
- 15- Designado para ocupar a vaga de membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício nº 085-21012-GLDBAG, de 26.06.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 27.06.2012.
- 16- Designado para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, nos termos do Ofício nº 430/21012-PSDB, de 17.04.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 27.06.2012.
- 17- Designado para ocupar a vaga de membro titular do Partido dos Trabalhadores - PT, em substituição ao Deputado Jilmar Tatto, nos termos do Of. nº 082/PT, lido na sessão do Senado Federal do dia 03.07.2012.
- 18- Designado para ocupar a vaga de membro suplente do Partido dos Trabalhadores - PT, em substituição ao Deputado Newton Lima, nos termos do Of. nº 082/PT, lido na sessão do Senado Federal do dia 03.07.2012.
- 19- Designado para ocupar a vaga de membro suplente, nos termos do Of. nº 417/2012, do Gabinete da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal do dia 09.07.2012.
- 20 - Licenciou-se por 122 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir de 16.07.2012, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678/2012, aprovados na sessão do Senado Federal de 11.07.2012.



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMISSION DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. - 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: **20815-9 e 00002** e o código da Unidade favorecida – **UG/gestão: 020054/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSION DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 246 páginas
(OS: 15823/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

